

Organizadores
Cláudio Novaes Pinto Coelho
Simonetta Persichetti

POLÍTICA, MÍDIA E ESPETÁCULO

 EDITORA
CASPER LIBERO



Organizadores

Cláudio Novaes Pinto Coelho

Simonetta Persichetti

POLÍTICA, MÍDIA
E ESPETÁCULO

São Paulo

Editora Cásper Líbero

2018

Organização

Cláudio Novaes Pinto Coelho
Simonetta Persichetti

Revisão

Cláudio Novaes Pinto Coelho
Guilherme Martins Batista

Conselho editorial:

Carlos Sadano (Mackenzie)
Kátia Saisi (PUC-SP)
Mara Rovida (Uniso)
Márcia Ellane Rosa (PUC-Campinas)
Maria Ribeiro do Valle (Unesp)
Sandra Lucia Goulart (FCL)
Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
(PUC-RS)
Profª. Dra. Mônica Martinez (UNISO)

Produção e arte

Giulia Elisa Garcia de Souza
Simonetta Persichetti

Projeto gráfico e diagramação

Giulia Elisa Garcia de Souza
Guilherme Martins Batista

Profª. Dra. Regina Giora (MACK)
Profª. Dra. Ana Carolina Escosteguy
(UFSM)
Prof. Dr. Roberto Mancuzo
(Unoeste)
Prof. Dr. Paulo Boni (UEL)
Prof. Dr. Silas de Paula (UFC)
Prof. Dr. Jairo Getulio Ferreira
(Unisinos)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicidade (CIP)
Biblioteca Prof. José Geraldo Vieira

P829

Política, mídia e espetáculo [recurso eletrônico]
/ organização Cláudio Novaes Pinto Coelho e
Simonetta Persichetti – 1. ed. – São Paulo: Cásper
Líbero, 2018

ISBN: 978-85-88668-03-4
recurso digital: il.

1. Comunicação - Aspectos políticos. 2. Mídia
social - Aspectos políticos 3. Sociedade do espetáculo. I.
Coelho, Cláudio Novaes Pinto. II. Persichetti, Simonetta.

CDD 303.4

Bibliotecária responsável: Daniela Paulino Cruz Bissolato - CRB 8/6728

Editora Cásper Líbero

Av. Paulista, 900 – CEP: 01310-000 – São Paulo/SP

Fone: (11) 3170-5841

monitoria@casperlibero.edu.br

SUMÁRIO

Apresentação	6
Da lógica da política à lógica da mídia: entre democracia e entretenimento <i>Luís Mauro Sá Martino</i>	15
A dimensão ideológica e política da fotografia e a imagem do Presidente do Brasil <i>Simonetta Persichetti</i>	33
Lideranças Políticas e Cinema: a imagem de Carlos Marighella <i>Vera Chaia</i>	62
Poder e sociedade do espetáculo: a atuação da mídia e a democracia no Brasil <i>Cláudio Novaes Pinto Coelho</i>	81
A construção histórica do discurso político-midiático da <i>Revista Veja</i> <i>Tathiana Senne Chicarino</i>	97
Mídia, Política e Jornalismo: A <i>Revista Veja</i> e a Sociedade do Espetáculo <i>Bruno Capozzi Montalvão</i>	117
Mídia odiosa, alienação política e estrutura a utoritária da sociedade brasileira <i>Emerson Ike Coan</i>	141

Por que não mataram todos em 1964?": Discurso de ódio nas manifestações contra Dilma Rousseff <i>Vanderlei de Castro Ezequiel</i>	171
“As explosões nervosas da presidente”: Uma análise do processo de impeachment de Dilma Rousseff na revista semanal <i>Isto É</i> <i>Viviyane Garbelini Cardoso</i>	193
O jornal Folha de S.Paulo e a Sociedade do Espetáculo nos desdobramentos do impeachment <i>Bruno Cardoso Macedo</i>	217
Judiciário: quando a deusa Têmis tira as vendas para transformar-se num herói de mil faces <i>Luciano Feltrin Correia</i>	247
Telejornalismo e espetáculo: o conflito na narrativa do impeachment de Dilma Rousseff no Jornal Nacional <i>Carla Montuori Fernandes e Genira Chagas</i>	263
A mídia, os movimentos sociais e a educação pública como hipótese <i>Mei Hua Soares</i>	283
“Reorganização” das escolas estaduais do Estado de São Paulo: a cobertura nas páginas da <i>Folha de S.Paulo</i> <i>Beatriz Santoro</i>	297
As ocupações das escolas públicas: estudantes secundaristas na defesa da educação pública de qualidade <i>Rosemary Segurado</i>	311

APRESENTAÇÃO

Cláudio Novaes Pinto Coelho
Simonetta Persichetti

Desde 2013, quando as ruas das principais cidades brasileiras foram tomadas por manifestantes, com reivindicações as mais diversas, e prédios dos poderes executivo e legislativo foram atacados, o país passa por uma profunda crise institucional. O impeachment da presidente Dilma Roussef, na prática um golpe de estado, apesar das aparências de respeito à legalidade, só agravou essa crise, ainda sem perspectiva de resolução.

Tendo em vista essa situação, refletir sobre a política brasileira contemporânea é imprescindível, em especial se a reflexão incluir uma análise da atuação da mídia. Não é exagero nenhum afirmar que nem o impeachment de Dilma Roussef teria acontecido, nem a operação Lava Jato teria a dimensão que ela possui, e que tanta influência exerce na crise institucional, sem a atuação da mídia.

Por outro lado, não é possível pensar as relações entre política e mídia na contemporaneidade sem levar em consideração em que contexto essas relações ocorrem: o da sociedade do espetáculo. Guy Debord, o principal teórico e crítico da sociedade do espetáculo, já na década de 1960, anunciava que as relações sociais se davam por intermédio da produção e do consumo de imagens. Na sociedade do espetáculo, portanto, a vida política está baseada no processo de construção/desconstrução das imagens dos políticos, dos partidos, e das instituições de modo geral.

O livro *Política, mídia e espetáculo* pretende contribuir para a compreensão do momento extremamente delicado pelo qual a sociedade brasileira vem passando, e, dessa forma, colaborar para que a resolução da crise institucional aconteça mediante o fortalecimento da democracia.

A primeira parte do livro aglutina textos que não só investigam as relações entre política e imagem, mas chamam a atenção para a presença das características do entretenimento na vida política. O capítulo escrito por Luis Mauro Sá Martino, que abre o livro, mostra que o entrelaçamento cada vez maior do entretenimento e da política coloca importantes desafios para a existência da democracia. O texto redigido por Simonetta Persichetti reflete sobre a dimensão ideológica das imagens, em especial da fotografia, o que é fundamental para a compreensão das relações entre mídia e política. Por sua vez, o trabalho de Vera Chaia evidencia que a articulação entre política, entretenimento e imagem se faz presente inclusive no que diz respeito à representação da figura de um líder da oposição à ditadura militar, como Carlos Marighella.

O próximo conjunto de textos do livro, que compõem a segunda parte, tem como foco justamente como a mídia, no contexto da espetacularização da política, se posiciona diante da questão da democracia. O capítulo redigido por Cláudio Novaes Pinto Coelho é uma reflexão a respeito do papel da mídia, em especial dos grandes conglomerados comunicacionais, para a manutenção ou a supressão de um regime político democrático. Essa reflexão é feita a partir de um diálogo com os conceitos de poder espetacular de Debord e de autocracia burguesa de Florestan Fernandes. O texto de Tathiana Senne Chicarino fornece uma descrição da construção histórica do discurso político-midiático da revista *Veja*, buscando compreender como essa publicação se tornou um dos principais porta-vozes midiáticos da postura política da classe média, marcada pelo liberal-conservadorismo. O trabalho escrito por Bruno Capozzi Montalvão discute a forma como a revista *Veja* informou o seu leitor no período que antecedeu as eleições de 2014, tendo como base o conceito de espetáculo desenvolvido por Guy Debord, em especial a oposição entre um discurso baseado no diálogo, fundamento da democracia, e um discurso baseado em imagens estereotipadas.

Infelizmente, não há como pesquisar a relação entre mídia e política na contemporaneidade sem levar em consideração a proliferação de discursos marcados pelo ódio. Da terceira parte do livro *Política, mídia e espetáculo* fazem parte textos sobre essa temática. O capítulo redigido por Emerson Ike Coan, além de dialogar com o pensamento de Debord sobre a sociedade do espetáculo, trabalha com a teoria do preconceito desenvolvida por Adorno e Horkheimer e com a interpretação de Marilena Chauí sobre o autoritarismo presente na vida cotidiana da sociedade brasileira. Por sua vez, Vanderlei de Castro Ezequiel analisa o discurso de ódio presente nas manifestações contra o governo de Dilma Rousseff. A principal orientação teórico-metodológica deste trabalho é a Análise de Discurso de linha francesa, entendendo o discurso político como enunciação de uma época. As teses de Debord sobre a Sociedade do Espetáculo conduzem a análise crítica do corpus. O mesmo referencial teórico-metodológico está presente no capítulo escrito por Viviane Garbelini Cardoso, sobre o discurso do ódio envolvido no processo de impeachment, em especial o ódio direcionado à mulher Dilma, às mulheres na política e às mulheres de maneira geral. O objeto da reflexão sobre o discurso do ódio direcionado às mulheres é a cobertura do impeachment feita pela revista *Isto É*.

O acontecimento mais significativo da política brasileira contemporânea, o impeachment da presidente Dilma Rousseff é analisado, juntamente com a Operação Lava Jato, por um conjunto de três capítulos que compõem a quarta parte do livro. O texto escrito por Bruno Cardoso Macedo reflete sobre a cobertura feita pela *Folha de S.Paulo*, em 2016, a respeito desses dois temas, investigando a influência do discurso espetacular, o crescimento do conservadorismo e a hegemonia dos grupos midiáticos no jornalismo contemporâneo. Luciano Feltrin Correia analisa, de forma crítica, os artigos de Janio de Freitas, no jornal *Folha de S.Paulo*, para mostrar que, com

o advento da Operação Lava Jato, o poder Judiciário assumiu uma postura de protagonista no cenário político brasileiro contemporâneo, passando a utilizar elementos da espetacularização. O capítulo redigido por Carla Montuori Fernandes e Genira Chagas investiga a cobertura do impeachment feita pelo *Jornal Nacional* buscando compreender a utilização de recursos de dramatização, que permitem o enquadramento dessa cobertura como um exemplo de jornalismo espetacularizado.

Na última parte do livro, são publicados textos sobre um dos movimentos sociais mais importantes dos últimos tempos no Brasil, o movimento de ocupação de escolas públicas pelos estudantes secundaristas. A possibilidade de construção de alternativas à sociedade do espetáculo é o aspecto central desses movimentos. O capítulo escrito por Mei Hua Soares defende a necessidade de lutar pela educação básica pública, e ao mesmo tempo mostra como essa luta é relegada à invisibilidade pela grande mídia. O texto de autoria de Beatriz Santoro evidencia que a cobertura das ocupações das escolas feita pela *Folha de S.Paulo* privilegiou o posicionamento do governo do Estado em detrimento da exposição da visão de professores e alunos. No capítulo final do livro *Política, mídia e espetáculo*, Rosemary Segurado reflete sobre o papel desempenhado pelo uso das redes sociais virtuais, quer seja para a organização das ocupações, quer seja para a divulgação pelos próprios estudantes do que estava acontecendo. Essa divulgação foi fundamental para quebrar a barreira da invisibilidade colocada pela grande mídia, e para conquistar apoio de vários setores sociais.

Todos os textos do livro *Política, mídia e espetáculo* têm por origem o quarto *Seminário Comunicação e Política na Sociedade do Espetáculo*, organizado pelo Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Participaram desse seminário pesquisadores do grupo de pesquisa Comunicação e Sociedade do

Espectáculo, da própria Cásper Líbero, e pesquisadores do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da PUC/SP. Os trabalhos publicados indicam o compromisso dos seus autores não só com a produção do conhecimento, mas principalmente com a defesa do exercício da cidadania.

PARTE I

**Política,
Entretenimento
e Imagem**

CAPÍTULO 1.

DA LÓGICA DA POLÍTICA À LÓGICA DA MÍDIA: ENTRE DEMOCRACIA E ENTRETENIMENTO

Luís Mauro Sá Martino¹

Vistos muitas vezes como esferas separadas, o entretenimento e a política vem se entrelaçando com força renovada ao longo dos últimos vinte anos. À medida em que os ambientes das mídias digitais e as transformações da indústria cultural se afirmam como espaços de participação política, a própria noção de democracia vem se transformando para dar conta dos cenários contemporâneos. Com isso, verifica-se cada vez mais um desafio colocado pelos ambientes midiáticos à política: como as práticas da democracia se articulam com esse cenário?

Uma das respostas, apontadas por autores diversos como Meyer (2002), Street (1997; 2001; 2010), Van Zoonen (2007; 2008) ou Marques (2010) é uma dupla articulação entre as lógicas da política, derivadas das especificidades do próprio campo, e as lógicas da mídia, pautadas não mais, ou não apenas, pela cobertura noticiosa dos fatos políticos mas, principalmente, pela utilização progressiva de recursos do entretenimento na abordagem do tema – a dramatização dos fatos políticos no jornalismo é apenas um dos indícios que permite observar isso.

Ao mesmo tempo, a presença crescente de temas políticos no entretenimento parece indicar para a existência de uma visão abertamente dramaturgica dos fenômenos políticos: séries de tv como *The*

¹ Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP. Formado em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Docente da Graduação e do Programa de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero.

West Wing, *Yes, Minister*, *Game of Thrones* e, principalmente, *House of Cards* sugerem uma relação de proximidade cada vez maior entre os dois campos. Em um panorama mais aberto, a presença de discussões a respeito das chamadas “políticas de identidade” ocupa igualmente um lugar progressivo no âmbito do entretenimento, aumentando o escopo do assunto para incluir também questões relacionadas à representação, na cultura da mídia, de grupos e segmentos sociais anteriormente deixados à margem desse círculo.

Com isso, novos desafios se impõem para pensar as relações entre mídia e política. Neste texto, busca-se delinear alguns aspectos dessa intersecção, evitando o reducionismo pautado em modelos fechados. Antes, procura-se entender como as relações entre entretenimento e política acontecem em um cenário de articulação de sentidos em um processo quase ilimitado de significação de discursos e práticas sociais – seja do lado da política, da mídia ou das cidadãs e cidadãos.

INTRODUÇÃO

As relações entre a política e entretenimento vem sendo um objeto privilegiado de investigação tanto no campo das Ciências Sociais quanto na Comunicação. Dentre os vários focos, seria possível destacar a preocupação com as formas de concepções de política presentes na arte (CHAIA, 2003), questões de política cultural (COELHO, 2010) e o engajamento de artistas, canções e movimentos musicais em atividades de natureza política – a canção de protesto, nesse sentido, seria o caso mais explícito. Se a perspectiva crítica foi, em algum momento, dominante – veja-se Postman (1986) ou Putnam (1995a, 1995b) –, proposições recentes vem procurando contrabalançar essa questão (CHAIA e CHAIA, 2000; GOMES, 2003; CORNER e PELS, 2003; KEPPLINGER, 2002; LOUW, 2005; DAHLGREN, 2005).

De maneira genérica, seria possível delinear nesses estudos uma preocupação justificada e correta em compreender as formas políti-

cas do entretenimento tais como se apresentam, mais ou menos explícitas, em um debate abertamente partidário.

O argumento deste ensaio é que a política está tomando a forma do entretenimento porque ela não seria entendida de outra maneira. Boa parte das referências coletivas contemporâneas estão articuladas com os ambientes da mídia e os discursos em circulação nesses espaços, sejam parte de uma “cultura digital”, “cultura de massa”, “cultura da mídia”, ou mesmo “*popular culture*”, como preferem os anglo-saxões, em uma acepção de “popular” que fica em diagonal com a dos discursos teóricos latino-americanos. Barthes (1983) em seu trabalho pioneiro de análise da mídia, sugeria que as “mitologias modernas” – tramas de novelas, trechos de filmes, episódios de séries, canções populares e *rock’n’roll* – estão muito mais presentes na memória, tanto individual quanto coletiva, do que outras formas de narrativa.

O “mundo vivido” (LEBENSWELT), no dizer de Husserl (2003) está permeado de elementos dos meios de comunicação; eles formam nossa memória, os discursos coletivos, permitem associações e identificações individuais e sociais, expressam sentimentos e aspirações (MARQUES e MARTINO, 2016). Estão vinculadas às condições materiais de sua produção e às relações sociais, mas, ao mesmo tempo em que as expressam, também as transcendem – a dialética da produção cultural, em alguma medida, parece se direcionar para esse aparente paradoxo que, no entanto, se dissolve quando se lembra que essa, em alguma medida, é a própria dinâmica da sociedade.

Isso não é superdimensionar o poder da mídia e sua articulação com a política da vida cotidiana. Se ela tem a série de prerrogativas, é porque está presente em algo mais amplo chamado “vida humana”, que certamente não depende apenas dos ambientes midiáticos, mas está em constante articulação com eles dentro de um processo de midiaticização (MARTINO, 2014; 2016).

O sentido das mensagens da mídia é negociado em seu uso pelos indivíduos, entendidos como sujeitos históricos e sociais, dotados de vínculos, sentimentos, afetos, razão. Sua presença inicialmente se deve muito mais à maneira como ela se articula e se relaciona com outras instâncias da vida social articulando-se em termos de um “ambiente” (MEYROWITZ, 2000).

A REALIDADE COMPARTILHADA

O filósofo norte-americano William James, em um texto escrito no final do século 19 chamado “Princípios de Psicologia”, foi um dos primeiros a chamar a atenção para esse fenômeno: vivemos em múltiplas realidades, mas quase não se dá conta disso e, na maior parte dos casos, essa pluralidade é deixada de lado e comprimida em uma entidade singular, a realidade. E, nesse sentido, boa parte de nossa experiência cotidiana está relacionada de alguma maneira com as interações mediadas.

Em primeiro lugar, pela onipresença das redes de comunicação. As tecnologias de comunicação, transformadas em miniaturas e acopladas ao corpo humano, permitem uma interação mais rápida e ampla com outros seres humanos, mas também com outros canais de informações, como jamais foi experimentado na história. Se é possível dizer que a realidade é relacional, é possível argumentar também que essas relações são hoje mais mediadas do que em qualquer outra época. O acoplamento de dispositivos tecno-eletrônicos ao corpo humano – alguns autores chamariam de “pós-humano”, uma discussão que não está nos limites deste texto (SANTAELLA, 2006; RÜDIGER, 2006) – torna possível a criação e a experiência do “mundo real” em ambientes antes inimagináveis, múltiplos e simultâneos. Em qualquer lugar posso estar ligado simultaneamente a várias realidades, sobretudo quando se leva em conta a noção de “múltiplas realidades” mencionada por William James.

Mesmo em um plano mais amplo, é praticamente impossível escapar da presença da mídia em qualquer espaço, seja como o som ambiente de um supermercado, seja nas telas eletrônicas presentes nos lugares mais inesperados ou no toque do *smartphone*. A torrente de informações, inesgotável, não é apreendida em sua totalidade pelos cinco sentidos, e aí também encontra lugar um intenso processo de negociação na dinâmica entre emissor, mensagem e receptor – se essas categorias ainda tem alguma validade para definir os parâmetros da comunicação contemporânea. Essa torrente não é nova e, quando se leva em consideração o desenvolvimento de uma cultura vinculada à mídia desde o final do século XIX, seria possível dizer que de alguma maneira a história cultural dos séculos XX e XXI está ligada aos discursos produzidos nos e pelos meios de comunicação, bem como em sua apropriação e ressignificação pelos indivíduos.

Ao menos nas grandes cidades, seria difícil encontrar alguém nascido após 1950 que não tenha, em suas memórias pessoais, lembranças da televisão, do cinema e do rádio. O repertório das pessoas está povoado de personagens de filmes e novelas, cenas de cinema, música popular, MPB, *rock'n'roll*, citações de séries de televisão.

ENTRE A LÓGICA DA MÍDIA E A DA POLÍTICA

O potencial político do entretenimento não é uma percepção moderna. Assim como a intersecção com a estética está presente em todo regime político, não seria errado dizer que a concepção moderna de política mediada não pode deixar de lado a capacidade do entretenimento de lidar com temas políticos, e mesmo, de alguma maneira, interferir em certos aspectos da concepção de política (KEMEL e GASKELL, 2000; MARQUES, 2010). Embora possam ser entendidos às vezes como antípodas, entretenimento e política podem ser aproximados de diferentes maneiras (PANKE, 2010; MARTINO, 2011).

Em linhas gerais, isso tende a acontecer a partir de uma dupla relação. De um lado, como destaca Van Zoonen (2004; 2005), o potencial de dramatização da política mediada deve ser levado em consideração. O tratamento da política nos noticiários, argumenta, é muitas vezes feito à semelhança da teledramaturgia, com lances dramáticos e giros narrativos típicos da ficção – com a única diferença que se está falando de atores reais. Esse tipo de tratamento, segundo a autora, não está apenas no âmbito midiático, mas na própria representação e apropriação da política pelo público. Dessa maneira, a atuação de políticos, tanto no executivo quanto no legislativo, e mesmo a própria tomada de decisões em diversas instâncias, sem mencionar o espaço das propagandas eleitorais, são tematizados de maneira próxima ao entretenimento – não com um eventual prejuízo para a prática da política *strictu sensu*, mas com reapropriações do que se pode compreender como o próprio campo político.

Essa dramatização encontra seu limite na ficcionalização da política, algo que, genealogicamente, começa com o cinema hollywoodiano – embora seja possível igualmente remontar às peças políticas de Shakespeare (CHAIA, 2010). O sucesso de seriados como *House of Cards*, *Yes, Minister* (e sua sequência *Yes, Prime Minister*), *Agosto* ou semelhantes sugerem o sucesso desse potencial. A política, em seu componente emocional e afetivo, não deixa de capturar a imaginação de roteiristas e dos públicos.

A aproximação de atores do campo político com o entretenimento pode também ser um indicador dessa relação. Como afirma Street (2001; 2011), essa aproximação não é fortuita nem aleatória, mas implica giros e transformações planejadas na intersecção entre arte, cultura pop e política. A escolha de aparecer ao lado de alguém vinculado à arte, por parte de políticos, está ligada à imagem que se busca passar para o público de fãs de um determinado artista. Ao mesmo tempo, os posicionamentos de artistas e sua busca por apa-

recerem junto a políticos dos mais variados matizes não deixa de chamar a atenção para a troca mútua de prestígio e posicionamento definidos como importantes em determinado momento. Do lado político, a tentativa de atingir novos públicos e definir uma imagem mais próxima de audiências que, de outra maneira, não necessariamente estariam em foco. No campo artístico, posicionamentos políticos tendem a estabelecer igualmente uma imagem em consonância com o que seu público específico aguarda – e, em particular, sua visibilidade e importância enquanto figuras com alta repercussão no espaço de conversação pública, em particular nos meios digitais, atua na ressonância de seus posicionamentos.

A hipótese da “colonização”, formulada por Meyer (2002), indica que, em uma sociedade mediada, a política precisa necessariamente se adaptar aos códigos e linguagens da mídia para atingir um público acostumado, em sua maioria, com esse tipo de mensagem. Uma parte do campo político, argumenta, deve se adequar às práticas midiáticas sob risco de perder algo fundamental – a possibilidade de ser visto e, por conseguinte, ser lembrado.

Meyer parte do princípio que, nos regimes democráticos, os agentes do campo político depende de um referendo popular periódico para serem eleitos. Seu principal objetivo é ser visto e lembrado, especialmente durante os períodos eleitorais. Para tanto, é fundamental estar presente na esfera midiática, ainda que, para isso, seja necessário se render às práticas e linguagens da mídia – dentre elas, as questões estéticas e os códigos semióticos regentes do sistema midiático. Essa ideia é o coração da noção de “colonização”.

Isso não significa, prossegue Meyer (2002), que o campo político se torna subserviente do campo das mídias. Em sua dinâmica interna, a “lógica da política” permanece tal e qual, com suas atividades e perspectivas. No entanto, quando se trata de conquistar e manter espaços de visibilidade pública, partidos políticos e governos se ade-

quam à “lógica da mídia”, mobilizando departamentos de Comunicação, assessorias de imprensa, investem em *media training* para seus membros, contratam especialistas em comunicação política, blogueiros, *social media* e todo tipo de profissional que possam estabelecer contatos e boas relações com o ambiente midiático.

Essa adaptação indica, em boa medida, a possibilidade de se pensar a lógica da política adaptada às práticas de entretenimento preponderantes na mídia. Isso pode explicar, por exemplo, a presença de políticos em programas de televisão, vídeos na internet, sendo filmados ou fotografados em situações inusitadas, ou mesmo atuando ao lado de artistas.

A vitória da “lógica da mídia” sobre a “lógica da política” acontece, nesse sentido, como efeito da “colonização” a que Meyer se refere, abrindo perspectivas para se pensar as formas contemporâneas de intersecção entre política e entretenimento.

O AMBIENTE DA MÍDIA

Um primeiro ponto é questionar em que medida uma separação entre “mídia” e “sociedade” é válida quando se pensa que produtores e receptores estão em um mesmo universo de sentido (HALL, 2003).

Se pensarmos, apenas como exemplo e em termos genéricos, na formação cultural de uma roteirista de TV ou autor-produtor de um canal de vídeos digitais, é possível que se encontre nela referenciais semelhantes aos do público que pretende atingir com seu produto. Não se trata, no caso, de pensar em pesquisas de audiência que lhe digam “o que o público quer”, mas, em outro sentido, de se levar em conta que ela divide o mesmo universo de discursos, sentidos e significados que os outros – ela certamente viu algumas das mesmas novelas, os mesmos desenhos animados, os mesmos programas. É seu trabalho de recriação intertextual, na medida em que consegue combinar esses textos em algo novo, o responsável por trazer uma novidade (HALL, 2003; OROFINO, 2012).

A circulação de significados pode se dissolver de alguma maneira diante da proposição de uma articulação intertextual de discursos, no qual os indivíduos pertencentes a uma sociedade compartilham um mesmo universo de sentido que é refletido/reelaborado no ambiente das mídias.

Se pensarmos que os sentidos circulam na sociedade, sendo apropriados e reapropriados em várias instâncias, fica difícil estabelecer qualquer dicotomia ou dualidade: discursos passam pela mídia, são apropriados, reproduzidos, ressignificados, devolvidos à sociedade que, por sua vez, articula seu cotidiano em termos de significados compartilhados.

Um outro elemento diz respeito à distribuição de poderes dentro da sociedade. Certamente a circulação de sentidos mencionada acima não é, de maneira alguma, igual. Ao contrário, os diversos pólos de poder dentro da sociedade capitalista alteram o rumo desses discursos, convertem-nos em mercadorias, modificam seu alcance e podem imprimir neles uma série de valores, concepções de mundo e percepções específicas que, divulgadas em larga escala, pode se tornar um discurso que vai prevalecer sobre os outros. No entanto, se há uma possibilidade de hegemonia, há também uma de resistência. Nada garante que os sentidos produzidos intencionalmente, digamos, por uma grande corporação ou por um governo sejam adotados tal e qual pela população, ou mesmo por toda a população – Hall (2003), nesse caso, fala de uma “negociação” de sentidos entre as instâncias de circulação da mídia.

Seria o caso, aqui, como Bourdieu (1983), de questionar uma certa concepção que geralmente se tem no uso de conceitos como “o povo”, “a população”, “as pessoas”, como se se estivesse falando de categorias sociológicas de definição fácil e, principalmente, de associação fácil com algo concreto. Quando se fala em “povo”, de quem exatamente se está falando? Em alguma medida, esse tipo de

construção pode se converter em uma armadilha teórico-metodológica para qualquer estudo. Daí a necessidade de usar esses conceitos, parafraseando Umberto Eco (1995), “da maneira mais descongestionada possível”.

Os produtos da mídia são criados em diversas instâncias, do “*youtuber*” solitário, que com a câmera do “*smartphone*” consegue milhões de seguidores nas redes sociais, até as grandes corporações industriais multinacionais, regidas pelos parâmetros empresariais visando o lucro – a ideia de “indústria cultural” não parece ter perdido seu poder de explicação para essa parte do fenômeno comunicacional.

No entanto, esses produtos são distribuídos em processos complexos, não-lineares, sendo apropriados e reconstruídos por indivíduos e grupos que, por sua vez, oferecerão interpretações diferentes para aquele mesmo produto, quando não reelaborando-o e colocando-o novamente na rede (JENKINS, 2006; SCOLARI, 2008; MARTINO, 2014). E, igualmente, podem incorporar elementos desse produto em sua vida cotidiana; podem se apropriar dele e dar um sentido novo, completamente diferente do esperado. No cotidiano, a mídia está em algum lugar entre os que superestimam sua presença e os que a ignoram.

Nesse panorama, não é possível deixar de levar em conta que a mídia, há pelo menos um século, é uma das múltiplas dimensões responsáveis por estruturar nossas sensibilidades, nas palavras de Williams (2006), e se tornarem parte de nosso repertório. A ideia de que a vida é “mediada”, para usar uma expressão de Zengotita (2006), está próxima dessa concepção. Mesmo desconectados do ambiente midiático, suas mensagens ainda estão dentro de nós, prontas para serem usadas como cada um decidir.

Quando alguém cita um trecho de filme em uma conversa interpessoal, estou me apropriando de um discurso da mídia, tirando-o de contexto e tornando-o próprio (COULDRY, 2008; LIVINGSTO-

NE, 2008). Naquele momento, a palavra para definir isso seria novamente “articulação”.

A POLÍTICA NO AMBIENTE MIDIÁTICO

De que maneira a política se transforma para se adaptar a esse contexto dominado, em vasta medida, pelo discurso dos meios de comunicação? A resposta é a partir da incorporação, pela política, dos elementos dessa cultura, das formas, estruturas, “códigos”, modelos e ideias já presentes na mentalidade dessa sociedade. Ao mesmo tempo, esse repertório é também um meio de expressão política, se tomarmos isso em outro sentido, a perspectiva da política como ação dos indivíduos no sentido de transformação social (Street, 2001; 2011).

Um exemplo, tirado da música brasileira, pode ilustrar a questão. Em termos de política partidária, em um sentido próximo do que o senso comum entenderia “política” como jogo de posições e disputa de interesses, certamente a MPB é mais “politizada” do que foi a Jovem Guarda ou a Tropicália. No entanto, se pensarmos que “política” é o exercício dos jogos de poder também em escala micro, ou seja, fora do universo partidário mas nas relações sociais, as mudanças nos costumes divulgadas pela Tropicália poderiam ser entendidas igualmente como uma ação política.

Chico Buarque cantando “Roda Viva”, em 1968, é certamente um ato político no sentido macro da expressão; Rita Lee com dois homens deitados e mais um terceiro, em roupa de couro, observando, na contracapa do LP *Ando meio desligado ou Panis et Circenses*, gravação dos Mutantes também de 1968, é igualmente um gesto de desafio político, nas micropolíticas do poder cotidiano. Mesmo um cantor como Roberto Carlos, embora se declarando “apolítico”, parecia ensaiar certa rebeldia nessa escaladas micro-políticas ao se vestir de uma maneira “diferente” – para os padrões da época, claro – e usar cabelos longos. A rebeldia da música pop, em especial do rock, não

pode deixar de ser pensada como um elemento político, ainda que não se apresente como tal.

No duplo sentido que a política toma quando pensada em sua relação com a mídia e, especialmente, com o entretenimento, a política se apropria do entretenimento como veículo de expressão, ao mesmo tempo em que o entretenimento, por conta de sua divulgação, pode ser usado como forma de expressão de reivindicações e mudanças que, sem serem partidárias, são igualmente políticas (STREET, 1986; 2002).

No ambiente midiático, a convergência entre a política como prática social e o entretenimento, como o principal de seus discursos, não parece ser um elemento estranho, mas antes um desenvolvimento esperado – o que implicaria dizer, inclusive, que nesse sentido a política torna-se parte do mesmo sistema de produção empresarial de qualquer outro elemento midiático, sendo submetida às mesmas pressões e demandas.

A democracia sempre dependeu das formas de comunicação para existir; talvez seja mais do que uma coincidência que tanto a democracia quanto a retórica, essa mais antiga forma de comunicação política, tenham sido inventadas pelos gregos. O exercício da deliberação política, a tomada de decisões, as manobras políticas dependiam da persuasão a partir da principal mídia disponível, a voz humana, treinada junto com a mente na arte de argumentar, escolher os melhores fatos e colocá-los na ordem correta para levar à *construção de um sentido* na mente dos ouvintes que os vinculasse a uma causa específica e não à outra (MARQUES, 2015a, 2015b; MARQUES e MARTINO, 2012; MAIA e GOMES, 2008; BOBBIO, 2000).

A política, nesse sentido, caminhou ao lado das tecnologias de mídia disponíveis, adotando os códigos, as formas e as linguagens específicas dessas mídias – no advento do jornalismo, a política se fez notícia de jornal, assim como tinha se feito livro, depois se tornou imagem. Em uma sociedade ocidental definida por palavras como

“consumo”, “espetáculo” e “entretenimento”, talvez não seja completamente estranho que a mídia e a política estejam novamente definindo sua relação em termos de uma relação de duas mãos (VAN ZONEN, 2007).

Quando se pensa o poder como um aglomerado de discursos em circulação pela sociedade, responsáveis por gerar tanto práticas quanto representações, o domínio da política se amplia consideravelmente, englobando toda a produção de discursos.

Um discurso, nesse sentido, é um elemento de poder, um agrupamento de ideias que encontrarão algum espaço na sociedade, trazendo em si as marcas de valores, pontos de vista, poderes e quanto mais for agregado em sua origem. A produção de discursos, na medida em que está vinculada a grupos e espaços sociais, é uma manifestação política, mostrando quem é a comunidade ou grupo produtor do discurso e qual sua visão de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: RUMO A UMA CONCEPÇÃO AMPLIADA DE POLÍTICA?

Está longe, aqui, uma concepção estrita de política como o resultado da interação entre pessoas eleitas, filiadas a um partido, responsáveis por fazer leis ou administrar. Política, no sentido amplo pensado neste texto, é também a produção de discursos – em outras palavras, as manifestações artísticas, culturais, literárias, musicais. Assim como não é possível dissociar o discurso de sua produção, ao menos em sua origem, não existiria ação humana sem uma dimensão política, mesmo velada ou deliberadamente evitada. Os discursos, queira-se ou não, marcam a posição dos indivíduos e grupos diante da realidade e, portanto, relacionam-se com sua concepção a respeito desse mundo e de si mesmo dentro dele.

É possível pensar a política não apenas como a atividade das pessoas envolvidas diretamente com o chamado “campo político”, mas

como uma prática espalhada por todo o cotidiano. Em uma definição ampla, política envolve as ações relativas à distribuição de poderes, definição de identidades, demarcação de lugares e direitos no espaço público. A definição de quem se é e do grupo ao qual se pertence, são ações de natureza política. É possível dizer que, a partir daí, a discussão a respeito das relações entre entretenimento e política ganha força na medida em que a produção cultural vinculada de alguma forma aos meios de comunicação é parcialmente responsável por auxiliar na construção de gostos, ideias, significados e estilos de vida.

Dessa maneira, o entretenimento é uma ação política na medida em que está vinculado às representações de identidades e à construção de visões de mundo de grupos sociais (INTHORN, 2006). Mesmo sem estar explicitamente engajado em uma causa, o entretenimento não está desligado da sociedade onde é criado, e em algumas situações reflete as contradições, anseios, medos e expectativas dessa sociedade.

Seria importante recordar, ao mesmo tempo, que a cultura do entretenimento é um produto cultural, criado dentro de padrões, regras e circuitos de produção definidos – o termo “indústria cultural” seria apropriado – e, portanto, ligado diretamente ao modelo capitalista de sua produção. No entanto, o fato de ser um negócio não implica necessariamente o vínculo a um modo de se pensar o mundo (STREET, 2011).

A dualidade entre o aspecto comercial e político do entretenimento é uma contradição, sem dúvida, mas que faz parte de sua dinâmica de produção e apropriação pela sociedade (CANCLINI, 2000). Em termos de atividade política direta, por exemplo, seria difícil negar o caráter político do *rap* ou do *hip-hop*, mesmo se gravado e distribuído por uma empresa. No entanto, não seria possível ler isso como uma expansão sem precedentes da própria indústria cultural? Ela estaria se apropriando comercialmente até mesmo do que seria sua antítese, mostrando que, contanto que venda, não há ideologia em jogo – exceto a da produção capitalista.

No entanto, ao mesmo tempo, esse caráter de produto não tira de cena o fato de que o entretenimento é um veículo de representações e sentidos que serão negociados com o público e apropriados de maneiras diversas, inclusive com significados contrários aos planejados no momento de sua produção. Em uma cultura vinculada às mídias, o entretenimento pode se tornar uma espécie de locus de conflito e engajamento cultural. O entretenimento é um lugar privilegiado para a construção de representações sociais.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Vous avez dit ‘populaire’?**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n° 46. Mars 1983, p. 98-105

BRANTS, K. & NEIJENS, P. **The Infotainment of Politics**. Political Communication, 15:149–164, 1998

CHAIA, M. **A natureza da política em Shakespeare e Maquiavel**. Estudos Avançados9 (23) pp. 165-182, 1995.

CHAIA, V. e CHAIA, M. (orgs.) **Mídia e Política**, São Paulo, Educ, 2000.

CORNER, J. & PELS, D. **Media and the restyling of politics**. Londres: Sage, 2003.

CURRAN, J. Reinterpreting the democratic roles of the media. **Brazilian Journalism Research**. v. 3, n. 1, jan-jun. 2007

DALHGREN, P. Theory, Boundaries and Political Communication: The Uses of Disparity. **European Journal of Communication**. v. 19, n. 7, 2004.

FRITH, S. **Rock and politics of Memory**. Social Text, 9/10, Spring-Summer 1984, pp. 59-69.

GOMES, W. & MAIA, R. **Comunicação e política**. São Paulo, Paulus, 2008.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2003.

GUAZINA, L. O conceito de mídia na comunicação e na política. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007.

HART, R. A commentary on popular assumptions about political communication. **Human Communication Research Summer**, v. 8, n. 4, p. 366-389, 1982.

KEMAL, S. & GASKELL, I. Contesting the arts: politics and aesthetics. In: _____. **Politics and Aesthetics in the Arts**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 1-11.

KEPPLINGER, H. M. Mediatization of politics: theory and data. **Journal of Communication**, v. 34, n. 12, dez, 2002

LOUW, ?. **The media and political process**. Londres, Sage: 2005.

MARQUES, A. C. S. **Interrelações entre estética e política: o papel das emoções, da experiência e da narrativa ficcional**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estéticas da Comunicação, do XIX Encontro da Compós, na PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2010.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARTINO, L. M. S. **Teoria da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARTINO, L. M. S. Três hipóteses sobre as relações entre mídia, entretenimento e política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, jul.-dez. 2011.

MEYER, T. **Media Democracy**. Londres: Polity, 2002.

MUIR, K. Media Darlings and Falling Stars: Celebrity and the Reporting of

Political Leaders. **Westminster Papers in Communication and Culture**. v. 2, n. 2, p. 54-71, 2005.

PANKE, L. **Política e entretenimento: cruzamento e/ou interferência na construção de sentidos**. Animus, Vol. 18, no.1, 2010.

POSTMAN, N. **Amusing ourselves to death**. Londres: Penguin, 1986.

PUTNAM, R. **Bowling alone**. Nova York, Simon & Schuster, 1995b.

PUTNAM, R. **Tuning In, Tuning Out: The Strange Disappearance of Social Capital in America**. PS: Political Science and Politics December 1995a

REES, L. **Selling politics**. Londres: BBC Books, 1992.

SCOLARI, C. **Hipermediaciones**. Madrid: Gedisa, 2008.

STREET, J. **Mass media, politics and democracy**. Londres: Polity, 2001.

STREET, J. **Politics and Popular Culture**. Londres: Temple, 1997.

STREET, J. Politics Lost, Politics Transformed, Politics Colonised? Theories of the Impact of Mass Media. **Political Studies Review**, 2005, Vol. 3, 17-33

STREET, J. **Rebel Rock**. Londres: Blackwell, 1986.

Van ZONEN, L. **Entertaining the citizen**. Londres: Bowman & Littlefield, 2005.

Van ZONEN, L. Imagining fan democracy. 2004; 19; 39. **European Journal of Communication**, 19 (39), 2004.

CAPÍTULO 2.

A DIMENSÃO IDEOLÓGICA E POLÍTICA DA FOTOGRAFIA E A IMAGEM DO PRESIDENTE DO BRASIL

Simonetta Persichetti²

INTRODUÇÃO

Vivemos numa sociedade que, de maneira quase mântica, se apresenta ou gosta de se apresentar como hegemonicamente visual. Mas, infelizmente, muitas vezes deparamos com a impossibilidade de decodificação de uma imagem, visto que nos faltam os saberes para abarcar a totalidade das mensagens simbólicas envolvidas na produção de uma fotografia. Pois, como afirma o professor e pesquisador Boris Kossoy (2012, p. 22), “a câmera sempre foi, e segue sendo, um objeto de desejo por meio do qual flertamos com o real. Ferramenta que nos permite olhar, de quando em quando, para instantes interrompidos da nossa passagem, nossos momentos de afeto, nossas lembranças, nosso percurso, nossa memória”. A questão é como compreender este olhar ao sairmos da análise superficial e meramente iconográfica, que muitas vezes nos impede o aprofundamento das questões e das problemáticas narrativas das imagens fotográficas, para examinar a percepção iconológica da imagem. Uma sociedade que, apesar de se apresentar como narcísica, na verdade ecoa representações sociais, construções imagéticas sem os devidos aparatos de decodificação e, conseqüentemente, de capacidade crítica ou de reflexão.

² Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero.

(...) apesar de sermos personagens de uma ‘civilização da imagem’ – e neste sentido alvos voluntários e involuntários do bombardeio contínuo de informações visuais de diferentes categorias emitidas pelos meios de comunicação –, existe um aprisionamento multissecular à tradição escrita como forma de transmissão do saber, como bem esclarecia Pierre Francastel décadas atrás; nossa herança livresca predomina como meio de conhecimento científico. A fotografia é, em função dessa tradição institucionalizada, geralmente vista com restrições. (KOSSOY, 2003 p. 30)

Neste texto, desenvolvo uma reflexão sobre as principais características da fotografia, dialogando com vários pesquisadores do tema, para realizar, nas considerações finais, uma breve análise de algumas imagens elaboradas pelos fotógrafos oficiais da Presidência da República de Getúlio Vargas (1951 – 1954) a Lula (2003 – 2010), com o objetivo de tentar encontrar semelhanças e/ou diferenças na criação da identidade do presidente. Buscarei compreender a construção de uma ideia de brasilidade criada pelas imagens dos presidentes, que no Brasil habitualmente são divulgadas de forma sistemática até pela grande imprensa. Minha hipótese é de que a estética se repete na tentativa de reafirmar o papel do presidente como ator da sociedade, independentemente da posição política de quem ocupa a Presidência ou do momento histórico vivido pelo Brasil. Como nos lembra Balandier:

(...)[o poder] não se faz nem se mantém senão pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização num quadro cerimonial. Estas operações efectuam-se segundo modos variáveis, combináveis, de apresentação da sociedade e de legitimação das posições governantes”. (BALANDIER, 1999, p. 22).

Para desenvolver a reflexão sobre a fotografia, abordo e aprofundo conceitos como representação social, ideologia e construção de imagens, pois, tal como o professor Boris Kossoy (2007), acredito ser fundamental estudar a fotografia envolvendo-a nas suas inúmeras possibilidades de expressão: “percebi que, se não fosse o objeto de abordagens multidisciplinares, a fotografia jamais poderia ser compreendida em suas múltiplas facetas” (p. 27).

Dentre as várias temáticas acima citadas creio ser o aprofundamento da ideologia fundamental para entendermos a fotografia oficial. “Estudar a ideologia é estudar os caminhos pelos quais a criatividade e o imaginário servem para instituir relações sociais que estão ligadas ao poder, à heteronomia e à instrumentalização do homem” (SAWAIA, 1993, p. 79).

As diferentes ideologias, onde quer que atuem, sempre tiveram na imagem fotográfica um poderoso instrumento para a veiculação de ideias e a consequente formação e manipulação da opinião pública, particularmente a partir do momento em que os avanços tecnológicos da indústria gráfica possibilitaram a multiplicação massiva das imagens nos meios de informação e divulgação. E tal manipulação (entendida aqui como forma de modificar a percepção da mensagem iconográfica) tem sido possível, ainda nos dias de hoje, pela credibilidade que uma ‘imagem oficial’ carrega e pela “credibilidade que de uma maneira geral as imagens têm junto às massas, para a qual seus conteúdos são aceitos e assimilados como expressão da verdade” (KOSSOY, 1999 p. 20). O mesmo se dá com a questão da representação social, entendida aqui como o estudo do homem dentro de uma determinada cultura num determinado momento histórico, político e econômico. Partir das relações sociais para tentar compreender como o homem se representa; partir das relações sociais para definir – ou procurar definir – como o homem se comporta.

A fotografia é um traço visível de um universo preexistente, mas adquire significado num jogo dialético entre um produtor e um espec-

tador. “Uma imagem é a manifestação de algo? É reflexo do mundo ou produz uma presença de mundo?”³ (VILCHES, 1984, p. 14 – tradução livre da autora).

São questões há tempos ultrapassadas, que atualmente, para os estudiosos de fotografia, não fazem mais sentido, sobre o já reconhecido valor ficcional da imagem fotográfica: “assim como os demais documentos elas são plenas de ambiguidades, portadoras de significados não explícitos e de omissões pensadas, calculadas, que aguardam pela competente decifração” (KOSSOY, 1999, p. 22). É por isso que partirei de um conceito, dentro dos muitos possíveis, e acompanhados também pela psicologia social, de que não é possível conhecer o ser humano sem inserí-lo num contexto sócio-histórico.

É lógico que seja assim: cada sociedade necessita de uma imagem à sua semelhança. A fotografia argêntica contribui para a imagem da sociedade industrial e funciona com os mesmos protocolos que o resto da produção desenvolvida no seu cerne. A materialidade da fotografia argêntica corresponde ao universo da química, ao desenvolvimento do aço e da ferrovia, à maquinaria e à expansão incentivada pela economia capitalista. A fotografia digital, por sua vez, é consequência de uma economia que privilegia a informação como mercadoria, os capitais opacos e as transações informáticas invisíveis. (FONTCUBERTA, 2012, p. 14)

Portanto, trata-se da fotografia como parte fundamental no processo de recepção e percepção da imagem. “O estudo das imagens mentais que consentiram a produção de imagens reais significa tam-

³ “Un imagen es una manifestación de algo?¿El imagen es reflejo del mundo o produce la presencia de mundo?”

bém o estudo dos gêneros fotográficos e de seus critérios consolidados na representação; história da fotografia, portanto, como história da continuidade e de rupturas de modelos de representação” (D’AUTILIA, 2005, p. 160 – tradução livre da autora)⁴.

Como eu percebo eu defino, eu enxergo, eu julgo. O poder de ser imortalizado por uma fotografia: “quando me sinto observado pela objetiva, tudo se transforma: eu passo a posar, fabrico instantaneamente outro corpo, me transformo *a priori* em imagem.” (BARTHES, 1984, p. 22) Parto de uma pergunta básica ao procurar entender até que ponto as fotografias feitas pelos fotógrafos oficiais da Presidência são resultado das representações sociais, entendendo-se estas pela “caracterização de um comportamento registrável e observável e como um produto simultaneamente individual e social, estabelecendo um forte elo conceitual entre a psicologia social e a sociologia” (LANE, 1993, p. 59).

Quando as imagens são nossas fontes fundamentais, temos de ter em mente o amplo poder de persuasão e sedução inerente às representações iconográficas. Refiro-me aos processos de criação/construção de realidades que delas emanam, seja na sua produção, na sua interpretação, seja enfim nos usos e aplicações que foram objeto. Lidamos, portanto, com verdades relativas, verdades iconográficas. (KOSSOY, 2012, p. 24)

O signo visual comunica algo com fundamento em convenções sociais, num sistema de experiências apreendidas, e reproduz algumas condições da percepção comum. Compreender os significados

⁴ “Lo studio delle immagini mentali che hanno consentito la produzione d’immagini reali significa anche studio dei generi fotografici e dei loro criteri consolidate di rappresentazione; storia della fotografia, dunque, come storia di continuità e di rotture dei modelli di rappresentazione.”

não explícitos de uma imagem oficial/fotojornalística e estudar como se forma nas representações imagéticas na nossa sociedade. Refletir sobre nosso tão comentado analfabetismo cultural e como este me leva a acreditar que toda imagem fotográfica é considerada, nas palavras de Boris Kossoy, “um substituto do real”.

Toda fotografia tem atrás de si uma história. Olhar para uma fotografia do passado e refletir sobre a trajetória por ela percorrida é situá-la em pelo menos três estágios bem definidos que marcaram sua existência. Em primeiro lugar, houve uma intenção para que ela existisse; esta pode ter partido do próprio fotógrafo, que se viu motivado a registrar determinado tema do real, ou de um terceiro, que o incumbiu para a tarefa. Em decorrência desta intenção teve lugar o segundo estágio: o ato do registro que deu origem à materialização da fotografia. Finalmente, o terceiro estágio: os caminhos percorridos por esta fotografia, as vicissitudes por que passou, as mãos que a dedicaram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os porta-retratos que a emolduraram, os álbuns que a aguardaram, os porões e sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram. (KOSSOY, 2003, p. 45)

No caso específico deste trabalho me interessam muito mais o primeiro e o segundo estágio e em parte o terceiro. Estou mais preocupada em entender a força política da imagem na representação como uma forma de poder, situada entre história política e cultural – a fotografia como protagonista da História.

Como agente da história, a fotografia exerceu uma extraordinária influência tanto na vida indi-

vidual como na coletiva. Revolucionou a percepção da realidade permitindo a visibilidade, algo que não se tinha visto anteriormente: do menor (como as bactérias) ao maior (fotografias aéreas), o não visto (o interior do corpo por meio das radiografias); modificando a visão do real, mudou a relação do homem com ele próprio. A fotografia foi e é um instrumento de conhecimento e um meio de conservação da memória individual e coletiva. (D'AUTILIA, 2005, p. 157 – tradução livre da autora).⁵

Como algo se torna visível, de que forma as imagens fotográficas comunicam e se transformam. Qual o significado de um retrato para a criação de uma identidade.

A função social da fotografia é condicionada por diversos fatores que tornam seu estudo particularmente árduo: construímos os nossos documentos fotográficos conforme nossas exigências, lhes damos determinados usos e leituras, influenciados pelo nosso ambiente cultural. Mas a qualquer momento podemos mudar seu significado e adaptá-la aos nossos interesses. (D'AUTILIA, 2005, p. 157 – tradução livre da autora).⁶

⁵ “Come agente della storia, la fotografia ha esercitato una straordinaria influenza sia sulla vita individuale sia su quella collettiva. Ha rivoluzionato la percezione della realtà, permettendo di vedere ciò che non si era mai visto: dal più piccolo (i batteri) al più grande (il territorio, attraverso le fotografie aeree), al non visibile (l'interno del corpo, attraverso le radiografie); modificando la visione del reale, ha condizionato il rapporto dell'uomo con esso. La fotografia è stata, ed è uno strumento di conoscenza e un mezzo di conservazione della memoria private e collettiva.”

⁶ “La funzione sociale della fotografia è condizionata da diversi fattori, che ne rendono lo studio particolarmente arduo: costruiamo i nostri documenti fotografici a seconda delle nostre esigenze, ne facciamo un certo uso e ne diamo una certa lettura, influenzati dal nostro ambito culturale. Ma in qualsiasi momento possiamo anche leggerci altro, e farne l'uso che preferiamo.”

Quando falo da fotografia oficial, realizada por fotógrafos contratados para dar certa visibilidade a um governo e, conseqüentemente, a uma determinada forma de governar ou de conduzir o país, estou também falando de uma fotografia de propaganda, especificamente propaganda política. Trata-se de uma fotografia construída com fins narrativos e persuasivos bem determinados:

Tais manipulações/interpretações, que muitas vezes se confundem em uma só atitude, envolvem: o fotógrafo, que registra – e cria – o tema, o cliente ou contratante, que lhe confia a missão de retratar ou documentar; a casa publicadora (se é que a imagem foi veiculada, seja na época da sua produção, seja posteriormente em qualquer época), que a utiliza segundo determinada orientação editorial; os diferentes receptores (contemporâneos à sua produção, ou que tomarem contato com ela posteriormente à sua realização), que a vêem – seja em sua forma original, seja impressa – e reagem de formas totalmente diversas – emocionalmente ou indiferentemente –, na medida em que tenham ou não alguma espécie de vínculo com o assunto registrado, na medida em que reconheçam ou não aquilo que vêem (em função dos repertórios culturais individuais), na medida em que encarem com ou sem preconceitos o que vêem (em função das posturas ideológicas de cada um). (KOSSOY, 2003, p. 106)

Aprofundando o conceito descrito acima, entendo que, como toda fotografia, a imagem oficial é cheia de índices e simbolismos, que nos levam a um determinado entendimento. Por outro lado, ao falar de propaganda política também estou falando de uma estética muito próxima à de uma fotografia jornalística e que, por isso, mesmo nos

“engana” na sua recepção. Não a vejo como publicidade, mas como narrativa factual. E é aí, a meu ver, que se encontra o cerne do problema a ser estudado: “a fotografia não é a restituição do objeto-mundo, mas a produção de imagens que interpretam alguns fenômenos visíveis e fotografáveis, de um mundo particular existente num espaço e numa história dada” (SOULAGES, 2010, p. 34).

Portanto, sabemos que a estética é formadora de discurso, e não o conteúdo. Ela é parte fundamental da linguagem, já que é por meio do valor estético que recebemos e interpretamos uma fotografia. Da publicidade não esperamos veracidade nem semelhança com o mundo real. Sabemos que é sedução, sonho, ativadora de desejos; já da fotografia jornalística, por questões ideológicas que têm sua base na filosofia positivista do século XIX (época em que a fotografia foi inventada), esperamos a mimese, o espelho do real. Acreditava-se que uma imagem não precisava ser decodificada para que pudesse ser apreendida: “muitas razões explicam essa impressão de leitura “natural” da imagem, pelo menos da imagem figurativa. Em particular, a rapidez da percepção visual, assim como a aparente simultaneidade do reconhecimento de seu conteúdo e de sua interpretação (JOLY, 1996, p. 42).

Mas analisar ou compreender a mensagem de uma imagem é muito mais do que reconhecer a superficialidade, sua iconografia. É preciso, como ensina Kossoy (2003), adentrar sua iconologia. Interpretar é conferir sentido e atribuir significado àquilo que estamos vendo. Acredito que a fotografia, dentre as múltiplas definições possíveis, possa ser aqui entendida como pertencendo ao campo da comunicação. Quem fotografa quer transmitir uma mensagem, quer comunicar algo. Quem fotografa cria uma narrativa imagética. E como a produção de uma fotografia – como já disse acima – está ligada a um determinado momento sócio-histórico, podemos afirmar que ela é a concretização do nosso imaginário. A transformação em concreto, em representação social, de uma imagem mental: “o reconhecimento

de representações pode requerer uma espécie de aprendizado, a compreensão de códigos ou convenção além dos necessários para compreender os objetos.” (SACKS, 2010, p. 87). Ou seja, devemos estar sempre frente a um processo de desconstrução da mensagem fotográfica para procurar entender a miríade de possibilidades informativas que ela nos traz. Não podemos, porém, nos enganar e cair num relativismo perigoso e simplista de análise da imagem. É por isso que, apesar de entender a fotografia como protagonista, como linguagem portadora de significados, vou me apoiar também em outras disciplinas que me ajudam a delimitar nossa área de atuação e interpretação:

É necessário que se compreenda o papel cultural da fotografia: o seu poderio de informação e desinformação, sua capacidade de emocionar e transformar, de denunciar e manipular. Instrumento ambíguo de conhecimento. Ela exerce contínuo fascínio sobre os homens. Ao mesmo tempo em que tem preservado as referências e lembranças do indivíduo, documentando os feitos cotidianos do homem e da sociedade em suas múltiplas ações, fixando, enfim, a memória histórica, ela também se prestou – e se presta – aos mais interesseiros e dirigidos usos ideológicos” (KOSSOY, 2007, p. 31)

Analisar por meio de pesquisa em acervos particulares e da Presidência em Brasília como foi criada uma ideia de Brasil. Tentar elaborar como construímos a identidade contemporânea do país por meio da fotografia. Para tanto, pesquisei o acervo dos seguintes fotógrafos: Ricardo Stuckert (Lula), Getulio Gurgel (Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco), Ubirajara Dettmar (Fernando Collor de Melo), Gervásio Batista (José Sarney), Roberto Stuckert (João Figueiredo) e Renato Pinheiro (Getúlio Vargas)

PENSANDO A FOTOGRAFIA

Não há dúvida de que a fotografia transformou a percepção do mundo, nem de que ajudou a construir uma ideia de mundo, visto que, desde os primórdios, ela modificou a forma como o representamos. Trouxe cidades imaginadas, apresentou sombras e luzes, mudou as cores e as técnicas dos pintores, formalizou os preceitos de uma sociedade emergente e foi se insinuando em nossa vida, criando memórias individuais e coletivas e deixando como herança um inventário da nossa história.

Nasceu numa sociedade positivista, que substituiu o dogma religioso pelo dogma científico. Por uma necessidade histórica do momento e por motivos econômicos e industriais, foi dado a ela o *status* de espelho do real, de prova, de testemunho, de portadora de uma ‘verdade’ indiscutível:

por sua aparência a fotografia não é só depositária de verossimilhança (qualidade de visibilidade), mas também de veracidade (qualidade do discurso). Por um lado, transcreve o real com fidelidade; por outro infunde no fotógrafo uma auréola de honestidade. Nos dois casos, estas qualidades não aparecem como opções imputáveis ao arbítrio do operador, mas como imposições do procedimento, como um imperativo ontológico. Portanto a câmera reúne simultaneamente o verdadeiro, o verossímil e o veraz. (FONTCUBERTA, 2012, p. 124)

E, por mais paradoxal que isso possa ser, mesmo na sociedade contemporânea, que nos trouxe novos conhecimentos nos meios de produção, na criação e na manipulação das imagens, de certa maneira ainda continuamos a acreditar nesta falácia, especialmente quando nos referimos a imagens cuja estética nos aproximam de um discurso documental e/ou jornalístico. São as controvérsias presentes na

própria gênese da fotografia, controvérsias essas apoiadas em ideologias e crenças históricas. Para Pirker (2008, p. 12) “considerada a priori um registro neutro do real, a fotografia foi, conseqüentemente, utilizada, depois de sua invenção, como peça de persuasão ou testemunho, permitindo desta forma provar, denunciar, convencer ou mobilizar” (tradução livre da autora)⁷. Desta maneira, a aderência da fotografia à propaganda política aparece quase que de forma natural. A fotografia de propaganda política, como o próprio nome diz, é aquela que pretende vender uma ideia de país, de cidadão, de identidade. Não importa muito destacar a individualidade do personagem, e sim reafirmar uma ideia de sociedade.

Embora esse período não faça parte de nosso estudo, lembremos do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), criado por Getúlio Vargas em 1939. Sua função era servir de censura, mas também de propaganda para o Estado Novo. Os meios de comunicação oficiais associavam a figura do presidente a feitos que eram de interesse de grande parte da população. Getúlio chegou ao poder devido a um movimento armado, e tinha de reforçar sua imagem junto à população, daí a necessidade de um órgão que divulgasse seus feitos por meio de uma narrativa publicitária.

Dez anos antes, na Itália, Benito Mussolini criou o Instituto Luce. Pelos estatutos, sua função era cultural, devendo privilegiar a difusão da cultura popular por meio do cinema. Em 1927 foi criado o cinejornal *Giornale Luce*, apresentado obrigatoriamente antes da projeção dos filmes. Funcionava como propaganda para o fascismo e para o próprio Mussolini⁸.

⁷ “Considérée a priori comme un enregistrement neutre du reel, la photographie a été par conséquent utilisée depuis son invention comme pièce à conviction ou témoignage, permettant de prouver, denoncer, convaincre ou mobiliser.”

⁸ No Brasil, durante a ditadura (1964-1985), também havia esses jornais obrigatórios antes da projeção dos filmes. Ficaram famosos os documentários ufanistas de Primo Carbonari (1919-2006) e de Jean Manzon (1915-1990).

Praticamente na mesma época, na Alemanha, Heinrich Hoffmann (1885-1957) se torna o fotógrafo oficial de Adolf Hitler, cria uma agência fotográfica e se torna o único com autorização para divulgar fotos do *Führer* e do nazismo. As fotos de sua agência e de sua autoria foram utilizadas, ao final da 2ª Guerra, como provas nas acusações de crimes de guerra nazistas.

A fotógrafa e cineasta alemã Leni Riefensthal (1902-2003) também será lembrada ao falarmos da criação da imagem no nazismo por meio de seus filmes. Embora tenha negado sua adesão ao nazismo, suas fotos e filmes, com estética magnífica, ajudaram a fixar uma ideia dos preceitos seguidos por Hitler.

Outro momento importante da fotografia como propaganda política aconteceu nos anos 1930, coincidentemente em países com visões de mundo completamente opostas – Estados Unidos e União Soviética – e foi muito bem analisado no livro *Propaganda and Dreams: photographing the 1930s in the USSR and the US*, de Leah Bendavid-Val (1999). Nos Estados Unidos assiste-se à criação do movimento que ficou conhecido como Farm Security Administration (1935-1942), idealizado pelo presidente Franklin Roosevelt (1882-1945) como parte de seu programa *New Deal*. Sob o comando de Roy Strycker (1893-1975), diversos fotógrafos foram contratados para percorrer o interior e elaborar ensaios fotográficos que apresentassem o país após a grave crise da Bolsa de 1929. Na mesma época, na União Soviética o movimento conhecido como realismo soviético buscava reafirmar o sonho socialista. Ambos os projetos tentavam sedimentar tanto as memórias individuais como as coletivas:

Na primavera de 1989, enquanto esperava ser atendida na agência de notícias Novosti, em Moscou, folhee uma velha antologia de fotografia soviética e deparei com fotos vigorosas de uma camponesa trabalhando no campo. Total-

mente envolvida no fatigante trabalho de plantar, ao mesmo tempo cuidando de seu bebê, ela ainda assim parecia confiante e determinada, de algum modo ampliada pelo trabalho árduo. Era a essência do realismo soviético, mas o me impressionaram as semelhanças entre esta imagem e outras fotos soviéticas com fotografias norte-americanas do mesmo período; nos dois países os sujeitos eram pessoas com vidas duras com as quais podemos nos identificar, e a fotografia misturava realismo e fantasia, embora de diferentes maneiras e graus. A fotografia que me veio à mente ao me deparar com a imagem soviética foi feita durante a *Farm Security Administration* nos anos 1930. (BENDAVID-VAL, 1999, p. 7 – tradução livre da autora).⁹

São muitos os exemplos que ilustram o poder da imagem com estética documentária e que ‘forjam’ todo um ideal ideológico. Mas quando é que surgiu essa forma de propagação de ideias por meio da fotografia oficial? Será possível estabelecer um tempo, uma estética, um momento em que fotógrafos e governantes se apropriam da imagem como divulgadora de suas ideias? Annateresa Fabris (2004) nos lembra que os fotógrafos oficiais dos presidentes substituíram os antigos pintores das Cortes europeias. É bem verdade, também,

⁹ “In the spring of 1989, while waiting for an appointment at Moscow’s Novosti Press Agency, I flipped through an old anthology of Soviet photographs and came upon some compelling pictures of a farm woman working in a field. Fully engaged in her sweaty job of planting, at the same time caring for her infant, she still managed to appear confident and purposeful, somehow enlarged by her gritty work. This was quintessential socialist realism, yet I was oddly struck by the similarities of this and other Soviet pictures to American photographs of the same period; in both countries the subjects were people with tough lives we could care about, and the photography mingled realism with romance, albeit in varying ways and degrees. The American pictures the Russian woman brought to mind, those taken by the 1930s Farm Security Administration.”

que nem todos tinham acesso aos quadros pintados e, na maioria das vezes, com certa licença poética, o pintor ‘embelezava’ e ‘inventava’ os soberanos. Na fotografia, a mimese do retrato com o retratado se tornava mais crível, como já visto acima. Além disso, com a fotografia “o mundo começa a transformar-se em imagem” (Rouille, 2009, p. 101) e passa a ser julgado por meio dessa representação.

Para D’Autilia (2005), a fotografia de propaganda política é a fotografia de um líder produzida para estimular sentimentos de admiração e também de medo:

quem foi o primeiro a usar a fotografia como instrumento político pessoal, quem se tornou conhecido por meio da imagem óptica? Desde a metade do século XIX, a fotografia torna visíveis personagens públicos. De início se difunde a moda de comprar esses retratos para colocá-los em álbuns, e, mais tarde, a imprensa vai permitir ver esses rostos nos jornais. Quais as consequências desta novidade para a política? Como medir o impacto das imagens na carreira política de um indivíduo? (D’AUTILIA, 2005, p. 166 – tradução livre da autora)

Historicamente, podemos dizer que as linguagens da fotografia começaram a se delinear e a se firmar de modo mais preciso no início do século XX. Antes disso não se pensava a fotografia como linguagem, e sim como um “registro neutro e fiel do mundo visível”; assim, não podemos falar em estética, visto que entendemos estética como linguagem criadora de um discurso. Mas na virada do século, com os questionamentos em relação a todas as formas de representação e dos cânones vigentes da arte, a fotografia, graças também às vanguardas artísticas, passou a ser vista como ‘arte aplicada’ – portanto, uma representação a serviço de uma informação precisa. Poderíamos

então ousar afirmar que a fotografia de propaganda nasce no século XX. Mas, também historicamente, podemos verificar que muito antes do surgimento da fotografia como publicidade ou propaganda o Abraham Lincoln chegou a afirmar que o retrato que o fotógrafo Matthew Brady fez dele e que foi publicado em forma de gravura na capa do jornal Harper Weekly em 1860 sem dúvida nenhuma o ajudou a se eleger presidente dos Estados Unidos.

É preciso também mencionar os símbolos que ‘brincam’ com a nossa percepção e os sentimentos que essas imagens nos provocam. É o que D’Autilia (2005) denomina proximidade/distância. Proximidade de um líder democrático, distância de um ditador. Mas, lembra o autor, a origem comum é o espetáculo. Seguindo este raciocínio, não podemos deixar de lembrar o sociólogo Georges Balandier, que, em *O Poder em Cena* (1999, p. 23), livro fundamental sobre o tema, afirma que

as novas técnicas trouxeram meios mais poderosos para a dramaturgia democrática: os meios dos media, da propaganda e das sondagens políticas. Reforçam a produção das aparências, ligam o destino das pessoas de poder à qualidade da sua imagem pública tanto quanto às suas obras. Denuncia-se então a transformação do Estado em “Estado espetáculo”, em teatro da ilusão. (BALANDIER, 1999, p. 23)

Assim, no próximo item vou discutir a importância do retrato na formação do ideário da política por meio das fotos oficiais da Presidência.

MÁSCARAS E ROSTOS

Inútil tentar desvencilhar o referente da imagem que aparece estampada numa tela ou numa folha de papel. A fotografia atesta existência, mas não é prova de nada. Ao ser fotografado o sujeito reafir-

ma a pose. Coloca-se na situação e na representação social esperada. Aqui entendemos por representação social o conceito desenvolvido no começo da década de 1960 pelo psicólogo social Serge Moscovici (1925-2014), para quem se trata de “um saber desenvolvido no cotidiano das relações sociais, em que os grupos de referência exerciam fortes influências na construção individual das representações sociais” (LANE, 1193 p. 59). Portanto, ao nos representarmos por meio de uma pose socialmente aceita ao sermos fotografados, estamos respondendo não só aos anseios individuais, mas também estamos nos inserindo dentro dos anseios da própria sociedade, e o simbolismo inscrito na tradição nos ajuda a uma decodificação – embora ainda superficial – do sujeito fotografado. Assim, podemos retornar à afirmação acima descrita de Soulages que muda a indagação do ‘isso existiu’ para ‘isso foi encenado’. Personas se transformam em personagens quando estão diante de uma câmera fotográfica. Elas nos doam a foto tentando criar uma imagem simbólica de si mesmas que será entendida – pela tradição de a imagem fotográfica ser entendida como cópia do real - como imagem mimese e não criação. “Qualquer um que venha a ser fotografado se transforma pelo simples fato de ser fotografado; neste caso a fotografia não representa simplesmente um sujeito, mas o cria. A fotografia de um sujeito consciente de estar sendo fotografado (o homem em pose, o homem pré-instantâneo) constitui para o histórico um aparato de fontes particulares: o que nos conta a imagem daquele homem?” (D’AUTILIA, 2005, p. 97 – tradução livre da autora).¹⁰

A diferença entre rosto e máscara. Ou melhor a ilusão de confundirmos um rosto com uma máscara. Como criar uma ideia de perso-

¹⁰ “Chiunque venga fotografato cambia per il fatto di esserlo; in questo caso la fotografia non ‘rappresenta’ semplicemente un soggetto, ma lo ‘crea’. La fotografia dell’uomo cosciente di essere fotografato (l’uomo in posa, l’uomo preinstantanea) costituisce per lo ‘storico-orco’ un aparato di fonti del tutto particolare: che cosa ci dice l’immagine di quell’uomo?”

nalidade numa imagem sem movimento, como ser capaz de tirar camadas de definições frente a expressões socialmente criadas? Como não sermos ‘enganados’ pelo retrato? Na série *Contacts*, criada no final dos anos 1980 em Paris pelo fotógrafo William Klein, podemos encontrar, quem sabe, uma resposta para nossas indagações. Nos primeiros DVDs da série relacionados ao fotojornalismo encontramos uma declaração do fotógrafo Marc Riboud¹¹ (1923-2016) que descreve bem como esta questão do rosto e da máscara pode ser ilusória. Ao relatar a cobertura do julgamento do criminoso nazista Klaus Barbie¹² em Lyon, na França, ele afirma:

No dia 12 de maio de 1987, precisamente às 13h, milhões de espectadores esperavam Klaus Barbie aparecer. No Palácio de Justiça de Lyon, os advogados também esperavam. De repente Klaus Barbie apareceu diante do visor de minha câmera. Eu sabia que ele era um torturador e assassino. Jamais a minha câmera foi um escudo tão eficaz. Apertei o obturador nervosamente. Quarenta e quatro anos antes, aqui mesmo em Lyon, muitos camaradas da Resistência e parentes próximos foram torturados e fuzilados pelo carniceiro de Lyon. Agora ele está à minha frente. Ele parece um cavalheiro, educado e reservado, quase vulnerável. Parece um bom pai. Podemos confiar na imagem. À noite, no laboratório, descubro nos contatos algo que não havia percebido. Os olhares respeitosos que convergem ao acusado como se ele fosse alguém famoso. Durante o processo encontrei um outro personagem,

¹¹ Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=1JcafyEnqTs> (9’13)

¹² Nikolaus ‘Klaus’ Barbie (1913-1991) foi um oficial da SS nazista que ficou conhecido pela brutalidade com que torturava seus prisioneiros, o que lhe rendeu os epítetos de Carniceiro de Lyon e Açougueiro de Lyon. Foi um dos responsáveis operacionais pelo Holocausto.

Julian Favet, a única testemunha que sobreviveu ao ataque de Isieux comandada por Barbie. Quarenta e três crianças, entre 5 e 15 anos, foram lançadas vivas à fogueira de Auschwitz. Favet foi uma criança que viveu numa fazenda, analfabeto e com seu olho deformado e sua boca torta causava medo. Entretanto é um homem sensível e afável, obcecado pela verdade e revoltado contra a injustiça. Não podemos jamais confiar numa imagem. (CONTACTS, 2011)

Por esta frase do fotojornalista francês podemos confirmar o que descrevi acima, a crença na imagem, na pose que se efetua e na credibilidade que o espectador confere ao que está vendo, ou de que maneira a imagem lhe é apresentada. A. D. Coleman (Allan Douglass Coleman, 1943), primeiro crítico de fotografia do New York Times, em seu texto *El método dirigido. Notas para uma definición* (2004) afirma que “as pessoas creem na fotografia” (p. 132) Ao vermos as fotografias nos tranquilizamos. Ou seja, o ato fotográfico resulta em um ver concretizado. No século XXI, e mais ainda nos séculos passados, ver é crer. A crença vai além do fato, vai além do que a fotografia mostra, aponta:

A fotografia funciona como um discurso fundamentalmente religioso entre o produtor de imagens e o espectador e implica em um ato de fé de ambas as partes, visto que é requisito básico acreditar que a intervenção do produtor de imagens na transformação de um acontecimento em fotografia é pouco importante. (COLEMAN, 2004, p. 133)

Embora este discurso possa parecer ultrapassado numa época em que a representação fotográfica é sempre posta em discussão, julga-

da, me parece ainda relevante levar adiante estas reflexões, especialmente por se tratar de fotografias de presidentes de um país, feitas por profissionais que ganham a vida realizando imagens que engrandecem a figura e publicam estas mesmas imagens em jornais e revistas da chamada imprensa convencional.

Foi dentro deste panorama que decidi iniciar a pesquisa e trazer algumas imagens como exemplos do que estou discorrendo teoricamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de minhas colocações anteriores passarei a refletir de que maneira se forma a imagem do Presidente. Quais requisitos se buscam em uma imagem. Mas, acima de tudo, do que estamos falando. Como já disse, os fotógrafos oficiais substituem os pintores da antigas Cortes. Além do mais, é necessário refletir que, ao falar de construir fotografias, ao criar uma representação pela qual a maior parte das pessoas irá conhecer ou reconhecer seu presidente, estamos também falando de memória e construção de memória. São estes fragmentos que ficarão marcados em nossas mentes, pedaços rasgados de um momento político, átimos de apresentações, criações, de poses efetuadas diante da câmera fotográfica ou mesmo buscadas pelo olhar dirigido e direcionador do fotógrafo: “quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá a esse acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais.” (BOSI, 2003, p. 22)

A colocação da pesquisadora Ecléa Bosi nos remete também a outro tipo de reflexão, que pode nos ajudar a compreender esta construção do tecido social a partir de fotografia. É o conceito desenvolvido pelo historiador britânico Eric Hobsbawm sobre as tradições inventadas: “por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de prá-

ticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM, 2012, p. 8). Ou seja, a cultura cria em nós uma forma de representação com a finalidade de reconhecer e interpretar um fato. Não a tradição entendida como costume tradicional, e sim como uma forma de forjar ou simular um passado. Não uma tradição que se acomoda aos tempos e que por isso também pode ser modificada, mas uma forma representativa que se apresenta idêntica:

(.....) Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições inventadas caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção da tradição, um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea’. (HOBSBAWM, 2012, p. 8)

Percebemos, portanto, o quanto este conceito de tradições herdadas, diretamente ligado ao conceito de memória – “se a substância memorativa se adensa em algumas passagens, noutras se esgarça com grave prejuízo para a formação da identidade” (BOSI, 2002, p. 24) –, se adéqua muito bem à construção imagética por parte de governos.

Consideramos que a invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se

ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. Os historiadores ainda não estudaram adequadamente o processo exato pelo qual tais complexos simbólicos e rituais são criados. Ele é ainda em grande parte relativamente desconhecido. Presume-se que se manifeste de maneira mais nítida quando uma ‘tradição’ é deliberadamente inventada e estruturada por um único iniciador, como é o caso do escotismo, criado por Baden Powell. Talvez seja mais fácil determinar a origem do processo no caso de cerimoniais oficialmente instituídos e planejados uma vez que provavelmente eles estarão bem documentados, como, por exemplo, a construção do simbolismo nazista e os comícios do partido em Nuremberg. (HOBSBAWM, 2012, p.11)

O período escolhido para a análise é bastante amplo, como descrito na introdução deste texto. A escolha se deu pelo fato de este intervalo, como é habitual, trazer diferente temáticas e colorações políticas ao Brasil – há momentos democráticos, a ditadura militar, a volta da democracia, a eleição de Lula, que marcou um momento singular da política brasileira. Assim, focamos neste período, em que a figura populista de Getúlio Vargas, de pai dos pobres e salvador da pátria – embora criada durante o Estado Novo – se reafirma em seu segundo governo, muito por meio de imagens publicadas na imprensa, há o caos dos anos 1960, o golpe e o regime militar, que dura até 1985, o governo de José Sarney, a primeira eleição popular pós-ditadura, vencida por Fernando Collor em 1989, e o advento do novo salvador da pátria, Luiz Inácio Lula da Silva. Ao pesquisar esse período procurei encontrar como se forjou este imaginário coletivo por meio da fotografia, como foram criados fatos. Deixando para trás ideias e retomando o Balandier: “a teatralidade política em evidência, sua consagração e seus ritos” (1982, p. 21).

A historiadora Lilia Moritz Schwartz, nos recorda que no Brasil a fotografia registraria grandes eventos nacionais: “sobretudo o dia da Abolição, celebrado publicamente, até hoje tem sua imagem ligada

ao registro fotográfico. Popular, o ato congregou milhares de pessoas na frente do Paço e introduziu um fenômeno que seria com frequência acompanhado pelos políticos da Primeira República: o espetáculo das multidões” (2012, p. 18). Mas só a partir dos anos 1930, com o primeiro governo de Getúlio Vargas (não contemplado neste estudo) é que os governantes deixariam de ser objeto das fotografias para se tornarem definitivamente sujeitos. Foi com Vargas que a fotografia encontraria seu espaço no Brasil para criar a imagem de um Presidente: “ao lado de populares, desfilando em carros abertos, abrindo paradas cívicas o presidente era mais uma vez a representação máxima do Estado, e agenciava as fotos como propaganda: propaganda política. Nada era aleatório, nenhum detalhe escapava e a política andava de braços dados com a fotografia” (SCHWARTZ, 2012, p. 19). Depois de Getúlio Vargas quase todos os presidentes fizeram muito bom uso da fotografia, e em alguns momentos o sujeito se transforma em símbolo. As imagens dos presidentes são sempre ligadas às ideias de virilidade, populismo, força, modernidade.

É desta maneira que, ao analisar algumas das imagens selecionadas para esta pesquisa, evidencio os conceitos acima descritos. Não importa a ideologia do governo, a época, o ano ou o contexto sócio-histórico-cultural de uma época, a representação seguirá os mesmos conceitos simbólicos que perpassam de presidente a presidente, reforçando a função simbólica desta tradição e nos remetendo a simulações imagéticas criadas no passado que fortalecem em nós a tranquilidade do conhecido, não criando embates, sustos ou desconforto em nosso conhecimento. Uma imagem sucede a outra, nos ajudando a uma cenografia do poder:

Em distintos momentos de nossa história – desde o advento da fotografia até o presente – formou-se uma iconografia representativa de uma ideia de nação impregnada de valores sociais e

ideológicos; triunfos militares (episódio de Canudos, participação da FEB na Segunda Guerra Mundial), a exaltação da natureza tropical, a imagem dos governantes que mobilizaram as massas como a dos populistas Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Leonel Brizola e Lula Silva. (KOSSOY, 2012, p. 33)

Desta forma, embora tenha tido acesso às mais diversas fotografias dos presidentes, mas por conta da dificuldade de muitas vezes encontrar o crédito do fotógrafo, especialmente nas imagens do governo militar, optei por trazer, a exemplo de um estudo de caso, algumas imagens que ajudam a corroborar minha hipótese. Foquei de maneira mais setORIZADA em quatro presidentes, que, com pensamentos ideológicos completamente diferentes, se aproximam na forma iconográfica como foram apresentados, reforçando simbolismos ligados ao poder. Assim, juntei Getúlio Vargas com Lula e João Figueiredo com Fernando Collor de Mello. Entremeei imagens de Ernesto Geisel e de Juscelino Kubitschek mais a título de ilustração do que de análise.

Busquei apontar representações iconográficas que se repetem, tentando, – nas três categorias em que dividi as fotografias – criar uma imagem de governo e de governante. Independentemente da época e da ideologia, as imagens se repetem, reforçando um sistema de representação.

A imagem do Presidente é alicerçada em três características fundamentais: sua popularidade, sua liderança e sua competência em seguir adiante, que classifiquei como potência. Por populismo entendemos as imagens que se repetem mostrando os presidentes em situação de ufanismos. Vimos as imagens de Getúlio Vargas com as mãos sujas de petróleo nos anos 1950 na criação da Petrobrás cujo lema era “O petróleo é nosso” e reencontramos esta mesma iconografia em 2009. Desta vez as mãos sujas de petróleo são do ex-presidente Lula no lançamento do pré-sal. Da mesma maneira ainda sob esta carac-

terização encontramos os Presidentes sempre em palanques cercados pela população que os ovaciona, andando em carros abertos, apertando a mão de populares. As fotografias são sempre feitas a partir de ângulos fechados que criam a ideia de multidão, apreço e por que não apoio incondicional e unânime ao governante. Já quando pensamos em liderança encontramos todos os Presidentes a cavalo em posição de destaque ou à frente de multidões, pilotando aviões, dirigindo barcos, e até dirigindo submarinos, como fez o ex-presidente Fernando Collor de Mello. Também são vistos sempre presentes ao lado de jogadores de futebol, pilotos de automobilismo, atores de sucesso. Já na categoria potência, os encontramos em situação de “virilidade”, correndo, mergulhando, fazendo ginástica, sempre em forma como um atestado de boa saúde que irá garantir sua permanência no poder e reafirmando seu papel de “salvador da Pátria”. A revista *Manchete* em 1979 dedicou páginas para mostrar o General Figueiredo se exercitando, de sunga, sob o título “Figueiredo em grande forma”. Dez anos depois, em 1989, a mesma *Manchete* também dedicaria páginas para apresentar Fernando Collor, correndo, mergulhando, jogando vôlei. É bem verdade que estas categorizações se misturam na criação de um personagem fictício que por meio das imagens cria em nós a ideia de um líder e, mais, de competência para dirigir um país.

Não importa a época, as imagens se parecem, se copiam e se firmam como pose. A imagem do Presidente não segue suas promessas e muito menos sua cartilha política; visa simplesmente a afirmar conceitos imagéticos já definidos anteriormente. Os factóides superam os fatos e as ideias:

Os significados dos documentos são ‘maleáveis’, de acordo com as visões de mundo de seus autores e dos repertórios dos leitores, que os leem e os compreendem à sua maneira. Quando as imagens são nossas fontes fundamentais, temos de

ter em mente o amplo poder de persuasão e sedução inerente às representações iconográficas. Refiro-me aos processos de criações/construções de realidades que delas emanam, seja na sua produção, na sua interpretação, seja enfim, nos usos e aplicações que foram objeto. Lidamos, portanto, com verdades relativas, verdades iconográficas. (KOSSOY, 2012, p. 24)

O que resulta desta pesquisa é que a imagem de um presidente é criada além do seu partido ou partidarismo, além de seu discurso oral. Cria-se uma ‘imagem única’, que se sucede durante anos, criando, portanto, não um estadista ou um ser político, mas um ser fotografável. Sua imagem, que erroneamente nos é distribuída via grande imprensa, cria em nós uma realidade que há tempos é sempre a mesma. Perde a política, ganha a imagem esvaziada de seu significado

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Coimbra: Editora Minerva, 1999.

BARTHES, Roland. **A câmera clara: notas sobre a fotografia**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

BENDAVID-VAL, Leah. **Propaganda & Dreams: photographing the 1930 in the URSS and the US**. Zurich/Nova York: Editions Stemmler, 1999

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003

COLEMAN, A.D. El método dirigido. Notas para uma definicion. In: RIBALTA, Jorge (ed). **Efecto Real: debatesposmodernos sobre fotografia**. Barcelona, Gustavo Gili, 2004

D'AUTILIA, Gabriele. **L'indizio e la prova**. Milano: Bruno Mondadori, 2005.

FABRIS, Annateresa. **Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

FONTCUBERTA, Joan. **A câmara de Pandora: a fotografia depois da fotografia**. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2012.

FONTCUBERTA, Joan. **O beijo de Judas: fotografia e verdade**. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2010.

FLUSSER, Vilem. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

GERVERAU, Laurent (Org.). **Dictionnaire mondial des images**. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2010.

GERVERAU, Laurent. **Voir, comprendre, analyser les images**. Paris: Editions La Découverte, 2004.

GERVERAU, Laurent. **Histoire du visuel au XX siècle**. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

GIRARDIN, Daniel e PIRKER, Christian. **Une histoire juridique et éthique de la photographie**. Lausanne: Acte/Sud, 2008.

HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

JAGUARIBE, Beatriz. **O choque do real: estética, mídia e cultura**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2007.

JOLY, Martine. **A imagem e sua interpretação**. Lisboa: Edições 70, 2002.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. Cotia: Ateliê Editorial, 1999.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Um olhar sobre o Brasil. A fotografia na construção da imagem da nação: 1833-2003**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Usos e abusos do conceito de representação social. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas; Editora da Unicamp, 2012.

LIPOVESTKY, Gilles e SERROY, Jean. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MIGNEMI, Adolfo. **Lo sguardo e l'immagine: la fotografia come documento storico**. Torino: Bollati Boringhieri, editore, 2003.

PERSICHETTI, Simonetta. Dos elfos aos selfies. In KÜNSCH, Dimas; Persichetti, Simonetta (Orgs.), **Comunicação, entretenimento e imagem**, São Paulo: Plêiade, 2013.

RIBALTA, Jorge (Ed.). **Efecto real**. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.

RITCHIN, Fred. **Dopo la fotografia**. Torino: Piccola Biblioteca Einaudi, 2012.

ROUILLÉ, André. **A fotografia entre o documento e a arte contemporânea**. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

SACKS, Oliver. **O olhar da mente**. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SAWAIA, Bader Burihan. Representação e ideologia – o encontro desfeticizador. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

SOULAGES, François. **Estética da fotografia: perda e permanência**. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

VARGAS LLOSA, Mario. **A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa Cultura**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

CAPÍTULO 3.

LIDERANÇAS POLÍTICAS E CINEMA: A IMAGEM DE CARLOS MARIGHELLA

Vera Chaia¹³

O presente texto tem como objetivo analisar a construção da imagem de uma liderança política de esquerda atuante no Brasil. Nesse sentido, será estudada a construção da imagem de Carlos Marighella (1911-1969), uma liderança com grande expressão política não só no Brasil, mas na América Latina e em países considerados subdesenvolvidos. Carlos Marighella foi político, guerrilheiro e poeta, um dos principais organizadores da resistência contra o regime militar a partir de 1964. Chegou a ser considerado o inimigo “número um” durante o regime militar. Para tanto, serão trabalhadas questões referentes à memória, imagem e resgate histórico desse período, a partir de dois filmes/documentários e uma música: *Marighella – Retrato Falado do Guerrilheiro* (2001); *Marighella* (2012); *clip* da música dos Racionais MC’s – *Marighella Mil Faces de um Homem Leal* (2012).

Começamos a nos preocupar com o estudo das lideranças políticas ao analisarmos a trajetória política de Jânio Quadros¹⁴, um dos políticos mais controversos brasileiros. Acompanhamos todo o processo de construção de sua imagem, através das campanhas eleitorais empreendidas por ele, para todos os cargos políticos, começan-

¹³ Livre docente do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, pesquisadora do Neamp (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da Fapesp e do CNPq.

¹⁴ Tese de doutorado: *A Liderança Política de Jânio Quadros (1947-1990)*, defendida na USP, em 1991.

do pelo Legislativo municipal, estadual, prefeitura da cidade de São Paulo, governo do estado de São Paulo, deputado federal, presidente da República e, novamente, prefeito da cidade de São Paulo.

Pudemos seguir os passos construídos metodicamente pelo Jânio Quadros, até alcançar o mais alto cargo político, como presidente do país. Também analisamos a adoção de estratégias políticas e propostas, algumas polêmicas, desse líder, que teve respaldo de vários partidos políticos e várias estirpes de políticos.

Tivemos oportunidade de acompanhar, através de orientações de algumas teses e dissertações, a carreira política de Adhemar de Barros, Paulo Maluf, Fernando Collor de Mello, Marta Suplicy e Luiz Inácio Lula da Silva.

Quais as possibilidades de analisarmos a construção da imagem das lideranças políticas? Por que estudar a problemática da imagem e poder? A partir dessa preocupação, desenvolvemos duas pesquisas sobre essa temática: Lideranças Políticas e Cinema¹⁵, financiada pelo CNPq e Projeto Temático/Fapesp – Lideranças Políticas no Brasil: Características e análise institucional – Neamp – 2013-2018¹⁶.

No presente capítulo iremos analisar a construção da imagem de uma liderança política de esquerda atuante no Brasil, através de documentários que retrataram Carlos Marighella. Para realizar tal tarefa, é importante destacar que o cinema nunca foi estudado e comentado como nos tempos atuais. Desde análises estruturais dos filmes, até estudos que privilegiam a história e a descrição dos personagens que estão presentes no filme. Na avaliação de Aumont e Marie “não existe uma teoria unificada do cinema. Também não existe qualquer

¹⁵ Pesquisa financiada pelo CNPq – Bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ).

¹⁶ O artigo se insere no Projeto Temático “Lideranças Políticas no Brasil: características e questões institucionais” (nº 12/50987-3) financiado pela Fapesp. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

método universal de análise do filme” (2004, p. 7). Nesse sentido, podemos considerar que a análise dos filmes depende de cada pesquisador já que não existe um único método para esse tipo de estudo.

A recomendação dos autores Aumont e Marie é que “a análise propriamente histórica de um filme deverá numa primeira fase proceder ao estudo interno da obra, decompondo principalmente os elementos de representação sócio-histórica observáveis nela” (2004, p. 10). Na avaliação dos autores, a análise de filmes se constitui numa atividade descritiva e não modeladora.

No caso específico dos filmes a serem analisados, podemos destacar a finalidade dos diretores e roteiristas de mostrarem outro lado de Carlos Marighella, o lado humano, de tio afetuoso, de poeta, de escritor e de patriota acima de tudo. Portanto “o documentário está colado à política e, por isso, é aqui frequentemente pensado como operador no real” (MIGLIORIN, 2010, p. 12).

O documentário possui uma intencionalidade. A reconstrução de um determinado período e de uma personagem política é feita a partir de uma proposta do diretor e do roteirista, que selecionam as testemunhas e as cenas que marcaram a trajetória daquele ator político e seu contexto. As fontes e enquadramento marcam o percurso e o levantamento dos personagens retratados. A memória das testemunhas muitas vezes é retrabalhada para transmitir uma determinada posição política dos protagonistas que vivenciaram aquele período histórico. Segundo Migliorin:

Uma das noções que permitem abordar essa relação reflexiva e inventiva com o real no documentário contemporâneo é a de ensaio. Estava claro que o documentário se distanciava de uma cientificidade e de uma possibilidade de pura objetividade em relação aos seus objetos. Estava claro que os realizadores se faziam presentes ao fala-

rem na primeira pessoa, ao forjarem montagens de imagens com encadeamentos que passavam pelos desejos, histórias e contextos do filme e do realizador. (MIGLIORIN, 2010, p. 21)

Os documentários analisados neste texto explicitam a posição política dos autores, sendo considerados “documentários militantes”, termo cunhado por Gauthier. Nesse sentido, “o documentário é memória; a testemunha é raramente libertada de suas lembranças, e tenta, no mais das vezes revisitá-las” (GAUTHIER, 2008, p. 245).

Corroborando com a posição de que não existem objetividade e neutralidade nos documentários, Menezes afirma que “um documentário é uma visão determinada sobre determinado assunto, portanto, uma visão ‘sempre’ parcial, dificilmente o receptor, o público irá ao cinema com esses mesmos pressupostos” (2004, p. 40).

Carlos Marighella nasceu em Salvador, Bahia, no dia 5 de dezembro de 1911 e morreu na cidade de São Paulo em 4 de novembro de 1969, depois de uma emboscada preparada pela repressão, comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury.

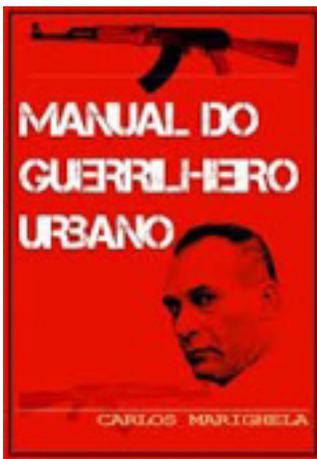
MARIGHELLA – RETRATO FALADO DO GUERRILHEIRO, DIREÇÃO DE SILVIO TENDLER, 2001

Silvio Tendler, diretor dos filmes *Jango* e *JK*, iniciou a sua carreira artística nos anos 1970 e se especializou em realizar documentários. Já retratou vários personagens políticos, como João Goulart (1984), Juscelino Kubitschek (1980), Glauber o filme (2003), Carlos Marighella (2001), Josué de Castro (1994), Milton Santos (2006) e Tancredo Neves (2010). Na avaliação de Silvio Tendler, [...] o documentário tem que acontecer à medida que ele vai sendo construído, ele é investigativo. Roteiro de documentário é isso, é um filme bem pautado (2011, p. 16).

Ainda segundo Silvio Tendler:

[...] os documentários de Jango e de JK devem ser compreendidos como sonhos interrompidos. Na verdade, as pessoas falam que eu sou o cineasta dos vencidos, porque eu fiz sobre o Jango, o JK, mas tenho um amigo meu, o Arnaldo Carrilho, embaixador do Brasil na Coréia do Norte, que é um cara absolutamente genial, é um filósofo e ele sacou a minha obra, o que unia os meus filmes com personagens tão diferentes em si. Ele sacou que são personagens que saíram de cena antes de cumprir a missão, por conta dos sonhos interrompidos. O Jango foi o único presidente brasileiro a morrer no exílio, foi deposto, não concluiu o governo. Juscelino Kubitschek tinha o sonho de voltar em 65, foi cassado, nunca voltou [...] sou “o cineasta dos sonhos interrompidos”. (TENDLER, 2011, p. 17)

O mesmo se pode inferir do filme de Carlos Marighella – é um sonho de um revolucionário que foi interrompido pelo seu assassinato.



A primeira frase que é falada no filme é do próprio Carlos Marighella, retirada de seu livro *Manual do Guerrilheiro Urbano*: “O guerrilheiro urbano é o homem que luta contra uma ditadura militar com armas utilizando métodos não convencionais. Um revolucionário político é um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, o amigo de sua gente, da liberdade.”¹⁷

¹⁷ *Manual do guerrilheiro urbano* foi publicado em junho de 1969, pelo Carlos Marighella. O livro pode ser encontrado em diferentes versões, desde e-book até a realização do download gratuitamente.

O filme é construído a partir de depoimentos de sua mulher, Clara Charf, e de intelectuais e ex-companheiros de Carlos Marighella na luta política: Apolonio Carvalho, Noé Gertel, Carlos Augusto Marighella (filho), Tereza Marighella (irmã), Carlos Eugênio Paz, Antonio Flavio Médiçi, Ana Montenegro, Takao Amaro, Jacob Gorender, Emiliano José, frei Fernando, Rose Nogueira, dentre outros. Os depoimentos desses atores políticos reconstróem toda a trajetória política e a luta armada de Marighella.

O documentário reconta da história de vida de Marighella, que é cruzada com a história do PCB e do Brasil, desde sua entrada no partido, o período de desestalinização, até a ruptura com o PCB em 1967 e a criação da ALN (Ação Libertadora Nacional). Também são entrevistados os dominicanos que deram sustentação aos grupos políticos de esquerda durante a ditadura militar e o frei que foi torturado e forçado a delatar o guerrilheiro, o que provocou a captura e o assassinato de Marighella.

Frases que destacamos para compreendermos a construção da imagem de Marighella como herói e como mito:

“Para mim, Marighella é um modelo de homem” – Noé Gertel.

“Jovem parlamentar: inteligente e criativo” – Apolônio de Carvalho.

Algumas frases de Marighella, que marcantes:

“É preciso não ter medo”, “[...] é preciso ter coragem de dizer”, “Não tive tempo de ter medo”; “todo espectador é um covarde ou um traidor”.

Sou comunista. Sou dirigente comunista. Não abdicarei jamais de minha condição de comunista. Esse direito eu tenho assegurado pela constituição. Não há força humana que me possa afastar do ideal que abracei. É uma questão de convicção. Minhas ideias estão expostas em artigos e

trabalhos escritos. São coisas públicas e legais, do conhecimento de todo o mundo. Obviamente também da polícia.

Ao serem entrevistados, os ex-guerrilheiros, agora estabelecidos em várias profissões, admitem que assumiriam a mesma postura crítica e fariam tudo de novo. Participaram da luta armada e, principalmente, idolatram Carlos Marighella. Desse modo, o filme é uma ode à liderança de Marighella.

Algumas músicas estão presentes no documentário. Destacamos a “Internacional Socialista”, o “Hino da Independência”: algumas estrofes do hino são repetidas em vários momentos do documentário:

Já raiou a liberdade
 Já raiou a liberdade
 No horizonte do Brasil
 Brava gente brasileira
 Longe vá, temor servil
 Ou ficar a Pátria livre
 Ou morrer pelo Brasil.

O documentário também é permeado por uma melodia tocada num berimbau.

Outra frase de Marighella:

É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer. Há os que têm vocação para escravo, mas há os escravos que se revoltam contra a escravidão. Não ficar de joelhos, que não é racional renunciar a ser livre, mesmo os escravos por vocação devem ser obrigados a ser livres quando as algemas forem quebradas. É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer, o homem deve ser livre.

A cena mais chocante é a do assassinato de Marighella, na alameda Casa Branca, em 4 de novembro de 1969, aos 58 anos de vida, morto numa emboscada. O frei Fernando Brito conta em detalhes as torturas que sofreu e a emboscada preparada para assassinar Marighella.

O documentário termina com a frase “Marighella vive” e, como pano de fundo, a música da *Internacional Socialista*.

MARIGHELLA, DIREÇÃO DE ISA GRINSPUN FERRAZ, 2012

O documentário de Isa Grinspun Ferraz tem como propósito construir a trajetória política e pessoal do seu tio Carlos Marighella, casado com Clara Charf, irmã de sua mãe. O documentário é construído cronologicamente desde o nascimento de Marighella na Bahia, em 5 de dezembro de 1911, até o seu assassinato em São Paulo em 4 de novembro de 1969.

O filme começa com a fala da diretora lembrando sua infância, quando sua tia e seu tio não paravam em São Paulo e viviam viajando. Isa é a narradora da história. Somente depois de alguns anos é que ela é informada pelo seu pai que seus tios viviam clandestinamente por se oporem e lutarem contra os militares que haviam dado o golpe em 1964. Conversa com o pai: “*Isinha, vou te contar um segredo: o tio Carlos é o Carlos Marighella*”.

Os depoimentos são de intelectuais e membros do PCB e, depois da ALN (Ação Libertadora Nacional), organização criada por Marighella em 1967 e que teve atuação na luta armada contra o regime militar brasileiro. Destacam-se os depoimentos de: Antonio Cândido, Armênio Guedes, Jacob Gorender, Lincoln Secco, Luis Contreras, Carlos Marighella Filho, Iara Gouveia, João Falcão, Rafael Martinelli, José Luis del Roio, Carlos Fayal, frei Oswaldo Resende, Aton Fon Filho, Takao Amaro, Guiomar Silva Lopes, Ito-bi Correia Jr., Eliane Toscano, Manoel Cyrillo, Rose Nogueira e a própria Clara Charf.

Os diferentes momentos da vida de Marighella são ilustrados por meio de cenas de outros filmes e com a própria história política do Brasil. A história desse período é contada.

Os depoimentos ressaltam as qualidades de Marighella como líder, como guerrilheiro e como poeta:

Antonio Cândido afirma: “Para mim, Marighella é um dos heróis do povo brasileiro. É um santo do socialismo. Um santo ateu, sem santo, sem Deus”.

José Luis del Roio afirma que Marighella

[...] não era um aventureiro, foi um dos melhores quadros políticos do Brasil do Brasil do século XX. Foi uma vida densa, como poucos brasileiros tiveram. Cometeu erros, sem dúvida nenhuma... o que seria o Brasil sem ele, seria mais rico ou mais pobre? Seria infinitamente mais pobre.

Jorge Amado era companheiro de Marighella no PCB e, no livro, *Os subterrâneos da liberdade*, Carlos Marighella era o herói do romance.

Jacob Gorender: “Carlos Marighella era um dos homens mais valentes que eu conheci em minha vida”.

O depoimento de Clara Charf é entrecortado de lembranças de momentos vivenciados por ela com Marighella na clandestinidade e no período em que podiam ser eles mesmos durante o governo de Juscelino Kubitschek. Ela era comissária de bordo e conheceu Marighella quando entregava cartas e correspondência na sede do PCB. Clara também era militante do partido e perseguida pela ditadura militar. Clara relembra que Marighella usava uma bolsa capanga e no seu interior levava um barbeador elétrico, uma arma e uma cápsula de cianureto.

Jean Paul Sartre, intelectual e editor da revista francesa *Les Temps Modernes*, publicou textos da ALN e do Carlos Marighella em no-

vembro de 1969. Jean-Luc Godard realizou um filme *Ciné-tract 23*¹⁸ em homenagem à Marighella. Além das imagens de passeatas, a seguinte frase pode ser lida no filme: “Deixem-me dizer sob pena de parecer ridículo que o revolucionário verdadeiro é guiado por grandes sentimentos de amor.”

Foram citadas as ações políticas mais significativas de Marighella e da ALN:

- 1) Tomada da Rádio Nacional e a transmissão de uma carta lida por Marighella – Rádio Libertadora;
- 2) Assalto ao trem pagador para financiar a guerrilha;
- 3) Expropriação dos bancos para financiar a guerrilha;
- 4) Participação no sequestro do embaixador americano Elbrick – troca de 15 presos políticos – com a organização MR8;
- 5) Justiça do comandante norte-americano Charles Chandler.

O documentário reproduz uma parte da fala de Carlos Marighella, quando tomou a Rádio Nacional para que divulgassem o comunicado da ALN:

Atenção!
Está no ar a Rádio Libertadora.
Gravação da tomada da Rádio Nacional¹⁹:
Atenção!
Está no ar a rádio libertadora!
Atenção!
Está no ar a rádio libertadora!

¹⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LOqZOY-nAVw>>.

¹⁹ A gravação acessada no site -<<https://www.marxists.org/portugues/marighella/ano/mes/radio.htm>>.

De qualquer parte do Brasil, para os patriotas de toda a parte.

Rádio clandestina da Revolução.

O dever de todo revolucionário é fazer a Revolução!

Abaixo a ditadura militar!

Atenção!

As gravações em fita das transmissões em fita da Rádio Libertadora, podem ser ligadas aos sistemas de alto-falantes dos bairros e subúrbios e irradiadas para o povo, mesmo que para isto tenhamos que empregar a mão armada.

[Marighela fala]:

Ao Povo brasileiro!

Da cidade da guerra revolucionária, nela estamos empenhados com todas as nossas forças no Brasil. A polícia nos acusa de terroristas e assaltantes mas, não somos outra coisa que não revolucionários que lutam a mão-armada contra a atual ditadura militar brasileira e o imperialismo norte-americano.

Nossos objetivos são os seguintes:

- Derrubar a ditadura militar;
- Anular todos os seus atos desde 1964;
- Formar um governo revolucionário do povo;
- Expulsar do país os norte-americanas, expropriar firmas, bens e propriedades deles e de quem com eles colaboram;
- Expropriar os latifundiários;
- Acabar com o latifúndio;
- Transformar e melhorar as condições de vida dos operários, dos camponeses e das classes médias;

- Extinguir, ao mesmo tempo e definitivamente, a política de aumento dos impostos, dos preços e aluguéis;
- Acabar com a censura;
- Instituir a liberdade de imprensa, de crítica e de organização;
- Retirar o Brasil da condição de satélite da política externa dos Estados Unidos e colocá-lo no plano mundial como uma nação independente;
- Reatar ao mesmo tempo relações diplomáticas com Cuba e todos os demais países socialistas...

Daniel Grispun Ferraz, filho da diretora do documentário, foi o diretor do *clip* da música dos Racionais MC's de Mano Brown, trilha sonora do filme, criado em 2012. A música chama-se “Mil Faces de Um Homem Leal” (Marighella). O grupo de *rap* reproduz a fala de Marighella quando da tomada da Rádio Nacional, mas mescla imagens da repressão militar, da luta armada e atualiza a mensagem da música, introduzindo cenas dos movimentos sociais e populares daquele contexto: passeata dos estudantes, do movimento dos camponeses sem terra e de conflitos nas ruas da periferia de São Paulo²⁰.

O filme consegue desconstruir a imagem negativa de Carlos Marighella através dos depoimentos e das lembranças da diretora Isa Grinspum Ferraz. Ele aparece como herói e guerrilheiro comprometido com a luta política e um homem sem medo. Para a diretora, a reconstrução de sua história serviu como redenção da figura do tio.

Em 4 de novembro de 1969, é assassinado numa emboscada preparada pela repressão e coordenada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. São envolvidos freis dominicanos como iscas para que

²¹ Ver o clipe: <<https://www.youtube.com/watch?v=2tN2obABcOI>>.

Marighella se dirigisse àquela área, na Alameda Casa Branca em São Paulo.

O documentário termina mostrando um cartaz colado num muro: “Revolução tem um nome: Carlos Marighella”. Em várias paredes e muros, aparecem a imagem de Marighella e a frase:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carlos Marighella foi uma liderança política brasileira durante um longo período de nossa história política. Surge nos anos 1930, resiste ao período ditatorial de Getúlio Vargas, é preso, torturado, anistiado. É eleito deputado federal em 1946 pelo PCB para a Constituinte. Depois de 1947 perde o mandato e entra na clandestinidade. Só retorna à vida civil, como Carlos Marighella, num curto período de sua vida, entre 1955 e 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Com o golpe militar é novamente preso, consegue sair da prisão através de um *habeas corpus*. Entra novamente na clandestinidade, rompe com

o PCB e, em 1967, cria a Ação Libertadora Nacional (ALN) e entra para a luta armada com objetivo de derrubar a ditadura militar.

Sua vida é contada em detalhes pelos filmes de Silvio Tendler e Isa Grispun Ferraz. Os dois documentários recuperam a trajetória política de Marighella e ressaltam suas qualidades enquanto liderança, poeta, escritor, guerrilheiro e revolucionário. O documentário de Isa é mais afetivo, pois ela está recuperando não só as lembranças que tinha enquanto sobrinha de Marighella, mas as qualidades de seu tio enquanto líder político e revolucionário.

Os documentários transmitem admiração e paixão pelo homem e revolucionário Carlos Marighella. Os depoimentos das testemunhas que vivenciaram aquele período histórico e que foram militantes do PCB e da ALN são emocionantes. Eles recontam com detalhes certas ações revolucionárias empreendidas por eles, tendo como comandante Carlos Marighella. Não existe rancor, arrependimento, inclusive afirmam que fariam tudo de novo.

No dia 9 de outubro de 2016, foi publicada uma matéria no jornal *O Estado de S. Paulo* com o título “Procuradoria apura morte de Marighella – pela primeira vez o caso será investigado e a equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, alvo de um procedimento por crime na ditadura”. Por que investigar novamente o assassinato do Marighella? “A iniciativa dos procuradores da República se baseia no argumento de que, como esses delitos foram crimes contra a humanidade, eles são imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia” (GODOY, 2016, A 10). Dúvidas ainda persistem e novas averiguações devem ser feitas. O líder político pode ter morrido, mas continua enquanto lenda. Inscrições em muros e paredes expressam essa idolatria ao estamparem os seguintes dizeres: *Marighella vive*²¹.

²¹ Wagner Moura irá filmar a vida de Carlos Marighella, que será baseado no livro *Marighella - o guerrilheiro que incendiou o mundo*, de Mário Magalhães.

REFERÊNCIAS

AUMONT, J.; MARIE, M. **A análise do filme**. Lisboa: Edições Texto&-Grafia, 2004.

GAUTHIER, G. **O documentário – um outro cinema**. Campinas: Papirus Editora, 2008.

GODOY, M. Procuradoria apura morte de Marighella – pela primeira vez o caso será investigado e a equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, alvo de um procedimento por crime na ditadura. **O Estado de S.Paulo**, 9 out. 2016.

MAGALHÃES, M. **Marighella - O Guerrilheiro Que Incendiou o Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MENEZES, P. O cinema documental como representificação – verdades e mentiras nas relações (im) possíveis entre representação, documentário, filme etnográfico, filme sociológico e conhecimento. In: NOVAES, S. C. et al. (orgs.). **Escrituras da imagem**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004.

MIGLIORIN, C. (org.). **O documentário brasileiro hoje**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2010.

Filmografia

Marighella – Retrato Falado do Guerrilheiro. Direção: Silvio Tendler. 2002. Brasil.

Marighella. Direção: Isa Grinspun Ferraz. 2012. Brasil.

Marighella Mil Faces de um Homem Leal. Clip de Racionais MC's. Direção: Daniel Grinspun Ferraz. 2012. Brasil.

PARTE II

Mídia, Espetáculo e Democracia no Brasil

CAPÍTULO 4.

PODER E SOCIEDADE DO ESPETÁCULO: A ATUAÇÃO DA MÍDIA E A DEMOCRACIA NO BRASIL

Cláudio Novaes Pinto Coelho²²

INTRODUÇÃO

A situação atual vivida pela sociedade brasileira, de ruptura institucional promovida pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, faz com que seja incontornável uma reflexão a respeito das relações entre a atuação da mídia, em especial dos grandes conglomerados comunicacionais, e o seu papel para a manutenção ou a supressão de um regime político democrático. O ponto de partida para essa reflexão é o argumento de Venício Lima, no texto *A direita e os meios de comunicação*, de que o jornalismo praticado pelos principais veículos de comunicação tem por característica a busca pelo monopólio da representação da opinião pública, que se dá por intermédio de uma campanha permanente de desqualificação da política e dos partidos políticos:

A desqualificação sistemática da política e dos políticos, portanto, se enquadra na tentativa dos oligopólios de mídia não só de se legitimarem como “mediadores” (intermediários) entre a população e o espaço público, mas, sobretudo, de se constituírem na única instituição credenciada a fazer tal

²² Doutor em Sociologia pela USP. Atualmente desenvolve estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na PUCSP. Docente do Programa de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero e Coordenador do Grupo de Pesquisa - CNPQ Comunicação e Sociedade do Espetáculo.

mediação. Ao agirem dessa forma, também boicotam as instituições representativas clássicas da democracia representativa – associações, sindicatos, partidos políticos – e colocam em questão, até mesmo, a necessidade de sua existência, além de implicitamente desestimularem – por inútil – a participação popular direta nestas instituições. Em resumo, trabalham contra a própria democracia em nome da qual se apresentam publicamente e que dizem defender (LIMA, 2015, p.102).

São vários os exemplos de posturas antidemocráticas dos grandes conglomerados da mídia, em especial nas conjunturas históricas de 1954 (quando um golpe de estado só não aconteceu devido ao suicídio de Getúlio Vargas) e de 1964 e 2016 (quando golpes de estado foram concretizados). Nesse capítulo, será feita uma tentativa de interpretar a busca pela mídia do monopólio da representação da opinião pública mediante a utilização dos conceitos de poder espetacular desenvolvidos por Guy Debord. Evidentemente, não será feita pura e simplesmente uma aplicação mecânica destes conceitos à realidade brasileira. Trata-se de desenvolver uma reflexão sobre como os conceitos de Debord precisam ser retrabalhados tendo em vista as particularidades históricas da sociedade brasileira.

IMPrensa E PODER ESPETACULAR (DIFUSO E CONCENTRADO) NO BRASIL

O historiador Nelson Werneck Sodré, no livro *História da Imprensa no Brasil*, p.275, defende que desde a passagem do século XIX para o século XX, a imprensa brasileira é dominada pela presença de empresas capitalistas. Para Sodré, a imprensa acompanha o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Na metade do século XX, consolida-se o predomínio de grandes empresas no jornalismo:

É fácil constatar, assim, o poder de que dispõem as empresas que lidam com o jornal, a revista, o rádio, a televisão. A época é das grandes corporações que manipulam a opinião, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos. Campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente, arrasam reputações, impõem notoriedades, derrubam governos. A concentração, implacavelmente, reduziu as possibilidades de multiplicação de jornais, como das emissoras de rádio e de televisão (...). A empresa jornalística, mesmo tomada isoladamente, tem já dimensões e complexidades tais que o capital para montá-la está ao alcance de poucos (WERNECK SODRÉ, 1999, p.388 e 389).

A partir do momento em que as grandes empresas capitalistas tornam-se dominantes, o jornalismo passa a ser um produto, enquadrando-se nas características do que Debord (1997) entende como sendo o poder espetacular difuso. Trata-se do exercício do poder pelas grandes empresas, que buscam direcionar o comportamento da população, entendida enquanto um conjunto de consumidores, para a compra dos seus produtos. A imagem das empresas, e dos seus produtos, é o instrumento principal deste exercício de poder, que se difunde pela sociedade.

No caso das empresas de mídia no Brasil, é um componente essencial da imagem que transmitem aos seus consumidores, o papel de os verdadeiros defensores da democracia, contrapondo-se aos políticos e aos partidos, cuja representatividade é contestada. Há uma simbiose entre a visão da mídia sobre a política e a visão dos setores majoritários da classe média. Não por acaso, é a classe média a principal consumidora dos produtos jornalísticos da grande mídia, em especial os produtos da mídia impressa. Os jornalistas também são membros da classe média. A visão de que os políticos são, de modo geral, corrup-

tos e/ou ineficientes, e que os partidos políticos não são autênticos representantes da sociedade, faz parte do senso comum da classe média.

Em matéria de página dupla, intitulada *Imprensa faz cobertura crítica do governo Temer*, a *Folha de S.Paulo*, em edição de 25 de setembro de 2016, publicou reproduções de primeiras páginas e de páginas internas de várias edições do ano de 2016, e também de outros anos, referentes ao mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, para justificar o subtítulo de que a “tradição da Folha de fiscalizar governantes atingiu todos os presidentes” p. A 12. Além disso, a Folha publicou também reproduções de capas, primeiras páginas e matérias de outros representantes da mídia, como a revista *Veja*, os jornais *O Globo* e o *Estado de S.Paulo*, que apresentariam um conteúdo crítico do governo Temer. Trata-se, sem dúvida, de uma peça de propaganda não só da Folha, mas da mídia em geral. Aqui se reafirma a ideia de que a mídia é crítica de todos os políticos e de todos os partidos. É, também, uma tentativa de desmentir a acusação de apoio ao golpe de 2016.

Se, como argumenta Sodré, a imprensa acompanha o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é necessário chamar a atenção para o fato de que se trata de um desenvolvimento mais lento do que nos países dominantes, pois se trata de um capitalismo dependente. De acordo com o autor, “a ascensão burguesa acompanha, necessariamente, o lento desenvolvimento das relações capitalistas no país e sofre tortuoso processo, que nada tem de contínuo ou de harmonioso” (WERNECK SODRÉ, 1999, p. 276).

Tendo em vista esta maior lentidão do desenvolvimento capitalista, o poder espetacular encontra limites para a sua difusão no interior da sociedade brasileira; tendo sido incapaz de garantir a dominação social pela burguesia. Durante boa parte do século XX, regimes políticos ditatoriais, caracterizados por Debord (1997) como manifestações do poder espetacular concentrado, estiveram presentes na so-

cidade brasileira. Para Florestan Fernandes, em texto onde compara o período da ditadura militar instaurada em 1964 com o período histórico anterior, mesmo nesse período, com instituições políticas formalmente democráticas, havia forte concentração de poder:

Na realidade, as formas “democráticas” de governo precedentes sempre encorajaram, de modo dissimulado, ainda que ocasionalmente com apoio popular, uma concentração de poder social extremamente elevada. Portanto, elas eram, realmente, um sistema flexível de opressão e de dominação autoritária, através do qual as classes altas e alguns círculos privilegiados das classes médias monopolizavam o poder politicamente organizado, o controle do estado e os benefícios do crescimento econômico e cultural. Sob a ditadura militar somente a concentração de poder veio a ser mais rígida, violenta e sistemática, permanecendo iguais todas as demais condições (FERNANDES, 1977, p. 106).

Na sociedade brasileira, durante boa parte do século XX, ocorreu uma presença simultânea do poder espetacular difuso e do poder espetacular concentrado. Além disso, a presença de elementos do poder espetacular concentrado, isto é, de regimes ditatoriais, se deu inclusive em períodos caracterizados como democráticos. Florestan Fernandes em sua obra *A Revolução Burguesa no Brasil*, utiliza o termo autocracia burguesa para definir o exercício de poder na sociedade brasileira.

Esta concentração de poder nas mãos da burguesia está relacionada à especificidade da revolução burguesa no Brasil, onde o processo histórico pelo qual a burguesia coloca o aparelho de estado a seu serviço se consolidou com o estabelecimento de uma ditadura militar, ao contrário do modelo clássico da revolução burguesa, que acontece

com a mobilização política das classes trabalhadora, juntamente com a burguesia, numa revolução com características democráticas.

A especificidade da revolução burguesa no Brasil decorre de que para a burguesia, conforme Florestan Fernandes, os trabalhadores são “ou *meros tutelados; ou inimigos irreconciliáveis*” (FERNANDES, 1976, p. 354). Sendo assim, as classes burguesas se veem “condenadas à contra-revolução permanente” (FERNANDES, 1976, p.354). O que significa que:

A unificação e a centralização do poder real das classes burguesas não atingiram níveis suficientemente altos e profundos – mesmo com o auxílio, ulterior, do seu Estado autocrático e do que ele representa, como fator de reforço e de estabilidade da ordem – a ponto de mudarem o significado dos interesses especificamente burgueses em termos das outras classes, da Nação como um todo e dos centros de dominação imperialista externa. Por conseguinte, as classes burguesas continuam tão presas dentro de seus casulos, isoladas da realidade política de uma sociedade de classes e submetidas a partir de fora, como estavam há vinte ou quarenta anos (FERNANDES, 1976, p. 354).

O golpe de 2016 indica que a contra-revolução ainda permanece como componente essencial da ação política da burguesia, basta lembrarmos da atuação da FIESP, e que as classes médias atuam como força auxiliar da burguesia neste processo, juntamente com a mídia controlada pelos conglomerados empresariais. A concentração de poder pela burguesia brasileira está vinculada à sua fraqueza no contexto do capitalismo mundial, e ao seu temor frente à ação política das classes trabalhadoras. Mas, isto não quer dizer que o poder espetacular concentrado manifesta-se sempre da mesma forma no Brasil, de maneira independente do período histórico.

Debord (1997) argumenta que a figura do Líder da Nação, em torno da qual se dá a produção de espetáculo simboliza a concentração de poder no aparelho de estado, que, ao mesmo tempo, concentra o poder econômico. Mas, no contexto da sociedade brasileira, foi só no período do Estado Novo (1937-1945), que a concentração de poder no aparelho de estado coincidiu com a existência da figura de um Líder da Nação, no caso Getúlio Vargas. No período da ditadura militar, foram as forças armadas como corporação, em especial o exército, quem assumiu a condição de Líder da Nação. No período em que o ditador foi Garrastazu Médici houve uma tentativa de transformá-lo em Líder da Nação, mas que não se sustentou.

Por outro lado, o grau de concentração do poder econômico no estado, também varia historicamente. Ainda que essa concentração atenda, de modo geral, às necessidades de reprodução do capitalismo no Brasil, em conjunturas históricas específicas, pode haver uma reação contrária de setores burgueses (nacionais e internacionais) a determinados aspectos da atuação do estado, em especial a existência de empresas estatais e de políticas sociais voltadas para as classes trabalhadoras.

PODER ESPETACULAR INTEGRADO NO BRASIL

O golpe de 2016 é uma dessas conjunturas históricas, onde se faz presente a reação burguesa. No entanto, em termos da existência do poder espetacular, vive-se um momento diferenciado, marcado pelo que Debord (1997) caracteriza como sendo o poder espetacular integrado.

Essa forma de poder é o resultado da fusão, a partir da década de 1980, das formas de poder anteriormente existentes, que acontece em escala mundial, acompanhando a disseminação do capitalismo e o fracasso das tentativas, como o maio de 1968 na França, de mudanças revolucionárias contrárias à sociedade do espetáculo. Simultaneamente aconteceu um maior desenvolvimento do capitalismo nos países capitalistas periféricos (e nos antigos países “socialistas”), e

o desenvolvimento de práticas existentes em regimes políticos ditatoriais, como prisões sem julgamento e a tortura de prisioneiros, nos países capitalistas mais desenvolvidos. O poder espetacular difuso se fundiu com o poder espetacular concentrado. A sociedade do espetáculo está consolidada mundialmente.

Mas, essa consolidação não significa o fim das particularidades nacionais. No Brasil, o poder espetacular integrado é uma realidade a partir da década de 1990, quando o desenvolvimento capitalista se intensifica com a estabilidade monetária, as privatizações, e a hegemonia ideológica do neoliberalismo. Ocorre também a consolidação definitiva da indústria cultural e do uso das técnicas de marketing, não só para a venda de produtos, mas também na vida política. Essa intensificação do capitalismo aconteceu juntamente com a manutenção pela “nova república” das instituições do aparelho repressivo criadas pela ditadura militar, como as polícias militares, e do próprio papel das forças armadas como mantenedoras, em última instância da “ordem social”. Nas palavras de Florestan Fernandes: “Isso queria dizer, simplesmente, que a ditadura não seria desmantelada e que ela serviria de guia a uma democratização *sui generis*, que sairia das entranhas do regime, como sangue do seu sangue” (FERNANDES, 1986, p.19).

No caso da sociedade brasileira, a presença de elementos do poder espetacular concentrado, que se fundiram com elementos do poder difuso, se deve à presença de elementos do período histórico anterior, o da ditadura militar. Essa é a democratização *sui generis*, conforme definição de Florestan Fernandes, e que para se manter socialmente precisa, por exemplo, do discurso do medo disseminado pelos programas “jornalísticos” sensacionalistas do rádio e da televisão. A apologia da atuação das polícias militares, o descrédito dos defensores dos direitos humanos, a visão de uma criminalidade fora do controle, e a cobrança de mudanças na legislação e de uma atu-

ação da justiça que coloque fim à “impunidade”, são os principais elementos do discurso do medo.

A associação entre pobreza e criminalidade, a visão das classes populares como classes perigosas, disseminada pela mídia, corresponde ao temor burguês, e da classe média, de que a “democratização *sui generis*” seja substituída pela revolução democrática, com a ampliação dos direitos sociais e o exercício efetivo da cidadania pelos trabalhadores.

O discurso do medo, tão característico dos regimes ditatoriais, dá origem, segundo o historiador norte-americano Christopher Lasch (1986), à mentalidade da sobrevivência. Discurso do medo e mentalidade da sobrevivência são componentes essenciais do que ele entende como sendo a cultura do narcisismo, um momento histórico marcado pelo predomínio das imagens nas relações sociais, e pela difusão de um sentimento de insegurança.

Ainda que Lasch não trabalhe com o conceito de poder espetacular integrado, ele está tentando compreender, assim como Debord, o exercício da dominação na sociedade capitalista do final do século XX, em especial no contexto norte-americano. Ele igualmente afirma, na sua análise do capitalismo, a presença simultânea de elementos de regimes ditatoriais, como o discurso do medo e a mentalidade da sobrevivência, e elementos da democracia capitalista típica, como a valorização das imagens associadas ao consumo de mercadorias, e sua disseminação para outros universos como a política.

Devido à mentalidade da sobrevivência, provocada, dentre outros fatores, pela existência de crises econômicas, pelo medo da criminalidade e pela descrença quanto à ação dos políticos, busca-se viver um dia de cada vez, sendo o futuro encarado como algo ameaçador. Nas palavras de Lasch:

A trivialização da crise, ao mesmo tempo que testemunha um difuso sentimento de perigo – uma

percepção de que nada, sequer um simples detalhe doméstico, pode ser visto como garantido – também serve como uma estratégia de sobrevivência em si. Quando a impiedosa retórica de sobrevivência invade a vida cotidiana, ela intensifica e libera, simultaneamente, o terror do desastre. A vítima das circunstâncias enfrenta a crise preparando-se para o pior e convencendo-se que o pior deve ficar além das expectativas (LASCH, 1986, p. 53).

Adorno, em texto em que analisa programas de rádio norte-americanos com conteúdo político fascista, chama atenção para a presença no discurso fascista do temor de uma catástrofe iminente.

Neste ponto, deve-se prestar atenção à destrutividade como o fundamento psicológico do espírito fascista. Os programas são abstratos e vagos, as satisfações são espúrias e ilusórias, porque a promessa expressa pela oratória fascista nada mais é do que a própria destruição. Não é acidental que todos os agitadores fascistas insistam na iminência de catástrofes de alguma espécie (ADORNO, 2015, p.152).

Voltando ao contexto social brasileiro contemporâneo, é evidente que o golpe de 2016 só foi possível devido à disseminação social, pela mídia das grandes corporações, do discurso de que o país estava entregue ao caos. O discurso do medo, com seu componente de que o caos tomou conta de tudo, e a destruição é iminente, é inseparável do desejo de que os responsáveis sejam punidos. No caso brasileiro, os “responsáveis pelo caos” seriam a então presidente Dilma Rousseff e os “petistas” de modo geral. Evidentemente, a “iminência da

destruição” não serve apenas para justificar o golpe, mas também as medidas a serem tomadas após o golpe, como se pode perceber pelas declarações de Michel Temer de que sem a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que prevê um teto para os gastos públicos a situação será “catastrófica”. Na mesma edição, 10/10/2016, em que a manchete foi “Temer cobra base e vê ‘catástrofe’ sem o teto”, a *Folha de S.Paulo*, publicou editorial, p. A 4, intitulado “Piso para o futuro” em defesa da aprovação da PEC.

Assim como em 1964, a justificativa para o golpe em 2016 foi o combate à subversão (já que os “petistas” seriam comunistas disfarçados) e à incompetência e à corrupção (que colocariam o Brasil numa situação “caótica”). Situada socialmente numa posição intermediária entre as classes trabalhadoras e a burguesia, a classe média é bastante suscetível aos apelos em defesa da “moralidade pública”. Foi em nome dessa moralidade que ela apoiou a ação repressiva das forças armadas em 1964 e apoia, na contemporaneidade, a judicialização da política. Com o descrédito da política e dos políticos, incentivado pela mídia, instituições do aparelho repressivo de estado colocam-se na posição de “salvadoras da pátria”. Nas palavras de Aline Santos:

Os Poderes do Estado que tem sua existência diretamente associada à representação popular (Executivo e Legislativo) não vem conseguindo fazer valer sua legitimidade democrática e atender aos direitos e interesses de uma sociedade de cidadania regulada, represada por longos anos de autoritarismo, mas cada vez mais complexa e diversificada.

A partir deste déficit de confiança social nas instituições representativas o Judiciário emerge como protagonista, como substituto do “pai” ou da “religião”, em meio a um contexto político em constante crise fomentada pela pressão de pode-

res econômicos, midiáticos e religiosos e pelo demissionismo dos poderes eleitos no enfrentamento de questões difíceis.

Assim, vemos uma aceleração da judicialização da política e das relações sociais em uma crescente atuação ativista da magistratura que vem assumindo para si a decisão de questões tradicionalmente pertencentes às esferas legislativas e administrativas (SANTOS, 2016, p 34).

A judicialização da política é a face contemporânea da “contra-revolução permanente” analisada por Florestan Fernandes. Para a burguesia brasileira, subdesenvolvida e dependente, a democracia só pode ser restrita:

As forças sociais que se identificam com a preservação, a reprodução e a defesa agressiva da ordem confundem a democracia com o *status quo* e com o fortalecimento de seu sistema de poder. (...) Por dentro ou acima das melhores intenções, se suas influências e imposições não forem ultrapassadas e anuladas, o que funciona é uma *democracia restrita*, mais ou menos aberta ao jogo eleitoral, ao clientelismo (que passa pelas classes e relações de classes e por isso é entendido como “populismo”) e ao mandonismo (nas duas vertentes do paternalismo tradicionalista e do despotismo burguês institucionalizado) (FERNANDES, 1986, p.56).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que, no contexto social brasileiro, ocorreu uma separação entre revolução burguesa e revolução democrática, a democracia está vinculada inevitavelmente à luta das classes trabalhadoras.

O golpe de 2016 é incompreensível se não se levar em consideração os avanços sociais e políticos conquistados pelos trabalhadores após o período da ditadura militar, mas é preciso prestar atenção ao fato de que as condições para o golpe foram criadas também pela desmoralização da luta dos trabalhadores devido às denúncias de envolvimento com práticas de corrupção de lideranças importantes do Partido dos Trabalhadores (PT).

O PT chegou ao poder dentro do contexto do poder espetacular integrado, e não rompeu com as suas características. Como aponta Debord (1997), a principal característica dessa forma de poder é a fusão entre a atuação do Estado e os interesses das grandes empresas. Dentro desse contexto, não é nenhuma surpresa que as denúncias de corrupção estejam presentes em diferentes países do mundo, e nem que tenham atingido dirigentes de um partido que ocupava o poder de Estado no Brasil.

Os leitores de Debord também não devem se surpreender com a forma como as denúncias têm sido feitas. São o resultado de práticas que marcaram o poder espetacular concentrado, e se fazem presentes agora no exercício do poder espetacular integrado, como a produção de “provas” a partir de delações feitas por pessoas que se encontram presas antes de serem condenadas, e que serão recompensadas pelas delações. Sendo assim, se é razoável supor que pessoas que ocupem o poder de Estado estejam envolvidas com atos de corrupção, não é possível saber quem está efetivamente envolvido ou não, e qual o grau desse envolvimento. Debord aponta que a indistinção entre o verdadeiro e o falso é um elemento importante do poder espetacular integrado, já que o que importa, no caso das denúncias de corrupção, é a imagem de que alguém é culpado. Dentro desse contexto, a mídia tem uma atuação decisiva, ao divulgar seletivamente trechos de delações, e, dessa forma, constrói socialmente a imagem de quem seriam os corruptos.

A *Folha de S.Paulo*, em editorial publicado em 26 de agosto de 2016, alguns dias antes da votação do pedido de impeachment pelo Senado, reconheceu a inexistência de provas cabais que atestassem crimes de responsabilidade por parte de Dilma Roussef, que seria o motivo jurídico para o impeachment. Por outro lado, o jornal manifestou-se favoravelmente ao seu afastamento do poder, alegando que ela não possuía mais condições políticas para governar.

A defesa de Dilma alega que as decisões sobre pedaladas e créditos suplementares foram tomadas por técnicos, e não pela petista, e que tais expedientes já eram usuais na administração pública. Se a atribuição de crime de responsabilidade a ela tem algo de questionável, sobressai o descompasso entre a conduta que se pretende punir e a sanção extrema que será imposta. Ainda assim, 367 dos 513 deputados votaram pelo impeachment, calcula-se que cerca de 60 senadores farão o mesmo. Supera-se com folga o mínimo de dois terços exigido na Constituição, requisito alto o suficiente para garantir que só presidentes já incapazes de governar se arriscam a perder o cargo. Dilma Roussef está prestes a perder o seu. Após extenso processo supervisionado pelo Supremo Tribunal Federal, o Senado definirá o destino da petista – e não haverá motivos para recusar o veredicto (FOLHA DE S.PAULO, 26/8/2016, p. A2).

A imagem de incompetente, de incapaz de governar, foi construída com a colaboração decisiva da mídia, assim como a imagem de corrupta. É de conhecimento público que às vésperas das eleições de 2014, a revista *Veja* publicou uma capa com os dizeres de que Lula e Dilma sabiam dos atos de corrupção na Petrobrás, e a própria *Folha*, em vários momentos, publicou fotos dos bonecos de Lula e Dilma vestidos

como presidiários, e que eram exibidos nas manifestações em favor do impeachment. Mais uma vez a mídia, controlada por conglomerados empresariais, ao agir contra o princípio da soberania popular, expresso no resultado das urnas em 2014, agiu como coveira da democracia.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**. São Paulo: Hucitec, 1977.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

LASCH, Christopher. **O Mínimo eu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIMA, Venício A. de. A direita e os meios de comunicação. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAY SEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver! – O Retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p.91-114.

SANTOS, Aline S. de Salles. O Judiciário na crise política brasileira. In PRONER, Carol; CITADINO, Gisele; TENENBAUM, Marcio; RAMOS FILHO, Wilson (Orgs.). **A Resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6 Editora, 2016, p. 34-35.

WERNECK SODRÉ, Néelson. **História da imprensa no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CAPÍTULO 5.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO DA REVISTA *VEJA*

Tathiana Senne Chicarino²³

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente capítulo é fornecer uma descrição da construção histórica do discurso político-midiático da revista *Veja* a partir dos seguintes eixos: contexto de criação da revista; aprofundamento da lógica editorial adotada, especialmente a partir da saída de Mino Carta em 1976; posicionamento de *Veja* no mercado de revistas no Brasil, sua consequente centralidade no campo midiático, e o perfil do leitor ao qual seu conteúdo se destina.

A escolha do objeto se justifica por sua centralidade tanto no meio político quanto no meio midiático, levando em consideração diversos fatores, tais como: a amplitude de leitores, a grande circulação de suas edições, a capacidade de formular uma agenda em torno de temas políticos, a capacidade de fazer parte de um dos principais conglomerados de mídia do Brasil, ou seja, porque compreendemos ser a *Veja* uma “instituição paradigmática” (THOMPSON, 1998), possuidora de bases privilegiadas para o exercício de um tipo específico de poder: o poder simbólico.

Nosso principal subsídio empírico, além da bibliografia relacionada, vem de um documento histórico composto por seis pastas, cedido pelo Departamento de Documentação Histórica da Editora

²³ Professora da Fundação Escola de Sociologia e Política – FESPSP. Doutoranda e Mestre em Ciências Sociais pela PUC/SP. Bacharel em Sociologia e Política – FESPSP. Pesquisadora do Neamp – Núcleo de Arte, Mídia e Política. Email: tathianasennechicarino@yahoo.com.br

Abril, Dedoc, com o título: “Memória – Revista – Veja”, e que neste trabalho será referenciado pela sigla MRV.

NARRANDO A CRIAÇÃO DA REVISTA VEJA

Após ter se retirado da Itália na década de 1940 por conta das leis antissemitas, o judeu italiano César Civita vai para os Estados Unidos, onde permanece por dez anos, se envolvendo desde o início com os “negócios de edição” (MIRA, 1997). Consegue ao final desse tempo se tornar o representante comercial da *Walt Disney* na América Latina. Assim, em 1941, se estabelece em Buenos Aires, onde funda a Editorial Abril argentina.

Além da matriz portenha, “[...] os fatos sugerem que César Civita criou a editora no Brasil, mas não teve como administrá-la [...]” (MIRA, 1997, p. 39), recorrendo ao irmão Victor Civita, que de sócio minoritário vai aos poucos se tornando o maior detentor de participação na empresa.

A administração da filial fundada na cidade de São Paulo significou um importante redirecionamento de seus negócios, visto que Victor Civita nunca havia tido familiaridade com o campo jornalístico, ou mesmo de entretenimento. Mas esse tipo de estrutura de propriedade familiar veio bem a calhar, pois o Brasil naquele período limitava constitucionalmente a participação de capital estrangeiro em empresas nacionais. Porém, sendo uma empresa de estrangeiros residentes no Brasil, ela poderia ser abrigada dentro do paradigma do modelo econômico conhecido como “nacional-desenvolvimentismo”, que priorizava a indústria nacional.

Com o tempo, Victor Civita começa a diversificar os negócios da Editora, passando paulatinamente da representação da *Walt Disney* para a criação de revistas semanais, e em 1956 convida Mino Carta, também italiano, para dirigir uma revista de automóveis, a *Quatro Rodas*.

A parceria renderá frutos fora da seara automobilística: o planejamento do lançamento de uma revista inovadora, um semanário que se referisse a todas as áreas do conhecimento cotidiano, de saúde, lazer, esportes até política, e que pudesse concorrer com *O Cruzeiro* – revista semanal ilustrada, editada pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand.

Contudo, de acordo com Conti (1999), o golpe militar de 1964 fez com que esse projeto fosse adiado, levando Mino Carta a aceitar o convite de Júlio de Mesquita Filho para se tornar o diretor de redação do *Jornal da Tarde*.

Somente quatro anos depois, Victor Civita e Mino Carta retomam o projeto do semanário de notícias, que vai contar também com o apoio de Roberto Civita, o filho mais velho de Victor, que proporá à Carta uma viagem pela Europa e pelos EUA com o intuito de conhecer as principais revistas semanais de informação: *Newsweek*, *Time*, *Der Spiegel* e *L'Express*; e obter *know-how* suficiente para fazer de sua revista familiar um sucesso em todo o território nacional.

Mas, apesar de a Editora Abril já possuir revistas consolidadas, como *Cláudia* e *Quatro Rodas*, e de elas terem aberto o caminho para uma tradição jornalística (Mira, 1997, p. 118), a profissão de jornalista ainda não estava regulamentada no Brasil. Assim, a saída idealizada pelos Civita e por Carta foi trazer profissionais do *Jornal da Tarde* e da revista *Realidade*, além de promover um curso aberto a universitários, a fim de capacitá-los como profissionais do jornalismo. Desse curso, puderam participar pessoas com mais de 30 anos e possuidores de diploma universitário. Dos quase dois mil inscritos (MRV, Pasta 02, 1987), 250 foram selecionados e treinados, mas somente cem seguiram para compor a equipe da revista que estava sendo gestada.

Depois de tudo preparado e de ter sido produzida a maior campanha publicitária já realizada pela imprensa nacional, a *Revista Veja* é

lançada no dia 10 de setembro de 1968, num domingo, em rede nacional, apenas alguns meses antes da emissão do Ato Institucional nº5.

Com o *slogan* “O mundo está explodindo à sua volta e você não sabe por quê”, ela objetivava fornecer aos leitores uma seleção breve e ordenada dos principais acontecimentos da semana. Contudo, mais do que simplesmente discorrer sobre esses fatos, a intenção era costurá-los interpretativamente procurando explicar a sua significação para o mundo (MRV, Pasta 02, 1983) – sendo essa uma pista da lógica editorial por eles adotada.

Apesar da amplitude de áreas sobre as quais a revista deveria discorrer, durante a gestão de Mino Carta, a cobertura política passou a ser o seu eixo central, mas o retorno financeiro não estava à altura do investimento e do esforço colocado em sua criação. De acordo com Maria Celeste Mira (1997), o projeto *Veja* deveria inicialmente custar à Editora US\$ 1 milhão ou US\$ 2 milhões, mas acabou chegando a US\$ 6 milhões nos quatro ou cinco primeiros anos.

Ao preço de Cr\$ 1 cada, 700 mil exemplares foram distribuídos às bancas da maioria dos municípios brasileiros no dia de seu lançamento (MRV, Pasta 02, 1987), sendo que 650 mil se esgotaram, e o corpo editorial brindou o sucesso sem precedentes na história da imprensa brasileira. Porém, esse otimismo foi efêmero e no segundo número, *Veja* se viu órfã de 420 mil leitores, assistindo à debandada de 31 anunciantes que compunham a lista de espera para esta edição (no número 1, fechou com 63 páginas de publicidade, no número 2, com 11).

De acordo com o documento do Dedoc (MRV, Pasta 02, 1987), que se inicia com a frase “a maior revista do Brasil quase fechou”, eram poucos os anúncios e os assinantes, e conseqüentemente pouca era a credibilidade quanto à expansão da revista, que em apenas cinco anos viria a ter uma circulação média de 530 mil exemplares, com 430 mil assinantes, números maiores de que qualquer outra revista ou jornal brasileiro até aquele momento.

Definindo edição a edição, a revista chegou a uma circulação de 19 mil exemplares e permaneceu assim naquele final de 1968 e boa parte de 1969. Mas os Civita decidiram bancar esse projeto com um espírito animal *keynesiano*. Ou seja, com uma motivação individual racional orientada para a ação econômica em um contexto peculiar, como nos diz Mira (1997) na passagem de uma cultura de massas à indústria cultural, e o resultado dessa “aventura” será a criação de um dos maiores conglomerados de mídia do Brasil e uma das revistas com maior tiragem e circulação da América Latina.

ALÉM DO SIMBÓLICO, O MATERIAL: PANORAMA ESTRUTURAL E CONCORRENCIAL

Ao menos entre 1974 e 1985, a *Revista Veja* mantinha uma rotina de às segundas-feiras realizar a reunião de pauta do que seria a revista dominical, e aos sábados fechar o que realmente seria veiculado, conservando pouco do que se havia imaginado na primeira reunião, na edição final. Essa característica imprime a esse substrato material de comunicação um caráter de análise a *posteriori* dos fatos. Haveria mais tempo – em comparação a um jornal de impressão diária, ou mídias baseadas na oralidade ou na iconicidade – para a produção da notícia, permitindo uma maior adequação do discurso ao projeto editorial, produzindo lógicas de produção e compreensão específicas, como por exemplo, uma atividade de conceitualização mais analítica.

Charaudeau (2009) também nos diz que a imprensa escrita é muito mais conceitual do que a audiovisual. Por conta da relação de distância e de ausência física entre as instâncias de troca, ela permite ao receptor um maior grau de compreensão organizada e hierarquicamente desenvolvida. Ela pode ser recuperada, não é efêmera e faz um aprofundamento da notícia ativando a inteligibilidade de seu público, permitindo um grau maior de *fixação* da forma simbólica no espaço e no tempo (Thompson, 1998).

Além de ter influenciado na mudança do ambiente de trabalho, a saída de Mino Carta em 1976 significou a construção de um estilo redacional peculiar, muito distante da concepção do ex-redator, de que o jornalista deveria trabalhar em equipe, com um chefe que era repórter como ele. O que se viu foi uma “despersonalização” do repórter e do redator, eliminando a individualização do produtor da notícia, ou seja, a matéria não teria mais a assinatura e o “olhar” original do jornalista, não seria mais autoral, mas editorial no sentido de se limitar a uma lógica superiormente estabelecida.

Assim, a *Redação* colhia todos os relatórios feitos por eles, para posteriormente transformá-los em reportagens com tom e opiniões uniformes, sem idiossincrasias pessoais, o que de acordo com o conteúdo do documento Dedoc (MRV, Pasta 01, 1977) não é negativo, pois conferia à revista um estilo impessoal, filtrado, conciso. Consequentemente, para eles esta seria a mais importante qualidade da revista: o filtro da Redação, pois ficariam para a edição final somente os temas mais relevantes, aqueles que realmente deveriam ser notícia – essa postura adotada intencionalmente pela revista nos ajuda a compreender como ocorre o seu agendamento de temas que responderá diretamente ao projeto editorial, que por sua vez está dentro do escopo do projeto político-midiático de *Veja*.

Marcando a sua posição contrária ao estilo redacional adotado por *Veja*, Mino Carta (MRV, Pasta 01, 1977) ressalta que na revista *Isto É*, de cuja criação ele participou, não há a exigência da convergência de opiniões, dessa forma, frequentemente o leitor encontrará determinado enfoque numa página, e outro bem diverso, nas páginas subsequentes – ao contrário da padronização buscada por *Veja* pela instrumentalização do filtro da *Redação*.

Se para os editores de *Veja* essa é uma característica positiva da revista, para Carta (MRV, Pasta 01, 1977) é exatamente o contrário, pois essa estratégia resultaria em um texto “pasteurizado”, sem

a identidade do repórter, sem as contradições próprias da vida – tal como, segundo Carta, o modelo americano de produção de notícia sem complexidade e profundidade.

Augusto Nunes (MRV, Pasta 01, 1977), redator-chefe da *Veja* em 1983, não concorda com esse tipo de crítica e explica que, se o texto de *Veja* é mais uniforme do que o de outras publicações, isso acontece porque todas as matérias passam por um funil relativamente estreito, e são lidas, ao final, pelo diretor de redação, pelo diretor-adjunto, por um dos editores-executivos, ou por ele mesmo.

Assim, em vez de ter no editorial seu único porta-voz, o discurso político-midiático de *Veja* se caracterizará pela editorialização de todas as matérias, diluindo sua opinião nas próprias reportagens pela instrumentalização do funil ou pelo filtro da Redação.

Algo que para Augusto Nunes (MRV, Pasta 01, 1977) é uma fórmula de texto que “deu certo”, pois, “ao contrário do que diz a lenda, o leitor de uma revista como *Veja* quer a informação mediana, prática, a última novidade. É o chamado leitor pragmático. E por isso temos que saber mesclar fofoca com informação política, balancear bem estes dois ingredientes, principalmente na área política e econômica”, diz Nunes (MRV, Pasta 01, 1977, p. 09) – assim é natural que tudo fique um pouco parecido.

Baseada em relatos de Mino Carta e Hélio Fernandes, da *Tribuna da Imprensa*, Mira (1997) expõe que *Veja* era acusada de pôr fim à “era do repórter”, introduzindo no Brasil um jornalismo despersonalizado, no limite; “uma deturpação do jornalismo”.

Porém, a autora ressalta que depois de alguns poucos anos, a *Isto É*, dirigida por Mino Carta, torna-se muito parecida com *Veja*. Ela conclui que seguir o método proposto por *Time* “[...] não é um mero estrangeirismo colonialismo cultural, ou algo semelhante, mas uma necessidade do ritmo de trabalho exigido por uma revista deste tipo” (MIRA, 1997, p.142).

Mesmo porque, de acordo com Roberto Civita (MRV, Pasta 01, 1977) o modelo inventado pela revista *Time* em 1922 foi adaptado às necessidades e à realidade brasileira que carecia – ao menos o pedaço mais inteligente e interessado, segundo Roberto Civita (MRV) – saber o que estava acontecendo em seu país e no mundo. Esta teria sido a grande “sacada”: encontrar uma lacuna na área de informação que a revista *Realidade*, em 1967, havia enxergado, mas devido à grande dificuldade que teve no tratamento mensal dos grandes assuntos e dada a sua diminuta periodicidade, não teria conseguido imprimir a necessária velocidade e flexibilidade de cobertura aos temas de maior impacto (Civita, MRV, Pasta 01, 1977).

Para Mira (1997), o objetivo de *Veja* era integrar o Brasil por meio da informação, descobrir e mostrar o país ao brasileiro em uma época em que a preocupação com a identidade nacional ainda era latente, motivando de certa forma não o transplante automático do modelo da revista *Time*, mas o seu *abrasileiramento*.

Dessa forma, o clima por *Veja* incorporado era o de integração nacional, unindo as regiões ditas atrasadas às ditas modernas, segundo a autora, a partir de duas motivações principais: a primeira era relacionada aos militares e à questão da segurança nacional; e a segunda, à necessidade de modernização do país, como queriam os empresários.

Algo no sentido da comunidade política imaginada de Anderson (2011), de uma comunhão viva entre seus membros – ainda que não se trate de um grupo social marcado por relações pessoais com estreito vínculo emocional como nas comunidades descritas por Tönnies (1947), que se deu não apenas pela existência de um sentimento nacional, mas também, e, sobretudo, por um “nacionalismo oficial” (ANDERSON, 2011), uma política conscientemente empregada pelos Estados, servindo aos interesses de consolidação e manutenção do território e da máquina burocrática.

Dessa forma, as consequências seriam inevitáveis: departamentalização da notícia em editoriais e subeditoriais, com um grande número de profissionais envolvidos em sua realização, e o acréscimo de imagens ao texto. Esse tipo de “modernização” da produção de notícias teria sido um dos motivos de a revista ter saído de sua crise inaugural.

De acordo com o conteúdo do Dedoc (MRV, Pasta 02, 1983), o tropeço inicial de *Veja* pode ser explicado pelos seguintes fatores: 1) campanha de lançamento; 2) qualidade editorial; e 3) captação de leitores.

A campanha de lançamento teria dado a impressão inicial de que estava por vir uma revista semanal ilustrada, recheada de deslumbrantes fotos coloridas, por conta da escolha inapropriada do slogan: “O mundo está explodindo à sua volta e você não sabe por quê” (MRV, Pasta 02, 1983, p. 5). Contudo, mais importante do que essa explicação, é a defendida no mesmo documento: editorialmente *Veja* ainda não havia acertado o passo.

Se esse fracasso pode ser imputado a um mero equívoco, ao projeto editorial incipiente ou aos dois não podemos afirmar, entendemos que havia uma intenção procedimental de se descolar da figura de Mino Carta e de sua possível contribuição para o sucesso que estava por vir. Pois contraditoriamente a essa culpabilização, em maio de 1969, Mino Carta (MRV, Pasta 02, 1983) propõe à direção da Abril algumas reformulações que poderiam enriquecer a revista e consequentemente atrair o leitor: um encarte de fascículos que contasse a história da chegada do homem à Lua; quatro páginas de alguém importante na abertura da revista; e a criação de um “Caderno de Investimentos” no final de cada edição. Após dado o sinal verde, essas medidas foram postas em prática e se revelaram fundamentais para o processo de recuperação da revista, de acordo com o próprio documento (MRV, Pasta 02, 1983).

Além da reorientação da estratégia de comunicação, há outra explicação para o sucesso posterior de *Veja*: a campanha de assinaturas de 1977. Nesse sentido, Ricardo Fischer, diretor-gerente de *Veja* em 1983, analisa a época:

Sem dúvida que o crescimento da revista não se deveu só ao crescimento dos assinantes, mas ao de sua própria qualidade editorial. Sem isso, de nada adiantaria tantos esquemas de marketing, porque não se consegue impingir um produto que não agrada (MRV, Pasta 01, 1977, pp. 5-6).

Portanto, há novamente a associação entre o sucesso de *Veja* e à mudança de linha editorial como a anteriormente pensada por Mino Carta. Esse elemento é importante, pois indica não somente um desenho editorial, mas sobretudo o desenho de um projeto político-midiático.

Quanto ao fator captação de leitores, foram elaborados dois tipos de campanha: a de assinatura (com suas primeiras abordagens feitas em cursinhos de vestibulares e depois em universidades), e a publicitária.

Com uma postura agressiva, a campanha de assinaturas, a partir de 1969 (MRV, Pasta 01, 1977), buscava um diálogo direto com o leitor, especialmente acentuado após o lançamento da revista *Isto É*. Dessa forma, o assinante que demorava um pouco a saldar suas prestações, ou mesmo aquele que não queria mais assinar a revista, era “bombardeado” com longa série de cartas, uma mais amável do que a outra, pedindo-lhe, poder-se-ia até dizer implorando-lhe, para reconsiderar sua decisão.

Aparentemente negativa, essa estratégia foi bem-sucedida e possibilitou à Editora Abril criar um novo mercado que não concorria com a venda em bancas que se mantinha estável (MRV, Pasta 01, 1977). Já a concorrência entre pares tem como principal fundamento a busca por novos parceiros, de acordo com Valter Richetti, gerente

comercial de *Veja*: “[...] se nos basearmos no ‘termômetro da publicidade’, *Veja* ainda não tem concorrentes, pois, seu volume de publicidade é muito mais significativo, e para se montar uma revista que possa concorrer com *Veja*, serão necessários grandes investimentos” (MRV, Pasta 01, 1977, p. 2).

A fórmula do sucesso da “mercantilização” desse bem simbólico (Thompson, 1998), segundo Augusto Nunes (MRV, Pasta 01, 1977), se dava por meio da integração entre o departamento comercial e o editorial visando à compatibilização de interesses. Se o assédio dos assinantes era crescente, eles deveriam combinar em uma mesma edição o conteúdo informativo e o publicitário, resultando em uma média de cem anúncios semanais, segundo dados de 1977 (MRV). O número de páginas de cada edição variava de acordo com o número de páginas dos comerciais, e a redação frequentemente se mantinha entre 68 e 70 páginas.

Segundo Conti (1999), esse padrão era baseado nas revistas *Time* e *Newsweek*, e nas pesquisas que ambas realizaram com seus leitores quanto à leitura dos semanários sendo que a maioria revelou dispor de um tempo limitado. Dessa forma concluíram que oferecer mais páginas do que o tempo médio disponível seria oferecer mais do que o leitor poderia ler, portanto, um desperdício.

Além disso, de modo geral, uma revista é lida mais de uma vez pelo leitor, havendo por isso enorme probabilidade de repetição do impacto do anúncio sobre ele.

Para Mira (1997), uma “[...] revista semanal de informação preenche para o leitor contemporâneo uma função básica: economizar tempo” (MIRA, 1997, p.132). Ainda, “[...] *Time* ou *Veja* ocupam no mundo das revistas o mesmo lugar que o *fast food* em relação aos hábitos alimentares: correspondem a um novo hábito de leitura que se introduz num momento de modernização econômica das sociedades atuais” (Ibidem, p.133).

Ademais, havia ainda três particularidades na *Revista Veja* que chamavam a atenção dos patrocinadores: sua abrangência nacional, a garantia de uma ampla circulação com aproximadamente 430 mil leitores fixos, e a tiragem semanal. A combinação desses elementos era possível, pois a Editora Abril era proprietária do maior parque gráfico da América Latina em meados dos anos de 1970 e possuía uma eficiente estrutura gerencial que era assim organizada por um Departamento de Serviços Editoriais servindo de suporte editorial a todas as revistas da empresa, mas preferencialmente à *Veja*, que contava com 70% do setor ou 170 pessoas exclusivas em diversos turnos. Esse setor abrigava o Departamento de Documentação (Dedoc), escritórios no exterior, *Abril Press* e Serviços Fotográficos (Estúdio e Laboratório) e o Departamento de Redação.

De acordo com Mira (1997), em grande parte foi a Abril que, a partir da década de 1960, impulsionou o mercado de revistas no Brasil, modernizando-o nos aspectos produtivos, gráficos e de distribuição.

A estrutura gerencial se detinha também à eficiência de custo/leitor (MRV, Pasta 02, 1983): era o mais barato do mercado editorial brasileiro, pois apesar de apresentar o mais alto preço absoluto por página, era a mais procurada no Brasil pelo anunciante, especialmente vindos da área financeira, moda e têxtil. A revista *Senhor* custava 165.666 cruzeiros a cada mil leitores; *Isto É* 17.225 cruzeiros a cada mil; *Manchete* com um custo de 15.874; *Visão* 14.728; e finalmente *Veja* com um custo de 8.023 cruzeiros a cada mil leitores.

Contudo, a concorrência não se abreviava ao custo/leitor, mas especialmente entre *Veja* e *Isto É* como uma disputa de mercado. De acordo com Mino Carta, “estamos numa briga, sim. Como a de Davi e Golias” (MRV, Pasta 01, 1977, p.1).

Uma contenda que é amenizada por Valter Richetti, que afirma que a *Revista Veja*, há mais tempo no mercado, mantém sua sólida posição de primeira colocada, líder em tiragens e com exponencial

crescimento de vendas em bancas e assinaturas, mesmo depois do lançamento da *Isto É*.

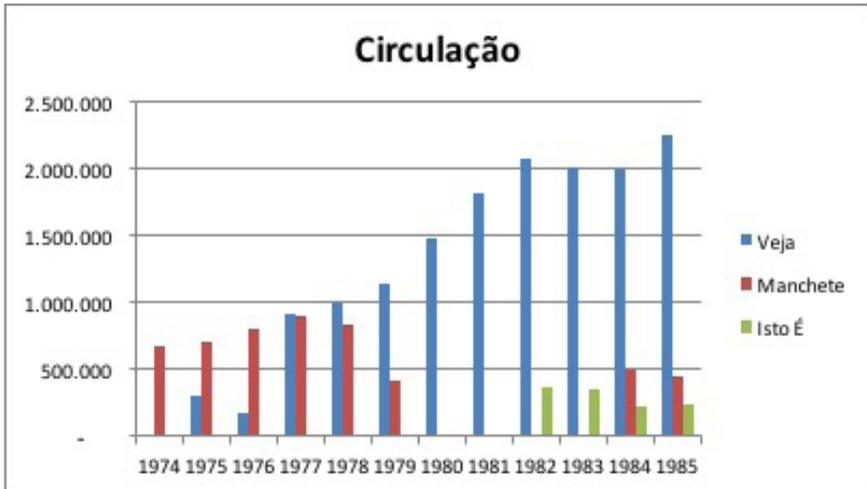
Diferentemente de *Isto É*, segundo Richetti (MRV, Pasta 01, 1977), a revista *Veja* possuía mais anúncios publicitários e um esquema redacional mais complexo, resultando em uma maior diversificação e velocidade na produção de conteúdo, o que poderia justificar o aumento no volume de leitores, além da geração de uma espécie de efeito-demonstração: “todos estão lendo *Veja*, lerei eu também”.

Ainda segundo o gerente comercial de *Veja*, o lançamento de outra revista semanal de informação saturaria o mercado editorial brasileiro, haja visto “que o brasileiro quase não lê”. “O que significam 270 mil exemplares de *Veja*, num país de dimensões continentais como o Brasil, com mais de 110 milhões de habitantes?” (Richetti, MRV, Pasta 01, 1977, p.1).

O gráfico abaixo nos permite aferir sobre o crescimento da revista *Veja*, e a despeito de não haver uma homogeneização²⁴ dos dados semestre a semestre. É possível afirmar que *Veja* manteve um crescimento sistemático, acima da *Manchete* e da *Isto É*, confirmando que é a maior revista do Brasil no período estudado, e que por essa posição que ocupa no campo midiático, pode-se ter pistas da influência que possui, no sentido de “[...] a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências” (Thompson, 1998, p. 38).

²³ Essa é uma limitação do trabalho, pois a única fonte a nos ceder os dados foi o IVC, e eles estão incompletos.

GRÁFICO 1



Fonte: IVC – Instituto de Verificação de Circulação

PERFIL DO LEITOR DE VEJA

O entendimento do perfil do leitor de *Veja* nos auxilia a compreender para quem ela se destina, e assim relacionar com a construção de seu discurso político-midiático.

Nesse sentido, no ano de 1983 (MRV, Pasta 02, 1983), o Instituto de pesquisas e estudos Marplan realizou por encomenda da Editora Abril, uma pesquisa em oito capitais do país, onde existiam 18.800 milhões de consumidores, homens e mulheres, na faixa de 16 a 65 anos, 58% deles leitores de revistas em geral.

O resultado apresentado pela Marplan foi que a revista *Veja* contava com 2,5 milhões de leitores nas oito capitais estudadas, que, projetados para o resto do Brasil, transformavam-nano veículo de maior número de leitores diretos: 4.800 milhões. Considerando que cada exemplar é lido, em média, por quatro leitores, podendo chegar a cinco, confirmamos os dados do IVC de que a *Veja* é a maior revista e uma das maiores mídias do período.

À época, também foi encomendada uma pesquisa para a LPM & Burke – Levantamento de Pesquisa e Marketing (MRV, Pasta 02, 1983), sobre o perfil do típico leitor brasileiro:

- a) Sexo: 64% masculino;
- b) Classe: 42% pertencente à classe A e 30% à classe B;
- c) Faixa etária: 45% dos 20 aos 29 anos; 20% dos 30 aos 39 anos; 15% dos 15 aos 19 anos; 13% dos 40 aos 49 anos e 7% acima dos 50 anos.

A partir dessas informações é que a *Veja* enfocará a produção de seu conteúdo para o seguinte perfil de leitor:

- a) Sexo: 51% masculino;
- b) Classe: 63% classes A e B;
- c) Faixa etária: 74% dos 15 aos 39 anos (especialmente os universitários);
- d) Distribuição: 20% em bancas; 80% assinaturas.

O objetivo da revista era atender e influenciar os considerados “geradores de opinião do país”, que para a direção da Abril (MRV, Pasta 02, 1983) se situavam entre os segmentos das classes A e B, pois estariam “[...] armados de um reconhecido poder de decisão sobre os rumos da nação” (MRV, pasta 02, p. 19).

Para tanto, contrataram outra pesquisa, criada e desenvolvida também pela Marplan, com o intuito de medir a posição das revistas semanais brasileiras – *Veja*, *Isto É*, *Manchete* e *Visão* – no que dizia respeito ao poder de influência que elas poderiam exercer junto a esses que eram avaliados como os líderes de opinião (MRV, Pasta 02, 1983).

A pesquisa²⁵ sobre qual revista era a preferida dos leitores foi dividida em diferentes ramos de atividades, e dos pesquisados que

responderam ao questionário enviado pela Marplan, traçou-se o seguinte panorama (MRV):

- a) Cardeais, bispos e arcebispos: 70% admitiram preferir *Veja* às demais publicações;
- b) Publicitários, presidentes das maiores agências do país: 81%;
- c) Advogados, selecionados entre os que anunciam a profissão: 66%;
- d) Reitores: 81%;
- e) Professores universitários, chefes de cadeiras: 69%;
- f) Políticos, ministros e prefeitos de grandes cidades, 62%;
- g) Jornalistas dos principais jornais e emissoras de rádio e TV: 71%;
- h) Médicos, entre os que anunciam a profissão: 46%.

A categoria profissional dos médicos foi a única em que um veículo concorrente, a *Manchete*, mais se aproximou, com 36% de preferência.

A conclusão da pesquisa feita pela Marplan (MRV) foi a de que 94% dos considerados líderes de opinião liam *Veja* regularmente, sendo que 67% apontaram-na como sua revista preferida. Dessa forma, ela atingia os entrevistados tanto quanto a soma das outras três revistas semanais.

A corroborar esses dados objetivos transcrevemos abaixo um trecho de uma entrevista concedida por Augusto Nunes após se desligar da revista *Veja* em 1986, com treze anos de trabalho, quatro deles como redator-chefe (MRV, Pasta 06, 1986).

²⁵ A amostra não foi informada.

Clayton Netz e Valdeci Verdelho: Na medida em que se volta inteiramente para seus leitores, que são a elite brasileira, *Veja* não está dando as costas para outros segmentos da sociedade?

Augusto Nunes: Acho que esta minoria não está dissociada da Nação nem dos seus interesses. Esses dois milhões presumíveis que a revista tem são formadores de opinião. Você não tem os favelados de Guaianazes entre os leitores da revista, mas tem o advogado de Guaianazes, que pode defender os interesses deles. Gostaríamos muito de chegar a outras camadas, mas elas não leem nada porque não tem dinheiro para comprar revistas nem jornais.

Acho que *Veja* é a revista da classe média brasileira. A classe média é, grosso modo, liberal politicamente e conservadora no campo dos costumes – não gosta, por exemplo, de mulheres nuas na revista. A classe média quer eleições diretas, mas também não quer que as esquerdas a vençam demais... Então é claro que devemos tratar desses assuntos com cautela, para que a revista não agri-da a posição dos leitores. Por diversas razões, eu definiria a revista como liberal.

Para Roberto Civita (MRV, Pasta 02, 1983), um editor que de-sejasse manter uma publicação precisava basicamente ter uma visão clara do público a qual ela se destinava, assim como ter capital suficiente para resistir às crises. Civita (MRV, Pasta 02, 1983) não concordava que *Veja* tinha se tornado a principal revista do Brasil somente à custa da eficiência da circulação. Para ele, mais importante do que isso era a seriedade e confiabilidade de uma publicação, pois a credibilidade de uma revista era uma conquista básica, essencial e que leva anos para ser edificada: “Estou mais preocupado em fazer a

cabeça do leitor não em relação ao que aconteceu na semana passada, mas para que ele enxergue através de *Veja* a possibilidade de compreender melhor o que vai lhe acontecer na semana que vem” (Civita MRV, Pasta 02, 1983, p.16) – algo bastante significativo se nos notarmos pelo ponto de vista exposto por Augusto Nunes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que o rigor na coleta dos dados e a veracidade dos resultados sejam discutíveis, há que se considerar que era para esse público-alvo que a revista *Veja* produzia o seu conteúdo, e é a partir de valores e ideias por eles compartilhados que construirá o seu projeto político-midiático.

A existência da esfera pública para a construção da opinião pública é axiomática; o quanto ela será capaz de influenciar na arena decisória dependerá justamente da constituição dessa arena de debates e também da própria sociedade civil.

Wanderley Reis (2010) nos dirá que, nos anos 70, o Brasil configurava um eleitorado de baixa escolaridade que não possuía informações substantivas acerca dos atores políticos e dos grandes debates, isso resultava em um baixo grau de racionalidade e conseqüentemente num nível baixo de ação, pela ausência de conhecimento e autonomia. E vai além, a participação política estaria ligada ao “núcleo” do sistema social geral, e a sua proximidade ou distanciamento levariam em conta fatores como consciência de classe e condições sócio-econômico-culturais.

Se acrescentarmos a essa tese os resultados sobre qual era o perfil do leitor de *Veja*, sendo ele: jovens, do sexo masculino, pertencentes às classes A e B, pessoas que a revista julgava serem os formadores de opinião, e que teriam um reconhecido poder de decisão sobre os rumos da nação; podemos compreender que os dispositivos simbólicos acionados por *Veja* estão direcionados a certa faixa populacional

que condiz com o *status quo* dominante num processo de intercâmbio comunicativo recíproco (THOMPSON, 1998, p. 52) e dão o tom do projeto político-midiático que começa a se sedimentar.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, C. W. **O Império dos Sentidos.** *Novos Estudos* - CEBRAP, n. 31, 1991.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias.** São Paulo: Editora Contexto, 2009.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A imprensa e Fernando Collor.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MIRA, M. C. **O leitor e a banca de revistas: O caso da Editora Abril.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

TÖNNIES, F. **Comunidad y Sociedad.** Buenos Aires: Losada, 1947.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

REIS, F. W. **Identidade, Política e Teoria da Escolha Nacional.** Disponível: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_06/rbcs06_02.htm Acesso em: 31 mai. 2010.

Catálogo Dedoc – Editora Abril:

MEMÓRIA-REVISTA-VEJA. Pasta 02: O sucesso em forma de revista.

Autor: sem autor declarado. Publicação: Briefing. Data: 11/12/1983

MEMÓRIA-REVISTA-VEJA. Pasta 01: Saímos para vencer. A briga é como a de Davi e Golias. Autor: Vilma Netto Moreno. Publicação: DCI (Diário Comércio, Indústria e Serviços). Data: 22/11/1977

MEMÓRIA-REVISTA-VEJA. Pasta 04: Antes de sair, Augusto Nunes fala da Veja.

Autor: Entrevista a Clayton Netz e Valdeci Verdelho. Publicação: Unidade. Data: jan. fev./1986

CAPÍTULO 6.

MÍDIA, POLÍTICA E JORNALISMO: A REVISTA VEJA E A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO²⁶

Bruno Capozzi Montalvão²⁷

INTRODUÇÃO

Neste capítulo será discutida a forma como a revista VEJA informou o seu leitor no período que antecedeu as eleições de 2014, tendo como base o conceito de “espetáculo” desenvolvido por Guy Debord – que será relacionado com outros autores de escolas diferentes, mas que trabalham com conceitos articuláveis. Para isso, foram analisadas vinte edições no intervalo de 18 de Junho a 29 de outubro – sendo que destas, três serão abordadas neste artigo. O foco da pesquisa foi a análise das matérias de capa desse período, no entanto, outras reportagens que se enquadraram na proposta também foram selecionadas.

Antes de entrar efetivamente no assunto estudado, faz-se necessário discutir o papel do jornalismo moderno. Com o avanço das tecnologias, o número de informações e as formas de procurá-las aumentaram consideravelmente. A internet, a televisão, o rádio e a mídia impressa somam-se e aumentam o poder da ação informacional, dando uma dinâmica extremamente acelerada às relações humanas. Para Wolton (2010), durante os Séculos XIX e XX, informação e comunicação caminharam juntas nos processos de emancipação política e

²⁶ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²⁷ Graduado em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero e mestrando em Ciências Sociais na PUCSP. email: brunocapozzimentalvao@gmail.com.

liberdade de expressão. Hoje, a relação entre elas é totalmente diferente. Enquanto a primeira se resume à mensagem, que pode ser facilmente corrompida, a segunda engloba a relação com o outro. Como se produz muita informação, a comunicação fica comprometida. A velocidade que os meios midiáticos imprimem não permite uma contextualização do tema abordado, o que pode promover um desentendimento generalizado. O conceito de aldeia global, caracterizado por Marshall McLuhan (2010) como uma união mundial em torno dos meios de comunicação é, segundo Dominique Wolton, “uma realidade tecnológica, mas não social, cultural e política” (WOLTON, 2010, P.22).

Assim, no cenário global de relações humanas, tende a se intensificarem os processos de intolerância. Apesar de unidos tecnologicamente, nós estamos mais separados e distantes da realidade do outro, transformando o mundo em uma Torre de Babel. Como consequência, vemos muito discurso e pouco diálogo – elemento fundamental para entender o outro. Vilém Flusser argumenta que:

O diálogo é, pois, uma situação relativamente rara e, por isto, preciosa. Surge apenas quando dois sistemas diferentes, mas semelhantes, se abrem mutuamente, e quando têm amplitude comparável (FLUSSER, 1998, p. 100).

Ou seja, a relação comunicacional não se resume à mera extensão, como faz o discurso. Essa extensão impede o real conhecimento e tem relação com transmissão, invasão cultural e manipulação, sendo que todos esses termos “coisificam” o homem (FREIRE, 1992, P. 22). Sobre essa diferença, Paulo Freire comenta que

Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o

contrário. Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação [...] (implicando) numa reciprocidade que não pode ser rompida [...] O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo [...] (Em contrapartida) a tendência do extensionismo é cair facilmente no uso de técnicas de propaganda, de persuasão, no vasto setor que se vem chamando de ‘meios de comunicação de massa’ (FREIRE, 1992, p. 66-72).

Diante dessa antiga e constantemente intensificada crise comunicacional, Guy Debord escreveu “A sociedade do espetáculo”, que pode ser considerada uma atualização do conceito de indústria cultural desenvolvido por Theodor Adorno (1971). Quando atinge o estágio de espetacular, a alienação extravasa a ordem das classes e da produção, atingindo a dimensão política organizada pela mídia. Assim, as imagens espetaculares inviabilizam que sejamos capazes de produzir nossa própria realidade (COELHO, 2014, p. 4). Debord também trata da diferença entre diálogo e discurso. Para ele,

o discurso espetacular faz calar, além do que é propriamente secreto, tudo o que não lhe convém. O que ele mostra vem sempre isolado do ambiente, do passado, das intenções, das consequências. É, portanto, totalmente ilógico. [...] O discurso apresentado no espetáculo não deixa espaço para a resposta; ora, a lógica só se forma socialmente pelo diálogo. Além disso, quando se difunde a reverência por quem fala no espetáculo, que é supostamente importante, rico de prestígio, que é a própria autoridade, também se difunde entre os espectadores a tendência de serem tão ilógicos

quanto o espetáculo, para ostentar um reflexo individual dessa autoridade (2006, p. 188-189).

Assim, na Sociedade do Espetáculo, o diálogo é deixado de lado em detrimento de um discurso regido por informações estratégicas, promovendo uma comunicação vazia e descontextualizada. Sempre existe um interesse por trás do discurso que dará origem ao processo da alienação generalizada. Para completar esse raciocínio, é válido citar Wolton, que afirma: “A informação não matou o conhecimento, mas o marginalizou [...] A lógica das notícias [...] engoliu o cultural e o saber científico”. (WOLTON, 2010, p. 76-77). Ele diz ainda que o jornalista é quem tem a capacidade de legitimar a informação, mesmo sem razão política ou intelectual (2010, p. 72), conferindo-lhe uma grande importância nos processos comunicacionais.

Após essa breve análise sobre comunicação com base em alguns dos teóricos estudados para a pesquisa, daremos início à proposta principal do artigo. Discutiremos de que maneira a revista VEJA se utiliza de ações espetaculares para transmitir um discurso estratégico segundo interesses ideológicos e mercadológicos.

O ESPETÁCULO

A palavra “espetáculo” provém da forma latina *spectare*, cujo significado é “olhar, contemplar”. Por sua vez, *spectare* deriva do grego *optiké*, que significa “ciência da visão” (CULT, 2014)²⁸. Portanto, o adjetivo “espetacular”, embora comumente empregado como elogio, também tem um significado relativo à imagem. Quando Debord (2006) fala sobre a Sociedade do Espetáculo, ele se refere exclusivamente ao segundo sentido abordado. Para ele, o espetáculo é o estágio do capitalismo em que as relações sociais são mediadas por imagens e há uma dependência mútua entre os processos de acúmulo

²⁶ Disponível em: < <http://revistacult.uol.com.br/home/2014/05/o-teatro-e-as-metamorfozes-do-olhar/>>. Acesso em: 04 mai. 2015.

imagético e de capital (DEBORD, 2006, p. 14-25). Seu texto se inicia com uma citação de Feuerbach para a segunda edição de “A essência do cristianismo”, que traduz bem essa ideia: ”E sem dúvida o nosso tempo... prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser”.

Conforme tratado na introdução deste artigo, os conceitos de Debord (2006) podem ser considerados uma atualização do que Adorno (1971) escreveu em “A indústria cultural”. Adorno trouxe a ideia de que as massas são meros instrumentos da maquinaria e os consumidores são objetos – e não sujeitos – da indústria cultural. A principal questão do texto é a da alienação, sobretudo aquela ligada aos trabalhadores, ao processo de produção e às mercadorias. Debord (2006) atualiza essa ideia, argumentando que a alienação extravasa as relações de trabalho e chegam às dimensões políticas e midiáticas, priorizando as imagens espetaculares (ideologia) em detrimento da representação fidedigna do real.

Inicialmente, Guy Debord (2006) definiu duas formas de espetáculo: a difusa e a concentrada. A forma difusa vigora nos países capitalistas desenvolvidos e atua sobrepondo o poder mercantil sobre o conjunto da sociedade, estando presente na vida cotidiana através de imagens e mercadorias. Aqui, a sociedade é regida pelo consumo, a superficialidade material e a desinformação prevalecem diante do pensamento reflexivo e do real. Já a forma concentrada acontece nos países “socialistas”, e nos países capitalistas menos desenvolvidos e com regimes políticos ditatoriais, caracterizados por Debord (2006) como “capitalistas burocráticos”. Segundo o autor, na forma concentrada, o espetáculo gira em torno de um líder que detém o poder e possui identificação com as massas. Além disso, quando essa forma espetacular está presente, não existe apenas uma opressão física, há também uma violência simbólica ligada à figura do líder, pois a imagem do bem se concentra apenas nele.

Em 1988, Debord atualizou seus conceitos publicando “Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo”. Segundo ele, com o desenvolvimento do capitalismo em escala global na década de 1980, os poderes concentrados e difusos se unem e formam o poder espetacular integrado. Debord afirma que

o espetacular integrado [...] tende a se impor mundialmente [...] No lado concentrado, por exemplo, o centro diretor tornou-se oculto: já não se coloca aí um chefe conhecido, nem uma ideologia clara. No lado difuso, a influência espetacular jamais marcara tanto quase todos os comportamentos e objetos produzidos socialmente. [...] Quando o espetacular era concentrado, a maior parte da sociedade periférica lhe escapava; quando era difuso, uma pequena parte; hoje nada lhe escapa (2006, p. 172-173).

Desta forma, o espetáculo passou a atuar onde não atuava e se intensificou onde já existia. Simultaneamente ao fato de que a verdade já não se encontra mais em todos os âmbitos sociais, a mentira sem contestação e a abundância informacional promovida pela mídia culminaram no desaparecimento da opinião pública. Mais do que nunca a alienação se faz presente em todas as camadas sociais e, conseqüentemente, o espetáculo tem ainda mais poder de encher os olhos e esvaziar a mente.

A REVISTA VEJA

Das vinte revistas analisadas de 18 de junho a 29 de outubro de 2014, em cinco delas aparece a imagem da presidente Dilma Rousseff na capa, seja como elemento principal ou não. Em outras seis delas o Partido dos Trabalhadores (PT) e/ou Dilma são citados em alguma parte da capa. Ou seja, mais da metade das edições analisadas desta-

cam o governo petista. Conforme veremos a seguir, o que mais chama atenção é a unilateralidade sofista das informações emitidas. Caso um leitor da revista a tome como portadora de verdades absolutas, ele terá extrema dificuldade em dialogar com pessoas de opiniões contrárias.

Na edição de 18 de junho de 2014, a primeira após o início da Copa do Mundo de futebol realizada no Brasil, a *VEJA* dividiu o foco entre futebol e política. Em letras grandes, na chamada para a matéria, é argumentado que seria um consolo para Dilma o fato das vaias – caracterizadas como retumbantes e espontâneas - durante a abertura da Copa não terem vindo do povo, mas da classe média, pagadores de ingresso e convidados *vips*. Já na matéria, com letras menores, comenta-se que mesmo se a amostra fosse representativa do povo, o mais provável seria de que as vaias aconteceriam de qualquer jeito, uma vez que ela mesma foi vaiada no Mané Garrincha na abertura da Copa das Confederações e Lula foi vaiado na abertura dos Jogos Panamericanos em 2007. Além disso, o público do estádio é enaltecido constantemente:

O recado límpido da torcida brasileira na vitória sobre a Croácia foi que a pátria não é governo e a paixão pelo futebol abomina interferências estranhas ao que se passa no gramado. Cantar o Hino Nacional a plenos pulmões depois de cessada a execução oficial da música foi um gesto patriótico, mas não de apoio ao mundo oficial, inéditos em Copas do Mundo (VEJA, 18/06/2014, p.79).

Podemos destacar algumas colocações importantes da Veja nessa matéria. Primeiramente, o sofismo prevalece. Afirma-se que, provavelmente, se membros das camadas populares estivessem mais presentes no público do evento, as vaias seriam as mesmas, tomando como base episódios anteriores (VEJA, 18/06/2014, p.75-77). Não é possível, todavia, pensar e acusar um cenário sem estudos devi-

damente fundamentados. A abertura da Copa das Confederações e dos jogos Panamericanos, citados como possível evidência de que tal via ocorreria, também não foram eventos populares. O valor inteiro do ingresso do primeiro evento variou de 76 a 266 reais²⁹, enquanto o do segundo evento variou de 20 a 250 reais³⁰.

Outro fator que chama atenção é a identificação que a revista tenta promover entre o seu leitor e o público do estádio. Segundo o site oficial da Editora Abril³¹, cerca de 66% dos leitores da VEJA estão nas classes A e B, justamente as mais representadas no público da abertura da Copa do Mundo. Ao enaltecer o espectador da partida, a *VEJA* acaba se referindo também, ao seu leitor que, em sua maioria, possui semelhanças culturais, sociais e ideológicas com o público que vaiou Dilma. Desta forma, a revista tenta manter conversar com quem lhe é conveniente, ou seja, com quem ela partilha uma relação ideológica e também mercadológica.

Sobre essa relação de ideologia e mercado entre revista e leitor, Patrick Charaudeau afirma que:

uma empresa numa economia tipo liberal e, por conseguinte, em situação de concorrência com relação a outras empresas com a mesma finalidade [...] procura “captar” uma grande parte, se não a maior parte, do público. [...] O imperativo da captação a obriga a recorrer à sedução, o que nem sempre atende à exigência de credibilidade

²⁹ Disponível em: <http://img.fifa.com/mm/document/tournament/ticketing/02/09/75/01/fcc2013-ticketguide-por_portuguese.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.

³⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1295861-lula-foi-vaiado-nos-jogos-pan-americanos-de-2007-relembre-o-episodio.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

³¹ Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

que lhe cabe na função de “serviço ao cidadão” (CHARAUDEAU, 2007, p. 58-59).

Assim, a *Veja* dispõe de um mercado consumidor que a proporciona credibilidade por compartilhar da mesma linha ideológica que ela. A forma e o conteúdo das matérias seduzem o leitor que, por uma questão de afeto ideológico, terá mais dificuldade em separar o real do espetacular, tomando a informação como verdade absoluta. Nas palavras de Debord:

O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que por princípio ele exige é a da aceitação passiva que, de fato, ele já obteve por seu modo de aparecer sem réplica, por seu monopólio da aparência (2006, p. 16-17).

Seguindo essa ideia impressa por Debord (2006) acerca do espetáculo, uma outra edição da VEJA que chamou muito a atenção - esta já no período eleitoral - é a de 29/10/2014. O segundo turno das eleições aconteceu no dia 26 de outubro, sendo, portanto, anterior à data dessa edição. Porém, a capa foi divulgada na semana que antecedeu a votação e polemizou a disputa. Nela, os rostos de Dilma e Lula aparecem com feições sérias em um fundo escuro e há um pequeno texto: “O doleiro Alberto Youssef, caixa do esquema de corrupção da Petrobrás, revelou à Polícia Federal e ao Ministério Público, na terça-feira passada, que Lula e Dilma Rousseff tinham conhecimento das tenebrosas transações na estatal”. Sucedendo o texto, em letras grandes e vermelhas, diz-se que “Eles sabiam de tudo”. Como se tratava apenas da capa, não havia mais informações a respeito do assunto. Um leitor que compartilhe da mesma ideologia que a *VEJA* teria a tendência de

tomar o discurso como verdade absoluta sem antes ter provas.

Porém, ao contrário do que se esperava, a matéria não trazia nenhuma prova daquilo que afirmava. Além de não provar que Alberto Youssef revelou durante o depoimento a ciência de Lula e Dilma sobre o esquema de corrupção, a matéria também não contempla as provas que o doleiro teria dessa suposta afirmação. Diz-se que

Para conseguir os benefícios de um acordo de delação premiada, o criminoso atrai para si o ônus da prova. É de seu interesse, portanto, que não falsifique os fatos. Essa é a regra que Youssef aceitou. O doleiro não apresentou - e nem lhe foram pedidas - provas do que disse [...] Youssef simplesmente convenceu os investigadores de que tem condições de obter provas do que afirmou a respeito de a operação não poder ter existido sem o conhecimento de Lula e Dilma (VEJA, 29/10/2014, p. 61).

Desta forma, a matéria não passa de uma especulação regida pela ideologia da *VEJA*, que utilizou, mais uma vez, o sofismo. Relacionando com Debord, na fase atual do capitalismo, a ideologia está materializada, pois ela é “uma ideologia que conseguiu recortar todo o real de acordo com seu modelo.” (DEBORD, 2006, p.137). Para o autor, na Sociedade do Espetáculo, o próprio capitalismo se torna uma ideologia, ou seja, a imagem da sociedade capitalista espetacular confunde-se com a realidade desta sociedade. A ideologia é, portanto, um processo de falsificação da consciência (COELHO, 2014, p. 53).

Outro fator a ser analisado é o discurso que antecedeu essa reportagem. *VEJA* parece se antecipar às críticas que poderiam vir pela divulgação dessa matéria justamente na semana pré-eleições, argumentando que eventos relevantes “não escolhem momento para aparecer”, sendo um dever publicar tal apuração. Além disso, é feita uma

oposição entre fazer “reportagens” que beneficie algum candidato e emitir “fatos” verdadeiros que reforçam o compromisso com o leitor. *VEJA* afirma que se enquadra no segundo modelo de emissão (*VEJA*, 29/10/2014, p. 58).

Essa afirmação é, no entanto, incoerente com a maneira pela qual a matéria foi construída. Segundo Charaudeau (2007, p. 49), o discurso pode conter um valor de verdade ou um efeito de verdade. No primeiro caso não há empirismo, ou seja, com uma instrumentação científica exterior ao homem constrói-se uma explicação elaborada presa a um saber erudito e às evidências, dando o status de “ser verdadeiro” ao discurso. Já no segundo caso, o discurso emerge da subjetividade do sujeito e se baseia na convicção e na opinião, priorizando a credibilidade em detrimento da verdade. Ao analisar o discurso da *VEJA*, nota-se que a busca pela credibilidade com aqueles que partilham das mesmas convicções que a revista é colocada na frente da produção do conhecimento erudito. Em outras palavras, a ausência de provas daquilo que é dito e a presença de informações estratégicas não contribuem para o desenvolvimento intelectual do leitor, apenas para a manutenção de uma ideologia conservadora e repleta de “achismos”. Vale destacar que o sentido do “discurso” apresentado na introdução deste artigo – e que será tratado com mais detalhes posteriormente – se complementa pelo sentido empregado por Charaudeau (2007).

Um discurso com valor de verdade dará margem para o diálogo, pois o conhecimento verdadeiro – e não empírico – pode ser formado através da discussão entre indivíduos que tenham uma instrumentação científica e, por não se tratar de algo embasado na convicção, estão abertos à mudança de opinião. Já o discurso ligado ao efeito de verdade se relaciona com a extensão e transmissão de fatos manipulados estrategicamente conforme o interesse do emissor.

Outro aspecto fundamental para entender a espetacularização promovida pela *VEJA* é a questão da desqualificação mal fundamen-

tada que ela faz com grupos de esquerda. Para discutir esse tema, será feita uma análise comparativa de matérias das edições de 30/07/2014 e 06/08/1969, que exemplificam bem essa desqualificação. Foram selecionados conteúdos de uma edição mais antiga para demonstrar que a oposição pregada pela revista a grupos de ideologias contrárias é mal fundamentada também historicamente.

A matéria selecionada da edição de 2014 não é a de capa. Com o título “Cidade Sitiada”, a matéria relata a ocupação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na propriedade da empresa Arapuel, no município de Quedas do Iguaçu, Paraná. Inicialmente, é feita uma descrição das roupas e pertences dos membros do movimento presentes na ocupação:

As roupas, os carros e as caminhonetes estacionados ao lado das barracas construídas com toras de madeira revelam que o perfil dos militantes do MST [...] mudou radicalmente nos últimos anos. É uma nova geração de invasores, que usa tênis de marca, tem celular, moto e caminhões para ajudar no trabalho pesado. Cobertos por lonas novas, mais resistentes do que no passado, os barracos são espaçosos e estão fartamente abastecidos de suprimentos enviados pelas cooperativas ligadas ao movimento [...] Só uma coisa não mudou: a tática e os métodos criminosos para se apossar de propriedades alheias (VEJA, 30/07/2014, p. 52).

A construção do discurso feita na matéria de 06/08/1969, de título “O terror de rosto descoberto”, é bastante parecida com a anterior. A reportagem noticia a prisão de integrantes do MR-8, um grupo da esquerda armada que lutava contra a ditadura militar vigente no Brasil.

Deselegantes e desapontados, os rapazes do Movimento Revolucionário-8 foram apresentados à imprensa na semana passada. Ves-

tiam bermudas largas e compridas, camisas curtas e justas, segundo o figurino dos prisioneiros da ilha das Flores, no litoral carioca. [...] Como outros grupos ainda em ação ou já dissolvidos desde a Revolução de 1964, o MR-8 constituiu-se de pessoas da classe média, sem receber apoio de camponeses e operários. ‘Desde a queda de João Goulart’, dizem os oficiais de segurança, ‘nenhum movimento subversivo empolgou operários e camponeses. Em todos os grupos nota-se a ausência desses elementos básicos para qualquer ação consequente, do ponto de vista comunista, segundo seus próprios modelos clássicos (VEJA, 6/08/1969, p.16)

Ambos os discursos visam desqualificar os movimentos por meio da descrição de seus membros. O argumento desenvolvido pela *VEJA* é de que a luta dos grupos não condiz com a realidade de seus membros. Por um lado, os integrantes do MST estariam com muitos bens materiais e uma boa estrutura, não se enquadrando mais no perfil de quem precisa invadir terras para garantir seu sustento. Ao mesmo tempo, pelo discurso da *VEJA*, os membros do MR-8 apenas vestiam-se como pessoas de classe baixa, mas na realidade eram da classe média, o que desqualificaria a luta deles – sobretudo porque, de acordo com os oficiais de segurança, os elementos clássicos para as causas de esquerda não faziam parte desses movimentos.

Essa comparação coloca em evidência duas características da Sociedade do Espetáculo. Primeiramente, destaca-se a validação da imagem como reflexão da realidade. Debord diz que

a realidade considerada parcialmente apresenta-se em sua própria unidade geral como um pseudomundo à parte, objeto de mera contemplação. A especialização das imagens do mundo se realiza no mundo da imagem autonomizada, no qual o mentiroso mentiu para si mesmo (2006, p. 13).

Isso se aplica ao discurso da *VEJA* nessas reportagens, uma vez que ele tem como base imagens estereotipadas das classes sociais. A forma como os indivíduos estão vestidos e seus bens materiais são usados para banalizar uma causa. Em outras palavras, a imagem é sobrevalorizada em detrimento da contextualização. A reportagem de 2014 retrata unilateralmente um episódio de invasão de terras e não engloba a discussão da reforma agrária, por exemplo. Com relação à reportagem de 1969, ela foi mais uma da revista durante o período da ditadura militar que desconstruiu a luta da esquerda contra o governo – seus integrantes, por exemplo, eram comumente chamados de terroristas. A forma agressiva como o discurso era feito acabava por validar a forte repressão policial.

A outra característica espetacular evidenciada pela comparação entre as matérias é a forte importância dada à questão econômica. Conforme visto anteriormente, o desenvolvimento da doutrina neoliberal deu origem ao poder espetacular integrado - que ocorre atualmente. Em 1969, ano da matéria analisada, Debord ainda trabalhava com os poderes concentrado e difuso (o livro “Sociedade do Espetáculo foi lançado em 1967), mas já dava grande destaque para o papel da economia na sociedade espetacular. Na reportagem de 2014, a *VEJA* explora a imagem dos integrantes do MST para dizer que a aparência deles já não condiz mais com a causa do movimento; enquanto na reportagem de 1969 a revista invalida a luta dos “movimentos subversivos” com o argumento de que seus integrantes são majoritariamente da classe média e não dos setores populares. Assim, o lugar do indivíduo na sociedade é definido, principalmente, pelo seu poder aquisitivo. Segundo Debord,

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda realização humana, a uma evidente degradação do ser para o ter. A fase atual, em que a vida social está

totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do ter para o parecer, do qual todo “ter” efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última. Ao mesmo tempo, toda a realidade individual tornou-se social, diretamente dependente da força social, moldada por ela. (2006, p.18).

Desta forma, a alienação não é apenas intelectual, mas também material, sobretudo por causa de uma doutrina econômica muito ligada à ideologia. Nesse processo, Guy Debord diz que

A realidade tanto quanto o objetivo são dissolvidos na proclamação ideológica totalitária: tudo o que ela diz é tudo o que é. É um primitivismo local do espetáculo, cujo papel é porém essencial no desenvolvimento do espetáculo mundial. A ideologia que se aqui materializa [...] transformou policialmente a percepção (DEBORD, 2006, p. 72).

Conforme argumenta Fábio Marques (2006), como consequência do discurso ideológico, produz-se mitos e preconceitos sobre movimentos sociais. Discursos como o da *VEJA* repetem clichês como verdade até que eles se fixem no senso comum. A sociedade caminha, então, para a afirmação do processo de fragmentação social – outra característica fundamental da sociedade espetacular. Para Debord (2006), o espetáculo se apresenta como um setor da sociedade que concentra toda a consciência. Como esse setor é fragmentado, até mesmo possíveis uniões que ele realize fazem parte de uma lógica de separação generalizada (2006, p. 14).

Agora, podemos nos aprofundar um pouco mais na questão das diferenças entre diálogo e discurso iniciada na introdução do artigo

– e que muito tem a ver com a fragmentação social. Como visto, o grande volume de informações somado ao interesse por trás dessas informações faz com que a sociedade moderna não se comunique. A base da comunicação está no diálogo, uma vez que para comunicar é necessário entender o outro – diferentemente do que ocorre no ato de informar. Em outras palavras, a comunicação só terá sentido quando a relação com o outro gera um reconhecimento mútuo (WOLTON, 2010). Sobre o diálogo, Merleau-Ponty diz que:

na experiência do diálogo, constitui-se um terreno comum entre outrem e mim, meu pensamento e o seu formam um só tecido, meus ditos e aqueles do interlocutor são reclamados pelo estado da discussão, eles se inserem em uma operação comum da qual nenhum de nós é o criador. Existe ali um ser a dois, e agora outrem não é mais para mim um simples comportamento em meu campo transcendental, aliás nem eu no seu, nós somos, um para o outro, colaboradores em uma reciprocidade perfeita, nossas perspectivas escorregam uma na outra, nós coexistimos através de um mesmo mundo.” (1999, P. 474-475)

No entanto, pode ocorrer o fechamento de um dos integrantes - ou ambos – na formação do diálogo, inviabilizando a formação deste conforme a descrição de Merleau-Ponty (1999). Isso acontece quando esse integrante sente receio de que, caso permita o diálogo, ele perca sua identidade a partir do rompimento de seu repertório e estrutura receptiva (FLUSSER, 1998, p. 100). Um indivíduo habituado a discursos mal fundamentados e unilaterais – como o da *VEJA* – tenderá a se fechar diante da possibilidade de diálogos, pois ele optará por discursar – transmitindo aos outros aquilo que ele absorveu de um discurso prévio. Quanto a isso, Flusser diz:

O discurso pode ser concebido como uma situação na qual um sistema se lança sobre sistemas vizinhos a fim de assimilá-los ao seu. O próprio termo “discurso” sugere essa estrutura. Mas conceber o discurso apenas como monólogo [...] seria empobrecer as suas potencialidades. [...] O discurso progride. Em outras palavras: o discurso tem meta e procura aproximar-se dela. Isto o distingue do diálogo, cujo caráter é lúdico e, portanto, despretensioso. [...] O discurso é, estruturalmente, projetivo, tendencioso e argumentativo. O caráter progressivo, teológico, do discurso confere às suas sentenças um aspecto exclamatório e declamatório, que as torna quase imperativas, mesmo quando são, formalmente, indicativas. (1998, p. 101)

O discurso midiático, portanto, tem como característica fundamental a imposição e a fixação de sua ideologia em um determinado setor da sociedade. No caso da *VEJA*, a revista entende que há um setor conservador da sociedade brasileira interessado em ler matérias que abordem determinados assuntos de forma semelhante ou igual à forma que esse setor enxerga tais assuntos. Aproveitando-se disso, as reportagens manipulam fatos para influenciar o leitor a se manter com esse ponto de vista e transmiti-lo por via de um discurso igualmente espetacularizado. É uma jogada ideológica e também mercadológica. Vale destacar que não estamos trabalhando com o modelo de “manipulação”, mas sim de “persuasão” – ambos explicandos por Venício de Lima (2001). A manipulação ocorre no discurso para persuadir o receptor. Exemplificando com o caso da revista *VEJA*, é muito improvável que seja possível convencer um militante da esquerda a aceitar o discurso desse veículo. Portanto, não podemos atribuir à mídia poderes absolutos, como faz o modelo de “manipulação”. É

possível, todavia, influenciar indivíduos com uma ideologia política indefinida e manter – ou intensificar – a ideologia pregada pela revista em indivíduos que já a sigam.

Essa persuasão se dá pela seleção minuciosa dos fatos e da forma como eles serão abordados. Para Charaudeau:

Toda escolha se caracteriza por aquilo que retém ou despreza; a escolha põe em evidência certos fatos deixando outros à sombra. A cada momento, o informador deve perguntar-se não se é fiel, objetivo ou transparente, mas que efeito lhe parece produzir tal maneira de tratar a informação e, concomitantemente, que efeito produziria uma outra maneira, e ainda uma outra, antes de proceder a uma escolha definitiva [...] Tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolhas de estratégias discursivas. [...] O informador é obrigado a reconhecer que está permanentemente engajado num jogo em que ora é o erro que domina, ora o mentir, ora os dois, a menos que seja tão-somente a ignorância [...] O discurso [...] resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas de troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido. Descrever sentido de discurso consiste, portanto, em proceder a uma correlação entre dois polos. (CHARAUDEAU, 2007, p. 38 - 40).

Assim, qualquer tipo de mensagem emitida, por mais despreziosa que ela seja, passa pelo tratamento do órgão emissor. Esse órgão, além de ter que adequar a forma da emissão ao que o público alvo espera, tem um motivo para emitir essa mensagem, seja ideológico, mercadológico ou ambos. Quanto à informação estratégica (manipulada), segundo Perseu Abramo (2003), na maioria das vezes ela tem uma relação indireta com a realidade, ou seja, a imprensa se refere a uma realidade distorcida e artificial como se fosse algo real. Para o autor, esse processo é feito através da ocultação deliberada, fragmentação e inversão (reordenamento) de partes da realidade, para que o indivíduo seja induzido a admiti-la como verídica. Essa é a lógica espetacular que transforma imagem em realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora, até mesmo a notícia é transformada em mercadoria – e o espetáculo é justamente o momento em que a mercadoria chega à ocupação total da vida social (DEBORD, 2006, p. 30). Para chegar nesse estágio, precisa-se assinalar dois grandes problemas. O primeiro deles é a abundância de informações que circulam na sociedade. Com isso, fica mais fácil emitir mensagens estratégicas e tirar o foco social de algumas questões importantes. Wolton (2010) diz que abundância informacional não é sinônimo de verdade e não cria mais diversidade, mas sim, uniformização e racionalização. Como a informação custa caro, a tendência é que ela seja simplificada e, por isso, há uma descontextualização, inviabilizando – junto com a velocidade da informação – o aprofundamento pelo conhecimento (WOLTON, 2010, p. 50-51).

Essa lógica da velocidade e da quantidade se soma à do interesse político-econômico e, juntas, dão base ao comportamento midiático na sociedade espetacular. A sociedade, então, se torna cada vez mais fragmentada. Ora, se não entendemos a questão do outro, não

seremos capazes de nos comunicar. Viveremos sempre presos à nossa ideologia e emitiremos discursos vazios. Uma sociedade fragmentada é incapaz de dialogar e, assim, incapaz de produzir um conhecimento erudito, assegurando a manutenção do poder. Ao dialogar, o homem não invade, não manipula e não produz slogans, mas sim, empenha-se na transformação da realidade através de um encontro capaz de humanizá-lo (FREIRE, 1992, p. 43).

O discurso da *VEJA*, conforme apontado anteriormente, é sofista e unilateral. Ou seja, os argumentos são elaborados com base em propostas não consolidadas ou não comprovadas cientificamente. Além disso, exaltam-se fatos, personalidades e movimentos que corroboram a ideologia da revista, enquanto aqueles outros opostos são desqualificados. Esse tipo de construção discursiva, mesmo que falho, induz o leitor alvo da *VEJA* a ter um determinado raciocínio – sobretudo porque, muitas vezes, aquilo que ele está lendo é justamente o que ele deseja ler dentro de sua concepção ideológica. Tal relação entre revista e leitor pode ser explicada pelo processo que Patrick Charaudeau (2007, p. 41) chama de transação, isto é, o processo em que o emissor atribui ao ato de linguagem um objetivo em função de alguns parâmetros, como a posição social, os interesses e as aptidões do receptor – levando em conta, também, o tipo de relação que o emissor espera ter com o receptor.

Desta forma, são construídos estereótipos fundamentados por clichês que contribuem para a manutenção de alguns preconceitos presentes na sociedade. Uma boa explicação depende da remontagem dos fatos e da verdade de origem epistêmica (CHARAUDEAU, 2007), algo que não ocorre nas abordagens da *VEJA*. Nelas, são encontrados elementos como a opinião de especialistas e intelectuais (a quem se atribui o poder de trazer provas científicas), entrevistas, interrogatórios e debates. Esses elementos fazem surgir uma verdade consensual (CHARAUDEAU, 2007).

A revista VEJA é mais um veículo que, ao propagar seu discurso, acaba contribuindo para uma sociedade mais intolerante e fragmentada. Levando em conta a argumentação dos teóricos abordados neste artigo, a revista informa e discursa, mas não dialoga e nem comunica. Isso se estende ao leitor que, tomando as informações como verdades absolutas, reproduzirá um discurso igualmente intolerante e não se abrirá para um diálogo, pois não entende as questões do outro – inviabilizando a comunicação.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. Significado político da manipulação na grande imprensa. In: ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

ADORNO, T. A Indústria Cultural. In: COHN, G. (Org.). **Comunicação e Indústria Cultural**. São Paulo: Edusp, 1971. p. 287-295

ANDRADE, W.O teatro e as metamorfoses do olhar. **Revista CULT**, abril 2014. Edição 189. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2014/05/o-teatro-e-as-metamorfoses-do-olhar>>./

COELHO, C. N. P. Em torno do conceito de sociedade do espetáculo. In: COELHO, C. N. P., CASTRO, V. J. de. (Org.). **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006.

COELHO, C.N.P. **Teoria crítica e sociedade do espetáculo**. Jundiaí, SP: In House, 2014.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 1ª Edição. São Paulo: Contexto, 2007.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo - Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

FLUSSER, V. **Ficções filosóficas**. São Paulo: Edusp, 1998.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 10ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LIMA, V. A. **Mídia: teoria e política**. 2ª Edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARQUES, F. C. Uma reflexão sobre a espetacularização da imprensa. In: COELHO, C. N. P., CASTRO, V. J. de. (Org.). **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006.

McLUHAN, M. O meio é a mensagem. In: McLUHAN, M. **Understanding Media. Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2011.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Disponível em: <http://monoskop.org/images/0/07/Merleau_Ponty_Maurice_Fenomenologia_da_percep%C3%A7%C3%A3o_1999.pdf>.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PERIÓDICOS:

VEJA. São Paulo: Ed. Abril, n. 48, 06/08/1969

VEJA. São Paulo: Ed. Abril, n. 25, 18/06/2014

VEJA. São Paulo: Ed. Abril, n. 31, 30/07/2014

VEJA. São Paulo: Ed. Abril, n. 44, 29/10/2014

PARTE III

Mídia,
Espetáculo
e Ódio

CAPÍTULO 7.

MÍDIA ODIOSA, ALIENAÇÃO POLÍTICA E ESTRUTURA AUTORITÁRIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Emerson Ike Coan³²

*Pai nosso que não estais aqui
Sacrificado é o vosso povo...
o pão nosso de cada dia...
o trabalho nosso de cada dia
venham a nós, voltem a nós...
Não nos deixei cair em lamentações
Mas livrai-nos desse vazio
(Oração – M. Nascimento/F. Brant)*

INTRODUÇÃO

O capítulo pretende compreender a espetacularização do ódio político na sociedade brasileira atual. Assiste-se à formação de um “consenso” reacionário por uma parte da sociedade que se dirige com ódio contra outra, dita “petista”, a partir de estereótipos produzidos por setores do poder junto com a grande mídia. Há uma postura de “nós contra eles”. Esta sempre atenta contra a instituição de uma sociedade democrática no Brasil.

A pesquisa usará o método dialético da teoria crítica, pelo qual qualquer investigação da realidade social tem em conta a compreensão da dinâmica histórica da sociedade capitalista.

³² Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero (FCL), na qual é membro do Grupo de Pesquisa Comunicação e Sociedade do Espetáculo. Mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). emersonike@hotmail.com

Adorno e Horkheimer sustentaram que o antissemitismo ia além da especificidade da vítima e fixaram teses para uma teoria do preconceito, coligada à dialética do esclarecimento e à crítica da indústria cultural. O importante para eles passou a ser a compleição psíquica do odioso conforme um pensamento por estereótipos.

Liga-se à crítica da sociedade do espetáculo de Guy Debord. O sujeito não vive suas próprias experiências; vive os estereótipos produzidos por outrem – profissionais da publicidade, da propaganda política, do entretenimento e da formação de opinião pública.

Essa crítica incide sobre a perda do controle da política pelos cidadãos e pelos movimentos sociais, como questionamento da alienação política no contexto do neoliberalismo.

As características específicas da sociedade brasileira serão vistas em relação ao mito da não violência e ao autoritarismo social, de acordo com Marilena Chaui.

A TEORIA DO PRECONCEITO DE ADORNO E HORKHEIMER

Adorno e Horkheimer sustentaram já nos anos 1940 que o antissemitismo ia além dos judeus e fixaram teses para uma teoria do preconceito³³. O importante para eles passou a ser a compleição psíquica do odioso conforme um pensamento por estereótipos.

A interferência na esfera psíquica das pessoas, com o objetivo de desindividualizá-las ao máximo, ocorre basicamente pela exploração de dois comportamentos normais no ser humano: o mimético e o projetivo. As teses daí decorrentes são as de que, no preconceito, ocorrem a falsa mimese e a falsa projeção.

Na sociedade de capitalismo tardio impõe-se que, além do domínio externo da natureza, para o dito progresso material, o sujeito deve ter o domínio de sua natureza interna – de seus comportamentos

³³ Eles acabaram por identificar traços de todo e qualquer autoritarismo, em posições políticas pretensamente progressistas, inclusive.

impulsivos, seus sentimentos, pensamentos mais íntimos, para o dito progresso moral.

O centro da dialética do esclarecimento é que nela há primazia do objeto. A razão esclarecida contenta-se com o domínio sobre o objeto. O poder que ela confere ao sujeito consiste na faculdade de definir o objeto e manter-se a prudente distância dele, sem envolvimento, sem o movimento da reflexão que envolve sujeito e objeto num processo solidário. O sujeito desatado do compromisso racional com a reflexão só pode ver no objeto a coisa estranha, o outro absoluto, simultaneamente ameaça e presa, o que sinaliza o limite da razão esclarecida. Há uma raiva feroz pela diferença. “A mera existência do outro é motivo de irritação” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 151).

A mimese equivale ao mecanismo de se fazer igual ao meio ambiente como uma forma de defesa do inimigo natural, a exemplo do que os insetos verdes conseguem ao se confundir com a folhagem da mesma cor. Os autores pautaram-se por um aspecto mais orgânico, associado ao conceito biológico de mimetismo. No âmbito humano, ela diz respeito à tendência natural do homem à imitação em seu aprendizado a respeito do mundo exterior. Há sempre o perigo de uma regressão a estágios anteriores da natureza acompanhada da desvirtuação do comportamento mimético com fins ideológicos: a falsa mimese ou mimese da mimese.

Se é biológico imitar a natureza, todo comportamento acaba sendo compreendido como mimético. O sistema de dominação impede a integração do sujeito à natureza ambiente, e imprime estereótipos para condutas imitativas padronizadas, orientando ideologicamente sua percepção sensível.

Os homens só percebem os seus traços miméticos falsos, seu comportamento automatizado quando veem esses traços no outro. A imitação é transmitida, inconscientemente, de geração em geração e o que se perde na dominação são as características mais humanas que acabam sendo tomadas como estranhas.

uma pedagogia que desacostuma as crianças de serem infantis — é a própria condição da civilização. A educação social e individual reforça nos homens seu comportamento objetivo enquanto trabalhadores e impede-os de se perderem nas flutuações da natureza ambiente. Toda diversão, todo abandono tem algo de mimetismo. Foi se enrijecendo contra isso que o ego se forjou (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 149).

Há uma idiossincrasia generalizada: a repugnância compulsiva dos preconceituosos pelo resíduo de natureza não domada pelo processo civilizacional. Há um recalque individual e social das tendências miméticas que ligam o homem ao animal, ao barro, à sujeira, à gratuidade e ao desperdício erótico e lúdico, pois contrariam as bases de sustentação de uma identidade clara, bem definida, funcional, uma identidade que aprendeu a se dobrar às imposições do trabalho e da eficiência da produção capitalista.

Os estudos sobre o preconceito se ampliaram, uma vez que a abordagem dos autores remete suas causas a uma dinâmica emocional relacionada com os agentes do ódio, e não com suas vítimas.

O comportamento projetivo contrariamente à mimese quer tornar o meio circundante igual a si; é uma contrapartida subjetiva em todo conhecimento do mundo exterior. Já não se trata de imitação, pela qual o sujeito devolve ao objeto aquilo que dele recebeu, mas de projeção, pela qual o sujeito deve devolver ao objeto mais do que dele recebeu. “Quando o entrelaçamento é rompido, o ego se petrifica” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 156). Também a projeção pode sofrer um desvirtuamento cultural que se manifesta nas formas mais doentias do preconceito e da discriminação: a falsa projeção.

O conhecimento da realidade fica então totalmente comprometido, pois o sujeito desindividualizado — sem interioridade — não tem o

que devolver à realidade, quando dela recebe dados sensoriais, o que abre caminho para a adesão obsessiva a posições percebidas como a verdade última das coisas, a qual exclui principalmente a existência de pontos de vista diferentes. O efeito concreto da falsa projeção é a semicultura: o saber limitado tomado como verdade pelo sujeito, o qual não é mais capaz de ter experiência.

O preconceito baseia-se numa falsa projeção. Alguns “lutam contra a natureza fora deles, em vez de dentro deles” (HORKHEIMER, 2015, p. 135). Os impulsos que o sujeito não admite como seus e que, no entanto, lhe pertencem são atribuídos à vítima em potencial (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 154). As vítimas – qualquer grupo humano perseguido – “são intercambiáveis segundo a conjuntura” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 142).

O contato com as diferenças étnicas, raciais, nacionais, econômicas, políticas, comportamentais, sexuais etc., mobiliza conteúdos internos reprimidos, em grande parte inconscientes e, logo, desconhecidos ao próprio sujeito. Esses conteúdos, em virtude de sua condição ameaçadora, são racionalizados e projetados nas vítimas do preconceito, que então passam a ser consideradas sujas, vagabundas, promíscuas, inferiores etc.

O paranoico não é o comportamento projetivo enquanto tal, mas a ausência da reflexão que o caracteriza. O sujeito perde a reflexão nas duas direções: como não reflete mais o objeto, ele não reflete mais sobre si e perde assim a capacidade de diferenciar. O paranoico cria o mundo todo segundo sua imagem. “Ele não parece precisar de ninguém e, no entanto, exige que todos se ponham a seu serviço” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 157).

“A paranoia é a sombra do conhecimento” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 161), na medida em que todo ato cognitivo carrega a marca da projeção que, se não é refletida, corre o risco de absolutizar-se, de se transformar em delírio paranoico. O eu que

projeta compulsivamente não pode projetar senão a própria infelicidade, cujos motivos se encontram dentro dele mesmo, mas dos quais se encontra separado em sua falta de reflexão. “Ao invés de ouvir a voz da consciência moral, ele ouve vozes” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 156).

Na postura fascista/odiosa acontece algo como uma paranoia coletiva, pela qual os indivíduos ligam-se em comunidades de aliança voltadas para a propagação do terror aos membros de fora do grupo. O vazio de interioridade do sujeito é tanto que ele “vê” os objetos do mundo exterior a partir daquilo que o comando – líder/autoridade / poder – determina, de modo que a pessoa-objeto de sua hostilidade é percebida de fato como “um animal, cujo sacrifício não traria tanto prejuízo ao mundo” (DUARTE, 2003, p. 74).

O SER HUMANO É DESCARTÁVEL COMO UMA MERCADORIA

Tal qual na indústria cultural, o antissemitismo tem sua razão de ser exatamente na expropriação das instâncias internas de decisão e mesmo de percepção da realidade que caracterizaram o sujeito autônomo antes do capitalismo monopolista. Neste, não predominando a concorrência, desaparece o incentivo de autodeterminação do sujeito. A produção material e simbólica passa a ser organizada em grandes conglomerados empresariais. De mídia, em particular, cuja verdadeira função é manter em circulação os estereótipos dos quais se alimentam intelectualmente os indivíduos, a partir de um número incalculável de reminiscências de artigos de jornal e comentários difundidos pelo rádio, pela televisão e hoje pela internet.

A dialética e os limites do esclarecimento observados nos fenômenos políticos atinentes ao totalitarismo são também os observados nos fenômenos culturais condizentes à indústria cultural. Esta e o totalitarismo são “os dois lados da moeda do capitalismo tardio” (DUARTE, 1997, p. 59).

A tese da mentalidade “ticket” indica a transposição dos comportamentos falsamente mimético e projetivo para o âmbito da política nas democracias burguesas, ao assinalar o perigo de sua degeneração em ditaduras fascistas, exatamente como aconteceu na República de Weimar, na qual Hitler chegou ao poder pelo voto direto e supostamente democrático dos cidadãos. Para os autores, a eleição a partir de listas prontas de candidatos – “tickets”, sobre a composição das quais o eleitor não deve refletir, foi a causa imediata da eleição dos nazistas.

Ao dizer “sim” a qualquer um dos pontos desse “ticket”, o indivíduo adere imediatamente, sem reflexão a todos os outros. Não importa mais tanto a convicção ideológica daquele que adere ao totalitarismo, sua adesão se faz agora por um mecanismo de submissão às tendências sociais dominantes.

É a estereotipia absoluta: o pensar conforme padrões fixos previamente dados para qualificar pessoas e coisas; ideias preconcebidas, rígidas e supergeneralizadas; mundo binário do sim ou do não, do eu ou do outro, do bom ou do mau, do amigo ou do inimigo; do freudiano “*in-group*” – dentro – amado, quem é como a pessoa, contra o “*out-group*” – fora – rejeitado/odiado, quem é diferente da pessoa (ADORNO, 2015b, p. 174).

Não importa tanto a existência de um contato ou não do odioso com o objeto de ódio, já que aquele não se deixa permear pela experiência.

Quando as massas aceitam o ‘ticket’ reacionário contendo o elemento antisemita, elas obedecem a mecanismos sociais nos quais as experiências de cada um com os judeus não têm a menor importância (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 165).

A EXPERIÊNCIA CEDE LUGAR AO ESTEREÓTIPO

O geral se impõe; o particular desaparece. A identidade do universal e do particular é falsa. Não se trata de uma verdadeira escolha,

conforme uma realidade construída a partir do ponto de vista pessoal do indivíduo, mas um imperativo da sobrevivência, guiada por critérios semelhantes aos da escolha de um produto para consumo. A adesão ao discurso totalitário pelo eleitor desatento e a aquisição de bens sem qualquer serventia pelo consumidor distraído se dão em razão do estereótipo: o que importa é apenas se sentir em conexão com o “status quo”.

Os estereótipos produtores de estranheza social indicam igualmente a necessidade de aliviar a carga emocional resultante da repressão de traços de fragilidade³⁴ e insegurança³⁵.

É a lógica da indústria cultural: “No mundo da produção em série, a estereotipia – que é seu esquema – substitui o trabalho categorial. O juízo não se apoia mais numa síntese efetivamente realizada, mas numa cega subsunção” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 166).

³⁴ Adorno realizou também pesquisas empíricas nos EUA e defendeu a existência de uma nova forma de configuração dos indivíduos, expressada por atitudes e comportamentos individuais padronizados e por um ego frágil, facilmente cooptado por movimentos sociais totalitários. A Psicologia Social por ele formulada deve estudar esse objeto para que, com o esclarecimento produzido e difundido, os indivíduos possam resistir à adesão cega a movimentos sociais irracionais, tal como o fascismo, insistindo que a determinação desses movimentos não é individual, mas social (ADORNO, 2015a, p. 71-135).

³⁵ Nos estudos sobre a personalidade autoritária, a escala F foi empregada para a configuração da estrutura psicológica do sujeito fascista. Nove traços constituem o seu perfil, cuja dinâmica dessa estrutura sofre variações de sujeito para sujeito: o convencionalismo; a submissão autoritária; a agressividade autoritária – conjugados esses dois traços: o sujeito se submete incondicionalmente à autoridade (masoquismo) e descarrega a agressividade nos grupos de contraidentificação (sadismo); a antiintração (dificuldade do sujeito entrar em contato com a sua vida psicológica e desvalorizar sentimentos, emoções, ternura, sensibilidade, como se fosse, por isso, muito racional); a superstição e a estereotipia; a valorização do poder e da dureza (quem é duro consigo mesmo, também o é com os demais); a destrutividade (visão catastrófica do mundo) e o cinismo; a projetividade (é resultado de pulsões proibidas e negadas pelo sujeito que, no entanto, são exteriorizadas pela atribuição a outrem); a preocupação com o comportamento sexual das pessoas – decorre tanto do sadomasoquismo como da projetividade, como se os outros realizassem as “sujeiras” que gostaria mas está impedido de realizar (ADORNO, 2009, p. 196 – trad. livre).

É o esquematismo da sociedade administrada: estereotipação: descon-sideração do sujeito e controle social.

A mentalidade “ticket” representa um estádio em que não resta ao que sobrou do indivíduo mais do que uma aparência de escolha ou uma escolha entre totalidades. Do fetichismo da mercadoria de Marx³⁶ sobressai a reificação³⁷. “Não é só o ‘ticket’ antisemita que é antisemita, mas a mentalidade do ‘ticket’ em geral” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 171).

O que se extrai de mais radical nessas teses é a constatação da profundidade da alienação – a perda de controle sobre a vida social pelos que a produzem. Ela já não atinge apenas o relacionamento do homem com as coisas, mas ataca também o cerne das relações humanas, com implicação severa ainda na relação do sujeito consigo mesmo.

Toda vítima efetiva ou em potencial de preconceito é um ser humano. A postura crítica é a de indignação e a de denúncia de qualquer prática discriminatória com o intuito de transformar as condições de existência da sociedade, para que ela deixe de ser preconceituosa e passe a ser mais humana.

CRÍTICA DA SOCIEDADE DO ESPETÁCULO E DA ALIENAÇÃO POLÍTICA NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

A produção de estereótipos é base da sociedade do espetáculo. “Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (DEBORD, 1997, p. 13).

³⁶ Cuida-se não da forma da mercadoria, a coisa em si mesma/objeto, mas da “forma-mercadoria”: uma forma de relação social definida que, estabelecida entre homens, passa a uma “forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1975, p. 81).

³⁷ Para Lukács a reificação é a plenificação da troca das mercadorias, de modo que não há nenhuma forma natural de relação humana, tampouco alguma possibilidade para o homem fazer valer suas “propriedades” físicas e psicológicas que não se submetam, numa proporção crescente, ao que ele chama de “objetivação fantasmática” (LUKÁCS, 2003, p. 222-223).

O sujeito não vive suas próprias experiências; perde a capacidade de produzir sua própria representação da realidade, substituída pelas imagens espetaculares produzidas por outrem – profissionais da publicidade, da propaganda política, do entretenimento e da formação de opinião pública. Não é possível ver nitidamente os contornos e os limites da indústria que fabrica as imagens que organizam a vida contemporânea.

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma “relação social entre pessoas, mediada pelas imagens” (DEBORD, p. 14), que possuem qualidade de fetiche e sintetizam o modo contemporâneo de alienação.

O sujeito dominado pelas imagens espetaculares já não se apoia sobre sua faculdade de julgamento (pensamento), resolução (agir conforme o desejo) e senso moral; não consegue sustentar-se sobre os laços que o liga a uma comunidade com base em experiências compartilhadas (KEHL, 2004, p. 52).

A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele (DEBORD, 1997, p. 24).

A crítica da sociedade do espetáculo é o questionamento da forma contemporânea assumida pelo processo de alienação inerente ao capitalismo, quando as representações se descolam da realidade, passando a ter autonomia (COELHO, 2014, p. 35). A crítica do es-

petáculo é a crítica do processo de separação entre a realidade e a representação imagética da realidade.

Há uma confusão entre a imagem da sociedade capitalista produzida pelo espetáculo e a realidade desta sociedade. Debord segue a tradição marxista segundo a qual a ideologia é um processo de falsificação da consciência – de que os homens são produtores da sociedade; de que a consciência é adquirida da práxis humana, e não antes desta: “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX E ENGELS, 2009, p. 32).

Tradição também seguida por Adorno e Horkheimer, quando ocorre um esvaziamento da dimensão lógico-argumentativa da ideologia, como ao tempo de Marx, em que ela era produzida em regra pelos construtores de sistemas de pensamento e de filosofias, pois o capitalismo passa a se servir da sua capacidade de divulgar pelos meios de comunicação, transformados em conglomerados empresariais, a produção e o consumo de mercadorias em larga escala, para justificar a sua própria existência como sociedade. Constata-se que a ideologia produzida pela indústria cultural é a de que o capitalismo é a realidade, e a única realidade possível é o capitalismo.

Debord mostra que na sociedade capitalista a produção e o consumo de mercadorias passam a ser inseparáveis do processo de produção e consumo de imagens: as imagens se transformaram em mercadorias ou existem para incentivar o consumo de mercadorias.

Cláudio Coelho conclui que o conceito de ideologia de Debord e o de Adorno e Horkheimer possuem o mesmo conteúdo. Sustenta que se os alemães desenvolveram o conceito de indústria cultural para a compreensão do processo de mercantilização da sociedade capitalista, que alcançou a produção cultural com o desenvolvimento de técnicas de reprodução em larga escala sob o controle de grandes conglomerados comunicacionais, Debord desenvolveu o conceito de sociedade do espetáculo para a compreensão do processo de articula-

ção entre o acúmulo de capital, por intermédio da produção e do consumo de mercadorias em larga escala, e o acúmulo de espetáculo, por intermédio da produção e do consumo de imagens em larga escala.

Os conceitos procuram compreender, portanto, a mesma realidade. No entanto, Debord particulariza, dentro dos processos comunicacionais, o papel desempenhado pelas imagens e explicita que está procurando compreender uma nova fase da sociedade capitalista (COELHO, 2014, p. 58).

Se para os alemães ocorre uma ideologização do real, de modo que a própria realidade do capitalismo, em especial a produção e o consumo de mercadorias, é apresentada como a justificativa para a existência do capitalismo, para Debord, na fase contemporânea do capitalismo, a ideologia está materializada: “conseguiu recortar todo o real de acordo com seu modelo” (DEBORD, 1997, p. 137).

Quanto à produção de imagens pelo poder, em 1967, ele argumentava a existência de duas formas de dominação: a difusa e a concentrada (DEBORD, 1997, p. 43-44).

Uma se refere ao poder não perturbado do capitalismo moderno, em razão da americanização do mundo nas democracias ditas burguesas. Nota-se que, se o conceito de indústria cultural questiona o poder exercido pelos grandes conglomerados empresariais, o conceito de poder espetacular difuso formulado por ele questiona este mesmo poder.

A outra se caracteriza pela produção de imagens para justificar o poder exercido por um dirigente estatal ou líder da nação e é acompanhada de violência permanente, de modo que onde essa forma de poder domina a polícia também domina. É o tipo de poder existente em sociedades onde Debord denominou como capitalismo burocrático, quer seja em sociedades capitalistas subdesenvolvidas (o Brasil

durante a ditadura militar), quer em países ditos socialistas (a antiga União Soviética) ou durante o nazi-fascismo (a Alemanha Nazista).

Nos anos 1980, sustentou a existência do poder espetacular integrado (DEBORD, 1997, p. 169 e ss.). Baseia-se na vitória generalizada do difuso/capital, porém, sem abandonar as técnicas autoritárias/violência/ódio desenvolvidas pelo concentrado, agora em “regimes democráticos”, em que são visíveis cinco características: renovação tecnológica; fusão econômico (empresas)-estatal; segredo generalizado; mentira sem contestação e presente perpétuo. Os três últimos aspectos são efeitos diretos do segundo registro, base de existência do poder espetacular integrado.

Corresponde ao triunfo do neoliberalismo em escala mundial e aqui no Brasil. Seu discurso sustenta: a desregulamentação dos direitos trabalhistas, como solução para a competitividade das empresas privadas e para os avanços tecnológicos; que os sindicatos e o movimento operário, com suas reivindicações sobre salários e direitos sociais, prejudicam as bases de acumulação capitalista; o Estado que não interfere no mercado, a derrubada de fronteiras comerciais, a livre circulação do capital e o fortalecimento de conglomerados transnacionais articulados a organismos financeiros, com enfraquecimento da indústria nacional, do pequeno e médio empresário.

Nesta fase pós-industrial/pós-fordista – quando o monetarismo superou a indústria, dá-se: uma fragmentação e uma dispersão da produção econômica, incidindo diretamente sobre a classe trabalhadora, que perde seus referenciais de identidade, de organização e de luta; uma rotatividade extrema da mão de obra; e uma obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho em decorrência do surgimento incessante de novas tecnologias.

Há privatizações das empresas estatais, corte dos gastos públicos sociais (distanciamento do Estado de Bem-Estar Social) e aumento de desemprego, que passa a ser estrutural.

A hegemonia³⁸ da ideologia neoliberal ocorre em razão de um “consenso” pela adesão a certos valores, ainda que nem sempre defendidos diretamente: o individualismo – ao se querer tirar vantagem em tudo; o privatismo – a convicção de que o Estado é mau gestor e tudo deve ser deixado ao livre jogo do mercado; a naturalização das relações sociais – o capitalismo pode até ter seus lados ruins, mas corresponde à “natureza humana” etc.

E se há uma assimilação social desses valores³⁹ “é porque as classes dominadas, os trabalhadores de modo geral, assimilam a materialização da ideologia promovida pela sociedade do espetáculo” (COELHO, 2014, p. 118).

Na medida em que esses valores se universalizam, transformando-se em “senso comum”⁴⁰, transfere-se para as classes dominantes uma poderosa ferramenta de controle político e social. A classe dominante consegue legitimar a sua ideologia, porque detém a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos – organização escolar, mídia, e possui o poder econômico, ao controlar a produção e a distribuição dos bens econômicos e organizar e distribuir as ideias. A ideologia ganha materialidade: a classe dominante reatualiza a sua es-

³⁸ É a amplitude ideológica da dominação que se consolida no “consenso” entre as classes, de modo que as dominadas passam a pensar conforme os valores das dominantes. Vários elementos de força da sociedade civil concorrem a isso: a religião, os valores morais, a cultura, os meios de comunicação (GRAMSCI, 2016, p. 96).

³⁹ Se Debord, em 1988, coloca que no poder espetacular integrado não há uma ideologia clara, de todo modo persiste a noção de ideologia materializada, formulada em 1967, precisando ser complementada pela concepção de hegemonia de Gramsci (COELHO, 2014, p. 118).

⁴⁰ É uma visão de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio (GRAMSCI, 2015, p. 114). Pode se afirmar que em Gramsci o “senso comum” corresponde a estereótipos, na medida em que diz respeito à formação da opinião média de uma determinada sociedade a partir de “lugares comuns” ou, no fundo, de acordo com “a concepção da vida e do homem mais difundida” (GRAMSCI, 2001, p. 208-209).

trutura ideológica a fim de defender e manter certo tipo de “consenso” dos aparelhos de hegemonia em relação aos seus projetos, legitimados por via aparentemente democrática. Há uma transformação da objetividade burguesa em subjetividade e sua naturalização na sociedade.

Aquilo que Gramsci denomina “senso comum” (definido como “o sentido sustentado em comum”) tipicamente fundamenta o consentimento. O senso comum é construído com base em práticas de longa data de socialização cultural que costumam fincar profundas raízes em tradições nacionais ou regionais. Não é o mesmo que bom senso, que pode ser construído a partir de engajamento crítico com as questões do momento. Assim sendo, o senso comum pode ser profundamente enganoso, escamoteando ou obscurecendo problemas reais sob preconceitos culturais. Valores culturais e tradicionais (como a crença em Deus e no país ou concepções da posição das mulheres na sociedade) e temores (de comunistas, imigrantes, estrangeiros ou “outros” em geral) podem ser mobilizados para mascarar outras realidades. Podem-se invocar “slogans” políticos que mascarem estratégias específicas por trás de vagos artifícios retóricos (HARVEY, 2014, p. 49 – destaques no original).

A ideologia avança na dissolução dos Estados nacionais pelo capital transnacional privatizante, e a determinação de todas as esferas da vida pelas leis do mercado, de modo que dissolvem a separação entre o público e o privado, transformam o espaço público em imagem pública e o cidadão em consumidor de imagens, como efeito do marketing político.

Ela reforça a alienação política, ao esvaziar a capacidade de compreensão de quem exerce o poder, de que forma, e em nome de quais interesses. Com a política reduzida às eleições e à disputa em torno da imagem dos políticos, a dominação exercida pelo capital financeiro não é reconhecida e nem questionada. A política é transformada em espetáculo.

A relação entre os eleitores e os partidos/candidatos tornou-se uma relação mediada pelas imagens. A negação da diferença, da alteridade, faz-se com a consagração do pensamento único: particularmente os candidatos a cargos majoritários mostram-se, com base em pesquisas de opinião, defensores das mesmas ideias – combate à violência, ao desemprego. A visibilidade dos candidatos/produtos prevalece sobre programas de governo com vistas a transformações sociais. A “diferença” entre os candidatos é da mesma natureza da entre os produtos: uma ilusão socialmente necessária para a manutenção da ideologia de que a sociedade capitalista de consumo é uma sociedade democrática, baseada na liberdade de escolha (COELHO, 2003, p. 21-22). É a mentalidade “ticket”, como visto.

O discurso espetacular, pelo ritmo em que as imagens são expostas, não deixa nenhum tempo para a reflexão; faz calar tudo o que não lhe convém; tudo o que mostra vem sempre isolado do ambiente, do passado, das intenções e das consequências.

O modelo de aceleração do tempo do mercado mundial entra em conflito com a temporalidade política das democracias que, desprovidas da experiência do passado e do futuro, estão desprovidas da possibilidade de construção de uma memória contestável. Ele confisca o espaço da experiência e o horizonte de expectativas, resumindo-se a um presente perpétuo. “O que põe em questão o próprio exercício democrático: a contemporaneidade transforma a capacidade humana de duvidar em simples falta de convicção” (MATOS, 2009, p. 101).

O esquecimento do passado a partir de uma circulação incessante da informação como novidade dá ensejo ao esvaziamento do conhecimento histórico como esvaziamento do conhecimento em geral, “devido ao abandono da objetividade: é a noção de demonstração, de prova, que se perde” (COELHO, 2015, p. 81).

A ideologia assim aceita impede o confronto entre forças sociais organizadas e dotadas de projetos sociais contraditórios. Com a defe-

sa da liberdade de atuação para os grandes conglomerados empresariais houve um retrocesso nas conquistas sociais dos trabalhadores e, portanto, houve um enfraquecimento dos sindicatos e dos movimentos sociais, assim como dos partidos de esquerda.

O fisiologismo tornou-se imperativo para obtenção de cargos e maior tempo na televisão, as massas devem participar da política por meio do sufrágio, mas não podem estar organizadas por meio de sindicatos ou partidos que ampliem e aprofundem o debate político, o qual ficou reduzido ao mero jogo institucional, dos meandros parlamentares – “pequena política”⁴¹, que promove ainda uma desideologização do discurso político-partidário.

O aspecto essencial da sociedade do espetáculo não é a perda do controle da política pelos políticos profissionais, mas a perda do controle da política, transformada em espetáculo, pelos cidadãos e pelos movimentos sociais.

SOCIEDADE BRASILEIRA ESTRUTURALMENTE AUTORITÁRIA

As dificuldades específicas que a sociedade brasileira coloca para a instituição de uma sociedade democrática e para a crítica da alienação política tem relação com o mito da não violência e o autoritarismo social. Marilena Chaui emprega a palavra mito e não ideologia para se referir à maneira como a não violência é imaginada no Brasil. O termo significa o suporte de ideologias, de modo que ele as fabrica para que possa, simultaneamente, enfrentar as mudanças históricas e negá-las.

⁴¹ A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Portanto, é grande política tentar excluir a pequena política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política (GRAMSCI, 2016, p. 21-22).

tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra “*mythos*”), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. Se também dizemos mito “fundador” é porque, à maneira de toda “*fundatio*”, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e por isso mesmo não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela (CHAUI, 2014, p. 150-151).

A fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo.

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo (CHAUI, 2014, p. 152).

Mesmo sob impacto da violência real, cotidiana, notória,

é justamente no modo de interpretação da violência que o mito encontra meios para se conservar: ele permanece porque, graças a ele, se pode admitir a existência empírica da violência

e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la no instante mesmo que é admitida (CHAUI, 2011, p. 346).

Há mecanismos ideológicos de conservação do mito.⁴²

O da exclusão. Afirma-se que a nação brasileira é não violenta e que, se houver violência, esta é praticada por gente que não faz parte da nação (mesmo que tenha nascido e viva no Brasil). Este mecanismo produz a diferença entre um “nós”-brasileiros-não violentos e um “eles”-não-brasileiros-violentos. Produz-se assim a imagem do “nós contra eles”.

O da distinção. Entre o essencial e o acidental. Por essência, os brasileiros não são violentos e, assim, a violência é acidente, um acontecimento efêmero, um “surto” localizado na superfície de um tempo e de um espaço definidos, superável e deixa intacta a essência não violenta. É função do mito admitir que a violência existe, mas assegurando que não possui um laço essencial com a sociedade brasileira porque é praticada por “eles” em momentos passageiros – reprimidos – de “surtos”. A nação fica preservada em sua integridade – “nós” não somos “eles” – e em sua estrutura e organização.

O jurídico. A violência fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade, crime sempre definido como contra a propriedade privada e nunca contra os direitos humanos. Isso permite determinar que os “agentes violentos” são os índios, os negros, os pobres, as crianças de rua e os favelados e legitimar a ação repressiva da polícia contra “eles”.

O sociológico. A partir do conceito de Durkheim de “anomia” (ausência de norma), o “surto” de violência momentâneo, episódico, decorre de um descompasso entre as instituições existentes e uma situação histórica nova, enfim, entre o arcaico e o moderno. A mitologia

⁴² Chauí, 2006, p. 125-134; 2011, p. 347-349.

apropriar-se dessa distinção e distingue violentos e não violentos nestes termos: violentos são os atrasados, ignorantes, incompetentes, que perturbam a ordem social moderna, racional e não violenta. Tem-se a produção de um “eles” determinado, circunscrito à esfera dos “estrangeiros” – imigrantes e migrantes – e dos “obsoletos” – os trabalhadores fabris. Opera-se a lógica do atraso ignorante que se estende aos desprovidos de recursos materiais, a ponto de serem considerados (“eles”) fora do lugar, como um entulho que aglomera nas ruas e nas favelas, ameaçando a segurança dos “legítimos proprietários do espaço invadido”. “Eles” são a gente feia, imunda, analfabeta, sem lei, sem-terra, sem-teto, “inimigos sociais desorganizados”, os “maus” que precisam ser eliminados para o bem dos demais (“nós”) pelas forças da ordem. Todos são considerados culpados por sua condição.

O histórico ou a produção ativa da amnésia social. É uma história na qual os acontecimentos são recortados e interpretados a partir da perspectiva do vencedor, dono do poder. A história oficial única. A figura do vencido fica reduzida à do revoltoso violento, que precisa ser eliminado fisicamente – por prisão, tortura e morte – e historicamente – pelo silêncio. Essa continuidade da história do vencedor é obtida pela eliminação dos vencidos e com o sentido de supressão da desordem e da ameaça à paz social.

E o da inversão do real. Graças à produção de máscaras que permitem dissimular comportamentos, ideias e valores violentos como se fossem não violentos. Resta da ditadura militar a ideologia do “inimigo interno” da doutrina da segurança nacional. As forças militares e o aparato policial em geral se preparam para uma situação de guerra civil permanente. O outrora oponente político passa agora a ser o migrante, o índio, o negro, a criança de rua, o favelado, o sindicalista, as organizações de luta por direitos, o desempregado, o sem-teto, o sem-terra. “Eles” são o agente violento, ameaçam, noite e dia, o “nós” – a unidade ordeira e pacífica da pátria.

Outros exemplos. O machismo é colocado como proteção natural à fragilidade feminina, proteção que inclui a ideia de que as mulheres precisam ser protegidas de si próprias, numa concepção segundo a qual o estupro é decorrente de um ato feminino de provocação e sedução. O paternalismo branco é visto como proteção para auxiliar a natural inferioridade dos negros. A repressão contra os homossexuais e transexuais é considerada proteção natural aos valores sagrados da família e, agora, da saúde e da vida de todo o gênero humano ameaçado pela Aids, trazida pelos degenerados. A destruição do meio ambiente é vista como sinal de progresso e civilização etc.

O mito permanece em razão da própria estrutura autoritária da sociedade brasileira (CHAUI, 2014, p. 226-232). Esta se configura por relações hierarquizadas a partir do núcleo familiar e estendidas para a sociedade como de mando e obediência: o “diferente” é considerado inferior e passível de repressão.

Essa configuração é que particulariza a classe média brasileira, que não só incorpora e propaga ideologicamente as formas autoritárias das relações sociais, como também incorpora e propaga a naturalização e valorização positiva da fragmentação e dispersão socioeconômica, “trazidas pela economia neoliberal e defendidas ideologicamente pelo estímulo ao individualismo competitivo agressivo e ao sucesso a qualquer preço por meio da astúcia, para operar com os procedimentos do mercado” (CHAUI, 2016, p. 20). E é nisto que reside o problema da absorção ideológica da nova classe trabalhadora brasileira pelo imaginário de classe média,

absorção que atualmente, no Brasil, se manifesta na disputa entre duas formulações ideológicas que enfatizam a individualidade bem-sucedida: a “teologia da prosperidade”, do pentecostalismo, e a “ideologia do empreendedorismo”, da classe média neoliberal (o sonho de virar burguesia) (CHAUI, 2014, destaques no original).

A grande mídia toma por base essas formulações para propagar o ódio e a negação da alteridade. Se a política é a capacidade humana de criar laços comuns em nome da boa convivência entre todos, o que requer, numa sociedade democrática, defesa de direitos para todos e respeito por cada um, o que se percebe nos meios de comunicação é uma antipolítica, ou seja, a destruição destas potencialidades. Márcia Tiburi chama atenção ao fato de essa destruição ser orquestrada.

A manifestação antipolítica depende de líderes manipuladores (deputados, torturadores, apresentadores de televisão, falsos pastores, pseudojornalistas são vistos nesse papel em nossos dias). Os meios de comunicação têm um papel fundamental nesse processo: a propaganda disfarçada de jornalismo não consegue esconder o seu fascismo, consegue transformar a visão de mundo fascista (de ódio e negação da alteridade) em valor que é louvado por quem nunca pensou em termos ético-políticos e, por isso mesmo, cai na armadilha antipolítica muitas vezes pensando que se tornou o mais politizado dos cidadãos (TIBURI, 2015, p. 51-52).

Venício de Lima considera como fato mais relevante do ponto de vista da construção da hegemonia política nos últimos anos

a formação de uma linguagem nova, seletiva e específica, com a participação determinante da grande mídia, dentro da qual a maioria dos brasileiros passou a “ver” os réus da ação penal n. 470 e, mais recentemente, da Operação Lava Jato, em particular aqueles ligados ao Partido dos Trabalhadores (LIMA, 2015, p. 108 – destaque no original).

Novas palavras/expressões foram cunhadas, de modo que “mensalão” tido como “um esquema de corrupção” tornou-se “mensalão do PT”, enquanto situações idênticas, anteriores ou atuais, raramente mencionadas, são identificadas pela geografia e não pelo partido – “mensalão mineiro”, por exemplo. Tem-se construído sistematicamente uma associação generalizada, seletiva e deliberada entre corrupção e os governos Lula e o PT, a ponto de “petista” – designação de filiado ao PT – se transformar em equivalente a “corrupto”, “desonesto”, até “comunista”, “subversivo” ou “terrorista” como na acepção de inimigo público da ditadura militar. Associações que indistintamente passaram a se estender a todos progressistas ou aos que tenham posicionamento diverso do padrão midiático, com agressões verbais e físicas a políticos, a artistas e até a transeuntes vestidos com roupa vermelha.

Executivos e empresários ligados a outros partidos políticos, acusados dos mesmos crimes definidos naquela ação penal, são julgados por tribunais diferentes, com direitos diferentes e com penas diferentes. É preciso estar do lado certo da disputa política.

Criou-se um clima político contrário à democracia, de ódio e de recusa intransigente a sequer ouvir qualquer posição diferente, como na mentalidade “ticket”, em que estão juntos na lista a perseguição, o ufanismo, a estética racista, o maniqueísmo, a soberba, o “nós contra eles”.

Clima presente tanto nas manifestações de rua majoritariamente de classe média de 2013 como nas de 2015 contra Dilma, Lula e o PT, com expressões como “meu partido é o meu país”, típica de um nacionalismo fascista, pois contra a mediação institucional, o que fundamenta pedidos de volta da ditadura militar. Não foram diferentes as de 2016, em favor do golpe de Estado – dito impeachment, a derrubada da presidente legitimamente eleita por um processo político baseado em artimanhas jurídicas num conluio do Parlamento e de uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras.

A corrupção, nenhuma novidade na sociedade capitalista brasileira e esquecida nos vínculos sociais cotidianos e empresariais, assim como em relação aos partidos de oposição, é tratada como “cultura” do PT.

A luz da sala da corrupção acendeu-se principalmente na hora em que o PT nela entrou. Somando-se a esse quadro, a natureza conciliadora dos governos petistas, a ausência de disputa ideológica e a inação diante do controle da opinião pública avultam a desfiguração do balanço político daí resultante, na medida em que a sociedade se levantou com ódio contra a comprovada corrupção petista, mas não consegue estender seu mesmo ódio aos partidos mais à direita (MASCARO, 2015, p. 79-80).

Apesar da política neoliberal adotada pelos governos do PT, o discurso reacionário assim propagado busca atingir não só seus protagonistas históricos, mas também os que se beneficiam e apoiam algumas conquistas sociais por ele patrocinadas – o Bolsa Família é chamado de assistencialismo e de estratégia eleitoreira – e que digam respeito às ditas “minorias” objeto de preconceito, e estereotipadas pelos mecanismos ideológicos de manutenção do mito fundador na sociedade autoritária brasileira.

A grande mídia desqualifica sistematicamente a política e os políticos para se legitimar como única instituição intermediária entre a população e o espaço público, com boicote das instituições representativas clássicas da democracia representativa – associações, sindicatos, partidos políticos.

A grande mídia/empresas, monopolizadora da informação, atua em conjunto com o Estado. Essa fusão, do ponto de vista econômico, releva o fato de que a mídia é composta por empresas privadas, mes-

mo que a partir de concessões estatais, como no Brasil. É evidente que, pelo já exposto, os proprietários dos conglomerados midiáticos são suporte do capital, e em esfera global, conforme fusões e aquisições de companhias de jornalismo e entretenimento e o investimento de grupos proprietários de bancos – capital financeiro, por exemplo, para adquirir mundo afora jornais, revistas, portais de internet etc.

As representações ou imagens espetaculares – ideologia – aparecem desprovidas de localização, por certo que se localizam nos centros emissores da comunicação, suporte do capital. A ideologia é que escamoteia essa realidade, torna não localizado no capital o poder econômico que aparece localizado nos proprietários das empresas de mídia; escamoteia também a relação destes com agentes do Estado.

Um elemento fundamental na atual conjuntura em relação a essa fusão, base de existência do poder espetacular integrado, é o funcionamento arbitrário do poder judiciário, principalmente no que diz respeito a processos com implicações políticas, pois mecanismos do autoritarismo típico passam a existir e conviver dentro da rotina democrática. Há uma “judicialização da política”. A articulação grande mídia/poder judiciário ocorre a ponto de haver uma seleção de quais veículos, tendo em vista as suas linhas editoriais, serão destinatários do “vazamento” das informações sobre os processos em andamento, até de atos que deveriam ser sigilosos.

Funda-se numa identidade de classe média.

o conhecimento jurídico autorreferenciado dos juristas não é distinto de uma visão geral de mundo correspondente à classe. O campo jurídico é estruturado por uma gama de agentes quase sempre de classe média. Suas balizas de mundo são as mesmas de seus conviventes – status, símbolos, níveis e focos de consumo, valores e compreensões. Em particular, juristas, como médicos

e outros profissionais de classe média, são atravessados pelo discurso moralista dos meios de comunicação de massa de um modo muito mais sensível (MASCARO, 2015, p. 83-84).

Há uma mesma visão de mundo.

O jurista é afetado diretamente por pautas, valores, interpretações e horizontes daquilo que é notícia. Inclusive também porque sua informação sobre os fatos é, via de regra, a mesma informação dos meios de comunicação de massa. Nem mesmo o jurista que opera mais na base dos fatos concretos – como o do mundo policial ou do Ministério Público – consegue acesso maior ou distinto aos fatos; mesmo que o consiga, não resiste em sua leitura à interpretação bombástica da imprensa e do espetáculo correspondente à narrativa desses mesmos fatos (MASCARO, 2015, p. 88).

Há uma dupla vertente dessa imbricação ideológica: a incorporação de tal conjunção como prática política do jurista – um caso jurídico tem mais peso e ganha ares de importância quando a imprensa o anuncia; a captura do mundo jurídico e judiciário pelos meios de comunicação de massa.

Como tantas outras áreas, a política da informação jurídica na atualidade é constituída por uma imbricação entre afazer jurídico e interesse dos meios de comunicação de massa. Lutas progressistas precisam, portanto, vencer duas barreiras: do interesse dos juristas e a do interesse dos órgãos da imprensa, as quais se prestam quase sempre a mesmos fins (MASCARO, 2015, p. 89).

A garantia do devido processo legal demanda um tempo que a mídia não tem. Esta precisa produzir a informação de modo quase instantâneo, cuja pressão no sistema jurídico sempre interfere na lisura da apuração, no direito de defesa, na razoabilidade de tempo que o processo exige. A fusão apontada é mais uma forma de se praticar violência, não bastassem as formas já estruturalmente existentes na sociedade brasileira. Para que a mídia e o poder judiciário possam exercer com eficácia os seus papéis no Estado Democrático de Direito é preciso fiscalização e denúncia de seus atos abusivos, com participação ampla da sociedade.

Crê-se que o autoritarismo é um fenômeno político referido ao regime de governo exclusivamente ditatorial, ocultando que ele é estrutural no capitalismo, implicado com a indústria cultural, componente do poder espetacular integrado e modo de ser e de se organizar da própria sociedade brasileira.

O método dialético, ao priorizar a práxis humana numa situação social e histórica concreta, examina a alienação como um processo característico da sociedade capitalista, resultante da própria atividade material dos homens quando esta se separa deles, quando não podem controlá-la e são ameaçados e governados por ela. A transformação dessa realidade resultará de um processo em que a prática dos homens seja diferente para que suas ideias sejam diferentes.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Estudios sobre la personalidad autoritaria. In: **Escritos sociológicos II**, v. 1 – **Obra completa**, 9/1. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

ADORNO, T. W. Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In: **Ensaios sobre Psicologia Social e Psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015a, p. 71-135.

ADORNO, T. W. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In:

Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise. São Paulo: Editora Unesp, 2015b, p. 153-189.

ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CHAUI, M. **Simulacro e poder. Uma análise da mídia.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUI, M. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas.** 13. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

CHAUI, M. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. In: **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro.** 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 147-237.

CHAUI, M. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, I.,

DORIA, K., CLETO, M. (orgs.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise.** São Paulo: Boitempo, 2016.

COELHO, C. N. P. **Publicidade: é possível escapar?** São Paulo: Paulus, 2003.

COELHO, C. N. P. **Teoria Crítica e Sociedade do Espetáculo.** Jundiaí, São Paulo: Editora In House, 2014.

COELHO, C. N. P. Jornalismo e política na contemporaneidade: teoria crítica e poder espetacular integrado. In: COELHO, C.; KÜNSCH, D.; MENEZES, J.E. (Orgs.). **Jornalismo e contemporaneidade: um olhar crítico.** São Paulo: Plêiade, 2015, p. 75-91.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, R. Notas sobre modernidade e sujeito na Dialética do esclarecimento. In: **Adornos: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997, p. 45-63.

DUARTE, R. **Teoria crítica da indústria cultural**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. V. 1. 8. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. V. 2. 2. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. V. 3. 7. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. – São Paulo: Loyola, 2014.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

KEHL, M. R. **O espetáculo como meio de subjetivação**. In: BUCCI, E.; KEHL, M. R. Videologias. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 43-62.

LIMA, V. A. A direita e os meios de comunicação. In: VELASCO, S. C.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs.). **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 91-113.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe. Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro primeiro: o processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.v. 1.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

MASCARO, A. L. Crise brasileira e direito. In: **Margem Esquerda**, v. 25, 2015, p. 66-91.

MATOS, O. **Contemporaneidades**. São Paulo: Lazuli Editora: Companhia Editora Nacional, 2009.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista. Reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

CAPÍTULO 8.

“POR QUE NÃO MATARAM TODOS EM 1964?”: DISCURSO DE ÓDIO NAS MANIFESTAÇÕES CONTRA DILMA ROUSSEFF

Vanderlei de Castro Ezequiel⁴³

Este trabalho analisa o discurso de ódio presente nas manifestações contra o governo de Dilma Rousseff e aponta para possíveis causas desse ódio. Além da abordagem conceitual do tema, o trabalho analisa um caso concreto de discurso de ódio. A principal orientação teórico-metodológica deste trabalho é a Análise de Discurso de linha francesa, entendendo o discurso político (Charaudeau) como enunciação de uma época. As teses da Sociedade do Espetáculo (Debord) conduzem a análise crítica do *corpus*. Concluiu-se que o discurso de ódio expressa íntima relação com o medo que permeia a disputa política entre classes e frações de classe no Brasil.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a sociedade brasileira tem presenciado episódios de violência e manifestações de intolerância à opinião divergente. Prega-se abertamente o extermínio da vida dos antagonistas políticos, numa clara manifestação de ideais fascistas, muitas vezes sob a roupagem de combate à corrupção.

Entende-se que a democracia é o sistema que pressupõe o dissenso, isto é, que a ordem democrática subentende o equilíbrio no

⁴³ Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Comunicação e Sociedade do Espetáculo. E-mail: vander.ce@gmail.com

conflito. Porém, para existir a democracia é preciso que haja respeito à singularidade e aos direitos fundamentais que as instituições e cidadãos devem ao *outro* com quem coexistem. Dessa forma, a essência da democracia é, portanto, a aceitação da pluralidade, que implica a coexistência pacífica das diferenças.

Outro pilar da democracia, a liberdade de expressão é um direito imprescindível, garantindo o trânsito de opiniões pelo espaço público. Trata-se de um direito inalienável de todo e qualquer indivíduo de manifestar seu pensamento sem censura, conforme estabelecido pelo artigo 5º da Constituição Federal Brasileira. É, por isso, componente essencial das sociedades democráticas, que têm na igualdade e na liberdade seus pilares.

No entanto, a liberdade de expressão não é absoluta, e não pode ser invocada para a prática de intolerância e preconceito de qualquer ordem. Também não deve ser base para a defesa do uso de expressões que caracterizam postura criminosa como a difamação e a injúria, a calúnia ou a incitação a qualquer forma de violência.

O objetivo deste trabalho é analisar o discurso de ódio presente nas manifestações contra o governo de Dilma Rousseff e apontar possíveis causas desse ódio. Para tanto, será analisado o discurso presente em cartaz exibido durante as manifestações de agosto de 2015. A principal orientação teórico-metodológica é a Análise de Discurso. O trabalho inicia com um estudo sobre o discurso de ódio, em seguida apresenta o *corpus* contendo o discurso de ódio a ser analisado. Após isso, expõe algumas hipóteses para a origem desse ódio. Finaliza com uma análise crítica sobre a espetacularização da política.

DISCURSO DE ÓDIO

De modo geral, o discurso de ódio – tradução do termo em inglês: *hate speech* – é aquele discurso que promove o ódio e incita a discriminação, hostilidade e violência. Refere-se a qualquer ato de

comunicação que diminua, inferiorize uma pessoa, empregando aspectos passíveis de discriminação tais como: gênero, raça, religião, nacionalidade, orientação sexual, entre outros. Além disso, o discurso de ódio também é empregado para perseguir, insultar e justificar a privação dos direitos humanos podendo, em casos extremos, dar razão a homicídios e genocídios como o holocausto na Alemanha nazista. De acordo com Silva *et al.*,

O discurso de ódio compõe-se de dois elementos básicos: discriminação e externalidade. É uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor. A fim de formar um conceito satisfatório, devem ser aprofundados esses dois aspectos, começando pela externalidade (SILVA *et al.* 2011, p. 447).

Assim como qualquer expressão discursiva, o discurso de ódio exige a concretização das ideias, isto é, sair do plano mental para o plano fático. Quando não é externado o Discurso é apenas pensamento, emoção, não causando qualquer dano a quem porventura seja alvo. O problema surge quando o pensamento é externado, cedendo lugar à presença da palavra. Assim, o discurso ganha existência concreta e torna-se disponível àqueles a quem visa denegrir e também àqueles a quem intenciona incitar contra os denegridos. Concretizado, o discurso realiza seus efeitos nocivos, destacando: ataque à dignidade alheia e violações a direitos fundamentais. Em suma, manifestado publicamente, o discurso do ódio causa o dano.

No âmbito do direito, o discurso de ódio é qualquer discurso, conduta ou gesto, falado, escrito ou representado que possa incitar violência ou externar ação discriminatória contra outrem ou, ainda,

ofender ou intimidar pessoas. Existe um consenso internacional sobre a necessidade de proibição do discurso de ódio, considerando-se também que essa proibição não pode ferir o princípio de liberdade de expressão, essencial para a manutenção da democracia.

O discurso de ódio também pode ser dividido em dois atos: o insulto e a instigação. O primeiro refere-se diretamente à vítima, ou seja, a agressão a uma pessoa ou grupo de pessoas que partilham de determinado traço. Enquanto o segundo ato direciona-se a terceiros, não identificados com as vítimas, que são convocados para reforçar o grupo dos agressores, não apenas no discurso, mas também com ações.

Em sua estratégia de persuasão, o discurso de ódio utiliza instrumentos e técnicas da área de publicidade e propaganda para obter adeptos, dentre as quais: a criação de estereótipos, a substituição de nomes, a seleção exclusiva de fatos favoráveis ao seu ponto de vista, a criação de “inimigos”, o apelo à autoridade e a afirmação e repetição (cf. Brown apud Silva et al, 2011, p. 448). Outra estratégia utilizada para aumentar a probabilidade de aceitação desse discurso é a utilização de argumentos emocionais.

Quando uma pessoa dirige um discurso de ódio a outra, a dignidade é vulnerada em sua dimensão intersubjetiva, no respeito que cada ser humano deve ao outro. Mas não só isso. No caso do discurso odioso, vai-se além: é atacada a dignidade de todo um grupo social, não apenas a de um indivíduo. Mesmo que este indivíduo tenha sido diretamente atingido, aqueles que compartilham a característica ensejadora da discriminação, ao entrarem em contato com o discurso odioso, compartilham a situação de violação. Produz-se o que se chama de *vitimização difusa* (SILVA et al., 2011, p. 449).

Os indivíduos ou grupos atingidos pelo discurso do ódio são, invariavelmente, sujeitos em condições de vulnerabilidade, reconhecidos como pertencentes ao grupo não dominante.

LIBERDADE DE AGRESSÃO

O objeto de análise deste trabalho é um enunciado contendo um discurso de ódio apresentado em cartaz, fotografado durante uma manifestação de rua contra o governo de Dilma Rousseff, e divulgado em veículos de comunicação *online* e nas redes sociais na Internet.



Fonte: < <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/por-que-nao-mata-ram-todos-em-1964-porque-nao-mata-ram-todos-em-1964.html> >

A foto polêmica retrata duas senhoras conversando tranquilamente, sentadas numa calçada, enquanto uma delas segura um cartaz improvisado. Na folha de cartolina branca, lê-se a frase manuscrita: “Porquê não mataram todos em 1964”. Embora exiba erros de gramática, a mensagem é clara e contundente, referindo-se ao ano de início da ditadura militar e o desejo de morte a “todos”.

Importante noção no âmbito da análise do discurso, as condições de produção (doravante CP) trazem para o discurso os lugares sociais e suas representações, e também as relações de força e as relações de mundo da sociedade, independente da dimensão contextual – estrita ou ampla.⁴⁴

⁴⁴ Como afirma Brandão, as CP “constituem a instância verbal de produção do discurso, o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente” (2004, p. 105). Conforme Orlandi, o sentido estrito das CP refere-se ao contexto imediato da enunciação, enquanto o sentido amplo inclui os contextos sócio-histórico e ideológico. As CP em sentido amplo abrangem, além do contexto sócio-histórico, também do imaginário

O contexto imediato da enunciação desse discurso – CP em sentido estrito – refere-se às manifestações de rua que ocorreram por o todo país contra o governo Dilma em 16 de agosto de 2015. Neste dia, mais de cem mil pessoas estiveram na Avenida Paulista em São Paulo, onde a foto foi realizada – de acordo com os institutos de pesquisa⁴⁵ –, e o público era majoritariamente branco, com escolaridade e renda salarial média superior à média nacional. A senhora que na foto está portando o cartaz, assim como sua interlocutora, é branca e aparenta ter mais de sessenta anos e pertencer à classe média, enquadrando-se no perfil médio dos manifestantes.

Já as CP em sentido amplo abrangem, além do contexto sócio-histórico, também do imaginário produzido pelas instituições, sobre o já-dito, sobre a memória. Dessa forma, é possível identificar disputas políticas recentes – pós-redemocratização – nas quais prevaleceram a polarização política entre dois projetos políticos distintos, capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

A memória coletiva também é acionada ao referenciar as grandes passeatas políticas realizadas, em sua maioria, pela classe média paulista contra o governo do presidente João Goulart, que antecederam o golpe militar de 1964⁴⁶, como afirma Aquino, “É indubitável que

produzido pelas instituições, sobre o já-dito, sobre a memória. Para Orlandi, essa “memória do dizer” refere-se ao interdiscurso, ou seja, ao exterior constitutivo do discurso: “O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em ‘minhas’ palavras” (2010, p. 33-34).

⁴⁵ Dados completos disponíveis em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1669735-135-mil-vao-a-protesto-na-paulista.shtml>>.

⁴⁶ Para o sociólogo Cláudio Coelho: “O golpe de 1964, no Brasil, inaugurou um período histórico decisivo, dentro do processo de transformação da burguesia em classe dominante, ou seja, da Revolução Burguesa. A partir desse momento, a burguesia

a conspiração teve a importante presença de membros da sociedade civil, que as camadas médias da sociedade apoiaram implícita ou explicitamente o golpe [...]” (2004, p. 52).

Para Orlandi, os dizeres não são apenas mensagens passíveis de decodificação, mas efeitos de sentidos produzidos em condições determinadas, e que deixa vestígios no modo como se diz,

São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2010, p. 30).

Por outro lado, os sentidos também são produzidos a partir da memória, da história. Assim, o não-dito na sequência discursiva aqui analisada remete à repressão que se seguiu ao golpe de 1964⁴⁷. Janaína Teles lembra que, “A necessidade da difusão da ‘cultura do medo’ auxiliou no estabelecimento de critérios para a ocultação ou divulgação das notícias sobre a tortura, os mortos e os desaparecidos políticos” (2010, p. 257). Apesar das tentativas de ocultação, os horrores da ditadura persistem na memória coletiva.

passou a controlar o poder de Estado, ainda que por intermédio da ocupação das principais instituições do aparelho de Estado pelas forças armadas” (2014, p. 71).

⁴⁷ De acordo com Edson Teles, “No Brasil, tivemos uma longa ditadura instaurada com o golpe militar de 1964 e que, desde seu início, optou por reprimir brutalmente os opositores e praticar violações aos direitos fundamentais” (2010, p. 299-300). Para Cláudio Coelho, “A dimensão fortemente repressiva da ação do Estado durante a ditadura militar, particularmente durante a vigência do AI-5, é consequência da incapacidade da burguesia de exercer sua hegemonia sobre a sociedade civil, sobre os aparelhos ideológicos de Estado (2004, p. 32).

Nas margens do texto é possível identificar quem são “todos” – referenciados no cartaz – o que deveriam ter sido eliminados: os que se opuseram à ditadura militar, aqueles que lutaram contra o regime e sobreviveram. Como lembra Safatle,

Na verdade, o totalitarismo é fundado nessa violência muito mais brutal do que a eliminação física: a violência da eliminação simbólica. Neste sentido, ele é a violência da imposição do desaparecimento do nome. No cerne de todo totalitarismo, haverá sempre a operação sistemática de retirar o nome daquele que a mim se opõe, de transformá-lo em um inominável cuja voz, cuja demanda encarnada em sua voz não será mais objeto de referência alguma (SAFATLE, 2010, p. 238).

Além da presidente Dilma Rousseff, que foi presa, torturada, também os comunistas e militantes de esquerda – o não-dito complementar ao dito –, são referenciadas com a expressão “todos”, uma vez que esses agrupamentos político-ideológicos sempre foram combatidos e perseguidos pelas elites conservadoras e antidemocráticas.

A constituição dos sentidos e dos sujeitos do discurso se dá em processos, onde coexistem os jogos simbólicos – o que não temos o controle – e o equívoco, por meio do trabalho da ideologia e do inconsciente. Dessa maneira, pode-se afirmar que as visões de mundo se materializam na linguagem em suas diferentes manifestações: a verbal, a visual, a gestual. Assim, o semblante tranquilo das duas senhoras, que sustentam um desejo de morte coletiva, reflete a visão de mundo de parte da sociedade brasileira, num dado momento do contexto político-social.

Por outro lado, entende-se que o discurso é o lugar de reprodução dos discursos das classes e das frações de classe. Assim, as visões de mundo se materializam na linguagem em suas diferentes manifestações: a verbal, a visual, a gestual, etc. A maneira de pensar o mundo, numa dada época, subordina-se aos temas e figuras estabelecidos por essas visões de mundo. Para Charaudeau, a política é um verdadeiro

campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica, visando estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção. O discurso político objetiva, assim, influenciar as opiniões a fim de obter adesões às propostas que defende, ou rejeições aos projetos adversários.

O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso (CHARAUDEAU, 2011, p. 39).

Na sequência do trabalho serão apresentadas algumas hipóteses para a origem desse discurso de ódio.

O OUTRO COMO AMEAÇA

Assim como o Medo é o resíduo e a antecipação da morte, segundo Mira y López, “a Ira é a expressão do protesto vital contra aquele, já que pretende expulsar o mal-estar letal, descarregando-o para o exterior” (1996, p. 73), e complementa o autor: “não se pode sentir a Ira, sem antes haver sentido Medo” (MIRA Y LÓPEZ, 1996, p. 76).

Sempre que se vê ameaçada, uma população procura uma explicação para sua desventura, “Encontrar causas de um mal é recriar um quadro tranquilizador, reconstituir uma coerência da qual sairá logicamente a indicação de remédios” (DELUMEAU, 2009, p. 201).

Acusar outrem é o primeiro movimento e também o mais natural nessas situações, “Nomear culpados era reconduzir o inexplicável a um processo compreensível” (DELUMEAU, 2009, p. 204). O *outro* desperta desconfiança, pois pertence a um universo diferente. Quando o indivíduo se vê ameaçado – ou se crê ameaçado –, portanto, quando sente medo, tem a tendência a ver inimigos por todos os lados, principalmente entre aqueles que são diferentes, que pensam diferente. Manifesta-se, então, o medo do *outro*, para Delumeau, “A raiz disso se encontra na tensão provocada entre pessoas que não se conhecem, ou que se conhecem mal, que vêm de fora, que não se parecem conosco e que, sobretudo, não vivem da mesma maneira que vivemos” (2007, p. 45-46).

Além das apreensões oriundas das profundezas do indivíduo, como medo da morte motivado por perigos concretos, como enchente, terremotos, epidemias, deve-se considerar, também, os medos chamados “culturais” ou “secundários”⁴⁸. Estes invadem tanto indivíduos como coletividades, fragilizando-os. Nesse sentido, Bauman entende que,

Uma pessoa que tenha interiorizado uma visão de mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade recorrerá rotineiramente, mesmo na ausência de ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro imediato com o perigo; o “medo derivado” adquire a capacidade da autopropulsão (BAUMAN, 2006, p. 9).

⁴⁸ Constituído social e culturalmente, esse medo “secundário” orienta o comportamento humano, reformando sua percepção do mundo e as expectativas que orientam suas escolhas comportamentais, mesmo na ausência de uma ameaça imediatamente presente. Bauman considera o medo secundário como um rastro de uma experiência de enfrentamento de ameaça real, direta, vivida pelo indivíduo, “um resquício que sobrevive ao encontro e se torna um fator importante na modelagem da conduta humana mesmo que não haja mais uma ameaça direta à vida ou à integridade” (2006, p. 9).

Para Marilena Chauí, “o medo ao humano, sob os efeitos da divisão social e política, cria na imaginação política dos dominados o medo ao governante e, neste, o medo à plebe” (2009, p. 67). Nas classes dominadas predomina o medo dos castigos e suplícios infligidos aos dissidentes e contestadores, bem como a perda de favores e recompensas que são ofertadas aos coniventes e submissos. Já nas classes dominantes também há medo: medo da revolta, da desobediência, de perder o poder e os privilégios⁴⁹.

Por que se teme a plebe? Se ela é covarde, facilmente enganável, fácil de ser persuadida, se ofusca pelo brilho e oprime pela ambição, não há por que temê-la. Entretanto, no imaginário político a plebe é volúvel, tendendo à anarquia, por isso, necessita “temer para não fazer tremer”, como afirma Chauí,

O medo é companheiro de secretos ódios e, crença na força do número, a plebe poderia perder o temor, derrubando quem ousa governá-la. Assim, tanto a classe dirigente declinante quanto a ascendente encaram o medo que atribuem a plebe como risco permanente de tumulto, sangue, revolta e sedição (CHAUÍ, 2009, p. 41-42).

Nessa primeira hipótese, o discurso de ódio tem origem no medo do outro, no receio que o *outro* revolucione a sociedade.

⁴⁹ As duas classes fundamentais são: capital e trabalho, entendidas como classe dominante e dominadas, exploradora e explorada. Embora exista a heterogeneidade de formas de capital, para Montañó e Duriguetto as formas de obtenção e acumulação de riqueza “não escondem, porém, o caráter geral da classe capitalista: sustenta-se na apropriação da riqueza produzida pelo trabalho alheio” (2010, p. 93). Os autores entendem que “as lutas pela igualdade de direitos de gênero, sexual, racial, pela defesa do meio ambiente, pelos direitos humanos, por demandas pontuais de uma comunidade, como lutas diferentes (nos seus campos de atuação, na sua organização, nos seus objetivos), mas *constitutivas das lutas de classes*” (2010, p. 119).

ÓDIO À DEMOCRACIA

De maneira geral, para Jacques Rancière, os sistemas políticos anteriores à democracia – e que persistem de maneira esporádica – conferiam a legitimidade dos governantes em dois tipos de títulos: a filiação – associada à superioridade de nascença – e a riqueza. Com a democracia grega, entra em cena o princípio do sorteio que subverte a ordem vigente, deslocando para o âmbito da aleatoriedade a responsabilidade de governar e legislar. Qualquer cidadão fica habilitado a governar, independente do nome de sua família ou de suas posses. Neste sentido, Rancière questiona os princípios do modelo democrático representativo, invenção moderna que o autor considera paradoxal, devido ao seu distanciamento em relação à democracia antiga. Assim, o sistema ancorado na representação seria um regime de funcionamento do Estado com base parlamentar-constitucional, que teria como fundamento primordial o privilégio das elites – que sempre temeram a multidão –, e sua pretensão de governar em nome do povo, mas sem a participação direta deste.

O argumento de que a representação foi criada para amenizar o impacto do crescimento populacional sobre a democracia “direta” é combatido pelo autor, que afirma que a representação foi criada para assegurar aos privilegiados os mais altos graus de representatividade. Para Rancière,

A evidência que assimila a democracia à forma de governo representativo, resultante da eleição, é recente na história. A representação é, em sua origem, o exato oposto da democracia. Ninguém ignorava isso nos tempos das revoluções norte-americana e francesa. Os Pais Fundadores e muitos de seus seguidores franceses viam nela justamente o meio de a elite exercer de fato, em nome do povo, o poder que ela é obrigada a reconhecer a ele, mas ele não saberia exercer sem arruinar

o próprio princípio do governo (RANCIERE, 2014, p. 70).

Alçada artificialmente à condição de lei histórica inelutável – contra a qual seria inútil lutar – a retórica liberal ratifica a pretensão de se governar sem divergências de ideias, isto é, governar sem povo “ignorante” que questiona o discurso pseudocientífico apresentado pelos arautos do liberalismo. Dessa forma, estabelece-se uma contradição: a autoridade do governante necessita ser legitimada pela escolha popular no sufrágio universal, porém, as decisões políticas e econômicas consideradas “certas” devem emergir do conhecimento “técnico e objetivo” de especialista, intolerantes aos argumentos contrários. Disso decorre que propostas oriundas de outras correntes ideológicas são imediatamente taxadas de “atrasadas”, “ignorantes”.

O “governo de qualquer um” está fadado ao ódio infundável de todos aqueles que têm de apresentar títulos para o governo dos homens: nascimento, riqueza ou ciência. Hoje, está mais radicalmente fadado a isso do que nunca, porque o poder social da riqueza não tolera mais entraves ao seu crescimento ilimitado e porque seus móveis estão cada dia mais estreitamente articulados aos da ação estatal (RANCIERE, 2014, p. 119-120).

A relação da democracia com o poder da filiação e da riqueza não é natural, não se fundamenta em nenhuma natureza das coisas e nem surge de uma necessidade histórica. Por estar entregue apenas à constância de suas próprias resoluções, “A coisa tem por que suscitar medo e, portanto, ódio, entre os que estão acostumados a exercer o magistério do pensamento” (RANCIÈRE, 2014, p. 122).

A segunda hipótese para a origem do discurso de ódio revela a distância entre o desejo da democracia e sua aceitação. Impossível

aceitar a vontade da maioria, expressa nas eleições, quando essa afronta os privilégios e interesses das classes dominantes.

FASCISMO E O ÓDIO BARATO

No início da década de 1950, Theodor Adorno publica um estudo psicossociológico cujo objetivo era abordar um novo tipo subjetivo que surgia naquela época. A principal característica do que se chamou de “personalidade autoritária” era a presença contraditória, num mesmo indivíduo, de uma postura racional e idiosincrasias irracionais. Para Adorno, a pessoa marcada por essa personalidade exibiria características de individualismo e independência e, por outro lado, uma propensão muito forte a se submeter à autoridade.

Ao analisar panfletos e falas de agitadores fascistas norte-americanos, Adorno verifica que este tipo de material não apresenta tópicos concretos e tangíveis de questões políticas. Focam, preferencialmente, em aspectos de nível pessoal, pobres em ideias e argumentos. Além disso, os discursos são monótonos repetitivos, “a constante reiteração e escassez de ideias são ingredientes indispensáveis de toda técnica” (ADORNO, 2015, p. 410). Adorno também alerta para a abordagem sistemática e o padrão rigidamente estabelecido, culminando com uma unidade fundamental do propósito político, “a abolição da democracia através do apoio das massas contra o princípio democrático” (2015, p. 409).

Embasado nos trabalhos de Freud, o autor defende que a adesão da população a esses materiais ocorre de maneira irracional, e não de forma consciente, aderindo aos argumentos políticos. Adorno afirma que as condições socioeconômicas favorecem o aparecimento de um novo tipo de padecimento psicológico: o declínio do indivíduo. Esse enfraquecimento da individualidade estimula a vontade de se entregar às chamadas “agências coletivas e poderosas”, além de estimular a cumplicidade com o opressor, que lhe impõe maneiras de se expressar contrárias àquelas que o vivificariam baseadas na relação afetiva com o *outro*.

Considerando-se que seria impossível ao fascismo sensibilizar as massas utilizando argumentos racionais, “sua propaganda tem necessariamente que desviar de um pensamento discursivo; precisa ser orientada psicologicamente e tem que mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos” (ADORNO, 2015, p. 184). Além disso, Adorno considera a cultura de massa uma das condições históricas para o aparecimento do fascismo:

Pode muito bem ser o segredo da propaganda fascista que ela simplesmente tome os homens pelos que eles são: verdadeiros filhos da cultura de massa padronizada de hoje, em grande parte subtraídos de sua autonomia e espontaneidade [...] A propaganda fascista precisa apenas reproduzir a mentalidade existente para seus próprios propósitos – ela não precisa induzir uma mudança – e a repetição compulsiva, que uma de suas características mais importantes, irá se coordenar com a necessidade por sua reprodução contínua (ADORNO, 2015, p. 184).

Para Márcia Tiburi, o estudo de Adorno poderia ser usado para medir o nosso potencialfascista, ou seja,

[...] a nossa chance de submetermo-nos à força de uma tendência política ou moral preponderante apenas porque surge com mais força do que outras. Para entender por que tantos defendem aquilo que os oprime enquanto ao mesmo tempo são opressores. Para entender vítima que elogia o sistema, que odeia quem, parecendo mais vítima do que ela, denuncia a inverdade na qual ele se sustenta (TIBURI, 2012, p. 41).

Segundo a autora, existe um “ódio barato” vigente na cultura brasileira. Barato porque é fácil de sentir. Ele dirige-se, principalmente, aos pobres, às prostitutas, aos travestis, aos grupos de adolescentes negros e pobres, ou seja, a todos marcados como descartáveis pelo sistema econômico (TIBURI, 2012).

A terceira hipótese para a origem o discurso de ódio aponta para a “personalidade autoritária”, isto é, a intolerância fascista que mobiliza processos irracionais, inconscientes e regressivos para atingir seus objetivos.

A MÍDIA E O ÓDIO ESPETACULARIZADO

Para atingir seus objetivos e causar dano, o discurso de ódio precisa ser veiculado por um meio comunicacional que, dependendo do poder difusor do veículo, pode ser menos ou mais nocivo. Embora a evolução dos meios de comunicação e das tecnologias da informação propicie intenso intercâmbio entre as pessoas, democratizando a informação, por outro lado, também potencializa o alcance dos conteúdos pernicioso, como o discurso de ódio, como lembra Ezequiel, “A mídia, como produtora de informações, coloca-se como fonte geradora de sistemas de representação da realidade, utilizada para compreender a sociedade” (2015, p. 118).

Na sociedade contemporânea, o conhecimento constitui-se, preferencialmente, a partir da recepção das formas simbólicas veiculadas pela mídia. A prevalência das tecnologias de comunicação e a facilidade de acesso à informação afetam a vida no espaço público, conferindo cada vez mais importância à mídia. Para Vera Chaia,

A mídia deve ser analisada nesta diversidade de possibilidades: informando e formando a opinião pública. As representações construídas pela mídia tornaram-se fundamentais nas experiências individuais e sociais na contemporaneidade (CHAIA, 2004a, p. 23).

Em relação ao medo coletivo, talvez esta seja a manifestação mais importante para explicar a relação mídia e medo, pois o que é veiculado no discurso da mídia pode influenciar a coletividade, ou parte dessa, vide temas como: crise, inflação, desemprego, comunismo. O rumor⁵⁰ propagado pela mídia tende a aumentar a sensação de insegurança, favorecendo a emergência de comportamentos agressivos que escapam ao controle crítico. Dessa forma, no plano coletivo é possível evidenciar o mesmo comportamento verificado no plano individual: o elo entre angústia e medo de um lado e agressividade de outro. É nesse sentido, entende Chaia, que se deve analisar a mídia,

[...] enquanto produtora de conhecimento e geradora de construções especiais que trabalham com a ideia do medo e constroem representações sociais que estimulam esse sentimento, seja na programação diária, seja nos telejornais e no tipo de cobertura jornalística realizada por esses meios (CHAIA, 2004b, p. 31).

De acordo com Debord⁵¹, no plano das técnicas, a imagem “construída” pode se tornar a principal ligação do indivíduo com o mundo real, que ele vivenciava por si mesmo. Na sociedade espetacular não há mais espaço para vivermos nossas próprias experiências, são os modelos que vivem em nosso lugar: “tudo o que era vivido diretamente torna-se uma representação” (2004, p. 13).

⁵⁰ De acordo com Delumeau, “Um rumor nasce, portanto, sobre um prévio de inquietações acumuladas e resulta de uma preparação mental criada pela convergência de várias ameaças ou de diversos infortúnios que somam seus efeitos” (2009, p. 269).

⁵¹ Os fundamentos da crítica de Debord são a vida cotidiana e a generalização do fetichismo da mercadoria, que invadiu todos os espaços da vida em sociedade. A mercantilização de tudo produz o espetáculo ininterrupto. Nele, o tempo, o espaço, o lazer, a comunicação, a cultura e tudo o mais é perpassado pela alienação. Para Debord, “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (2004, p. 14).

Os meios de comunicação, na chamada sociedade da informação, representam um campo privilegiado na disputa pela hegemonia. Segundo Cláudio Coelho, “o triunfo da sociedade do espetáculo corresponde à monopolização da aparência pela classe dominante e seus funcionários (os que pensam/agem a seu serviço)” (2006, p. 18).

Quarta hipótese para a origem do discurso de ódio, o rumor criado e mantido pela mídia hegemônica mobiliza as populações, gerando inquietações e confrontos sociais.

CONCLUSÃO

Sabe-se que em uma sociedade democrática, o controle político-administrativo do Estado está em permanente disputa. Assim, estabelecem-se consensos e dissensos no âmbito da sociedade, tendo as relações de poder condicionadas pela ordenação capitalista do mundo, revelando a, ainda, luta de classes.

Ainda que as agressões políticas e pessoais identificadas nas manifestações contra Dilma Rousseff sejam consideradas apenas estúpidas ou grosseiras, elas incitam a violência, precarizando a democracia. Contraditoriamente, utilizam-se da democracia para destruí-la, propagando o ódio. Embora alguns acreditem que este comportamento seja uma característica própria do exercício político, na realidade é a sua antítese, sua negação.

Conclui-se que essa intolerância observada nas manifestações retira do indivíduo sua capacidade de percepção do *outro* como seu igual, e que possui direito de expor sua opinião e defender sua visão de mundo. Esta é a primeira etapa da manifestação do ódio, que aponta para um núcleo de crenças que resultam numa identidade coletiva – com ausência de qualquer reflexão – e incentivam ações de violência e práticas discriminatórias.

Neste contexto de espetacularização (Debord) da política, desaparecem as demandas políticas como objeto de disputa na sociedade,

e sobressaem os escândalos públicos e privados envolvendo personalidades políticas, favorecendo manifestações “emocionais” em detrimento da racionalidade. Precariza-se a ordem democrática, esvaziando a noção de política.

Não foi objetivo deste trabalho esgotar as possibilidades de análise do tema, colocando-se apenas como uma abordagem exploratória e possível contribuição para futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Unesp, 2015.

AQUINO, M. A. **Estado autoritário brasileiro pós-64: conceituação, abordagem historiográfica, ambiguidades, especificidades**. *Communicare*, v. 4, n. 2, São Paulo: Cásper Líbero, 2004, p. 45-58.

BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2ª. ed., São Paulo: Unicamp, 2004.

CHAIA, V. Eleições no Brasil: o medo como estratégia política. In: Rubim, A. A. C. (Org). **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil**. São Paulo: Hacker, 2004a, p. 29-52.

CHAIA, V. **Jornalismo e política**. São Paulo: Hacker, 2004b.

CHAUÍ, M. Sobre o medo. In: NOVAES, Adauto (Org). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 35-75.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2011.

COELHO, Cláudio N. P. **A indústria cultural, a publicidade e a conso-**

lidação da hegemonia burguesa no Brasil. *Communicare*, v. 4, n. 2, São Paulo: Cásper Líbero, 2004, p. 29-39.

COELHO, Cláudio N. P. ; CASTRO, Valdir J. de (Orgs.) – **Comunicação e Sociedade do Espetáculo.** São Paulo: Ed. Paulus, 2006.

COELHO, Cláudio N. P. **Teoria crítica e sociedade do espetáculo.** Jundiaí: In House, 2014.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** 1ª. ed. 5ª. reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DELUMEAU, J. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, A. (Org). **Ensaaios sobre o medo.** São Paulo: Senac, 2007, p. 39-52.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

EZEQUIEL, V. C. **Discurso do medo e o ódio político na disputa eleitoral brasileira de 2014.** *Aurora*. v. 8, n. 23, p. 98-119, jun-set/2015.

MIRA y López, E. **Quatro gigantes da alma.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2010.

NOVAES, A. Políticas do medo. In: NOVAES, A. (Org). **Ensaaios sobre o medo.** São Paulo: SENAC, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 9ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia.** São Paulo: Boitempo, 2014.

SILVA, Rosane Leal da et al. **Discurso do ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira**. Rev. direito GV, São Paulo, v.7, n. 2, p. 445-467, jul./dez. 2011.

TIBURI, M., “**Fascismo Potencial**”, Revista Cult, edição 167, 04/2012. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2012/04/fascismo-potencial/>>. Acessado em: 02jul. 2016.

CAPÍTULO 9.

“AS EXPLOSÕES NERVOSAS DA PRESIDENTE”: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NA REVISTA SEMANAL *ISTO É*

Viviane Garbelini Cardoso⁵²

Este ensaio busca compreender de que maneira a revista brasileira *Isto É* retratou, em sua edição da semana de 6/4/16, o processo de *impeachment* posteriormente sofrido por Dilma Rousseff. O estudo parte do conceito homônimo da obra *Sociedade do Espetáculo* de Guy Debord. Utiliza reflexões de Theodor W. Adorno contidas nos *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, assim como o conceito de Indústria Cultural, trabalhado em *Dialética do Esclarecimento*, escrito junto a Max Horkheimer. A metodologia utilizada é a *Análise de Discurso*, com a obra *Discurso Político* de Patrick Charaudeau.

“A História ainda vai dizer o quanto de violência contra mulher tem nesse *impeachment*.”⁵³ Essa frase integrou a fala de Dilma Rousseff na Quarta Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que aconteceu em Brasília no dia 10/05/16. Diante de uma plateia composta, majoritariamente, por mulheres, afirmou ainda que: “uma parte muito importante da minha capacidade de resistir decorre do fato de eu ser mulher.”⁵⁴

⁵² Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Email: vivyanegarbelini@gmail.com

⁵³ Dilma Rousseff em pronunciamento na Quarta Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, noticiado pelo site HuffPost Brasil, disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2016/05/10/dilma-impeachment-preconceito_n_9896094.html>.

Dilma: substantivo, nome próprio. Primeira mulher (re)eleita como presidente do Brasil. Primeira presidenta da nação brasileira. Presidenta: substantivo feminino, “Mulher que é a chefe de governo de um país de regime presidencialista”. Brasil: república federativa presidencialista. País, teoricamente, democrático.

A legitimidade do *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff tem sido questionada. Complementarmente, tem-se discutido sobre o ódio envolvido nesse processo, incluindo o ódio direcionado à mulher Dilma, às mulheres na política, às mulheres de maneira geral. Para além da acusação de crime de responsabilidade fiscal, Dilma foi e é uma vítima de uma opressão social. Para além do questionamento da autorização dos decretos de crédito suplementares, ela foi e é vítima da violência de gênero.

Misoginia: substantivo feminino. Segundo o dicionário⁵⁵: “Antipatia ou aversão mórbida às mulheres”. A misoginia é estrutural e estruturante. Onipresente no cotidiano, reside nas pequenas e grandes atitudes. Ela mata, como podemos verificar pelos números de feminicídio. Ela fere, como podemos verificar pelas denúncias de assédios físicos, sexuais, psicológicos, morais e patrimoniais. Podemos, ainda, imaginar tudo o que acontece sem que haja denúncias. A misoginia integra um padrão de pensamento, está epistemologicamente enraizada. A mídia, por sua vez, integra a sociedade, não está fora dela. Consequentemente, repete e recria discursos misóginos.

Marcia Tiburi (2016a) propõe uma análise do machismo como um jogo de linguagem. A autora chama a atenção para os ódios associados à misoginia, no espectro amplo do ódio à diferença. Afirma a filósofa: “a misoginia é o discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que

⁵⁴ Trecho do pronunciamento na Quarta Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MKYtA9lfKVw>>.

⁵⁵ Dicionário Michaelis <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=misoginia>>

faz parte da história do patriarcado, do sistema da dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural” (TIBURI, 2016a). Se há machismo estrutural, é porque “há um sistema de privilégios masculinos que depende das práticas e dos discursos misóginos” (TIBURI, 2016a). Existem diversos modos de falar mal de mulheres, depreciá-las, marcá-las negativamente. Inventa-se essência para elas, criam-se ideologias femininas - a exemplo das ideologias de maternidade, juventude e sensualidade. Conjuntos de ideias esses que aprisionam em lugares sociais estritamente demarcados: mãe, sempre jovem, sensual. Conforme Tiburi (2016a), “todo esse sistema ideológico não prevê mulheres no poder.”

Para compreender esse discurso de aversão às mulheres e ao feminino, no objeto estudado, utilizamos enquanto metodologia a *Análise de Discurso*, mais especificamente a explorada por Patrick Charaudeau em sua obra *Discurso Político*. Essa análise não remete apenas à língua, mas ao discurso, ou seja: “aos atos de linguagem que circulam no mundo social e que testemunham, eles próprios, aquilo que são os universos do pensamento e de valores que se impõem em um tempo histórico dado” (2015, p. 37). Segundo Charaudeau (2015, p. 21), “o governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra”, afinal, não há política sem discurso, já que este é constitutivo daquela (CHARAUDEAU, 2015, p. 39).

Pretende-se, então, entender no presente objeto as instâncias implicadas na ação política, quais sejam: “a instância política, que é delegada e assume a realização da ação política; e a instância cidadã, que está na origem da escolha dos representantes do poder” (CHARAUDEAU, 2015, p. 18). Aqui poderíamos acrescentar: escolha e destituição de representantes do poder.

Quanto ao referencial teórico, aceitamos enquanto alicerce a concepção de sociedade do espetáculo de Guy Debord. Na obra *A Sociedade do Espetáculo*, argumenta o pensador francês: “tudo o que

era vivido diretamente tornou-se uma representação” (DEBORD, 1997, p. 13). Apropriando-se de Karl Marx, Debord explica que “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1997, p. 14). O autor defende que há dois tipos de poder espetacular: concentrado e difuso. O concentrado se refere, essencialmente, ao capitalismo burocrático, embora possa ser importado como técnica de poder estatal em economias mistas mais atrasadas, ou em certos momentos de crise do capitalismo avançado (DEBORD, 1997, p. 42). Por sua vez, o difuso “acompanha a abundância de mercadorias, o desenvolvimento não perturbado do capitalismo moderno” (DEBORD, 1997, p. 43).

Em 1988, Debord escreveu os comentários sobre a sociedade do espetáculo. Nesse novo texto, argumenta que deixou de existir a delimitação clara entre poder espetacular concentrado e poder espetacular difuso. Chegou-se ao poder espetacular integrado, cujo sentido final seria o fato de “ele se ter integrado na própria realidade à medida que falava dela e de tê-la reconstruído ao falar sobre ela” (DEBORD, 1997, p.173). Além dessa incorporação, é latente a aceleração de todos esses processos na sociedade espetacular.

Traçando um paralelo entre os dois momentos, o pensador constatou que a mudança de maior importância residia “na própria continuidade do espetáculo” (DEBORD, 1997, p.171). Houve, como podemos inferir, um processo de naturalização. É como se de tão óbvio, o espetáculo tivesse se tornado invisível.

Adicionalmente, conforme Cláudio Coelho (2014, p.103), a Indústria Cultural, descrita por Adorno e Horkheimer, passou por um processo de naturalização. Na contemporaneidade, sua existência tornou-se um dado da realidade, “seus efeitos são marcados pela invisibilidade” (idem).

ISTO É ESPETACULARIZAÇÃO DO ÓDIO

Podemos dizer que atualmente, o espetáculo reina e permeia tanto a instância política, quanto a instância midiática, que estão intimamente ligadas. *Isto É* é um produto editorial (instância midiática) e segue a lógica do mercado, dentro da referida Indústria Cultural. É uma revista, uma marca, tem empregadores e empregados. Pertence à Editora Três, que conforme o site oficial⁵⁶, publica as revistas semanais *Isto É*, *Isto É Dinheiro*, *Isto É Gente*. Além das revistas mensais Planeta, Motor Show e Dinheiro Rural. Bimestralmente, publica a *Isto É Platinum* e a revista *Isto É 2016*.

Especificamente quanto à semanal *Isto É*, destacam-se os seguintes dados⁵⁷: 54% do público é feminino. 71% pertence à classe A/B. A faixa etária predominante é de 20 a 40 anos. 63% dos leitores residem no Sudeste. 93% dos leitores são assinantes. A circulação é de 318.133 e tiragem, 354.135. Além da revista impressa, estão disponíveis as versões para *web* e para *tablet*. Trata-se da: “mais combativa revista semanal de informação e interesse geral do Brasil.”⁵⁸ conforme a auto-definição da publicação.

Será aqui estudada sua edição referente à semana de 6/4/16, que condensa algumas características gerais do processo de impedimento da então presidenta. Tais como o ódio, a polarização de grupos antagônicos, a articulação da grande imprensa com parte do empresariado nacional e a disseminação do medo.

Na capa, a frase “As explosões nervosas da presidente” constitui a principal chamada e figura ao lado da imagem do rosto da presidenta, que, aparentemente, gritava no momento em que a fotografia foi feita.

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.editora3.com.br/sobrenos.php>>

⁵⁷ Disponível em: <<http://www.editora3.com.br/istoe.php>>.

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.editora3.com.br/istoe.php>>.



Imagem 1: Capa da revista brasileira *Istoé*, ed. 2417

Em surtos de descontrole, com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País (ISTO É, 2417).

Acima, as chamadas: “Fim de Feira. No vale-tudo para se manter no poder, Dilma distribuiu R\$ 50 bilhões e mais de 600 cargos” e à direita: “A gripe que mata”, sobre o vírus H1N1. Constatamos também que R\$ 13,90 é o preço desse número 2417 de *Isto É*.

NÃO HÁ GOLPE.

Na primeira página da seção *Entrevista* (p. 6-9), podemos ver a foto de Janaína Paschoal, que foi entrevistada por Marcelo Rocha. Ela posa para a fotografia, ou seja: olha para a câmera interpelando o leitor. Está arrumada, com cabelos soltos, maquiagem leve, veste um conjunto de blazer e saia na cor branca. Trata-se de uma advogada crível. Ela se encosta em um móvel que apoia diversos livros de Direito. Pela entrevista de *Isto É*, parece ser bem aceita e digna de crédito. Cabe adicionar, entretanto, que a advogada sofreu ataques misóginos em outros veículos de comunicação. Pode-se dizer que ela não ficou de fora do “jogo que reúne, no mesmo campo simbólico, as mulheres e a loucura”⁵⁹.

“NÃO HÁ GOLPE. EXISTEM MUITAS PROVAS” é a frase que serve como título e é seguida do parágrafo introdutório:

em audiência realizada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, a advogada Janaína Paschoal protagonizou uma verdadeira aula de Direito. Numa sessão marcada pelas investidas de parlamentares governistas mais interessados em tumultuar do que em buscar esclarecimentos a cerca do pedido de afastamento da presidente – assinado pela própria Janaína e pelos juristas Miguel Reale Junior e Hélio Bicudo – a advogada desmontou o discurso petista de que estaria havendo um golpe no País, descreveu com incrível didatismo os inúmeros crimes praticados pela presidente, enumerou as provas sobre cada um deles e remeteu à sociedade o desafio de formar e eleger bons políticos (ISTO É, 2417, p. 6).

⁵⁹ Cf: Tiburi (2016b)

Em seguida, podem ser lidas treze perguntas feitas por *Isto É*. Os temas giraram em torno do discurso do golpe, pedaladas fiscais, detalhes do pedido de *impeachment*, mensagem do processo e o então momento político.

ISTO É – Autoridades ligadas ao governo insistem no discurso do golpe e a própria presidente tem usado eventos oficiais para defender essa idéia [sic].

“Janaína – Esse discurso do golpe é muito presente na fala do PT. Desde as primeiras denúncias referentes à Petrobras, a presidente e seus aliados falam em armação dos adversários, de intriga da oposição [...] “É um discurso inerente ao PT, o da vitimização. O Lula faz, a presidente faz, integrantes do partido fazem. É um discurso útil para quem quer fugir da discussão do mérito (ISTO É, 2417, p.6).

Formulando uma contrapartida, em texto publicado no livro *Por que gritamos Golpe?*, a editora Ivana Jinkings (2016, p. 11) defende que “O Brasil vive um golpe de Estado”. Os personagens envolvidos naquilo que se tem convencido chamar de Golpe de Estado de 2016 desejariam, segundo a autora, “acabar com o pacto resultante da democratização do Brasil há três décadas, consubstanciado na Constituição de 1988” (JINKINGS, 2016, p.13). O golpe propriamente dito remontaria ao lançamento do plano intitulado *Uma ponte para o futuro* pelo PMDB, sigla de Michel Temer, então vice-presidente. *Isto É* dedica a esse tema a matéria “Plano Temer” (ISTO É, 2416, p. 46-49).

Esse ponto de vista de Jinkings vai ao encontro das premissas de Marcelo Semer (2016, p. 108), segundo as quais o Brasil vive uma ruptura institucional a partir do afastamento ilegal da presidenta, que abre uma janela de oportunidades para a desconstrução do modelo democrático reinventado após a ditadura militar inaugurada com o Golpe de 1964. Semer (2016, p.109) entende os acontecimentos da

seguinte maneira: “Em um golpe sem armas, sem tanques ou baionetas, Judiciário e imprensa são de fato os principais instrumentos de legitimação”. Aqui, o autor joga luz na questão da judicialização da política: um dos pilares do processo aqui estudado.

Voltando à entrevista, ao ser perguntada “Qual é a mensagem desse processo de *impeachment*?”, Paschoal faz alusão à impunidade e a banalização de práticas ilegais e imorais, posicionando-se contra tais práticas. Séria, virtuosa, competente, mostra que os resultados do impedimento seriam positivos. Quanto à construção de identidade do sujeito político, sua legitimidade não parece ser questionada por *Isto É*. Trata-se de uma legitimidade de representatividade, uma vez que ela representa, legalmente, o processo de impedimento. Na entrevista, as “pedaladas fiscais” parecem constituir, singularmente, o problema. Há uma notável simplificação do complexo panorama econômico. Parece ecoar um pensamento segundo o qual “pedaladas fiscais formam um conceito inquestionável e representam algo essencialmente ruim”. Há uma redução da complexidade do processo legal e do panorama político. A advogada não é questionada, por exemplo, a respeito da problemática acerca da chapa formada por Dilma e Temer. Ou seja: a hipótese de que, caso Dilma fosse impedida, Temer também deveria sê-lo.

Antonio Carlos Prado, editor executivo da revista, escreve a coluna *Última palavra*: “NÃO FALTAM CRIMES CONTRA DILMA, SENHOR MINISTRO!”. Prado relativiza o funcionamento da Justiça brasileira argumentando que:

Na verdade, a questão não é mais o raciocínio equivocados de o *impeachment* transparecer como golpe se não houver crime, porque crimes existem – e de sobra. E, se ainda não passaram pelo crivo do Congresso, estão provados no maior de todos os tribunais, senhor ministro: o tribunal dos fatos (*ISTO É*, 2417.).

IMPEACHMENT JÁ!

O *Media Kit* de *Isto É* do ano de 2016 informa: “Marca registrada da revista, a independência de ISTOÉ faz parte de sua linha editorial, jamais atrelada a grupos políticos ou econômicos”⁶⁰. Garante-se: “Ao anunciar na ISTOÉ, sua marca conta com nossa inteligência de comunicação para atender suas necessidades”. A respeito do preço de anúncio na revista impressa, uma página indeterminada custa R\$ 213.100,00. Quanto custaria, então, um anúncio formado por oito páginas?

Oito páginas, organizadas em quatro páginas duplas, formam um anúncio. Na primeira dupla, lê-se: “IMPEACHMENT JÁ!”. Tem fundo amarelo e escritos em preto. “IMPEACHMENT JÁ!”: uma frase exclamativa, um *slogan* com força de verdade. O advérbio “já” parece ser um dos marcadores da incitação à impaciência. Na segunda dupla, o pequeno texto introdutório explica do que se trata:

Somos milhões de empregos e bilhões de reais em impostos. Representamos famílias, homens, mulheres, jovens. Vemos que o país está à deriva. A hora de mudança é agora. Dizer sim ao Impeachment, dentro dos parâmetros constitucionais, é dizer não ao descontrole econômico, ao descaso com as empresas, com o emprego e, principalmente, com você. Chega de pagar o pato. O Brasil tem jeito (ISTO É, 2417).

Segue, então, uma lista com um total de 442 assinaturas. Inicia com “Acorda Brasil” e termina com “Vem pra Rua”, passando por “Endireita Brasil”, “Movimento Brasil Livre (MBL)” e “Revoltados *On Line*”. Conta com 65 associações, 4 cooperativas, 42 diretorias, 13 federações, 262 sindicatos e outros tipos de entidades. O procedimento enunciativo é, portanto, de uma enunciação elocutiva, ou seja:

⁶⁰ <<http://www.editora3.com.br/istoe.php>>.

fala-se a partir de um *nós*. Nós que acreditamos que o Brasil tem jeito. Nós que não iremos pagar o pato.

Por fim, lê-se: “CHEGA DE PAGAR O PATO”. A frase, como poder-se-ia imaginar, está acompanhada por um desenho de um pato. Continua-se: “Pergunte aos deputados que vão votar o Impeachment de que lados eles estão: naovoupagaropato.com.br”.

Essa campanha da FIESP, da qual esse anúncio faz parte, encontra-se dentro de um movimento maior: pró-impedimento. A campanha trabalhou com a simplificação, a partir da metáfora “chega de pagar o pato”, que parece ser um denominador comum de todos os signatários. A frase “O Brasil tem jeito” parece indicar uma razão suprema. Segundo Charaudeau (2015, p.108), a estratégia da razão suprema acontece quando recorre-se a um elemento constitutivo da identidade de um povo, ao que se convencionou chamar “razão de Estado”.

No texto da FIESP, entende-se que o que está sendo aclamado é o bem do Brasil. Seria essa uma voz da instancia cidadã? Quanto democrática foi essa campanha da FIESP?

Ao listar os maiores acontecimentos responsáveis pela caminhada vitoriosa “da grande ofensiva neoliberal restauradora”, Armando Boito Jr. (2016, p. 29) aponta para a “gradativa deserção da grande burguesia interna da frente neodesenvolvimentista”. Isso porque diversas associações empresariais, que antes apoiavam os governos petistas, deixaram de fazê-lo e se encaminharam para o campo neoliberal ortodoxo. Para o autor, “O caso mais importante e notório é o da FIESP, que, após apoiar os sucessivos governos do PT, tornou-se vanguarda do golpe institucional no meio empresarial” (BOITO JR., 2016, p.29).

“O grito dos empresários”, matéria assinada por Helena Borges, começa com uma foto e a legenda: “Voz das ruas. Fachada do prédio da Fiesp com a palavra impeachment: líderes querem mudança já”. Na fotografia, a fachada do prédio ilumina-se em verde e amarelo

com uma faixa negra destacando a palavra “IMPEACHMENT” em branco. O verde-amarelo se repete nas bandeiras e o preto-e-branco se repete na roupa de presidiário do pequeno boneco inflável, que representa Lula, mas está adornado com uma máscara cujo formato é o rosto de Dilma.

No texto, percebe-se um discurso alarmista. Fala-se de risco, ameaça, peso das circunstâncias. Por exemplo, o vocábulo “inoperância” aparece duas vezes. Nota-se uma repetição de palavras e uma repetição de ideias. Ao argumentar sobre a estereotipia, Adorno (2015, p. 147) apontava que não somente “cada locutor sempre repete incessantemente os mesmos padrões, mas diferentes locutores usam os mesmo clichês. Evidentemente, o mais importante é a dicotomia entre preto e branco, amigo e inimigo”.

O texto prossegue informando que a FIESP “é uma das protagonistas do movimento, encarregando-se de reunir forças de diversos setores”, chancelada com a seguinte fala: “ ‘Precisamos colocar velocidade para sair dessa situação’, diz o presidente da entidade, Paulo Skaf. ‘Ela está custando caro demais aos brasileiros’”. Mais adiante, somos informados de que: “Empresários são discretos por natureza e só se envolvem em escaramuças políticas quando a situação chega ao limite”. Aqui, notamos que o processo de essencialização – na suposta essência discreta da natureza dos empresários - corrobora com a estratégia de persuasão.

A estratégia do medo é retomada no trecho em que Lawrence Pih, fundador do grupo Moinho Pacífico, teoriza que o projeto do PT “é de socialismo e não de uma social democracia. Eu mesmo levei tempo para notar isso”. A matéria, todavia, não aprofunda nessa questão levantada sobre o PT. Sabe-se que a sua origem histórica foi à esquerda. Entretanto, parece pouco razoável considerá-lo um partido socialista. Em especial se lembramos que os governos Lula e Dilma não tenham rompido, efetivamente, com o neoliberalismo. A fala de

Lawrence Pih parece ser uma das reações ideológicas mencionadas no seguinte trecho:

Tudo indica que a atual situação, iniciada em 2008, de crise do capitalismo esteja fortalecendo politicamente posturas conservadoras; sendo que, no contexto brasileiro, precisam ser levadas também em consideração as reações ideológicas geradas pela presença no poder, há mais de uma década, de um partido cuja origem histórica é a esquerda (COELHO, 2014, p. 118).

O autor (2014, pp. 115/116), alerta que “a identificação entre esquerda, corrupção e subversão tem sido o pretexto para todos os golpes de Estado existentes na história da República no Brasil.”

Usada para ilustrar o bloco de texto intitulado Ninguém aguenta mais, uma seta descendente aparenta ser um gráfico, mas trata-se apenas de um desenho. No bloco, são mostrados “os indicadores negativos da economia brasileira”. Em uma espécie de “terrorismo econômico”, ilumina-se a crise econômica. Ofusca-se qualquer possibilidade de questioná-la, de relativizar os indicadores apresentados.

Para Debord (1997, p. 211), “neste mundo oficialmente tão cheio de respeito para com os imperativos econômicos, ninguém sabe qual é o verdadeiro custo de qualquer coisa produzida”. Há, novamente, uma redução da complexidade do panorama econômico. O texto encerra-se com uma espécie de remédio para a doença por ele próprio agravada: “Os empresários têm a solução, que é a saída imediata da presidente Dilma”.

DILMA, “A LOUCA”

Diferentemente de Janaína Paschoal, Dilma Rousseff não foi entrevistada por essa revista nessa edição. Trata-se de uma reportagem

ou, talvez, um conteúdo que se assemelha a uma reportagem. Uma reportagem em aparência, talvez.

Intitulada *Uma presidente fora de si*, traz o seguinte texto introdutório: “Bastidores no Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o País”. Assinam a matéria: Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco. A foto de Adriano Machado mostra Dilma Rousseff de costas, com as mãos para cima. O pequeno texto, no canto inferior direito diz: “Descontrole. A presidente se entope de calmantes desde a eclosão da crise. Os medicamentos nem sempre surtem efeito, atestam seus auxiliares”.

O bloco *Os alvos do destempero* defende que: “A descompostura presidencial não escolhe vítima. Sobra para todo mundo”. Quanto à primeira suposta vítima:

“Quem esse menino pensa que é? Um dia ele ainda vai pagar pelo que vem fazendo’. Dilma, na semana passada, sobre o juiz Sérgio Moro (ISTO É, 2417).

Afinal, o que Moro *estaria fazendo*? Apresentado na primeira parte do texto como “juiz Sérgio Moro, da Lava Jato”, entende-se que ele é o representante de tal operação judicial. Entretanto, não se menciona razões plausíveis para o suposto comentário da presidenta. Na busca de explicações, voltemos à página 26 da mesma edição.

Dentro da seção *Semana*, há uma nota intitulada “Moro e a lei”. Noticia-se que “[Teori] Zavascki estuda enviar uma representação contra o juiz Sérgio Moro ao Conselho Nacional de Justiça por excessos na Lava Jato [...]”. O que Moro vinha fazendo, portanto, talvez não tenha sido uma simples condução ilibada de um procedimento judicial.

Quanto à segunda suposta vítima:

‘Cale sua boca. Você não entende disso. Só fala besteira’. Dilma à Maria do Rosário, depois de divergirem sobre a Comissão da Verdade (ISTO É, 2417).

Cabe dizer que a deputada Maria do Rosário Nunes, apoiou a ex-presidenta durante todo o processo e publicou uma nota de repúdio à edição aqui estudada. Outras quatro citações são destacadas, mas não há contextualização aprofundada das falas. Quando ao procedimento expressivo referente à vocalidade, percebe-se que se resalta o quanto Dilma não detém o poder do bem falar ou o falar tranquilo. Ao que parece, Dilma fala forte e isso é algo negativo. Uma mulher que fala palavrões e vocifera. Parece autoritária em sua fala. Quanto à sua coragem, parece tratar-se de algo negativado, algo fora do lugar.

O quadro *Dilma repete Collor: Alheia aos fatos* é escoltado por duas fotografias. Na primeira, o ex-presidente Fernando Collor se exercita praticando corrida. Na segunda foto, Dilma se exercita andando de bicicleta. O texto conta que “enquanto o tema impeachment fervia no Congresso e a população lotava às [sic] ruas pedindo a saída do então presidente Fernando Collor, o chefe do executivo parecia alheio a tudo. Mesmo com índices de avaliação chegando aos 68% de ‘péssimo e ruim’”. A fonte de índice não é explicitada pelo texto que defende que a presidente Dilma “segue o mesmo script”. “Ela parece dar de ombros ao seu índice de reprovação”. Trata-se de um ataque à sua seriedade. Aqui, a questão do interesse público e interesse do público se entrelaçam. Ainda que Dilma exerça um cargo público, seria de interesse público o fato de ela se exercitar em sua bicicleta?

O quadro *A volta da tática do terror* traz uma fotografia de Dilma, cabisbaixa, sentada em uma cadeira ladeada por duas cadeiras vazias, acompanhada apenas pela legenda: “Cada vez mais só”, que noticia o insucesso do evento por ela promovido referente ao programa social “Minha casa, Minha vida”. Aqui, a revista parece buscar o aponta-

mento da falta de traquejo da presidenta, sua falta de diplomacia. É um ataque ao seu pragmatismo, a mensagem parece ser: “ela é inviável”.

O texto, à direita, argumenta que durante a campanha eleitoral, a presidente “pagou para seus marqueteiros desenvolverem e disseminarem o nocivo ‘discurso do medo’”. Mais adiante, escreve-se que “Não bastasse a repetição da retórica cretina da campanha eleitoral, a presidente disse nos últimos dias que o que está se vendo o [sic] País é um verdadeiro ‘nazismo’, sem lembrar que o discurso do ‘nós contra eles’ foi gestado e cultivado por sua equipe”. Aqui, a mensagem parece ser de que Dilma é “incoerente”, não é sincera.

Tiburi (2016a) nos lembra que “manipulações da imagem fazem parte da era do espetáculo político”. A revista fabrica uma imagem negativa de Dilma. Há uma desqualificação. Ela é desleal, desonesta. Ataca-se sua imagem, ataca-a enquanto mulher. Ela é “austera”, não é fiel, não é virtuosa. Para Tiburi (2016a), “a culpa é estrutural, está arraigada e toda a sociedade ajuda a sustentá-la”. Entendendo o machismo como sistema que culpabiliza mulheres, analisamos que Dilma Rousseff foi tratada como a grande culpada. Perante o tribunal dos fatos: a culpada da crise, a culpada de seu próprio impedimento.

Intitulado *As diabruras de ‘Maria, a louca’*, o quadro com texto, que poderia resgatar uma personagem histórica para compor uma explicação sobre o panorama político atual, parece cumprir a função exclusiva de demarcar a suposta loucura de Dilma. Trata-se de mais um recurso para deslegitimá-la.

Tiburi (2016b) comenta que a distorção da imagem da presidenta Dilma Rousseff na capa de *Isto É* flagra um “evidente momento de abuso moral e estético”. A filósofa conceitua que *Gaslighting* “é basicamente um tipo de violência por manipulação psicológica na qual mulheres, mas não apenas elas, são associadas à loucura” (TIBURI, 2016b).

O campo geral da loucura ligado às mulheres, apresenta-as como figuras do irracional, do mais mínimo destempero até o descontrole total. As mulheres são tratadas como loucas, de modo a serem diminuídas na sua capacidade intelectual e na suas potências ativas, éticas e políticas (TIBURI, 2016b).

Quanto à construção de sua identidade enquanto sujeito político, nota-se que sua legitimidade é contestada pela revista. Isso à revelia de sua vitória nas urnas em 2014, com 54.501.118 de votos - o que, teoricamente, garantiria sua legitimidade de mandato. No entanto, como explicam as palavras de Charaudeau (2015, p. 65), “é na identidade social do sujeito político que se projeta sua legitimidade”. Na construção da identidade social da ex-presidenta, a mídia desempenhou um importante papel.

As fotos de Dilma utilizadas nessa edição, são descontextualizadas e são espontâneas - no sentido de a ex-presidenta não estar posando para a fotografia. O humor, por sua vez, foi usado na charge “Feirão da Dilma”, em que a figura de Dilma, enquanto feirante, anuncia: “Leve 3 ministérios e 100 cargos por apenas 1 voto” (*Isto É*, 2417, p. 26). *Isto É*, empregando diversos procedimentos retóricos, constrói uma imagem negativa de Dilma. Utiliza táticas de persuasão, tratando a ex-presidenta como uma ameaça e uma presa, simultaneamente. A publicação faz uso de uma estratégia misógina para compor, junto a outros elementos - não necessariamente misóginos -, uma posição contrária e violenta à continuação de tal governo.

A violência, sabemos, é algo experimentado diariamente. A violência simbólica está intimamente ligada com a violência física, é um íntimo casamento. A filósofa argumenta:

A agressividade verbal é uma forma conhecida de violência simbólica. Fofoca e difamação também

fazem parte dessa violência que se faz com palavras e atos de fala, mas em uma escala que não parece tão perigosa na maior parte dos casos. Falar é fazer, mas pensamos pouco nesse fato (TIBURI, 2015, p.77).

Tendo isso em mente, voltemos à página 25, na seção *Semana*, que traz notas sobre assuntos diversos. Sob a retranscrição “Violência”, noticiava-se: “Homem ameaça atear fogo em juíza”. O texto começa com a reprodução de um diálogo gravado por policiais no qual Alfredo José dos Santos ameaçara atear fogo na juíza Tatiane Moreira Lima. É isso um diálogo? O homem, acusado de agredir a própria esposa, tinha audiência marcada com a referida magistrada na Vara de Violência Doméstica. Por essa atitude noticiada, foi preso e processado por tentativa de homicídio. Como dialogar com um agressor?

PENSAMENTO EM BLOCO, NÃO-PENSAMENTO

Depois de meio século da publicação da obra *Dialética do Esclarecimento*, Cohn pergunta o que Adorno e Horkheimer ainda teriam a nos dizer. Cohn (1998, p.13) relembra os esforços de Adorno para “projetar a análise da personalidade autoritária sobre um enquadramento que lhe permitisse transcender o plano estritamente sócio-psicológico”. O pensador alemão constatara que as pessoas propensas a aceitar temas e formas de condutas fascistas tendiam a organizar suas ideias em termos que envolviam, simultaneamente, “o pensamento por estereótipos (conforme padrões fixos previamente dados para qualificar pessoas e coisas) e de modo personificado” (COHN, 1998, p. 13).

Estereotipia e personificação, segundo Adorno, seriam inadequadas à realidade, uma vez que se esquivariam do concreto e induziriam ao contentamento com ideias pré-concebidas, “rígidas e supergeneralizadas, às quais o indivíduo atribui uma espécie de onipotência

mágica” (COHN, 1998, p.13). O pensamento fascista pode ser entendido como psicótico e, talvez, seja um não-pensamento. Cohn (1998, pp.13-14) explica que “a estereotipia e a personificação são duas partes divergentes de um mundo não experimentado efetivamente.”

Em uma sociedade mediada por imagens, talvez a citada experimentação se limite justamente a essas imagens. Por exemplo, o conhecimento do panorama político exclusivamente através de imagens manipuladas por um produto editorial comprometido com um posicionamento ideológico, ainda que ele se pretenda independente e imparcial.

Na referida pesquisa, Adorno também levantara uma importante noção, embora não a tenha desenvolvido em profundidade. Chamada *ticket-thinking*, explica Cohn (1998, p.15), ela “engloba numa unidade a polarização estereotipia/personalização, associando-as numa forma de pensar ‘em bloco’, conforme padrões prontos.”

Trata-se de uma forma de perceber o mundo e de pensar que opera conforme blocos de significados previamente dados, que se apresentam como coerentes para o sujeito (na medida em que aceitar um dos seus elementos leva a aceitar os demais sem esforço de ajuste nem, muito menos, de reflexão) mas que na realidade são intrinsecamente contraditórios (COHN,1998, p. 15).

Cohn (1998, p.24) analisa que, na contemporaneidade, “o *ticket-thinking* está arraigado mais fundo e com maior eficácia do que nunca”. Parece, então, defensável pensar que a edição analisada contenha um pensamento em bloco. A metafórica etiqueta de inimiga cola-se em Dilma, enquanto etiquetas de amigos são coladas tanto nos empresários entrevistados, quanto na advogada-protagonista. A revista compõe um circuito fechado, uma espécie de “pacote” com

seu posicionamento (contrário) em relação ao governo, de maneira geral. E seu posicionamento (favorável) ao processo de impedimento, de maneira específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Veículos de comunicação são atores sociais. Os seus dizeres partem de ações de pessoas e, ao erguerem representações, constroem novos dizeres e estimulam novas ações. Os veículos não transmitem, assepticamente, mensagens objetivas. Um veículo é uma empresa, arquiteta uma marca, tem um dono. Funciona sob a lógica empresarial, dentro do capitalismo na sociedade do espetáculo atualmente integrado. Em uma cultura misógina, repete e recria discursos misóginos. Nosso senso comum é misóginos, por isso uma mulher enquanto alvo não surpreende o público-alvo, que está acostumado a esse discurso diariamente alimentado e retroalimentado.

A edição analisada tematiza, problematiza e se posiciona em relação ao governo Dilma. Funcionando dentro de uma engrenagem, integra uma metafórica máquina que se moveu em direção à então presidenta. O fim parece ter justificado os meios. Dona de um cargo único, foi destituída. Pioneira enquanto mulher reeleita, foi também pioneira enquanto mulher banida do cargo, culpada pelo *tribunal dos fatos*. Nessa edição, não parece haver espaço para ponderação. O leitor não é convidado a avaliar ouvindo diversos lados, fontes diversas. Ouve-se apenas um lado. Há uma repetição. Repete-se, é repetitivo.

Isto É fornece uma interpretação pronta e acabada. Fechada em si mesma e, ao mesmo tempo, *fora de si*. Existe um *nós* e *nós* temos a solução para o caos inegavelmente instaurado. Exaltamos Jannaína: ela. Destruímos Dilma: aquela. São eles os que aterrorizam com a fala do “*nós* contra eles”. Há uma violência verbal. *Surtos de descontrole*. As páginas analisadas parecem formar um linchamento simbólico. Nega-se o Outro enquanto ser humano a ser respeitado.

O que está aí. Nega-se a narrativa do outro. Não há golpe. Nega-se a presunção de inocência. Não faltam crimes. Rebaixamento da linguagem. Vale-tudo. Distribuição de violência de gênero, propagação do ódio ao PT. Explosões nervosas. Rebaixamento da oposição ao governo Dilma. Fim de feira.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

COELHO, C. **Teoria crítica e sociedade do espetáculo**. Jundiaí, SP: Editora In House, 2014.

DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

JINKINGS, I. DORIA, K. E CLETO, M. (Orgs.). **Por que gritamos Golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.

TIBURI, M. A violência e os meios de comunicação. In: TIBURI, M. **Como conversar com um fascista**. (pp. 77-78). Rio de Janeiro: Record, 2015.

COHN, G. Esclarecimento e ofuscação: Adorno & Horkheimer hoje. **Lua Nova**, São Paulo, n. 43, p. 5-24, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 jun. 2017.

Página oficial de Maria do Rosário Nunes no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DeputadaMariaDoRosario/photos/a.175893719152316.43221.154111111330577/1028412410567105/?-type=3&theater>>. Acesso em 14 jun. 2017.

TIBURI, M. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. **Revista CULT**, 2016a. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>>. Acesso em 14 jun. 2017.

TIBURI, M. Dilma, Janáina e “gaslighting”. **Revista CULT**, 2016b. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/dilma-janaina-e-gaslighting/>>. Acesso em 14 jun. 2017.

PARTE IV

Mídia e Espetáculo na Política Contemporânea

CAPÍTULO 10.

O JORNAL FOLHA DE S.PAULO E A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO NOS DESDOBRAMENTOS DO IMPEACHMENT⁶¹

Bruno Cardoso Macedo⁶²

O jornal Folha de S.Paulo é um dos jornais mais influentes e lidos no Brasil. Durante o processo de investigação da Operação Lava Jato em 2016 e o impeachment, o jornal fez uma cobertura extensa e de alta repercussão das acusações e delações envolvendo políticos e empreiteiras. A proposta deste capítulo é analisar de qual maneira o conceito de Sociedade do Espetáculo de Guy Debord está relacionado com a cobertura do jornal na crise política. Além disso, será discutida a influência do discurso espetacular, o crescimento do conservadorismo e a hegemonia dos grupos midiáticos no jornalismo contemporâneo.

JORNALISMO CONTEMPORÂNEO E SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

Inicialmente, para tentar entender o contexto da pesquisa, é preciso problematizar o jornalismo contemporâneo. Os meios de comunicação estão sendo atropelados pela aceleração da informação. Isso,

⁶¹ Este capítulo é um desenvolvimento do artigo *Mídia, Política e Espetáculo: O jornal Folha de S.Paulo e a Sociedade do Espetáculo na Operação Lava Jato*, apresentado no Intercom Júnior 2016, cujo objetivo foi analisar a cobertura feita pelo jornal Folha de S.Paulo no mês de março. Portanto, a partir dele será desenvolvida uma análise mais completa que abrangerá as edições do jornal até o dia 13 de maio, dia seguinte após a aprovação pelo Senado Federal do afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff, e a posse do vice-presidente Michel Temer.

⁶² Graduado em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Foi Bolsista de Iniciação Científica.

consequentemente, está relacionado com o grande imediatismo que o jornalismo vive. Para existir a comunicação de massa, introduzida principalmente a partir da metade do século XIX, é necessária uma grande rede de distribuição da informação para o público. Assim, a informação tornou-se parte essencial do cotidiano. Conforme abordado por Ignácio Ramonet que problematiza a essência do jornalismo:

O jornalista é o analista de uma jornada, de um período, como a própria palavra diz. Mas o período não existe mais e, em consequência, não há mais jornalismo, mas sim “imediatistas” que não são capazes de analisar, pois, para isso é preciso tempo. (RAMONET, 2013, p.56)

O imediatismo, portanto, pode ser compreendido como uma nova forma de absorver a mensagem que é transmitida pelos meios de comunicação. Além disso, outro elemento que permeia essa análise é que a informação se constrói sobretudo pelo uso de impressões e sensações. Por isso, pode-se notar que a linguagem utilizada pela grande mídia não quer e muito menos tem a intenção de produzir efeitos a longo prazo. Existe a simplicidade na construção, seja no teor político, seja no cotidiano. Dessa forma, o conceito de imediatismo está relacionado com a necessidade das pessoas buscarem emoções intensas nas coisas, em detrimento, portanto, de sentido e significado.

Tendo em vista a crise da comunicação, Guy Debord escreveu a obra “Sociedade do Espetáculo”, que pode ser vista como uma atualização da crítica marxista que Adorno e Horkheimer produziram sobre a “indústria cultural”. Para ele, o espetáculo é uma nova fase da sociedade capitalista, quando ocorre a substituição da realidade pela imagem, a contemplação pelo homem das representações, e uma falsa noção de experimentação da vida. Para Debord, além da alienação que já marcava o trabalhador moderno, reduzido à contemplação

passiva do resultado do processo produtivo e da evolução industrial, acontece, agora, uma nova forma de alienação. A falsa consciência do espectador, portanto, ajuda a compreender que o homem está descolado da experiência social real.

A representação da vida real nada mais é do que uma inversão concreta da vida, pois a representação adquire um movimento autônomo. Isso, portanto, simula uma alteração de valores: “a realidade surge no espetáculo e o espetáculo se torna o real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente.” (DEBORD, 2006. p.15). É assim que se pode enxergar o alto teor de alienação presente no cotidiano. O leitor e o telespectador tentam construir uma narrativa a partir do que vêm nos meios de comunicação e, sobretudo, idealizam a realidade criada pelo capitalismo. Assim, cria-se um juízo de valor pautado pelo que lhe é apresentado. A notícia levada à repetição serve de prova de veracidade e, até mesmo em casos que a informação não leve a nenhuma conclusão, é tida como verdade. O trabalho de pouca apuração e substituição de princípios básicos do jornalismo promove um estado de comunicação vazia de sentido e totalmente descontextualizada. A linguagem perde a sua capacidade de representar a realidade, transformando-se em instrumento, em puro meio para a obtenção de um fim. (COELHO, 2014. p. 57)

Debord acredita que o sentido do espetáculo está ligado ao valor que a imagem tem para o indivíduo. Segundo ele, o espetáculo é o processo onde as relações sociais são pautadas pelas imagens e há um vínculo real entre o acúmulo imagético e de capital. Debord inicia sua obra com a temática da alienação, como se apresenta no primeiro capítulo, “A separação consumada”. Nele, há um diálogo com as obras de Marx que mostra que a alienação do trabalhador é resultado da venda da sua força de trabalho. A sociedade do espetáculo seria uma nova etapa da sociedade capitalista em que o indivíduo necessita de um mundo repleto de produção material. Para estar completa,

a alienação se dá quando não se limita mais ao trabalho. Mais do que isso, o tempo livre agora é preenchido pelo consumo de imagens: “quanto mais o homem contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo” (DEBORD, 2006, p. 14) Analisando sua total dimensão, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Sendo assim, passa a ser, portanto, um modo de viver em sociedade.

A distribuição do poder no jornalismo está baseada naqueles veículos que conseguem realizar o chamado furo de reportagem. A ênfase pelo inédito, no entanto, pode acontecer sem ao menos a comprovação da veracidade dos fatos. A compreensão desse conceito está relacionada também com que Ignácio Romonet cita em seu artigo, *Meios de Comunicação: Um poder a serviço de interesses privados*, de que estar presente fisicamente não é o mesmo que compreender o que de fato está acontecendo. Principalmente em coberturas jornalísticas. (RAMONET, 2013, p.58). Isso, contudo, implica em outra dificuldade do jornalismo contemporâneo: o embate entre comunicação e informação. O que está à disposição do leitor são, em grande maioria, informações emitidas por instituições. O poder econômico é dominante, sendo, inclusive, maior do que o poder político. No Brasil, o princípio básico de qualquer rede de comunicação advém de concessões públicas do governo. Dessa forma, desde a primeira concessão até hoje, há concentração midiática na mão de pequenos grupos, quando jornais, revistas e redes de televisão pertencem a conglomerados dos chamados oligarcas da imprensa. É de se esperar que nos meios de comunicação dominantes não haja contestação crítica.

A jornalista Eliane Brum em meio à crise política pela qual o Brasil está passando problematizou uma questão primordial na comunicação atual: “A guerra política está no território dos narradores. Os

narradores contemporâneos encontram-se em grande parte (ainda) na imprensa.” (BRUM, 2016).

Cabe, então, inserir a discussão do principal responsável por transmitir uma narrativa na sociedade contemporânea. Esse papel pertence à mídia. Contudo, é preciso contextualizar a importância do sistema econômico do mercado tendo em vista que os meios de comunicação dependem de um “financiamento” para produzir a informação. Os custos de produção no atual cenário econômico são altos. É dessa forma que o poder de alcance, de certa forma, se torna restrito a um determinado grupo social, no caso da mídia, os grandes conglomerados. No entanto, não podemos descartar a importância da internet nesse contexto para romper com tal hegemonia.

No período da Revolução Francesa, onde foram constituídos os direitos do cidadão e a separação dos poderes por Charles Montesquieu, surgiu também o conceito de quarto poder. Este, portanto, relacionado aos meios de comunicação. Muito se fala da independência e imparcialidade, porém é preciso contextualizar com a noção de democracia e a força do capital econômico da comunicação:

Com o passar dos anos e o desenvolvimento da economia de mercado, comprovamos que os três poderes estão sendo gravemente ameaçados pelo poder econômico que, com sua ambição desmedida e sua capacidade de corrupção, transformou-se num ator fundamental de nossos sistemas políticos [...]. No entanto, foi o quarto poder, o da mídia, que se viu totalmente permeado e submetido ao poder econômico. Os processos políticos neoliberais nas décadas de 1980 e 1990 arrasaram os sistemas públicos de informação, com o apoio da direita e a indiferença da esquerda, a qual, com razão, associava-os aos ditadores anteriores. Soma-se a isso o papel cada vez mais sofisticado e

potente que os meios de comunicação adquiriram nas sociedades democráticas, onde a formação da opinião pública é um elemento essencial para o exercício do poder (SERRANO, 2013, p. 72).

HEGEMONIA, ATUAÇÃO DA MÍDIA E PODER POLÍTICO

O conceito de hegemonia descrito pelo filósofo marxista italiano Antônio Gramsci na série de volumes intitulada como *Os Cadernos do Cárcere* serve de base para a discussão pretendida por este texto. Segundo Gramsci, a conquista do poder político depende da capacidade de uma classe social submeter ideologicamente as outras. A hegemonia depende das práticas sociais e dos modos de representação, incluindo também a capacidade de argumentação e de ações sobre o quadro social.

A disputa política entre as classes sociais se dá em duas esferas distintas. A primeira representa a sociedade política, onde existe um conjunto de mecanismos dos quais a classe dominante detém o monopólio legal, seja de repressão física, ou da violência por meios legais. É o local onde operam as normas e atuam por meio de coerção. A outra esfera é a sociedade civil, local de elaboração e difusão das ideologias. Representada por escolas, igrejas, partidos políticos e principalmente os meios de comunicação. Nela, diferente da esfera da sociedade política, a atuação é por consenso.

Nessa lógica da disputa pela hegemonia, Gramsci questiona a própria noção que permeia a comunicação dos grupos oligárquicos: “apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária” (GRAMSCI, 2005, p.53). A opinião pública neste caso entra em conflito com valores básicos de liberdade de imprensa e a liberdade de expressão dos cidadãos. Esses dois conceitos são amplos, mas poucos discutidos. Dentro do cenário, onde a dominação é feita pelos chamados oligarcas da comunicação, passa existir o

embate entre os interesses dos cidadãos ou dos grupos detentores do poder. Nesse contexto, Ignácio Ramonet vai além da compreensão legitimadora: “ No geral, a missão dos meios de comunicação é a de domesticar as sociedades.” (RAMONET, 2013, pág. 64)

Os discursos de intolerância, tanto na esfera social e na comunicação, envolvendo a crise política brasileira, podem ser representados pelo ímpeto conservador que antes estava acomodado. A discussão em torno do envolvimento do ex-presidente Lula em casos de corrupção e o processo de Impeachment da presidente Dilma Rousseff mostrou a outra face dos acontecimentos políticos que, todavia, mostram-se descompromissados com os valores democráticos conquistados.

Esse ímpeto, que de certa forma estava contido, visto que o crescimento econômico gerado a partir de 2005, ocasionado principalmente pela valorização das commodities, estabilizou os antagonismos dentro da sociedade. No entanto, esse tempo de bonança não evitou que o ódio estivesse presente dentro da sociedade. A partir do momento que o governo do PT conseguiu emplacar mais uma candidatura em 2014, o ódio aos governos de esquerda reapareceu. Esse tipo de posicionamento passa a surgir no momento em que a oposição não aceita o resultado das eleições e passa a deslegitimar o governo eleito. No caso mais direto está a apropriação desse discurso pela grande mídia. Ao longo de 2015, período de desenvolvimento da chamada operação Lava Jato, o conteúdo jornalístico, atividade voltada ao registro e reflexão do cotidiano sobre a realidade, tornou-se uma máquina de propaganda partidária. (LOPES, 2016).

No que diz respeito propriamente à reflexão sobre o jornalismo, é importante complementar a análise crítica que a pesquisa propõe, com o estudo desenvolvido pelo jornalista e sociólogo Perseu Abramo. Segundo ele, a mídia oferece um tipo de relação “indireta” com a realidade. A partir disso, existem quatro padrões de manipulação. Nesse caso, faço uso do padrão de inversão:

O abuso da utilização de frases ou de pedaços de frases sobre uma realidade para substituir a própria realidade. Acoplado às demais formas de manipulação – ocultação, fragmentação, seleção, descontextualização, várias inversões etc. – o frasismo surge, assim, quase como a manipulação levada aos seus limites: uma frase, um trecho de frase, às vezes uma expressão ou uma palavra, são apresentadas como a realidade original. (ABRAMO, 2016, p. 45)

No final dos anos 1980, quando Perseu Abramo escreveu o texto sobre as manipulações do que na época representava a “grande” imprensa brasileira, a internet comercial ainda não existia, muito menos as redes sociais. Mesmo assim, esse padrão de manipulação, dentro das atuais circunstâncias, mostra-se extremamente condizente com a atuação dos jornais. A partir disso, a utilização de frases como, por exemplo, impeachment da presidente Dilma Rousseff, escândalo de corrupção, governo corrupto e outros servem para que haja uma anuência do leitor em relação ao conteúdo e, conseqüentemente, tal frase é tida como verdadeira.

Analisando o papel da grande mídia na cobertura da atual crise política é possível considerar a existência do viés ligado aos interesses políticos do capital e do conservadorismo. No âmbito mundial, a ascensão da direita neoliberal ocorreu no final dos 40, após o final da Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, na década de 80, esse movimento ficou mais evidente nos governos neoliberais de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Nesse contexto, cabe ressaltar que, os fatores proeminentes dessa guinada são: a crise do Estado de bem-estar social, o desemprego, a inflação e a grande intolerância pelo aumento da população de imigrantes. Olhando para o presente, podemos analisar que esse viés político está

representado como uma nova direita, embora sua formação seja velha. No Brasil, se por um lado o passado ditatorial é recente, temos também uma grande presença do conservadorismo na política e na sociedade. Temos como exemplo mais claro os resultados da eleição de 2014 na Câmara dos Deputados.

Esse problema, no entanto, é mais abrangente do que se apresenta. Conforme defendido por Vladimir Safatle, “a derrota vem de longe”. A crise de governabilidade enfrentada por Dilma Rousseff, ao longo de seus mandatos, teve seu início na formação da Nova República, após a redemocratização. Nesse período foi formado o pacto de governabilidade no qual cada presidente eleito se submeteria ao controle político da base governamental.

Um novo fator presente na cobertura da mídia, diferente da já conhecida ascensão da direita, é o fortalecimento do Poder Judiciário que sobressai sobre os demais poderes, interferindo, inclusive, em decisões políticas. No dia 4 de março de 2016, o juiz federal Sergio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato, mobilizou a Polícia Federal para levar o ex-presidente a depor de forma coercitiva. A base da denúncia foi a delação premiada de que Lula teria sido beneficiado pela Odebrecht, uma das construtoras incriminadas. Antes mesmo de uma possível implicação formal do processo, a ofensiva da justiça criminalizou e culpou o réu. O fato evidencia, portanto, uma parcialidade dos juízes e alimenta a tese de que essa ação seria fruto de uma politização do poder judiciário. A ação promovida pelo juiz Sergio Moro, tido como herói nacional, promove dúvidas quanto à seletividade dos grupos midiáticos que noticiaram o caso: vazamentos seletivos, divulgação de escutas telefônicas, detenções espetaculares, ruptura do segredo de justiça e entre outros.

O editorial da *Folha de S.Paulo* do dia 4 de março indicou o que estava por vir com a repercussão midiática da delação:

A crise política que atordoa a administração Dilma Rousseff (PT) desde o ano passado mudou novamente de patamar nesta quinta (3), após a notícia de que o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) fez acordo de delação premiada com os investigadores da Lava Jato. [...]. As atenções se voltam para Dilma Rousseff, que conhece seu pior momento desde que assumiu o segundo mandato. A presidente parece cada vez mais isolada e à deriva, sem condições de retomar o leme. (FOLHA DE S.PAULO, 4/03/2016, P. A2)

Segundo Debord, a alienação ultrapassa a relação de trabalho, e atua na dimensão política e midiática. No que se refere às relações de poder, Debord analisou duas formas de espetáculo: a difusa e a concentrada. A forma difusa diz respeito aos países capitalistas desenvolvidos, onde se dá um domínio do poder mercantil sobre o conjunto da produção e consumo de imagens, presentes em diferentes estágios na vida cotidiana. Nesse tipo de poder, a sociedade se baseia na superficialidade e na falta de informação mais complexa. Já a forma de poder concentrada está presente nos países capitalistas menos desenvolvidos, e com regimes políticos ditatoriais, e nos países socialistas que, conforme descrito por Debord (2006), são os países “capitalistas burocráticos”. Na forma concentrada, segundo o autor, o poder rege em torno de um líder carismático que, portanto, tem afinidade com as massas. Nesse contexto, além da opressão física, há uma violência simbólica, onde o poder está relacionado à imagem do líder.

Debord, em 1988, vai além das formas de poder apresentadas anteriormente atualizando o conceito com a publicação dos *Comentários da Sociedade do Espetáculo*. Segundo ele, houve uma ampliação da sociedade do espetáculo por meio da globalização do capitalismo. Passa a existir, portanto, uma fusão entre os poderes concentrados e

difusos, formando, assim, o poder espetacular integrado. Espetáculo que tem um caráter alienante e conduz ao pensamento uniforme dentro de governos dito como “democráticos”.

Do ponto de vista da contemporaneidade, podemos pensar o estudo de Guy Debord como uma ferramenta capaz de analisar o comportamento do sistema neoliberal. A princípio, a atuação do capitalismo é representada pela distinção entre o Estado e a economia. Na lógica que prevaleceu, como antes visto, no final da década de 90 e após a crise de 2008, o Estado por si só é ineficiente e cabe ao mercado atuar como regulador. Inclusive, é nesse contexto que se ampliam as privatizações, principal elemento da hegemonia neoliberal. No entanto, do outro “lado” está a corrente de pensamento desenvolvimentista, defendido por governos de esquerda, que acreditam que o Estado deve intervir na economia e as empresas devem ser estatizadas. No atual cenário político, com a chegada do PT ao poder em 2002 e continuidade até 2016 a possibilidade de implantar um governo de esquerda tornou-se realidade. Em razão disso, todavia, houve a reação dos grupos neoliberais de classificar os governos eleitos como corruptos e ineficientes.

Um dos pontos centrais que está inserido nesta discussão é a inversão de modelo econômico e social a partir da posse de Lula. Por mais que ao longo dos anos a agenda do governo PT tenha se distanciado de sua ideologia programática mais à esquerda, foi durante esse período que houve uma diminuição da pobreza em níveis nunca antes vistos. A criação e ampliação de programas sociais como, por exemplo, o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Fies e tantos outros foram responsáveis por diminuir a distância abissal entre as classes. Famílias que tiveram condições de comprar o primeiro imóvel, o primeiro carro, acesso de jovens às universidades e outros exemplos que mostram a ascensão financeira de grupos que não tinham esse acesso no passado. Talvez seja esse um dos motivos pelo qual grupos da chamada elite criaram uma atmosfera de crise, a partir do início do se-

gundo mandato da presidente Dilma Rousseff, que de certa maneira está relacionada com algo que Christian Ingo Lenz Dunker intitulou de ressentimento de classe. No artigo publicado na revista *Le Monde Diplomatique Brasil* em agosto de 2015, o professor e psicanalista mostra como se deu essa transição.

A segregação que antes se fazia a distância e sem afetação direta, conforme a assepsia impessoal que vigora na violência silenciosa dos condomínios, agora perdeu a vergonha e proclama abertamente seu mal-estar contra essa proximidade indesejável dos pobres. A antiga tolerância benevolente, com ou sem democracia racial, tornou-se ódio explícito. O poder perdeu a vergonha, em nome do medo e da inveja. Desaprendemos a lidar com a diferença, maltratada por anos de identidade artificialmente produzida intramuros. (DUNKER, 2015)

Para contextualizar essa “ação” mais efetiva da ideologia conservadora é preciso trazer o resultado da eleição de 2014 no Congresso Nacional. Naquele ano houve uma renovação de aproximadamente 47% em relação ao pleito de 2010. De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), parlamentares conservadores se consolidaram como maioria na eleição da Câmara Federal. Representantes do agronegócio, igrejas, bancos e militares além de outros grupos se consolidaram no governo, sobretudo pelo sistema de votação proporcional. Apesar de cada um dos grupos representar temas específicos, esse segmento passou a atuar como representantes do conservadorismo, que, inclusive resgata bandeiras em torno da “tradição, família e propriedade”. Com isso, os movimentos que defendem os direitos humanos e a manutenção dos programas sociais do governo Lula foram enfraquecidos por esse levante.

Trazendo essa discussão para a linha de pensamento que o texto constrói, um exemplo necessário e extremamente condizente com a realidade foi a votação do Impeachment na Câmara dos Deputados. Do ponto de vista cronológico, esse recorte não segue a linha de apresentação do objeto de pesquisa, porém cabe inseri-lo nesta parte já que foi um marco para a consolidação da corrente ideológica de direita no processo de Impeachment. Para que o processo fosse adiante, seria preciso 342 votos dos 513 deputados presentes.

O processo foi admitido no dia 17 de abril, pelo placar de 367 votos favoráveis contra 137 contrários e houve uma repercussão gigantesca na semana seguinte em razão da motivação dos votos dados pelos deputados. Ao contrário do que se esperava, a maioria deles não utilizou argumentos de desrespeito à lei orçamentária, motivo principal da abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, mas sim argumentos pautados por convicções pessoais. Algumas falas que estiveram presentes foram: “Pelo fim dessa quadrilha que assaltou o país, pelo meu pai que tanto sofreu na mão do PT, pelo meu povo brasileiro, eu voto sim!” (Deputada Mara Gabrielli PSDB-SP); “Com ajuda de Deus, pela minha família e pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda” (Marco Feliciano PSC-SP); “Pelo povo de São Paulo nas ruas com o espírito dos revolucionários de 32, pelo respeito aos 59 milhões de votos contra o estatuto do desarmamento em 2005, pelos militares de 64, hoje e sempre, pelas polícias, em nome de Deus e da família brasileira, é sim! E Lula e Dilma na cadeia!” (Eduardo Bolsonaro PSC-SP); “pela minha família e meu Estado”; “Por Deus”; “pelos militares de 1964”; “pela esposa Paula”. Vale ressaltar que não era obrigatório apontar as razões de seus votos.

Aproveitando a importância que a votação na Câmara Federal tinha para o desenrolar do processo, o jornal *Folha de S.Paulo* fez uma cobertura exaustiva do evento. Ao longo da semana, o jornal publi-

cou o “placar” atualizado diariamente e fez uso da especulação de quem iria votar a favor ou não no domingo. O ápice desse recurso foi na edição de número 31.791, domingo 17 de abril, em que a capa foi preenchida com todos os nomes dos deputados e qual era a intenção de voto de cada um deles.

No que diz respeito novamente ao crescimento do conservadorismo no Brasil, o discurso de que interferência do Estado na economia é prejudicial se apresenta de forma recorrente nas coberturas jornalísticas dos principais veículos da mídia. Este discurso oculta a atuação do Estado no sentido da defesa dos verdadeiros interesses empresariais. A ideologia neoliberal, transformada em pensamento único sobre a economia pela mídia, constitui-se no que Debord entende como sendo a mentira sem contestação, e é um dos elementos do poder espetacular concentrado, típico de ditaduras, que se faz presente nos países com regimes políticos formalmente democráticos. (COELHO, 2015, P. 78). Visto isso, portanto, cabe contextualizar o conceito de poder espetacular integrado como forma de criticar a atuação das corporações empresariais e comunicacionais no modelo do neoliberalismo.

O que entra em questão a partir de tal explanação é o comportamento dos meios de comunicação e conglomerados midiáticos no sistema liberal. Qual é o papel esperado por esses meios? Ignácio Ramonet problematiza essa questão de forma crítica:

Quando afirmamos que as sociedades atuais vivem em uma dinâmica globalizante ou neoliberal, na verdade, o que elas parecem viver é uma dinâmica dupla. Não há um único poder: ele não é financeiro, mas sim econômico-financeiro e midiático. Se esses poderes não existissem juntos, não funcionariam, pois não basta vencer, é preciso convencer. A vitória neoliberal não seria completa se o ven-

cido não estivesse convicto, não estivesse feliz de ter sido vencido (RAMONET, 2013, p. 62).

Por outro lado, sem a ação articulada entre a mídia e o poder judiciário não haveria a chamada judicialização da política, quando processos judiciais estão interferindo no exercício do poder político, sem que as próprias regras jurídicas estejam sendo integralmente cumpridas, e com claro favorecimento das correntes políticas conservadoras. Essa articulação é tão intensa que não se vê uma distinção entre as linhas editoriais dos principais órgãos da mídia e a linha investigativa da Operação Lava Jato.

É um exemplo de como a opressão simbólica se apresenta de forma imperceptível, inclusive potencializa a força do espetáculo. Além disso, a lógica do espetáculo integrado está presente favorecendo a alienação. Os que exercem o poder na sociedade do espetáculo contemporânea tem o poder de determinar os destinos da sociedade como um todo, influenciando inclusive os movimentos sociais:

O governo do espetáculo, que no presente momento detém todos os meios para falsificar o conjunto da produção tanto quanto da percepção, é o senhor absoluto das lembranças, assim como é senhor incontido dos projetos que modelam o mais longínquo futuro. Ele reina sozinho por toda parte e executa seus juízos sumários (DEBORD, 2006, p.174).

O PESO DA COBERTURA NO IMPEACHMENT

O sentimento de insatisfação de uma parcela da sociedade foi cunhado como anti-petismo e ganhou maior repercussão a partir das manifestações de 2015, no entanto, pode ser visto como continuidade do movimento político de 2013 em diante. Foram os grandes veículos da mídia que impulsionaram a participação política da sociedade, fazendo com que esse sentimento fosse ampliado. A quinta-feira, dia

10 de março de 2016, ficou marcada pela denúncia da Promotoria de SP a respeito de um tríplice que seria de propriedade do ex-presidente Lula. No mesmo dia o jornal publicou, na primeira página, a foto do ex-presidente Lula e manchete sobre o caso. No dia seguinte, a matéria de capa foi: “Promotoria de SP pede prisão de Lula” e dessa fez a foto que ilustrava a manchete era de um vendedor no semáforo segurando o “Pixuleco”, boneco que representa Lula trajado como presidiário. No domingo seguinte, 13 de março, estava marcada a manifestação contra o impeachment e, portanto, toda essa exposição corroborou para a divulgação da manifestação.

Na edição do dia 14/03/2016, um dia após a manifestação pró-impeachment em todo o país, o jornal *Folha de S. Paulo* dedicou 6 páginas, em um total de 8 páginas no primeiro caderno para relatar a mobilização. Além disso, na capa, a manchete “Ato Anti-Dilma é o maior da história” e a foto panorâmica da Avenida Paulista que ocupou a página inteira, destoam das outras edições da semana envolvendo o pedido de impeachment. Outro fato que chama atenção é que não há manchetes para outras matérias na capa. Já no dia 19/03/2016, sábado, um dia após a manifestação contra o impeachment, mobilizado por grupos de esquerda e movimentos estudantis, não houve tanta repercussão na linha editorial. Além da capa conter outras informações que não remetiam a mobilização propriamente dita, há 4 manchetes para o conteúdo do dia e um informe publicitário. Dentro do primeiro caderno havia 3 páginas, em um total de 9, de relatos sobre a manifestação. A intenção não é fazer comparações quanto ao número de manifestantes presentes já que nenhuma delas ocorreu no mesmo dia da semana, no entanto, é evidente a diferença no posicionamento editorial e no aspecto visual para noticiar cada uma das manifestações.

Em ambos os casos, tanto na utilização das manchetes para se referir ao pedido de prisão do ex-presidente Lula, quanto na cober-

tura das manifestações, é importante trazer à tona o valor da imagem para a comunicação na sociedade do espetáculo. Debord retoma, de forma crítica, esse aspecto no sentido da produção de imagens estereotipadas, ou seja, a intenção do jornal, no caso a *Folha de S.Paulo*, é fazer com que o leitor compreenda a notícia e associe automaticamente à imagem do ex-presidente Lula com a imagem de um presidiário. Além de fazer tal associação imagética, o leitor tem de forma intrínseca a compreensão pré-estabelecida do envolvimento político de Lula, mesmo que, no entanto, o jornal não tenha utilizado uma linguagem escrita. Uma característica importante da Sociedade do Espetáculo é a afirmação da imagem como sendo a realidade, ainda que esta realidade seja, de fato, uma construção. A este respeito argumenta Debord da seguinte forma:

A realidade considerada parcialmente apresenta-se em sua própria unidade geral como um pseudo-mundo à parte, objeto de mera contemplação. A especialização das imagens do mundo se realiza no mundo da imagem autonomizada, no qual o mentiroso mentiu para si mesmo (DEBORD, 2006, p. 13).

No que diz respeito ao conteúdo, é possível aplicar essa noção da imagem na cobertura feita pela *Folha de S.Paulo* tem como base as imagens estereotipadas da classe política. A imagem de corrupto se sobressai no contexto narratológico. A forma agressiva do discurso apresentado acaba por validar a dominação do espaço público pela mídia, que se coloca como a única instituição confiável para representar a opinião pública, em detrimento das instituições políticas propriamente. Nesse aspecto, Vinício de Lima mostra o quanto o discurso midiático pode persuadir o receptor.

A desqualificação sistemática da política e dos políticos, portanto, se enquadra na tentativa dos oligopólios de mídia não só de se legitimarem como “mediadores” (intermediários) entre a população e o espaço público, mas, sobretudo, de se constituírem na única instituição credenciada a fazer tal mediação. Ao agirem dessa forma, também boicotam as instituições representativas clássicas da democracia representativa – associações, sindicatos, partidos políticos – e colocam em questão, até mesmo, a necessidade de sua existência, além de implicitamente desestimularem – por inútil – a participação popular direta nestas instituições. (LIMA, 2015, p. 101)

Em março de 2014 iniciou-se a maior a investigação jamais vista no país. Escancarou-se um esquema de corrupção envolvendo as relações entre empresas públicas, empresas privadas e partidos políticos, baseada na delação premiada. Se por um lado a Lava Jato trouxe à tona um complexo financiamento eleitoral, punindo corruptos e corruptores, por outro a operação se baseia em procedimentos extremamente políticos além de jurídicos. Além disso, a adoção de prisões como forma de extrair deleções, a extrema valorização dos depoimentos captados e a seletividade na apuração mostram como a operação Lava Jato faz uso de práticas antidemocráticas.

A condução midiática da operação Lava Jato, portanto, contribuiu com esse estigma da criminalização da política. Criou-se a impressão de seletividade, pois as principais investigações estão ligadas a um único partido. No entanto, a corrupção não é fruto de ações contemporâneas, mas esteve presente ao longo da formação do Brasil como país. A operação Lava Jato, ao invés de combater essa noção de envolvimento político, alimentou ainda mais essa impressão. Alguns pontos centrais estão sujeitos à crítica, como, por exemplo, os vaza-

mentos deliberados e seletivos de delações, antes mesmo que justiça fizesse a investigação, procedimento de prisões e conduções coercitivas como o caso do presidente Lula e a criminalização de atividades extracampo político. Este último, por exemplo, abre margem a negação da política, sentimento presente na maioria das manifestações sociais pró-impeachment e na cobertura da mídia de forma geral.

A aceitação de um Estado de exceção jurídico foi corroborado pela *Folha de S.Paulo* principalmente no dia 17 de março de 2016 em que o jornal divulgou com exclusividade o grampo ilegal da Política Federal entre Dilma Rousseff e Lula. O jornal ganhou o furo de reportagem dos procuradores da operação e divulgou na íntegra o que seria a tentativa de blindar Lula de uma possível investigação do juiz Sérgio Moro. Além do editorial “É o fim”, que mostra a opinião do jornal, foram 13 páginas do caderno Poder e um anúncio da FIESP que pedia a renúncia da presidente Dilma Rousseff. A aceitação do estado de exceção revela muito sobre o clima de caça às bruxas que se instalou no Brasil, onde as garantias constitucionais podem ser superadas como o objetivo de garantir a continuidade da operação.

Como aponta Marcelo Semer, Juiz de Direito em São Paulo e escritor, em artigo para o livro *Por que gritamos golpe*, o fator principal da acusação contra a presidente Dilma e o que resultou no processo do impeachment foi o crime de responsabilidade e sequer chegou a ser debatido em todas as esferas por qual passou.

O caráter político do processo de impeachment claramente se sobrepôs à exigência jurídica de um crime de responsabilidade, tratado como pretexto para pôr a máquina legislativa em andamento (...) sem crime de responsabilidade que pudesse servir de base para acusação, o propalado conjunto da obra representou um voto de desconfiança, em inequívoca ruptura com o processo eleitoral que o antecederia (SEMER, 2016, p. 89).

Como visto, portanto, a mídia contribuiu com a falta de critério e profundidade ao analisar os reais motivos do processo como todo. A ideia de ruptura esteve presente na sucessão das etapas do processo e fez com o que fosse adotada uma nova realidade. A essa, no caso, apenas interessava a propagação do discurso de ódio e intolerância.

A outra característica mostrada pela análise das edições do jornal é o peso do poder econômico. No dia 29 de março foi veiculado na *Folha de S. Paulo* uma campanha publicitária da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) fortalecendo o processo de Impeachment. Ao todo, a campanha “Chega de pagar o Pato” ocupou 7 páginas duplas, incluindo os cadernos Poder e Mundo, e pedia o Impeachment da presidente Dilma Rousseff. Além disso, o informe chama atenção por sua cor amarela e, principalmente, por ocupar quase metade da página do jornal. Vale ressaltar que a campanha contra o aumento dos impostos e a volta da CPMF teve início no mês de setembro de 2015. O principal símbolo dessa campanha é pato inflável, de aproximadamente 5 metros de altura, que percorreu diversas capitais pelo Brasil. No dia 29 essa mesma campanha esteve presente em outros jornais, revistas e até mesmo na internet. Já no dia 3 de abril, o jornal se posicionou de forma mais clara sobre a crise política desde o processo de investigação envolvendo Lula e Dilma Rousseff. O editorial “Nem Dilma nem Temer” ocupou quase a totalidade parte esquerda da capa e trazia o seguinte posicionamento:

A presidente Dilma Rousseff (PT) perdeu as condições de governar o país. É com pesar que este jornal chega a essa conclusão. Nunca é desejável interromper, ainda que por meios legais, um mandato presidencial obtido em eleição democrática. [...] Enquanto Dilma Rousseff permanecer no cargo, a nação seguirá crispada, paralisada. [...] Dilma Rousseff deve renunciar já, para poupar o

país do trauma do impeachment e superar tanto o impasse que mantém atolado como a calamidade sem precedentes do atual governo. (FOLHA DE S.PAULO, 04/03/2016, p. A1)

Já no dia 18 de abril, um dia após o resultado da votação na Câmara Federal, o jornal Folha de S.Paulo estampou como capa a autorização do processo de impeachment. Além do peso que a imagem carrega, a escolha gráfica potencializou ainda mais o resultado. No editorial “O país tem pressa” o posicionamento do jornal tornou-se ainda mais claro, apesar de seguir a mesma linha editorial que o jornal adotou em suas edições ao longo do mês de março e abril. “É do interesse de toda a sociedade que esse período transcorra com máxima presteza, respeitando-se sempre, por óbvio, o devido processo legal. Não há sentido em prolongar artificialmente a permanência de quem já não tem a menor condição de governar.” (Folha de S.Paulo, A2 opinião) Na mesma edição, o jornal publicou uma matéria com a opinião de empresários que, de maneira geral, corroborou com o sentimento de que o governo deveria ser interrompido para que no futuro as reformas impopulares como a flexibilização das leis trabalhistas entrassem em pauta. Aqui, novamente, fica claro a posição do jornal como ator político dentro do contexto da operação Lava Jato.

É importante ressaltar o peso que a cobertura do jornal teve ao longo do processo. Conforme visto ao longo da pesquisa, a *Folha de S.Paulo* contribui com vários elementos para o discurso raso e ofensivo que uma parcela da sociedade adotou a favor do impeachment. Um caso marcante dessa atuação do jornal foi na semana do dia 18 de abril, logo após a votação na Câmara, em diante que, na maioria dos dias, foi utilizado um placar para prever o resultado e quanto tempo duraria. Criou-se um clima de disputa onde estava inserida a lógica dos jogos. O placar, a distinção de lados e opiniões como, por exemplo, o posicionamento de cada deputado ou senador na hora do voto

são algumas das práticas utilizadas. Além disso, o jornal também utilizou o “discurso oficial” de Temer e a ala do PMDB contra Dilma e integrantes do governo para ampliar a lógica do combate. Essa prática não terminou com o afastamento da presidente Dilma Rousseff. Ele se perpetuou e certamente estará presente ao noticiar possíveis casos de corrupção envolvendo o PT e partidos de esquerda.

No dia 12 de maio a maioria dos senadores, por 53 votos a favor e 21 contra, aprovou o relatório da comissão especial e o processo de impeachment foi instaurado. Com isso, Dilma Rousseff foi afastada temporariamente e Michel Temer, vice-presidente, assumiu o cargo. No dia seguinte, assim como na votação na Câmara Federal, o jornal *Folha de S.Paulo* adotou o mesmo tipo de discurso no editorial e no conteúdo do caderno principal para justificar o afastamento. Outro detalhe importante desse ciclo noticioso envolvendo o processo de impeachment é o aspecto visual das capas. Assim como no dia 14 de março, o jornal utilizou letras garrafais para noticiar os acontecimentos da votação na Câmara, dia 18 de abril e no Senado, dia 13 de maio.

Outro tipo de atuação que Perseu Abramo identificou na comunicação de massa foi a importância da opinião dentro dos noticiários.

A utilização sistemática e abusiva de todos esses padrões de manipulação leva quase inevitavelmente a outro padrão: o de substituir, inteira ou parcialmente, a informação pela opinião. Vejam bem que não se trata de dizer que, além da informação, o órgão de imprensa apresenta também a opinião, o que seria justo, louvável e desejável. Mas que o órgão de imprensa apresenta a opinião no lugar da informação, e com a agravante de fazer passar a opinião pela informação. O juízo de valor é inescrupulosamente utilizado como se fosse um juízo de realidade, quando não como se fosse a própria mera exposição narrati-

va/descritiva da realidade. O leitor/espectador já não tem mais diante de si a coisa tal como existe ou acontece, mas sim uma determinada valorização que o órgão quer que ele tenha de uma coisa que ele desconhece, porque o seu conhecimento lhe foi oculto, negado e escamoteado pelo órgão (ABRAMO, 2016, p. 47).

Dentro de tal cenário é possível compreender o protagonismo dos oligopólios privados da mídia, ou seja, os meios de comunicação atuam como atores políticos na contemporaneidade. Os dois casos apresentados se integram na questão econômica, pois, se de um lado temos a própria burguesia que tenta impor sua dominação de forma direta, do outro temos a mídia que legitima o pensamento dos grupos econômicos. Os conglomerados midiáticos são grandes atores do mercado e, ao mesmo tempo, sua missão é difundir ideologias disfarçadas de informação (RAMONET, 2013, pág. 63).

Ao falar sobre o comportamento da mídia, Venício Lima, sociólogo e importante referência para o estudo da comunicação, apontou ao longo de suas obras a verdadeira função que a mídia passou a adotar. O jornalista, coloco aqui também a figura do veículo de comunicação, passou a confundir o poder individual com o poder da mídia. É comum presenciar em diversos momentos a mídia como um condutor da opinião pública, principalmente no que diz respeito à política nacional. Visto isso, é extremamente compatível colocar os meios de comunicação na posição central nas sociedades contemporâneas. Para isso, a mídia se transformou em um importante ator político, o qual é capaz de produzir e distribuir capital simbólico.

Consolidou-se, portanto, entre nós um sistema de mídia concentrada, liderado por televisões e, em boa parte, controlado por grupos familiares

vinculados à elite política regionais e locais. Essa característica específica é que fazem com que no Brasil o poder da mídia assuma, potencialmente, proporções ainda maiores do que em outros sistemas políticos (LIMA, 2006, p. 61).

Nas palavras de Emiliano José essa relação é muito mais direta: “O que interessa à mídia é construir, pela ação cotidiana, persistente, um cenário pessimista que facilite o caminho das oposições conservadoras, às quais está intimamente ligada” (JOSÉ, 2015, p. 169).

O discurso midiático tem, portanto, a função de impor e consequentemente fixar sua ideologia para uma determinada parcela da sociedade. No caso da *Folha de S.Paulo*, o jornal tem conhecimento da relevância de seu discurso para o cenário político e que muitos leitores estão interessados em acompanhar a repercussão da Operação Lava Lato. É estabelecido um contrato de confiança com o meio de comunicação que, embora se modifique com o tempo, também possa se fortalecer a partir de eventos de transmissão exaustiva como, por exemplo, a crise política brasileira. Não é por menos que o jornal alcançou uma marca importante durante o mês de março: “Com crise, Folha bate recordes de audiência [...] Audiência do jornal aumentou bem mais do que a de seus concorrentes na 3ª semana de março.” (*Folha de S. Paulo*, 03/04/2016, p. A11).

A estrutura de oligopólio na televisão brasileira consolidou-se nos anos 80 e pouco variou até os dias de hoje, sendo marcada basicamente pelo estabelecimento de um sistema central (GÖRGEN, 2009). A concentração midiática é uma realidade enfrentada não só pelo Brasil, mas como em muitos países do mundo. Apesar de estar presente na constituição desde 1988 no Art 220 § 5º - *Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio*, os governos, desde sua redemocratização, não tomaram atitudes para mudar esse quadro. Deste cenário de

concentração apresentado, pode-se concluir que um passo fundamental para a democratização da comunicação seria dado caso o Estado assumisse seu papel de regulador e garantidor de direitos. Sempre respeitando, portanto, a diversidade e a pluralidade que a comunicação humana exige. Alguns órgãos e entidades e conferência como a Intervezes, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC e Conferência Nacional de Comunicação - CONFECOM atuam para que possa existir, de fato, a democratização da mídia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estágio de espetáculo onde a mercadoria ocupou totalmente a vida social (DEBORD, 2006, pág. 30) podemos relacionar também que a informação obtém o mesmo espaço do consumo. A notícia não tem mais a finalidade de educar o indivíduo ou até mesmo proporcionar novas visões de mundo. Ela tem uma perspectiva estritamente comercial. Além disso, outra característica da comunicação na contemporaneidade é a velocidade com a qual a informação é transmitida. O jornalismo, em meio a esse cenário, vive a crise do imediatismo.

Dentro dessa linha de raciocínio, onde a velocidade e a quantidade gigantesca de notícias estão presentes na comunicação, é possível compreender o comportamento midiático espetacular sempre atrelado ao poder econômico e político. Em razão disso, a sociedade cada vez mais se comporta de maneira fragmentada, ou seja, não há diálogos ou trocas de experiências culturais numa esfera onde as pessoas não são capazes de se comunicar. O caráter instantâneo e extremamente imagético da comunicação no cotidiano faz com que a noção de temporalidade se esvazie, contribuindo, portanto, com o aspecto do presente perpétuo.

O processo de reprodução da informação passa pelas mãos da mídia. No atual cenário fica evidente a sua atuação como agente discursivo do neoliberalismo. Além de legitimar o aspecto de globaliza-

ção, a mídia atua também na transformação do discurso hegemônico. Nesse sentido, são propagados valores de grupos que têm como objetivo conter o pensamento crítico, reduzindo, assim, o espaço de ideias contrárias e contestadoras.

A mentira sem contestação consumiu o desaparecimento da opinião pública, que, de início, ficara incapaz de se fazer ouvir e, logo em seguida, de ao menos se formar. É evidente que isso traz importantes consequências para a política, as ciências aplicadas, a justiça e o conhecimento artístico (DEBORD, 2006, p. 176).

Levando esse conceito para o campo da análise, foi possível averiguar o quanto o jornal *Folha de S.Paulo* contribuiu para a formação de uma verdade pré-estabelecida. Antes mesmo do processo de investigação envolvendo políticos do atual governo ser concluído, a grande mídia, através de sua cobertura, emitiu um discurso de intolerância. O jornal, ao não criticar a chamada judicialização da política e outros elementos presentes, incentivou as práticas antidemocráticas do Poder Judiciário como, por exemplo, os vazamentos seletivos, divulgação de escutas telefônicas e as detenções espetaculares.

Desta forma, a *Folha de S.Paulo* fortaleceu a produção de estereótipos da classe política, o que contribui para a manutenção do preconceito na sociedade. Levando-se em conta o raciocínio teórico apresentado neste texto, o jornal age de acordo com os interesses da classe conservadora. O jornal e a grande mídia em geral não exercem sua função de “contrapoder”. Eles atuam como uma forma complementar de opressão na sociedade.

A mídia, representado na figura do jornalista, tem o papel de encontrar várias fontes e olhares para confirmar a veracidade da informação. Neste contexto, o jornalista perde sua função e encontra

estímulos para divulgar a informação, seja qual for, sem análise ou perspectiva. A imprensa tem uma função muito importante na democracia. É ela que possibilita a comunicação entre diferentes grupos sociais e políticos. No entanto, dentro da condição de sociedade do espetáculo, é preciso trazer à tona a importância o papel do Estado nos meios de comunicação. A verdadeira liberdade de imprensa ocorrerá quando a imprensa não estiver sob domínio de um número reduzido de grupos financeiros, e os cidadãos possam recuperar seu direito à informação contribuindo de forma participativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa** / Perseu Abramo ; com colaborações de Laura Caprigliole ... [et al.]. – 2. ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

COELHO, C. N. P. Em torno do conceito de sociedade do espetáculo. In: COELHO, C. N. P., CASTRO, V. J. de. (Org.). **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Teoria crítica e sociedade do espetáculo**. Jundiaí, SP: In House, 2014.

_____. Jornalismo e política na contemporaneidade: teoria crítica e poder espetacular integrado. In COELHO, Cláudio N. P., Dimas A. Künsch, José Eugenio de O. Menezes (Orgs). **Jornalismo e contemporaneidade: um olhar crítico** - São Paulo: Plêiade, 2015. 266p.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo - Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

EMILIANO, José. **Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014)** / São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

Folha de S. Paulo, São Paulo: Ano 96 Ed Março, nº 31.747, 04/03/2016

Folha de S. Paulo. São Paulo: Ano 96 Ed Março, nº 31.754, 11/03/2016

Folha de S. Paulo, São Paulo: Ano 96 Ed Março, nº 31.757, 14/03/2016

Folha de S. Paulo, São Paulo: Ano 96 Ed Março, nº 31.762, 19/03/2016

Folha de S. Paulo, São Paulo: Ano 96 Ed Março, nº 31.772, 29/03/2016

Folha de S. Paulo, São Paulo: Ano 96 Ed Abril, nº 31.778, 03/04/2016

Folha de S. Paulo, São Paulo: Ano 96 Ed Abril, nº 31.791, 17/04/2016

Folha de S. Paulo, São Paulo: Ano 96 Ed Abril, nº 31.792, 18/04/2016

Folha de S. Paulo, São Paulo: Ano 96 Ed Abril, nº 31.816, 12/05/2016

Folha de S. Paulo, São Paulo: Ano 96 Ed Abril, nº 31.817, 13/05/2016

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GÖRGEN, J. **Sistema central de mídia: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação) Porto Alegre, 2009.

LIMA, V.A A direita e os meios de comunicação. In: VELASCO e CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs) **Direita, Volver!: O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. **Mídia – Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006

MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mun-**

dialização, cultura e poder. 2. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2004.

RAMONET, Ignácio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados. (P. 53-70). In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignácio; SERRANO, Pascual (Org.) **Mídia, poder e contra poder: da concentração monopólica à democratização da informação.** São Paulo: Boitempo, 2013

SERRANO, Pascual. Democracia e liberdade de imprensa. (p.71-82). In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignácio; SERRANO, Pascual (Org.) **Mídia, poder e contra poder: da concentração monopólica à democratização da informação.** São Paulo: Boitempo, 2013

SEMER, Marcelo. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do judiciário (p 88-93) In: JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo(Org.) **Por que gritamos golpe?** Boitempo, 2016

PERIÓDICOS:

BRUM, Eliane. Tupi or not to be. El País Brasil Online, São Paulo., 25 abril, 2016. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/25/opinion/1461595521_717873.html. Acesso em 27 abril. 2016

DUNKER, Christian. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, nº 97, agosto de 2015.

SAFATLE Vladimir. A Derrota é algo que se constrói a frio. Revista Cult, São Paulo, nº 212, maio 2016

CAPÍTULO 11.

JUDICIÁRIO: QUANDO A DEUSA TÊMIS TIRA AS VENDAS PARA TRANSFORMAR-SE NUM HERÓI DE MIL FACES

Luciano Feltrin Correia⁶³

Este capítulo analisa, de forma crítica, os artigos de Janio de Freitas, no jornal *Folha de S.Paulo*, para mostrar que, com o advento da Operação Lava Jato, o poder Judiciário assumiu uma postura de protagonista no cenário político brasileiro contemporâneo, passando a utilizar elementos da espetacularização. O estudo tem como principais referenciais teóricos Roland Barthes, no que se refere à naturalização da história; Joseph Campbell, que trata da figura do herói; e Patrick Charaudeau, que mostra como as falas podem conquistar e manipular a opinião pública.

Desde que o Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta corte do País, foi encarregado de julgar a Ação Penal 470, que ficou conhecida como processo do Mensalão, o Judiciário vem ganhando os holofotes. O protagonismo surgido a partir daí – que teve prosseguimento e se fortaleceu com o advento da Operação Lava Jato -, divide analistas e críticos. Para alguns, esse novo papel é motivado pura e simplesmente pela judicialização dos temas políticos. Outra corrente, no entanto, acredita no movimento contrário: para esses pensadores, nos últimos anos, o Judiciário, poder com histórico moderador e até mesmo opaco ao longo da história do Brasil, vem se tornando cada

⁶³ Luciano Feltrin Correia é mestre formado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero e Professor da Universidade São Judas Tadeu. E-mail: luciano.feltrin@yahoo.com.br.

vez mais político ao ocupar um espaço que, originariamente, seria dos poderes eleitos: Executivo e Legislativo.

Este trabalho analisa as colunas de Janio de Freitas, para quem essas duas formas de pensar não são antagônicas, mas perfeitamente complementares. Veterano, decano da crítica política brasileira, Janio tem 85 anos de idade e sua coluna é publicada há mais de 30 na . A pesquisa inclui mais de 40 artigos de sua autoria, publicados a partir do início de 2016, quando os textos do jornalista passaram a abordar, com destaque e de maneira crítica, a Lava Jato e a atuação de seus principais integrantes: a Polícia Federal, os procuradores e, sobretudo, o magistrado que comanda a Operação na Primeira Instância, o juiz paranaense Sergio Moro.

HERÓI SALVADOR DA NAÇÃO

Analisadas em conjunto, as colunas de Janio têm como eixo central uma crítica recorrente à ideia de Judiciário como redentor ou herói salvador da nação.

Na definição de Joseph Campbell, o símbolo dessa espécie de herói

É o cetro do domínio ou o livro da lei. As aventuras do segundo tipo de herói (supremo ou tirano) se enquadram diretamente nos padrões da iconografia religiosa. (...) O herói abençoado pelo pai retorna para representá-lo junto aos homens, sua palavra é a lei. (CAMPBELL, 2013, p.331).

No livro “O poder do mito”, originado a partir de uma série de entrevistas fornecidas ao jornalista Bill Moyers, o mesmo Campbell revela as raízes simbólicas do poder e da autoridade que emanam do Judiciário.

Quando um juiz adentra o recinto do tribunal e todos se levantam, você não está se levantando

para o indivíduo, mas para a toga que ele veste e para o papel que ele vai desempenhar. O que o torna merecedor desse papel é a sua integridade como representante dos princípios que estão no papel, e não qualquer ideia preconcebida a seu respeito. Com isso, você está se erguendo diante de uma personagem mitológica. Suponho que muitos reis e rainhas sejam as pessoas mais estúpidas, absurdas e banais que você possa encontrar, gente provavelmente interessada apenas em cavalos e mulheres, você sabe. Mas você não reage diante delas como personalidades, você reage diante do papel mitológico que elas desempenham. Quando se torna juiz ou presidente dos Estados Unidos, um homem deixa de ser o que era e passa a ser o representante de uma função eterna; deve sacrificar seus desejos pessoais e até mesmo suas possibilidades de vida em nome do papel que agora desempenha (CAMPBELL, 2014, p.12-13).

Aceita de forma tácita ou mesmo empolgada por uma parcela da sociedade brasileira (como indicam diversas manifestações públicas em defesa de Sergio Moro), a crença mítica de que somente o Judiciário – personificado nas figuras do juiz e dos procuradores que tocam a Lava Jato –, pode salvar o Brasil da corrupção encontra eco nas relações que Roland Barthes estabelece entre mito, narrativa e naturalização.

Segundo o francês, a chave está em compreender que o mito passa a existir a partir do momento em que transforma história em natureza. Ou seja, algo de caráter histórico/sociológico e complexo passa a ser entendido como natural/biológico e simplificado. Uma vez naturalizado, o objeto não pode ser discutido, pois o que é natural está dado, tem condições próprias e imutáveis. Logo, deve simplesmente ser aceito.

Na realidade aquilo que permite ao leitor consumir o mito inocentemente é o fato de ele não ver no mito um sistema semiológico, mas sim um sistema indutivo: onde existe equivalência ele vê uma espécie de processo causal: o significante e o significado mantêm, para ele, relações naturais. Pode-se exprimir essa confusão de outro modo: todo o sistema semiológico é um sistema de valores; ora, o consumidor do mito considera a significação como um sistema de fatos: o mito é lido como um sistema factual, ao passo que é apenas um sistema semiológico (BARTHES, 2003, p.223).

NATURALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO E CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA

Tornada natural – e, portanto, aceita sem que exista razão para debates ou contestações de qualquer espécie –, as ações tomadas pelo aparato judicial ganham uma narrativa repleta de legitimidade e apoio popular.

Tendo como fio condutor a utilização do espetáculo e de formas espetaculares de comunicação, os textos de Janio denunciam, conforme veremos mais adiante, uma Constituição ferida e deixada de lado em vários momentos e revelam a prática de arbitrariedades em nome de uma “Justiça-espetáculo”. O colunista avalia que o Judiciário, incluídos aí os principais atores envolvidos na Lava Jato, dá respostas mais e mais espetaculares, midiáticas e populares a demandas que deveriam ser atendidas apenas com uso adequado e à luz da técnica e da teoria jurídicas.

Mas, quando entra em cena, o espetáculo como método de trazer à tona a naturalização que relatamos anteriormente muda completamente essa lógica, na medida em que:

O fato de já não ter contestação conferiu à mentira uma nova qualidade. Ao mesmo tempo, deixou de existir quase em toda parte, ou, no melhor caso, ficou reduzida a uma hipótese que nunca poderá ser demonstrada. A mentira sem contestação consumou o desaparecimento da opinião pública, que, de início, ficará incapaz de se fazer ouvir e, logo em seguida, de ao menos se formar. É evidente que isso traz importantes consequências para a política, as ciências aplicadas, a Justiça e o conhecimento artístico (DEBORD, 2015, p. 176).

Para ficar apenas em situações reais e não apenas hipotéticas, vale recordar a farta utilização de ferramentas de espetacularização ocorrida durante uma entrevista coletiva convocada por membros do Ministério Público, como reconheceu até mesmo o falecido Teori Zavascki, então ministro responsável pela Operação no Supremo Tribunal Federal.

Nós todos tivemos a oportunidade de verificar o espetáculo midiático de forte divulgação que se fez em Curitiba, não com a participação do juiz, mas do Ministério Público Federal. Se deu notícia sobre organização criminosa, colocando o ex-presidente Lula, dando a impressão de que se estaria investigada essa organização criminosa, mas o que foi objeto de oferecimento da denúncia não foi nada disso, houve um descompasso. Essa espetacularização do episódio não é compatível nem com o que foi objeto da denúncia, nem com a seriedade que se exige na apuração desses fatos. Se houvesse reclamação, deveria ser contra esse episódio, não contra o que está nesses autos (no STF). (Despacho de Teori Zavascki, Ministro do Supremo Tribunal Federal)

CONQUISTA DA OPINIÃO PÚBLICA

Naturalizar um objeto (no caso, o poder do Judiciário para salvar o País) é fundamental para que se consiga estabelecer laços com a opinião pública ou ao menos com parte representativa dela. Afinal, como ressalta Patrick Charaudeau, um dos principais expoentes da linha francesa do método da Análise do Discurso, é por meio dessa mesma opinião pública que se constrói um saber coletivo de crenças a respeito do interesse da vida em sociedade e de seu ordenamento político.

Charaudeau pondera, contudo, que a conquista de um grupo tão fragmentado e nada homogêneo que compõe, como definiu Bourdieu, várias “opiniões públicas”, é complexa.

Diante da diversidade dos grupos sociais, só pode haver opiniões diversas, mas as instâncias do mundo político e midiático dedicam-se a homogeneizá-las através de pesquisas estatísticas, de comentários, de declarações peremptórias (“o povo está cansado dessa situação”) para melhor apropriar-se delas. Ora, a opinião pública forja-se nos pontos de vista mais ou menos racionais, mais ou menos subjetivos sobre os atores políticos e sua capacidade de governar, sua integridade e as ações que realizam (CHARAUDEAU, 2016, p.27-37).

Uma das formas consideradas mais eficazes de conquista dessa opinião pública diz respeito, para o especialista, à adoção de um discurso populista reciclado a partir de falas extremistas. Charaudeau parte da premissa de que, na democracia, todo discurso político é, por definição, demagógico, pois busca agradar o povo.

Tendo por finalidade a conquista da opinião, o discurso político é encenado segundo uma dra-

maturgia cujos componentes já descrevemos anteriormente: denúncia de um mal social de que o povo é vítima, estigmatização dos responsáveis e promessa de uma reparação a esse mal, defendendo certos valores e propondo meios de concretizá-los, mas o faz “aumentando-os”, pois explora um terreno semeado de crise social (desemprego, insegurança, injustiça), no qual desaparecem as grandes diferenças identitárias que criam o vínculo social: a nação, a identidade, a autoridade (CHARAUDEAU, 2016, 107).

Charaudeau observa que a opinião coletiva surge como uma reação. A partir desse ponto, ao perceberem uma situação que julgam ser insuportável, grupos de indivíduos mais ou menos organizados buscam uma unidade para construir um discurso.

A palavra coletiva desses movimentos é sempre um grito que traduz o insuportável da fome, da miséria, da opressão, da injustiça e, muitas vezes, tudo misturado, expressando uma opinião revoltada, denunciadora e reivindicatória. (...) No entanto, para que uma opinião pública se manifeste, é necessário que surja no espaço social um acontecimento suscetível de tocar uma grande quantidade de indivíduos. Isso só ocorre sob certas condições, pois nem todos os acontecimentos têm a mesma importância aos olhos do público. Sua natureza deve ser tal que chegue a tocar- como se diz do florete que toca o peito do esgrimista – alguma coisa e vital do inconsciente dos indivíduos, ou então que ponha em alerta sua consciência moral. Daí surgirá talvez uma indignação que poderá se transformar em acusação aos responsáveis, uma compaixão que poderá desen-

cadear movimentos de solidariedade para com as vítimas, uma cólera que não suportando a iniquidade de uma situação assumirá diversas formas de reivindicação: manifestações, ocupações das mídias, ações associativas ou interpelação nos tribunais (CHARAUDEAU, 2016, p. 45-46).

Nesse contexto, parece bastante razoável admitir, a partir dos textos de Janio de Freitas, que a Operação Lava Jato vem conseguindo agrupar vários dos tópicos capazes de gerar indignação e cólera coletiva. A responsabilização dos culpados, exposta em frases repetidas à exaustão como, por exemplo, “O Brasil não suporta mais corrupção” e “A Lava Jato tem de ir até o fim” simbolizam isso.

Aliás, no que se refere à possível proximidade do fim da Operação, há um aspecto importante a ser considerado. Trata-se, na verdade, de um ponto de inflexão. Segundo Charaudeau, para que um acontecimento consiga atrair parte importante da opinião pública, ele precisa ser aberto, causar problemas e não estar resolvido. Isso não acontece por acaso. O caráter de incerteza sobre o desfecho desempenha o papel de mantê-lo aceso e interessante perante as pessoas.

Quando a incerteza diminui, a opinião se desinteressa do acontecimento: já que se conhece a causa, não há mais suspense nem razão para ficar ligado ao fato, pois não há mais nada a dizer diante de algo que passou e teve uma conclusão definitiva (CHARAUDEAU, 2016,p.46).

Em seus estudos sobre o peso que o discurso tem na luta por poder, Teun A. Van Dijk, que trabalha com métodos da Análise do Discurso Crítica, menciona o que chama de “poder mental” como ferramenta ideológica capaz de influenciar a opinião pública.

Um fator crucial no exercício ou na preservação do poder é que para A exercer controle mental sobre B, B precisa conhecer os desejos, as vontades, as preferências ou as intenções de A. Além da comunicação direta – por exemplo, em atos de fala, tais como comandos, pedidos ou ameaças -, esse conhecimento pode ser inferido das crenças, das normas ou dos valores culturais de um compartilhado (ou contestado) consenso dentro de uma estrutura ideológica ou da observação e interpretação das ações sociais de A (DIJK, 2015, p. 42).

O autor acredita que ter e manter poder discursivo sobre um grupo social pressupõe uma determinada estrutura ideológica. É ela que cria laços, uma vez que desempenha o papel de naturalizar certos conceitos, crenças, objetivos e noções. Nesse sentido, as elites simbólicas, diz o autor ao recordar o conceito de Bourdieu, são responsáveis por, de certa forma, fabricar ou validar conhecimentos, padrões morais, atitudes, normas, ideologias ou valores públicos.

Esse poder discursivo torna possível a organização de uma agenda própria, com linguagem incisiva, farto uso do imperativo e frases do tipo: “Se fizerem isso, será o fim da Lava Jato”, como têm dito, com frequência e em diferentes tribunas e palcos, Sergio Moro e os procuradores do Ministério Público à frente da Operação.

A CRÍTICA DA OPERAÇÃO LAVA JATO

Elementos importantes dos mecanismos de conquista da opinião pública, mencionados por Charaudeau e Van Dijk, estão presentes em textos de Janio de Freitas, em especial quando tratam da atuação de procuradores, juízes e até mesmo membros do Supremo Tribunal Federal.

Nos textos, dos quais abaixo estão reproduzidos trechos, Janio defende, de forma enfática, que a Justiça faça aquilo que se espera dela:

cumpra as leis e não se situe acima delas. Algo que nem sempre acontece quando política, justiça e espetáculo se fundem e se deformam.

Nesse ponto é que reside a profunda realidade da frase, tão compreendida em toda a Itália, que a Máfia Siciliana costuma dizer: “Quando se tem dinheiro e amigos pode-se rir da Justiça”. “No espetacular integrado, as leis dormem: não foram feitas para as novas técnicas de produção, e sua aplicação é driblada por entendimentos de outro tipo” (DEBORD, 1997, p. 222).

Uma das maiores preocupações apontadas por Janio em seus textos é a de que, entre os métodos espetaculares adotados pela Lava Jato, passou a fazer parte não apenas o vazamento seletivo à imprensa de trechos de depoimentos de investigados (o que já não seria pouco) como também a edição ou supressão de falas coletadas durante investigações.

No artigo “Ainda as palavras”, publicado em janeiro de 2016, por exemplo, o jornalista cita uma reportagem da própria *Folha* para mostrar que essa estratégia constitui uma manipulação, além de ferir a boa aplicação do Direito, uma vez que impede que a verdade venha à tona através da ampla defesa por parte dos réus.

Esse argumento encontra semelhança num alerta de Debord, quando o francês aborda o uso freqüente e talvez inadequado das expressões “democracia” e “Estado democrático de Direito.”

Só se ouviu falar com freqüência em “Estado de Direito”, a partir do momento em que o Estado moderno, chamado democrático, deixou de ser democrático: não por acaso a expressão se popularizou a partir da década de 1970 na Itália. Em vários domínios são feitas leis que possam ser dribladas por aqueles que terão todos os recursos para isso. (DEBORD, 1997, p. 222).

“AINDA AS PALAVRAS”, 24 DE JANEIRO DE 2016

Entre uma e outra estocada na defesa de Marcelo Odebrecht, o porta-voz da Lava Jato deu uma explicação que se explicou muito bem a cirurgia feita em um trecho de depoimento, do já célebre Paulo Roberto Costa, referente àquele empresário preso há seis meses. A frase em questão é esta: “(...) nem põe o nome dele aí porque com ele não, ele não participava disso”. E a frase na transcrição do depoimento pela Lava Jato: “(...) a despeito de não ter tratado diretamente o pagamento de vantagens indevidas com Marcelo Odebrecht”, e segue. O procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, em considerações colhidas por Graciliano Rocha e Mario Cesar Carvalho para a *Folha*, diz que a transcrição do depoimento foi “fidedigna”, porque sua função é “resumir” o principal do que foi dito. É aí mesmo que aparece o problema do desaparecimento: onde está o resumo da frase que isenta o acusado pela Lava Jato? Dela não há sequer vestígio. O que aparece é outra frase. E a original nem ao menos era longa, já nascera resumidamente pronta. A frase verdadeira não constou porque era “irrelevante”. Pois devia constar. É uma afirmação muito forte, clara e pertinente ao objeto fundamental da Lava Jato. Informação com tais características não deve ser retirada de inquérito ou processo, sirva à acusação ou à defesa, porque sobretudo servirá a quem julga. A defesa de Odebrecht requereu, pelo advogado Nabor Bulhões, a volta do caso à fase de instrução e a inclusão de todos os vídeos de delação premiada. Assim como o juiz Sergio Moro em seu despacho, o procurador considera que o pedido pretende apenas retardar o processo. É uma dedução original: a defesa quer protelação com o seu cliente preso? E sabendo que, julgado, é possível que aguarde o recurso em liberdade? Culpado ou inocente, empresário ou pé de havaiana, todo suspeito ou acusado depende da precisa isenção dos que o acusam e julgam. Ou, pelo menos, assim exige a democracia.

Janio foi provavelmente a primeira – e durante algum tempo também a solitária voz da Grande Imprensa –, a atacar um dos pilares centrais da Lava Jato: aquela norma tácita segundo a qual os fins (supostamente acabar com a corrupção) justificam os meios e os métodos no mínimo duvidosos de investigação e obtenção de evidências e provas.

Expresso no artigo “Talvez sem volta”, essa forma peculiar e discutível de aplicação do Direito contribuiu para que a Operação ganhasse ampla simpatia e legitimidade perante parte relevante da imprensa, que, na avaliação do colunista, passou a utilizá-la como um útil instrumento político/jurídico em meio a uma disputa cujo desfecho seria o impeachment da então presidente Dilma.

Nas palavras de Charaudeau, o processo de legitimação é um mecanismo de reconhecimento, pelo corpo social, do direito de agir em nome de uma finalidade aceita por todos.

É uma posição atribuída por um sistema de organização social reconhecido por todos. A legitimidade pode ter diferentes origens: transcendental, que supõe, por parte dos membros, uma forte crença na essência dessa transcendência (o direito divino dos reis, dos profetas, dos representantes religiosos, etc); original, pelo fato de ser “bem nascido”, de pertencer a uma linhagem e receber a herança de seus ascendentes (de sangue, de propriedade), de herdar valores (os códigos de honra); institucional, por um direito reconhecido por lei. A legitimidade é, pois, o que permite àquele que quer exercer um poder fazê-lo de acordo com uma posição atribuída por uma fonte exterior, mas que se incorpora a ele e é reconhecida por todos. A legitimidade se apóia num reconhecimento e numa crença coletiva. (CHARAUDEAU, 2016, p.14).

“TALVEZ SEM VOLTA”, 20 DE MARÇO DE 2016

Apesar desse risco, mais do que admiti-las ou apoiá-las, estão sendo até louvadas ilegalidades, arbitrariedades e atos de abuso, inclusive em meios de comunicação, crescentes em número e gravidade. Os excessos do juiz Sergio Moro, apontados no sensato editorial “Protagonismo perigoso” da *Folha* (18.mar), e os da Lava Jato devem-se, em grande parte, à irresponsabilidade de uns e à má informação da maioria que incentivam prepotência e ódio porque não podem pedir sangue e morte, que é o seu desejo.

Moro e seus apoiadores alegam que as gravações clandestinas foram legais porque cobertas por (sua) ordem judicial, válida até 11h12 da quinta 17. Dilma e Lula foram gravados às 13h32. Esta gravação sem cobertura judicial foi jogada para culpa da telefônica. Mas quem a anexou como legal a um inquérito foi a PF, em absoluta ilegalidade. E quem divulgou a gravação feita sem cobertura judicial foi o juiz Sergio Moro, cerca de 16h20.

Outro texto que selecionamos neste trabalho – “Em nome da causa nobre” –, trabalha com a naturalização da idéia de um poder Judiciário (em especial juízes e promotores envolvidos na Lava Jato) como herói redentor da nação. No artigo, Janio cita uma decisão do tribunal superior responsável por revisar as sentenças de Sergio Moro para demonstrar como a Operação tem sido autorizada, por instância superior, a aplicar uma espécie de Direito paralelo.

Conceder à força tarefa poderes quase divinos para “limpar o Brasil da corrupção” é um pensamento que dialoga com aquilo que Barthes chamou de esvaziamento dos sentidos históricos, um aspecto fundamental no processo de construção de narrativas.

Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer ele-

vação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua evidência e cria uma afortunada clareza: as coisas, sozinhas, parecem significar por elas próprias. (BARTHES, 2003, p.235)

“EM NOME DA CAUSA NOBRE”, 25 DE SETEMBRO DE 2016

De início era apenas um desembargador, Rômulo Pizzolatti, como relator dos requerimentos. Palavras suas, entre aquelas com que apoiou a recusa do juiz-corregedor à pretensão dos advogados: a ação do que se chama Lava Jato “constitui um caso inédito no direito brasileiro, com situações que escapam ao regramento genérico destinado aos casos comuns”. E o complemento coerente: a Lava Jato “traz problemas inéditos e exige soluções inéditas”.

O “regramento genérico” é o que está nas leis e nos códigos, debatidos e fixados pelo Congresso, e nos regimentos e na jurisprudência criados pelos tribunais. O que “escapa ao regramento” e, em seu lugar, aplica “soluções inéditas” e apenas suas, tem nome no direito e na história: Tribunal de Exceção.

A tese do relator Rômulo Pizzolatti impôs-se por 13 votos contra um único desembargador. Não poderia ser tida como uma concepção individual do relator. Foi a caracterização –correta, justa, embora mínima– que um Tribunal Federal fez do que são a 13ª vara federal de Curitiba, do juiz Sergio Moro, e “a força-tarefa” da Procuradoria da República no sistema judicial brasileiro, com o assentimento do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e dos mal denominados meios de comunicação.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 2003, p. 223.

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 2013, p. 331

CAMPBELL, J. **O poder do mito**. São Paulo: Editora Palas Atena, 2014, p. 12-13.

CHARAUDEAU, P. **A conquista da Opinião Pública. Como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Editora Contexto, 2016, p. 27-107.

DEBORD. **A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 2015, p. 171-222.

FREITAS, J. Ainda as palavras. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 24 jan. 2016.

FREITAS, J. Talvez sem volta. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 20 mar. 2016.

FREITAS, J. Em nome da causa nobre. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 25 set. 2016.

TEUN A. V. D. **Discurso e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 42.

CAPÍTULO 12.

TELEJORNALISMO E ESPETÁCULO: O CONFLITO NA NARRATIVA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NO JORNAL NACIONAL

Carla Montuori Fernandes⁶⁴ e Genira Chagas⁶⁵

Com o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, os eventos políticos tem se transformado em sofisticados espetáculos, produzido em torno de narrativas jornalísticas. O processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (PT) alcançou enorme repercussão midiática, com marcas de dramatização pautadas na controvérsia e no conflito. Este texto tem por objetivo analisar a cobertura espetacular do Jornal Nacional, na semana que antecedeu o processo de *impeachment* no Congresso Nacional. Como metodologia pretende-se adotar o enquadramento dramático, baseado na metáfora de jogos.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento dos meios de comunicação no decorrer do século XX alterou o ambiente das práticas políticas. O espaço midiático tornou-se não apenas um meio, mas o local onde elas passaram a ocorrer. Ao assumir o papel de mediadora das relações entre as

⁶⁴ É Doutora em Ciências Sociais, com ênfase em Comunicação Política pela PUC-SP. É Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura das Mídias da Universidade Paulista (UNIP). Atua como pesquisadora do NEAMP-SP. E-mail: carla_montuori@ig.com.br.

⁶⁵ É Doutora em Ciências Sociais, com ênfase em Comunicação Política pela PUC-SP. Atua como jornalista na UNESP. Atua como pesquisadora do NEAMP-SP. E-mail: genirachagas@uol.com.br.

esferas governamentais e civis, a mídia deu visibilidade aos acontecimentos políticos e alterou a noção de publicidade. Nesse campo, a antiga prática teatral das representações políticas ocorridas em espaços públicos passou a ocupar um lugar privilegiado nas coberturas jornalísticas, que as narra de maneira espetacular, sobretudo diante de cenários intempestivos.

Em cenários de intensa repercussão, Rubim (2003) alerta para o fato de que as reportagens buscam incorporar maior valor à notícia, e dessa forma eleva a circulação dos jornais, tornando-os reféns do espetáculo. Debord (1997, p.171) considera que “o exagero da mídia, cuja natureza, indiscutivelmente boa, visto que serve para comunicar, pode às vezes chegar a excessos [...]”. Como exemplo, no rol dos excessos midiáticos, têm-se os desdobramentos da cobertura espetacular do processo do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) pelos meios de comunicação.

Desde o início de seu segundo mandato, em 2015, a então Presidente convivia com ameaças de uma ação de *impeachment*. Ele estaria baseado em denúncias de financiamento de campanha com recursos amealhados por corrupção. As acusações partiram de empreiteiros capturados pela Operação Lava Jato⁶⁶. Contudo, o processo de impedimento teve início por suposto crime de responsabilidade, a partir de um pedido protocolado na Câmara dos Deputados, em 17 de setembro de 2015, pelos juristas Miguel Reale Jr., Hélio Bicudo e Janaina Pascal. O reforço à tese de *impeachment* por crime de responsabilidade veio com o anúncio da reprovação das contas públicas de 2014, pelo Tribunal de Contas da União, em 7 de outubro de 2015. Em 21 de outubro, os mesmos juristas apresentaram outro pedido de *impeachment*, apoiado em decretos presidenciais que aumentavam as despesas do governo sem a devida aprovação pelo Congresso. Os pedi-

⁶⁶ Operação deflagrada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal para investigar esquema de corrupção e lavagem de dinheiro.

dos dos juristas não foram os únicos. Mas representavam os de maior apelo político e serviram aos interesses do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), que estava sendo julgado no Conselho de Ética da Casa por quebra de decoro parlamentar⁶⁷.

Diante do voto do deputado Sibá Machado (PT), pela admissibilidade do pedido de cassação de Cunha, este resolveu deflagrar, supostamente como vingança, o processo de impedimento de Dilma, em 2 de dezembro de 2015. A título de antecedente político, é oportuno destacar que a vitória nas urnas representava para a base aliada da ex-presidente a possibilidade de o Poder Executivo exercer maior controle sobre a Lava Jato, com o cerceamento das ações do Ministério Público e da Polícia Federal.

Mas a ampliação do número de envolvidos no esquema de corrupção provocou uma fissura na coalizão governista. Nesse contexto, prevaleceu um ambiente de batalha política entre o Congresso Nacional e o Planalto. Liderados pelo ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB), então presidente da Câmara, e pelo senador Renan Calheiros (PMDB), presidente do Senado, congressistas passaram a impor uma série de derrotas nas votações das emendas do governo, transformando a abertura do impeachment em elemento de chantagem e barganha política.

Além do enfraquecimento político da ex-presidente, no âmbito do Congresso Nacional, outros fatores contribuíram para que o andamento da ação do *impeachment* ganhasse força. Contou também a crise econômica, motivo de insatisfação de parcela da população e da classe empresarial. A narrativa do processo de afastamento da ex-presidente dá a medida do quanto a política é um jogo. Nesse campo, os meios de comunicação fazem o papel de agente, cuja ação de produção de sentido, segundo Bourdieu (2011), é capaz de transformar seu estado.

⁶⁷ Eduardo Cunha teve seu mandato de deputado federal cassado em 12 de setembro de 2016.

Nessa transformação, a mídia contribui para o fortalecimento do capital político que, segundo o autor (2011, p. 195), “está ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável”, sendo “o capital político uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido”. Com seu capital em desvantagem na cena política, Dilma viu seu *impeachment* ganhar força após aprovação na Câmara dos Deputados. Para ser mais assimilável, a narrativa jornalística construída em torno do impeachment ganhou técnicas do universo da ficção, onde:

O elemento que mais salta os olhos na dramatização da política pelo telejornalismo é, provavelmente, o enquadramento de conflito como estrutura dramática. Essa estrutura supõe que pessoas e grupos estão necessariamente em conflito entre si, de forma que o narrador precisa identificar a matéria desse conflito e isolar os antagonistas. Eventualmente, e só eventualmente, há um antagonista, aquele que representa o bem contra o mal, em geral o governo quando este tem o apoio popular ou das elites, ou da oposição quando se trata de um governo sem apoio. (GOMES, 2004, p. 347)

Na mesma vertente teórica, Motta (2007) aponta que as notícias, em sua maioria, buscam o enquadramento do conflito de maneira dramática, explorando as rupturas e os embates. O autor endossa que o jornalismo político busca o enquadramento dramático e a metáforas de jogos lúdicos, elementos facilmente reconhecidos no imaginário popular. Rothberg (2007, p. 15) corrobora com a teoria do enquadramento ao apontar que “enquadramentos de jogo, estratégico e episódico podem assumir a forma de uma variação conhecida como enquadramento de conflito. Nesse caso, a ênfase da matéria recai sobre o potencial de disputa em tese envolvido nos movimentos dos políticos.”

Nesse sentido, esse texto busca verificar como o tema *impeachment* foi enquadrado na edição do Jornal Nacional dos dias 11 a 16 de abril de 2016. Pretende-se responder se o noticiário recorreu à metáfora dos jogos na produção das reportagens.

O estudo traz como premissa que o principal telejornal do Grupo Globo fez edições espelhadas na referida metáfora, na qual enquadraram os fatos ocorridos na Câmara dos Deputados na perspectiva de uma batalha, cujo trunfo em questão era a Presidência da República. Ressalte-se que na semana que antecedeu a votação o clima político foi marcado por significativa tensão e forte polarização social, com manifestações pró e contra o *impeachment*. Como fundamento metodológico, o artigo busca os preceitos da análise de conteúdo (Bardin, 2011) e as categorias de enquadramento lúdico dramático tipo jogo, definidas por Motta (2007).

DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE ESPETÁCULO-POLÍTICO MIDIÁTICO

Em boa parte da história, a política esteve ancorada na representação teatral, na fabricação de reis, heróis e vilões. Rubim (2003) relata que o ato de encenar é uma característica intrínseca às sociedades humanas, que vislumbram na produção de espetáculos a possibilidade de seduzir o espectador.

Nas democracias contemporâneas, aponta Weber (2011), o espetáculo ultrapassa a dimensão do político e incorpora outros elementos, associados aos meios de comunicação. A transformação de um acontecimento público em espetáculo político-midiático está relacionada ao ato de deslocar o espetáculo das ruas para os meios de comunicação, ajustando-o às linguagens da propaganda e das narrativas teatrais.

Sua constituição prevê a participação de instituições e sujeitos da política, das instâncias de produção midiática, dos espaços de circulação de informação e opinião e, fundamentalmente, da participação

da sociedade, de modo organizado ou espontâneo (Weber, 2011). A autora esclarece que, no Brasil, são inúmeros os exemplos em que os cidadãos contribuíram, ao lado das organizações política e da mídia, para a constituição do espetáculo midiático, como as *Diretas Já*, o *impeachment* de Collor, os ambientes eleitorais, as celebrações nas posses presidenciais, etc. (WEBER, 2001, p. 13).

Na mesma vertente teórica, com a frase “a política se encena”, Gomes (2004) aponta para a imbricação entre a política institucional e as mídias. O autor faz uso da metáfora do teatro ao citar que grande parte das ações políticas – das decisões governamentais às questões partidárias e de campanha –, são representadas pelos meios de comunicação como longas peças, encenadas em uma narrativa tão dramática e espetacular quanto a ficção.

A produção do espetáculo midiático, segundo Gomes (2004) se efetiva a partir de três subsistemas: da ruptura das regularidades, da diversão e do drama. A ruptura da regularidade evoca o poder da mídia de capturar a atenção e, sempre que possível, a memória da plateia. A lógica da ruptura se efetiva pela presença do inédito, do novo, de tudo aquilo que choca e é capaz de gerar diversão:

Romper com a regularidade é apenas um passo importante do processo lúdico, que encontra complemento na lógica da diversão. Divertir-se é, literalmente, voltar-se do cotidiano para o novo, para o diferente, o irregular, o extraordinário, o aprazível. Pelo acionamento da diversão, a captura da atenção e da memória certamente torna-se mais fácil e, possivelmente, mais eficaz. (GOMES, 2004, p. 309).

Por meio de uma relação efêmera e veloz, sem qualquer possibilidade de aprofundar o conteúdo recebido, o espetáculo político busca

na dramatização a motivação para prender a atenção do destinatário. Nos moldes das narrativas ficcionais, tornam-se fundamentais as técnicas voltadas para “a construção de enredos, de personagens e personalidades e para produção de meios (audiovisuais e cenários) de representação” (Gomes, 2004, p. 310).

Nesse contexto, em que é relegado aos aparatos midiáticos parte da responsabilidade por transformar a política em uma narrativa espetacular, será emprestada a noção de enquadramento lúdico dramático de Luiz Gonzaga Motta (2007), com vistas a ampliar a discussão sobre os preceitos que envolvem a produção jornalística.

O ENQUADRAMENTO NARRATIVO DRAMÁTICO: METODOLOGIA DE ANÁLISE

O conceito de enquadramento se consolidou a partir de estudos voltados às teorias jornalísticas que analisam os efeitos políticos da mídia na construção da agenda pública. Com base no pressuposto de que os meios de comunicação de massa funcionam como agenda temática e influenciam a forma de pensar os acontecimentos políticos, o enquadramento jornalístico envolve seleção e saliência:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes no texto comunicativo de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou um tratamento recomendado para o item descrito (EATMAN, 1993, p. 52).

Motta denomina que o enquadramento predominante no jornalismo é o frame narrativo. Com base nos estudos de London (2005 apud Motta, 2007), que traz como argumento o fato de os sujeitos possuírem experiências difusas e caleidoscópicas dos acontecimentos,

passíveis de compreensão apenas por meio do agrupamento de itens com base na similaridade, o enquadramento tornou-se o mecanismo “inconsciente dos jornalistas para transmitir as ocorrências selecionadas de uma forma compreensível, tornando as questões políticas inteligíveis para o público” (Motta, 2007, p. 2).

Os frames estão inseridos na estrutura cultural da sociedade, que se organiza de maneira narrativa. Na mesma vertente, Martín-Barbero (1997) aponta que a recepção é frequentemente mediada por práticas cotidianas que estão inseridas no contexto cultural e social do receptor. Assim, Motta (2007) destaca que os jornalistas se abastecem dessa cultura para organizar e apresentar seus relatos, com vistas a facilitar o diálogo com a recepção:

Realço aqui a reciprocidade para enfatizar que os enquadramentos utilizados pelos jornalistas e receptores têm origens comuns no mundo da vida, na cultura de ambos. Isso nos leva a inserir a análise dos enquadramentos jornalísticos nos mapas culturais da sociedade, que são utilizados na representação e apresentação que instituem a realidade política (MOTTA, 2007, p.2).

Com o intuito de seduzir a atenção da audiência, o jornalismo político estimula o conflito, “traz as personagens políticas para a arena, convoca-as em acusações e respostas sucessivas. Se há oposições latentes na política, o jornalismo as promove, se não as há, ele as incita. Alimenta o confronto em sucessivas afirmações e desmentidos das fontes, promove hostilidades, exacerba os conflitos” (Motta, 2007, p. 9).

Assim, como forma de facilitar a compreensão dos conflitos da esfera política, as narrativas jornalísticas recorrem ao que o autor denominou enquadramentos dramáticos lúdicos tipo jogos, mapeados

por ele nas seguintes categorias: Guerra, Jogo de Xadrez, Jogos Esportivos, Corrida de Cavalo/Carro, Quebra-Cabeça e Ciclo de Herói.

No enquadramento tipo Guerra predominam termos como disputa, combate, luta entre as forças do bem e do mal, inimigo e aliado, negociação e acordo, derrota, vitória, ataque e defesa, entre outros. Já no tipo Jogo de Xadrez e outras modalidades de jogo de tabuleiro, predominam as temáticas vinculadas a estratégias de um oponente sobre o outro, da inteligência e da sabedoria das ações, das atuações estratégicas e táticas na representação do mundo e das disputas políticas. No enquadramento Jogos Esportivos prevalecem menções a jogos de campo, times, equipes e interesses antagônicos a respeito das regras do jogo.

Corrida de Cavalo ou de Carro faz menção a velocidade – rapidez de quem chega primeiro, ultrapassa os adversários, supera os obstáculos. No enquadramento Quebra-Cabeça prevalece o ideal do impasse, do encaixe de peças, combinação de partes, estratagemas, temas que se assemelham a labirinto, revelações. Por fim, no enquadramento Ciclo do Herói, próprio das narrativas ficcionais, predomina temáticas com menção a aventura de um herói e seu ciclo de lutas, aventuras, sacrifícios, honras, bravuras, provas, tentações, recuperações.

Para mapear a cobertura do *Jornal Nacional* no processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma na Câmara dos Deputados, recorreremos ao enquadramento lúdico dramático com metáforas de jogos e a metodologia da análise de conteúdo de Bardin (2011).

Dividida em três etapas, a primeira fase da análise de conteúdo, nomeada de pré-análise, refere-se a organização do material propriamente dito, com a escolha dos documentos submetidos à análise, a formulação dos objetivos e a elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final. Assim, foi realizada uma seleção de matérias jornalísticas veiculadas nas referidas edições do *Jornal Nacional*, cujo destaque é a temática do *impeachment*.

Em seguida, buscou-se identificar como o *Jornal Nacional* traduziu o clima político de votação do *impeachment*. Após a decupagem dos vídeos foi possível selecionar os enquadramentos lúdicos dramáticos que serviram como indicadores da análise, sendo Guerra, Jogo de Xadrez, Jogos Esportivos e Corrida de Cavalo ou de Carro os mais adequados. Como segunda etapa, fez-se a exploração do material, levando em consideração as categorias definidas na pré-análise. Por fim, na terceira fase, os resultados serão interpretados à luz do contexto político.

O ENQUADRAMENTO LÚDICO DRAMÁTICO NAS REPORTAGENS DO JORNAL NACIONAL

A análise do enquadramento lúdico dramático baseado na metáfora de jogos considerou dezoito reportagens veiculadas no *Jornal Nacional*, na semana anterior à votação do *impeachment*, conforme aponta a tabela abaixo.

Tabela das Reportagens – Jornal Nacional
(11 a 16 de abril de 2016)

Chamada da Reportagem	Enquadramento	Palavras
11/04 - Comissão aprova relatório a favor do impeachment da Presidente Dilma	Guerra e Corrida de Cavalo	Favor (10x), contra (4x), defesa (5x), vitória (5x), derrota
11/04 - Por descuido, Temer envia a grupo discurso sobre impeachment	Guerra	Munição, embates, aliados
11/04 - Impeachment: segurança é reforçada dentro e fora do Congresso	Guerra, Corrida de Cavalo/Carro e Jogos de Xadrez	Favor, contra, contrários, lados opostos, defensores, confronto, grande arena.
11/04 - Manifestantes contra o impeachment se reúnem no Centro do Rio	Guerra	Contra (3x)

12/04 - Sem citar nomes, Dilma acusa Temer e Cunha de traição e conspiração	Guerra e Corrida de Cavalo	Derrota (3x), comemoração (2x), favor (5x), contra (3x), ganhar (2x)
12/04 - Cunha anuncia que a votação do impeachment será no domingo (17)	Guerra	Contra, favor
13/04 - Ordem de chamada para a votação do impeachment será por região	Guerra, Jogos de Xadrez e Corrida de Cavalo	Vitoriosa, perder, derrotar, Contra (3x), favor, pacto (2x), carta fora do baralho (3x), vencedores e vencidos, perder, regra do jogo, contra (2x), batalha
14/04 - STF analisa ações do governo e de aliados de Dilma sobre impeachment	Guerra, Jogos de Xadrez	Aliados, defesa, regra (2x), contra
14/04 - Batalha por votos sobre impeachment é acirrada entre deputados	Guerra, Corrida de Cavalo e Jogos Esportivos	Batalha (2x), contra (6x), favor, pró, já ganhou, placar, disputa, apoio
15/04 - STF rejeita pedidos para alterar ou sustar a votação de domingo	Corrida de Cavalo e Jogos de Xadrez	Derrota (2x), derrotado, empate, ganhar, vencidos
15/04 - Plenário da Câmara tem primeiro dia de discussões sobre impeachment	Guerra e Jogos Esportivos	Favor, contra (2x), ganha, mão grande, tapetão, defender
15/04 - Brasília tem segurança reforçada para votação do impeachment na Câmara	Guerra	Favor, contra (3x), confrontos, disputa
16/04 - Nas redes sociais, Dilma ataca defensores do impeachment	Guerra	Ataca, atacar, atacou, defende, defender, inimigo, tiroteio

16/04 - Governo e oposição intensificam a disputa por votos	Guerra, Jogo de Xadrez e Jogos Esportivos	Negociação, disputa (3x), ganhar (3x), arena, estratégia, mexer as peças, campo, placar final, campeonato, partida final, técnico, bater pênalti, vitória, estratégia, jogo, trunfo, queda de braço
16/04 - Câmara tem discursos sobre impeachment pelo 2º dia seguido	Guerra e Corrida de Cavalo/Carro	Ganhando, contra e a favor, disputam
16/04 - Manifestantes entram em conflito em frente a hotel de Lula	Guerra	Conflito, confrontam, atacaram, favor e contra
16/04 - Manifestações acontecem na noite deste sábado (16) pelo país	Guerra	Favor e contra (2x)
16/04 – Impeachment transforma Brasília em uma cidade dividida	Guerra	Dividida (5x), dois lados (4x), lados opostos

Fonte: elaborado pelas autoras

No primeiro momento, buscou-se uma abordagem quantitativa para indicar as menções a termos que remetem ao contexto do enquadramento lúdico dramático. No enquadramento tipo Guerra, ao longo dos textos ocorreram cinco menções das palavras atacar/ataca/atacou/atacaram e oito de defender/defesa; duas de conflito e lados opostos; dois lados foram citadas quatro vezes; contrários e confrontos apenas uma. Há uma menção às palavras inimigo e tiroteio. A expressão dividida foi citada seis vezes; contra recebeu 34 citações, a favor/pró obtiveram 25 menções e disputa/disputam foram citadas 7 vezes.

O termo batalha apareceu em três momentos; a palavra aliados duas e embates e munição apenas uma vez cada. Em ‘Jogos Esportivos’ foram mencionadas as expressões campo, grande arena, placar

final, partida final, técnico, bater pênalti, mão grande, tapetão, defender, empate e campeonato de futebol. Em ‘Jogo de Xadrez’ foi possível mapear as palavras jogo, carta fora do baralho, estratégia, trunfo, mexer as peças, queda de braço e regra do jogo. Por fim, para ‘Corrida de Cavalo’ constatou-se seis menções da palavra vitória; três dos termos vencer/vencedores/vencidos; oito para ganhar/ganhando/já ganhou, duas citações de comemoração, duas de perder e oito das palavras derrotar/derrota/derrotado.

Para a análise, em função da amplitude da amostra, optou-se por aprofundar a leitura das reportagens nas quais se identificou mais de um enquadramento lúdico dramático. A reportagem “Comissão aprova relatório a favor do *impeachment* da presidente Dilma” obteve os enquadramentos Guerra e Corrida de Cavalo. Importante destacar que toda tensão entre a oposição e o governo foi narrada de forma a amplificar os ânimos exaltados do Congresso Nacional, sendo possível enquadrá-la no tipo Guerra. O enquadramento Corrida de Cavalo reflete a vitória da ala oposicionista, que consegue aprovar o relatório e comemora com vitória a primeira fase do processo que visava afastar Dilma.

A matéria “Por descuido, Temer envia a grupo discurso sobre *impeachment*”, também traz o enquadramento tipo Guerra. A reportagem mostra que o Whatsapp enviado pelo então vice-presidente a um grupo de deputados, com demonstração do discurso que estava preparando em caso de aprovação do *impeachment*, acirrou os ânimos. Conforme apontou a matéria, o discurso “deu mais munição para o embate entre os aliados e os que criticam o governo”.

Com os enquadramentos Guerra, Corrida de Cavalo/Carro e Jogos de Xadrez, a reportagem “*Impeachment*: segurança é reforçada dentro e fora do Congresso” reproduz a animosidade nos arredores da Esplanada dos Ministérios na semana anterior à votação. A narrativa aponta que a polícia preparava um esquema para separar em dois

grandes grupos os favoráveis e os contrários ao afastamento. A matéria reproduz o que seria uma grande arena, com um muro de metal de dois metros de altura entre os manifestantes.

Na reportagem “Sem citar nomes, Dilma acusa Temer e Cunha de traição e conspiração”, sobre a aprovação do relatório favorável ao afastamento dela, prevaleceu o enquadramento tipo Guerra. O texto fala dos bastidores das negociações entre os deputados na conquista dos votos. No duelo também prevalecem as marcas do enquadramento Corrida de Cavalo, pelo emprego dos termos comemoração e ganhar a disputa, como se percebe no discurso do ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera: “E vamos ganhar de novo. Vamos ganhar de novo. E espero que respeitem. E espero que dessa vez respeitem o resultado” Na mesma reportagem, a entrevista de Dilma à repórter da TV Globo enquadra-se no tipo Jogo de Xadrez, conforme segue: “Olha, querida, se eu perder, eu estou fora do baralho”. Sobre a entrevista, o deputado Roberto Freire (PPS) rebateu a afirmação: “É um sinal de que está aceitando a regra do jogo. Então, estão avançando. Pelo menos estão começando a admitir que é democrático”. Mais adiante, a reportagem recorre ao enquadramento Corrida de Cavalo, em que os termos vencer e batalha ganham destaque na voz da então Presidente: “Vamos vencer essa batalha, essa batalha contra o golpe, contra o *impeachment* sem base legal”.

A reportagem “Batalha por votos sobre *impeachment* é acirrada entre deputados” traz o enquadramento Jogos Esportivos, além de Guerra e Corrida de Cavalo. Além disso, termos habitualmente usados em esportes, como placar e regra do jogo, aparecem nas entrevistas e nas narrativas jornalísticas, que narram o duelo entre os deputados contrários e favoráveis ao afastamento e a euforia pelos resultados em torno da suposta derrota ou vitória do governo.

O enquadramento Jogos Esportivos pontuou a reportagem “Plenário da Câmara tem primeiro dia de discussões sobre *impeachment*”.

Entre os discursos contrários ao afastamento da petista, o deputado Paulo Teixeira (PT) aponta que o processo de *impeachment* não é legítimo, por ser encabeçado por setores políticos que não ganharam a eleição e pretendem “tirar na mão grande, no tapetão”. A expressão faz apologia aos jogos de futebol, quando um time que não venceu em campo recorre à justiça para rever o resultado.

Na reportagem “Nas redes sociais, Dilma ataca defensores do *impeachment*”, predominou o enquadramento do tipo Guerra, com apenas uma terminologia dos Jogos de Xadrez para narrar as trocas de acusações entre Dilma e Temer, após um pronunciamento da ex-presidente realizado pela internet, no qual ela mencionou que o processo de *impeachment* não tinha bases legais e apontou os riscos do processo à população.

A mesma reportagem indicou que o então vice-presidente Michel Temer e seus aliados responderam às acusações e se defenderam dos ataques de Dilma ao indicar que, após o afastamento dela, pretendiam ampliar os programas sociais. Importante notar que os termos ataque e defesa foram inseridos nas narrativas jornalísticas dos pronunciamentos de Dilma e de Temer, ressaltando um ambiente de duelo.

Os enquadramentos Guerra, Jogo de Xadrez e Jogos Esportivos marcaram a reportagem “Governo e oposição intensificam a disputa por votos,” a qual buscou reproduzir o ambiente de negociação que ocorria nos bastidores da política. O enquadramento Jogos Esportivos apareceu mais de uma vez em sintonia com uma partida de futebol, sobretudo na reprodução da entrevista do deputado Federal Thiago Peixoto (PSD-GO). A reportagem deu voz ao deputado, que reassumiu o mandato do qual havia sido licenciado somente para votar pelo *impeachment*. Aqui, a menção a estratégia de ‘Jogos Esportivos’ está presente na própria fala do deputado: “Nesta arena, uma das estratégias dos dois lados nos últimos dias foi a de mexer as peças. Alguns suplentes tiveram que sair. É do jogo e nem puderam reclamar. Eles

não são donos do mandato. E titulares entraram em campo, assumiram as vagas para registrar o voto no placar final.”

Na sequência, o discurso do deputado Federal Raul Jungmann (PPS-PE) fez novas referências a jogos de futebol, ao apontar sua frustração, como suplente, em ceder seu lugar ao titular: “É como se você tivesse na partida final do campeonato e, aos 89 minutos, sofresse um pênalti. O técnico te tira e outro vai bater o pênalti da vitória e do campeonato. É triste? É. Mas é legítimo.” Ao fim da reportagem, o deputado Federal Darcísio Perondi (PMDB-RS) reitera o ambiente de competição, ao afirmar que o jogo termina quando acaba a votação, por entender que o governo ainda tinha um trunfo para negociar com o Congresso – a liberação de emendas parlamentares individuais. Ao retomar metáforas de jogos de futebol, as reportagens recuperam o impulso da competição, que “é próprio também da política, está enraizado na cultura e o leitor depreende facilmente as relações de enfrentamentos, alianças, vitórias e derrotas.” (MOTTA, 2007, p. 10)

A matéria “Câmara tem discursos sobre *impeachment* pelo 2º dia seguido” reproduziu o ambiente de debates do plenário. Ela se apropria dos componentes do enquadramento tipo Guerra ao retratar um cenário de competição, no qual os parlamentares se revezavam em discursos contra e a favor. O blefe de cantar vitória, presente nos discursos de oposição e governo, enquadra-se no tipo Corrida de Cavalo/Carro.

Outra menção ao enquadramento tipo Guerra pontuou a reportagem “Manifestações acontecem na noite deste sábado (16) pelo país”, para evidenciar atos contrários e favoráveis ao impeachment em inúmeras localidades. Na mesma linha, a matéria “Impeachment transforma Brasília em uma cidade dividida” mostra que a Capital Federal foi planejada para ser palco de manifestações sociais, sendo que desde a sua construção, pela primeira vez estava dividida entre grupos em lados opostos.

No âmbito interpretativo, nota-se que a estratégia comunicativa do *Jornal Nacional* foi a de amplificar o ambiente de tensão que havia no Congresso Nacional e nas casas palacianas às vésperas de votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados. Os fatos foram narrados de modo a enquadrá-los em uma perspectiva competitiva, de forma a prender a atenção da audiência para os temas pautados.

Nas referidas edições, a ação política na qual teve origem todo o processo de *impeachment* ficou no passado. Os personagens entrevistados estavam em clima de disputa. Rothberg (2007, p. 15) descreve ambientes semelhantes no qual se pautou o telejornal da seguinte forma: “[...] a ênfase jornalística se dá sobre as consequências dos supostos choques entre opções diferentes para a dinâmica de poder dentro dos partidos, do parlamento, e para a ascensão ou declínio do próprio político, aliados e adversários”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cobertura da votação do *impeachment* da ex-presidente Dilma na Câmara dos Deputados foi construída pelo *Jornal Nacional* a partir do embate entre o governo e a oposição, tendo o conflito como elemento estruturador das narrativas. As disputas políticas travadas na Câmara dos Deputados foram representadas por metáforas comumente reconhecidas no cotidiano, tal como aponta Motta (2007), para quem as disputas pelo poder tornam-se metáforas para a vida.

As terminologias retiradas da cultura dos jogos – estratégias, disputas, vencedores, ganhadores, etc. – alimentaram o enredo da cobertura política do telejornal. Ao tentar reproduzir tal embate, o noticioso acabou por mostrar o drama da política nacional. Distante de seus objetivos, longe da política, mas em busca do poder pelo poder.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 1, n. 5, p. 193-216, jan.- jul. 2011.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

ROTHBERG, D. Enquadramento e metodologia da crítica da mídia. In: SBPJor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 5, 2007. Anais do 5º Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo. Universidade Federal de Sergipe: SBPJor, 2007.

MOTTA, L. G. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. **Revista Intexto**, v. 2, n. 17, p. 1-25, jul./dez. 2007.

RUBIM, A. A. C. Espetáculo, política e mídia. In: FRANÇA, V., WEBER, M. H., PAIVA, R., SOVIK, L. (Orgs). **Estudos de Comunicação**. Porto Alegre: Estudos de Comunicação, 2003.

WEBER, Maria Helena. Espaço público e acontecimento: do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. **Caleidoscópio – Revista de Comunicação e Cultura**, n. 10, Ano 11.

PARTE V

Mídia e

**Movimentos Sociais na
Sociedade do Espetáculo**

CAPÍTULO 13.

A MÍDIA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO PÚBLICA COMO HIPÓTESE

Mei Hua Soares⁶⁸

(...) a principal virtude política hoje é a coragem. Coragem não apenas diante da polícia – e isso acontecerá, sem dúvida nenhuma –, mas a coragem de defender e praticar nossas ideias, nossos princípios e nossas palavras, afirmar o que pensamos, o que queremos, o que fazemos. Em uma frase: devemos ter a coragem de ter uma ideia.

Alain Badiou, *A hipótese comunista*

Façamos, meu bem, de conta
– mas a conta não existe –
que é tudo como se fosse,
ou que, se fora, não era.
Meu bem, usemos palavras.
Façamos mundos: ideias.

Carlos Drummond de Andrade, *trecho de
Cantiga de enganar*

As ocupações escolares dos estudantes secundaristas da rede pública de ensino estadual paulista, bem como as últimas greves de

⁶⁸ Doutora em Linguagem e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e docente do curso de Comunicação Social da Faculdade Cásper Líbero. E-mail: mhua@casperlibero.edu.br.

professores da mesma rede, servirão de base para reflexão a respeito de questões relacionadas à invisibilidade de ambos os movimentos na grande mídia, às divergentes relações entre governo, estudantes e docentes e sobre como a educação básica pública e de qualidade parece cada vez mais se restringir a uma hipótese.

Março de 2015: tem início a mais longa greve de professores da rede estadual de ensino básico de São Paulo. Reivindicando reajustes salariais, melhores condições de trabalho, redução da quantidade de alunos por sala, revisão do sistema de avaliação (SARESP) – atrelado à bonificação difusa – e buscando pôr em pauta demandas provenientes da realidade escolar⁶⁹, os docentes paralisaram as aulas em diferentes escolas paulistas por mais de noventa dias. No entanto, nenhuma solicitação foi atendida. Secretaria da Educação e Diretorias de Ensino, com o apoio da grande mídia, tratou o movimento de greve como um pequeno incômodo que fechava avenidas e atrapalhava o bom andamento das aulas prejudicando os alunos da rede pública. Por arrefecimento de ânimos, a greve foi encerrada, após três meses, sem alcançar qualquer tipo de melhoria ou acordo, o que ratificava o funcionamento estratégico de suprimir a voz alheia e tornar invisível o outro.

Setembro de 2015. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo anuncia a implantação do que nomeou “reorganização escolar”, um plano que visava ao fechamento de cerca de 90 escolas, a separação física por ciclos de ensino e a distribuição das vagas por um sistema que se pautaria pelo CEP da moradia dos matriculados. Estudos posteriores⁷⁰ indicavam que algumas das escolas que se-

⁶⁹ Para sermos mais didáticos, seria interessante recapitular que a rede estadual enfrentava, e ainda enfrenta, problemas de precarização do ensino, de falta de verbas suficientes para a manutenção e reforma das escolas, de ausência de políticas salariais e formativas eficazes para professores, de flutuação de projetos pedagógicos que são extintos sumariamente, problemas de limpeza, de merenda, de violência etc. Diante desse complicado panorama, ainda pairava (à época, agora com nuances mais nítidas) a proposta de privatização do ensino público por intermédio das parcerias público-privadas, algo que já havia sido feito com relação à merenda e à terceirização da mão-de-obra dos agentes de limpeza.

riam fechadas estavam localizadas em terrenos visados pela especulação imobiliária. Como resposta, nesse mesmo mês, tem início o movimento estudantil de ocupação das escolas contra a proposta de reorganização escolar. Foram cerca de 180 escolas ocupadas em todo o estado de São Paulo. Mais uma vez, a cobertura dos principais meios televisivos, radiofônicos, impressos e virtuais da grande mídia deixou de mencionar a precariedade do ensino público estadual, a organização colaborativa discente que ocorria em diferentes escolas ocupadas e preferiu salientar um viés invasivo e desorganizado por parte dos jovens, culminando com a ênfase nos transtornos ocasionados pela suspensão de aulas e pelo adiamento da avaliação externa, além de reforçar o quanto as movimentações estudantis atrapalhavam o trânsito nas principais avenidas da cidade.

Em 4 de dezembro de 2015, após a redução de popularidade nas pesquisas, em virtude da manutenção das ocupações escolares e ante ação civil movida pelo Ministério Público Estadual⁷¹, o governador Geraldo Alckmin anuncia a suspensão da proposta e também o afastamento do então secretário da educação, Herman Voorwald. Com indícios de vitória por parte do movimento estudantil, as escolas são desocupadas e o ano letivo de 2016 inicia com a promessa de diálogo entre secretaria, diretorias de ensino e comunidade escolar sobre possíveis mudanças na esfera educacional. Após o período de ocupação, os estudantes apontaram possibilidades de se modificar o ensino público paulista com base em experiências orgânicas por eles vivenciadas.

No entanto, no dia 28 de junho de 2016, no espaço da Ação Educativa (SP), uma coletiva de imprensa foi convocada pela Rede Escola

⁷⁰ Coletiva de imprensa organizada pela Rede Escola Pública e Universidade em 28/06/2016.

⁷¹ Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, processo n. 1049683-05.2015.8.26.0053.

Pública e Universidade – grupo formado por professores de universidades públicas em diálogo com as escolas após a ocupação de boa parte das escolas estaduais da rede em resposta contrária à proposta de reorganização da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo⁷² – com o intuito de tornar públicas, em nota técnica, evidências detectadas em análises de dados que demonstraram que, embora impedida por uma liminar judicial, a reorganização estaria acontecendo, ainda que de modo gradual, desobedecendo, portanto, uma liminar judicial.

O parecer do documento revelava que:

(...) das 165 escolas que deixaram de abrir turmas em 2016, 53 escolas constam em uma das duas listas disponibilizadas no programa de reorganização escolar (seriam fechadas ou reorganizadas), o que perfaz 32% do total, valor significativo quando considerado o universo de escolas da rede estadual. Isso pode indicar a existência de um processo gradativo de reorganização escolar, uma vez que em 51 destas 53 escolas a não abertura coincidiu exatamente com o ciclo que seria fechado na unidade caso a reorganização escolar fosse implantada nos moldes propostos pelo governo do Estado de São Paulo (REDE, 2016, p.4).

Desenhava-se, mais uma vez, um modo de operar por parte do governo estadual e de suas secretarias que se desobrigava de atender a medidas judiciais, algo próprio, por exemplo, dos regimes de exceção. No final de julho de 2016, entretanto, a reorganização, que aparentemente já estava acontecendo ainda que ilegalmente, obtém “passe livre” ao ser derrubada e extinta judicialmente a ação civil

⁷² A nota técnica foi elaborada e apresentada por Ana Paula Corti (IFSP), Fernando Cássio (UFABC), Leonardo Crochik (IFSP), Maria Clara di Pierro (USP), Sérgio Stoco (Unifesp) e Salomão Ximenes (UFABC).

movida pelo Ministério Público⁷³ que impedia formalmente a reorganização. O que era oficioso se oficializa, mediante chancela judicial, logo após ser tornada pública a sua ilegalidade. O argumento utilizado pela juíza foi o de que pais e professores não têm poder de intervir em aprovações de projetos ou medidas educacionais, pois isso “violaria os poderes do governador.”

Para além da greve, das ocupações, da proposta (seguida de suspensão, possível implantação indireta e retorno) de reorganização escolar, há ainda a aprovação, em 26 de outubro de 2016, da PEC 241 (Proposta de Emenda Constitucional), apresentada pela equipe econômica do governo de Michel Temer, que prevê o “congelamento” de gastos em saúde e educação por 20 anos e a Reforma do Ensino Médio, uma Medida Provisória (MP 746/2016), em que estaria prevista a alteração, em partes, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mais uma vez sem diálogo com os diretamente envolvidos, sem se considerar a opinião de estudantes e suas entidades representativas (conselhos de escola, associações de pais e mestres, grêmios, entidades estudantis etc.), dos professores e da comunidade em geral. O Plano Nacional da Educação (PNE) estabelece que é preciso garantir que todos professores e professoras da educação básica possuam graduação na área de conhecimento em que atuam; já a mencionada MP passaria a permitir que profissionais com “notório saber” ministrassem aulas e conteúdos de áreas afins à sua formação. Além disso, a MP altera o artigo 26 da lei 9396/96 (LDB) que define

⁷³ “A Justiça considerou extinta a ação civil do Ministério Público Estadual contra o governo do estado por causa do programa de reorganização escolar. Na ação, o Ministério Público alegou que a Secretaria da Educação quis mudar as escolas sem ouvir os interessados. A juíza Carmen Cristina Teijeiro julgou a ação improcedente e extinguiu o processo. Ela disse que condicionar um programa educacional à aprovação de pais e professores não tem amparo da lei e viola os poderes conferidos ao governador do estado pelo mandato eletivo”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/07/juiza-derruba-acao-da-promotoria-contra-reorganizacao-escolar-em-sp.html>>.

os componentes curriculares obrigatórios da educação básica. Dessa forma, se aprovada a MP, permanecerão na parte fixa do currículo somente as disciplinas de português e matemática encerrando a obrigatoriedade do ensino de arte e de educação física no Ensino Médio, por exemplo. A medida implicaria ainda o desaparecimento de disciplinas como Filosofia e Sociologia. Existe ainda a Proposta de Lei Escola sem Partido (PLS 193/2016, PL 1411/2015 e PL 867/2015) que defende o ajustamento da conduta do professor e de seus discursos em sala de aula com o argumento de torná-los “apartidários” e de modo a não influenciar alunos e alunas “ideologicamente”. Se, por um lado, a proposta em questão visa à preservação das convicções políticas, religiosas e morais (segundo o próprio argumento do movimento) dos discentes, por outro desconsidera a liberdade de cátedra docente, prevista na Constituição. As regras impositivas da proposta não proporcionam espaço para debate mais amplo sobre o que pode ou não ser considerado “ideológico”⁷⁴. É provável que, se aprovada, seria utilizada mais como patrulhamento das opções políticas dos docentes, de modo a cercear a sua liberdade de expressão, de pensamento e de desconsiderar sua prévia formação.

Realizado o preâmbulo a respeito dos recentes acontecimentos ocorridos na esfera educacional pública paulista (ensino básico), gostaríamos de refletir a respeito da invisibilidade de movimentos grevistas dos professores nas pautas jornalísticas, da escassa cobertura do movimento estudantil e da ausência de repercussão dos movimentos governamentais, com relação à organização escolar, por parte da grande mídia. Também gostaríamos de apresentar a ideia de hipótese para tratar da atual qualidade da educação básica pública paulista, uma vez que

⁷⁴ A esse respeito, poderíamos pensar no “terrorismo linguístico” mencionado por Alain Badiou ao discorrer sobre o controle também dos termos que são hostilizados em determinados contextos. “É preciso acabar com o terrorismo linguístico!” (BADIOU, 2012, p.40). O filósofo defende a manutenção de termos que se tornaram obsoletos na ótica de alguns ou mesmo que foram deturpados por outros.

seu (já frágil) caráter democrático tende a se tornar mais rarefeito ou inexistente mediante as últimas propostas e medidas governamentais.

BIOMBO E JANELA

As ocupações tiveram algum destaque por parte da grande mídia. Alguns veículos nitidamente exploraram o aspecto “subversivo” dos estudantes. Em uma das reportagens televisivas apresentadas em um jornal massivo, a cena de armários violados, de documentos espalhados pelo chão, de cadeiras e objetos revirados “descobertos” pela polícia e pela equipe de reportagem lembrava cenários montados em fotos de mortos e torturados políticos da ditadura civil militar. No entanto, alguns veículos conseguiram “flagrar” outras rotinas das ocupações: alunos e alunas limpando carteiras, lavando salas e banheiros, cozinhando com alimentos doados pela própria comunidade, consertando portas, organizando palestras e atividades culturais com artistas e personalidades conhecidas.

Talvez pudéssemos pensar grande parte das coberturas midiáticas como biombos se fazendo passar por janelas. O conceito de biombo, disseminado pelo filósofo alemão Vilém Flusser, trata do efeito de verdade ocasionado pela fotografia: “Seu propósito (das imagens) é serem mapas do mundo, mas passam a ser biombos. O homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função de imagens” (FLUSSER, 2011, p.17). A imagem fotográfica, segundo ele, funcionaria como um biombo – apesar de ser percebida pela maior parte dos receptores como janela –, uma vez que privilegiaria alguns ângulos em detrimento de outros, sofreria edições, ampliações, diminuições, cerceamentos etc. O problema reside na quantidade de biombos a que somos submetidos cotidianamente e no que, de fato, eles escondem.

Para além disso, a visibilidade dada – até pela mídia mais alternativa e desvinculada dos centros de controle discursivos – parece ter se

concentrado nas escolas mais conhecidas, mais centrais. Ao contrário delas, as escolas ocupadas mais periféricas contaram com pouca ou nenhuma cobertura jornalística além de poucos convidados que se disponibilizaram a participar de suas agendas de ocupação. Também nessas escolas é que parece ter havido ações mais truculentas por parte da polícia em alegadas ações de reintegração de posse. O que chegava até os que acompanhavam de longe as ocupações escolares eram, em geral, vídeos amadores denunciando os abusos pelas redes sociais.

De todo modo, o recuo por parte da Secretaria da Educação quanto à reorganização escolar, ao menos formalmente, seu deu em virtude dessa aliança entre movimento dos estudantes e apoio dos movimentos sociais, dos órgãos judiciais e da mídia mais alternativa.

Se considerarmos, entretanto, que esteve em curso uma reorganização velada (antes da extinção do processo que suspendia a reorganização escolar), segundo defende a nota técnica apresentada pela Rede Escola Pública e Universidade, é possível identificar um sintoma aparentemente recorrente no que diz respeito aos movimentos de forma geral: a farsa e a o logro por parte do Estado, mas, principalmente, o seu contínuo avanço mediante o arrefecimento da espetacularização das ações e manifestações por parte da sociedade, dos estudantes, dos movimentos sociais. Nesse sentido, é possível identificar uma estratégia, de origem bélica, eficaz sob nova roupagem: a de deixar morrer o inimigo por inanição, o que corresponderia, na esfera comunicacional, a deixar morrer por ausência de visibilidade e por desgaste de ânimos aquele a quem já é historicamente vetada a voz. Essa estratégia foi utilizada pela Secretaria da Educação e pelo governo do Estado de São Paulo em ambos os episódios mencionados. A longa greve sustentada pelos professores da rede obteve como resposta da grande mídia a quase nula cobertura jornalística e nenhuma melhoria quanto ao seu plano de carreira ou política salarial junto ao governo. As ocupações das escolas realizadas essencialmen-

te pelos próprios estudantes secundaristas, num primeiro momento obtiveram visibilidade e supostamente alcançaram um resultado positivo (suspensão da reorganização escolar), mas conforme outros assuntos, notícias, furos e reportagens surgiram – é de conhecimento geral o conturbado contexto político-econômico do país durante 2016 – a questão foi de algum modo sublimada em virtude de outras demandas midiáticas, o que confirmaria a separação entre a imagem espetacularizada e a coisa em si, assinalada por Guy Debord, e que a coisa em si, em se tratando de espetacularização midiática, é o que menos importa:

A própria separação faz parte da unidade do mundo, da práxis social global que se cindiu em realidade e imagem. A prática social, diante da qual se coloca o espetáculo autônomo é também a totalidade real que contém o espetáculo. Mas a cisão dessa totalidade a mutila a ponto de fazer parecer que o espetáculo é seu objetivo. A linguagem do espetáculo é constituída de sinais da produção reinante, que são ao mesmo tempo a finalidade última dessa produção (DEBORD, 1997, p.15).

É preciso reconhecer que a força dos jovens estudantes, registrada em fotos e vídeos (também espetacularizadas quando se buscou simular em imagens o estereótipo romântico ou heroico), alimentou, de algum modo, a crença nas transformações palpáveis, possíveis. No entanto, a reorganização, ao que tudo indica, não foi abandonada mesmo quando suspensa; pelo contrário, avançou de modo sub-reptício (e, portanto, mais perverso, pois dificilmente identificável), desarticulando e confundindo aqueles que acreditavam em suposta vitória estudantil contra a proposta da secretaria. O mascaramento ludibria (na medida em que faz acreditar que há justiça, que liminares estão sendo cumpridas, que os movimentos de ida às ruas e as ocupações

podem apresentar impactos verdadeiramente efetivos na tomada de decisões governamentais, que faz crer na democracia) uma vez que, na prática, é possível apenas entrever a educação básica – pública e de qualidade – como hipótese, como ideia platônica.

O QUE RESTA? A DEFESA, AO MENOS, DA IDEIA

No livro de ensaios que se debruçam sobre questões relacionadas à Comuna de Paris e à Revolução Cultural Chinesa, mais especificamente em um texto reflexivo sobre Maio de 1968, o filósofo marroquino Alain Badiou, salienta a importância da vida pautada por uma ideia – uma ideia convicta – para o início de uma “verdadeira política”⁷⁵.

Para isso, ele toma como ponto de partida o Teorema de Fermat, cuja solução só conseguiu ser demonstrada três séculos depois de seu surgimento. O fundamental, na percepção de Alain Badiou, consistiu no fato da hipótese não ter sido abandonada durante esse longo período.

Aparentemente, haveria uma separação entre o sensível e o imaterial nessa proposta, mas para dialeticamente defender a sua junção. As ações e transformações só se tornarão possíveis mediante a existência de uma convicção, de uma ideia⁷⁶. Badiou define em seu texto o momento francês (quando escrevia seu ensaio sobre os quarenta anos transcorridos desde 1968) como uma época de “reformulação da hipótese comunista” (BADIOU, 2008, p.41). Relativizando tempo, espaço e contexto, poderíamos trazer à baila essa perspectiva para abordar aspectos referentes ao ensino básico público paulista.

⁷⁵ “O filósofo que sou está dizendo a vocês uma coisa que vem sendo repetida desde Platão, uma coisa muito simples. Ele diz que é preciso viver com uma ideia e que, com essa convicção, começa o que merece ser chamado de a verdadeira política” (BADIOU, 2012, p.41).

⁷⁶ Nesse sentido, faz-se necessária uma breve ressalva com relação ao risco envolvido na radicalidade das convicções. Após Auschwitz, essas convicções só merecem ser defendidas enfaticamente se debatidas e refletidas em conjunto, coletiva e democraticamente.

Em sua análise, Badiou discorre ainda a respeito do significado “positivo”, ou dialético, das derrotas salientando que aspectos importantes só são percebidos tempos após os acontecimentos:

Uma derrota revolucionária é sempre dividida entre a parte estritamente negativa dela mesma, acusada com frequência no próprio momento (mortes, prisões, traições, perda de força, dispersão), e a parte positiva, que em geral demora para se fazer valer (balanço tático e estratégico, mudança de modelos de ação, invenção de novas formas de organização) (BADIOU, 2012, p.11).

Badiou enumera ainda três tipos de fracassos amparando-se em momentos revolucionários históricos: 1º) quando revolucionários são massacrados pela contrarrevolução armada (ele cita os espartaquistas e a morte de Rosa Luxemburgo, em Berlim, e as insurreições ocorridas em Xangai e Cantão, em 1920); 2º) quando há um movimento amplo em que se engajam forças dissonantes, mas numerosas, sem que se estabeleça efetivamente um objetivo de poder, embora as forças do estado reacionário sejam colocadas na defensiva (exemplificando com a Fronda, na França do século XII, o movimento de 1911, na China, e Maio de 1968, na França) e 3º) quando há a tentativa de mudar o estado que se declara oficialmente socialista. Com relação a esse último, o autor ressalta:

O fracasso, nesse caso, é que o resultado vem em sentido contrário: ou a restauração do terrorismo do Estado-partido, ou o abandono puro e simples de qualquer referência ao socialismo ou, mais ainda, ao comunismo e o alinhamento do Estado às imposições desigualitárias do capitalismo ou ambos, o primeiro preparando o segundo (BADIOU, 2012, p. 23).

Pensando no contexto político brasileiro, a manutenção do governo federal em mãos de políticos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores (PT) talvez tenha originado em boa parcela de seus eleitores a expectativa de que um partido de esquerda enfim promoveria mudanças substanciais com relação ao avanço dos direitos de camadas menos favorecidas historicamente: o investimento em setores como a saúde, a educação, a implantação de políticas de defesa aos direitos indígenas, o avanço da reforma agrária, a proteção e o aprimoramento de direitos trabalhistas etc. No entanto, apesar de propostas esparsas surgirem, o que se viu, em maior medida, foi a adequação às chamadas “imposições desiguais do capitalismo”, mencionadas por Badiou em sua análise sobre o panorama político francês. Essa expectativa talvez tenha, em partes, contribuído para a desarticulação de trabalhadores, estudantes e movimentos e gerado certa descrença generalizada no partido em questão.

Com os conturbados acontecimentos políticos⁷⁷ ocorridos no cenário brasileiro, a reivindicação por mudanças que transformem e melhorem a realidade do ensino básico estadual parece cada vez mais difícil e distante. Talvez, como argumenta Alain Badiou, seja necessário o distanciamento histórico para a adequada averiguação do que não funcionou, ou não funciona, enquanto ferramenta ou instrumento de reivindicação e de luta pela manutenção de direitos básicos como a educação. O que parece preocupante é que, em curto intervalo de tempo, os muitos reverses acontecidos tenham pavimentado a crença de que modificações efetivas na educação básica pública – para torná-la melhor, mais igualitária e democrática – sejam impossíveis na atual conjuntura. Nesse sentido é que salientamos a necessidade de se manter, ao menos, a ideia ou a hipótese de uma educação pública de qualidade:

⁷⁷ Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff da presidência da república, considerado por muitos um golpe político; as medidas tomadas pelo presidente posterior, Michel Temer, como a reforma da previdência, a PEC 241, a legitimação pelo Supremo Tribunal Federal do corte do ponto de funcionários públicos em greve etc.

O que é decisivo, em primeiro lugar, é manter a hipótese histórica de um mundo livre do lucro e do interesse privado. Enquanto estivermos sujeitos, na ordem das representações intelectuais, à convicção de que não podemos acabar com isso, que essa é a lei do mundo, nenhuma política de emancipação será possível. É isso que propus chamar de hipótese comunista (BADIOU, 2012, p.39).

Ao discorrer sobre o comunismo como hipótese a ser defendida, como uma ideia no sentido platônico – embora devamos considerar o desgaste do termo também entendido como utopia –, Badiou reafirma a necessidade de permanência (ainda que reformulada), de continuidade, de resistência e, principalmente, a necessidade de se viver com uma ideia convicta que o filósofo afirma ser digna de se nomear *ideia política*. Ainda que a defesa de uma educação pública de qualidade enquanto ideia soe irônica, modesta ou abstrata demais, já que restrita ao âmbito imaginário, se considerarmos o quanto os pensamentos são controlados, constataremos que a tarefa é mais árdua que supomos. O terreno das ideias talvez seja hoje o mais constantemente atingido, o alvo mais cobiçado. Incômoda para alguns, uma educação voltada à formação de envergadura, ao acesso das camadas pobres da população às universidades, ao preparo não só para o mercado de trabalho, mas para o exercício democrático, para a reflexão e para a ação política parece ser uma ideia digna de se imaginar, defender e almejar coletivamente.

REFERÊNCIAS

BADIOU, A. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FLUSSER, V. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Annablume, 2011.

Documento da Rede Escola Pública e Universidade: <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/pdfs/nota.tecnica.%20reorganizacao.2016.pdf>

CAPÍTULO 14.

“REORGANIZAÇÃO” DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO: A COBERTURA NAS PÁGINAS DA FOLHA DE S.PAULO

Beatriz Santoro⁷⁸

Este capítulo pretende analisar a cobertura realizada pelo jornal *Folha de S.Paulo* sobre a reorganização das escolas estaduais do Estado de São Paulo proposta pelo governador Geraldo Alckmin, no ano de 2015. Analisaremos quais fontes foram ouvidas e de que maneira o periódico tratou o assunto diante da perspectiva do histórico da Folha em coberturas do tema educação e na lógica de mercado.

No dia 23 de setembro de 2015, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo anunciou uma reorganização das escolas estaduais que objetivava separar as escolas por ciclos básicos – anos iniciais (1º ao 5º ano), finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental e ensino médio, de modo que a maioria das escolas oferecesse apenas um desses ciclos. Oferecer escolas que atendessem as necessidades de cada etapa de ensino e facilidade de gestão eram os argumentos do governo tucano. Outra justificativa era que as escolas de ciclo único apresentavam melhores notas nas avaliações no estado.

No início, a pasta afirmava que a reforma iria afetar entre 1 milhão e 2 milhões de alunos. No entanto, após pressão dos estudantes, no dia 27 de outubro, a Secretaria de Educação anunciou uma proposta mais branda do que a inicial, alegando que esse número se referia também aos alunos que iriam receber os novos colegas transferidos de outras escolas. Essa alteração do plano inicial, segundo o gover-

⁷⁸ Graduada em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Foi Bolsista de Iniciação Científica.

no, não estaria vinculada com a pressão dos alunos. De acordo com a Secretaria, 311 mil alunos seriam deslocados, 1.464 escolas seriam afetadas e 94 (após decisões judiciais esse número baixou para 92) escolas deixariam de ter ensino fundamental ou médio (o governo peessedebista alegava que essas 94 escolas seriam “disponibilizadas” para outros usos na área da educação como escolas técnicas).

Ainda assim, a mudança proposta pelo governo Alckmin (PSDB) continuou causando descontentamento entre alunos e professores. Segundo eles, além de uma medida proposta de forma imperativa sem nenhum diálogo com a população afetada (alunos, pais, professores e outros funcionários), essa reforma também iria causar outros problemas, como o fechamento daquelas 94 escolas, dificuldades de deslocamento, salas superlotadas, abertura para privatização do ensino, entre outros.

Alunos de diversas escolas e regiões do estado se uniram em atos e manifestações contra a reorganização; porém, sem recuo do governo tucano, partiram para outra estratégia: ocupação das escolas estaduais. Estudantes da Escola Estadual Diadema, do ABC, decidiram ocupar o prédio da escola, atitude que se espalhou por diversos outros colégios do estado. Segundo a Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), o número de escolas ocupadas chegou a 213, já a Secretaria de Educação contabilizou 200 escolas. O objetivo dos alunos, além de protestar contra as mudanças na rede estadual de ensino, era que o governo do estado de São Paulo se abrisse para o diálogo com os alunos.

Tendo em vista que o texto tem como objetivo investigar a cobertura da reorganização das escolas estaduais do Estado de São Paulo no jornal *Folha de S.Paulo*, utilizaremos duas dissertações de mestrado que abarcam o tema da educação dentro *Folha*. Ambas nos servirão de modelo para compreender a cobertura jornalística do jornal diante da temática da educação.

A dissertação de mestrado *Jornalismo e educação: um estudo da cobertura da Folha de S.Paulo sobre a educação no Brasil*, de Francisca Rodrigues Pereira, apresenta um estudo da editoria de “educação” no jornal *Folha de S.Paulo* de 1970 até 2005. Sobre a cobertura da educação brasileira, a autora afirma:

De certa forma, as matérias sobre educação apresentam atualmente dois discursos distintos, o da linguagem oficial, que confere o poder público a quase exclusividade de anunciar as mudanças estruturais que vêm ocorrendo no ensino público de forma pasteurizada e sem os contrapontos necessários ao debate sobre os problemas que afetam alunos e professores. Por outro lado, esforços isolados para a alfabetização às regiões menos favorecidas do Brasil também recebem destaque, mas dentro da estrutura do *fait-divers* (PEREIRA, 2009, p. 51).

O artigo também dialogará com o trabalho de Marcos Luiz Cripa, *A cobertura da educação no jornal Folha de S.Paulo: uma análise comparativa dos anos 1973 e 2002*, que diz algo semelhante à Francisca Rodrigues. Segundo Cripa, a Folha afirma em seus editoriais que a educação é a base para soluções dos problemas sociais do país, no entanto, não traduz essa preocupação em seu conteúdo, tomado pelos discursos oficiais.

É interessante notar que apesar dessas constatações, o *Manual de redação* do jornal aponta para o seguinte direcionamento, estabelecido no Projeto Folha de 1997: “a ‘desestatização’ do noticiário, num jornalismo ainda fortemente atrelado a agendas, fontes e declarações oficiais” (2011, p. 16).

Diante disso, procuraremos responder: a *Folha* utilizou, na maior parte das vezes, o discurso oficial do poder público para explicar,

anunciar ou debater a reorganização escolar? O jornal procurou esclarecer os contrapontos e problemáticas da reorganização e, dessa maneira, aprofundar o debate do tema? Para quem a *Folha* deu voz? Isto é, de que maneira a voz de todos agentes envolvidos na reforma escolar esteve presente na cobertura do periódico?

Para compreender essas questões, iremos analisar a cobertura da *Folha de S.Paulo* sobre a reorganização das escolas estaduais de São Paulo no período do dia 23 de setembro de 2015, data do comunicado da reorganização escolar pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, até 10 de janeiro de 2016, dia de desocupação da última escola estadual. Dividiremos esse período em dois momentos: pré-ocupações e durante as ocupações. Isso porque após o movimento das ocupações ter início, o assunto passou a ser discutido com mais frequência nas páginas do jornal.

JORNALISMO NA CONTEMPORANEIDADE: A NOTÍCIA COMO MERCADORIA

Para que possamos analisar a cobertura midiática de um jornal não podemos fugir de uma análise do jornalismo contemporâneo. Um dos pesquisadores aqui utilizados será o jornalista e sociólogo, Ignacio Ramonet. Segundo ele, estamos vivendo em um contexto midiático que é difícil distinguir as três esferas da comunicação: a esfera da informação, esta totalmente ligada ao jornalismo; a esfera institucional e a esfera da cultura de massa.

A causa dessa dificuldade, de acordo com Ramonet, seria a Revolução Digital que uniu o texto, a imagem e o som em um mesmo ambiente comunicacional. Da mesma forma, a internet engloba as três esferas. Com essa unificação, grandes empresas de mídia passaram a comandar a indústria comunicacional.

É dessa maneira, de acordo com Ramonet, que o poder financeiro e o poder midiático se impõem como o primeiro e segundo poder res-

pectivamente. Neste contexto, o que acontece com a informação? Ramonet responde: “É que a informação é considerada essencialmente como mercadoria. Não é um discurso que tenha a vocação ética de educar o cidadão ou de informar (...) pois tem essencialmente e antes de mais nada uma perspectiva comercial. Compra-se e vende-se informação com o objetivo de obter lucros” (2003, p. 247).

Outra característica, pontuada por Ramonet, é a gratuidade da informação para nós, leitores e consumidores. “Quando ouvimos rádio, vemos televisão, a informação é gratuita lemos a imprensa, pagamos, porém é um pagamento simbólico. Por quê? Porque quem paga a informação na realidade é a publicidade” (2003, p. 248-249).

JORNALISMO E EDUCAÇÃO: NAS PÁGINAS DA FOLHA

A cobertura da educação também não passou ilesa da lógica de mercado. Em “Papel, paredes, telas e redes: comunicação, jornalismo e educação”, Dulcilia Buitoni questiona a situação. “Apesar da constatação da importância da educação, convivemos com a angústia de constatar como a educação tem tão pouco espaço nos jornais, revistas, na televisão e na internet” (2015, p. 93).

O mesmo acontece na *Folha de S.Paulo*. Atualmente, as matérias sobre o tema são publicadas no caderno “Cotidiano”, acompanhadas pelo olho “educação” e com periodicidade esporádica. Mas nem sempre foi assim. O tema da educação dentro do jornal passou por diversas etapas.

De 1970 até meados de 1985, “Educação” recebia o status de editoria, com periodicidade diária, oscilando entre uma e cinco páginas. No início da década de 1970, os assuntos versavam sobre educação no geral, como, por exemplo, reformas do ensino fundamental e médio, vestibular, debate sobre valorização de professores em todos níveis de ensino, situação da educação no País, criação de mais escolas no Estado. Já na década de 80, a editoria continua diária, com

abordagem principal “focada no ensino superior, que ganha algumas chamadas de capa de acordo com sua relevância para os interesses públicos e sociais” (PEREIRA, 2009, p. 60).

A partir de 1985, a editoria “Educação” passa a fazer parte do Segundo Caderno, passando a dividir o espaço com os temas de “Ciência” (Educação e ciência), “Economia”, “Exterior”, “Cidade” e “Esporte”. Diminuem as temáticas sobre 1º e 2º graus e a maioria das matérias são relacionadas às ações do governo e ao ensino superior (PEREIRA, 2009).

A mudança continua: no ano de 1990, o tema “Educação” perde seu caráter de editoria, passando a integrar o caderno “Cidades”. Segue com apenas uma página levando o chapéu “Educação” mas com periodicidade esporádica e não mais diariamente.

Já em 1995, não existem mais páginas de “Educação” e as matérias sobre o tema são publicadas nos cadernos “São Paulo/Cotidiano”, acompanhadas pelo olho “Educação”. Nos anos 2000, continua o declínio do número de reportagens sobre o assunto. Universidades e faculdades são as vertentes mais abordadas juntamente com ações governamentais dirigida ao Ensino Superior (PEREIRA, 2009).

Percebe-se, com facilidade, que ao longo da trajetória *Folha de S.Paulo*, o tema da educação foi perdendo espaço dentro do jornal (PEREIRA, 2009). Além do fator econômico, outros motivos aparecem como justificativa para esse declínio, mas é este, sem dúvida, o fator preponderante. É o que afirma Cripa, “[...] o modelo implantado pelo Projeto Folha é o de mercado, que busca atrair anunciantes e consumidores (leitores). É dessa concepção de jornalismo que se arvora o diretor de redação do jornal, Frias Filho, para relegar a cobertura da educação na Folha a um segundo plano, e dizer que ela não é maior porque o tema padece de “trepidação jornalística”. Na realidade, queria dizer o manager que a área não produz espetáculos políticos e econômicos, e nas denúncias da cobertura cotidiana” (CRIPA, 2006, p. 130).

A REORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS NA COBERTURA DA FOLHA

Como dito anteriormente, dividiremos a pesquisa em duas fases: pré-ocupações das escolas e fase durante as ocupações. A primeira fase compreende o período entre os dias 23 de setembro até o dia 10 de novembro (9 de novembro, primeira escola é ocupada).

Nestes 48 dias, analisamos o total de treze matérias publicadas nas páginas do jornal impresso da *Folha de S.Paulo*, todas sobre a reorganização de escolas do estado e algumas com esse plano de fundo, como protesto contra a reformulação ou declarações de atores deste processo.

Dentre essas treze, apenas quatro matérias contaram com alguma fala dos alunos, os mais afetados na reorganização. A situação dos professores foi mais aguda: nenhuma das matérias consultou ou inseriu a fala de professores da rede estadual. A posição dos professores foi escutada somente enquanto sindicato, isto é, a Apeoesp foi a única fonte de consulta da *Folha* para esclarecer e escutar a problematização feita pelos docentes do ensino público.

Enquanto isso, a *Folha*, em todas as matérias, deu espaço para o governo do estado de São Paulo (Secretaria da Educação, Secretário [Herman Voorwald], chefe de gabinete da secretaria [Fernando Padula] e governador [Geraldo Alckmin]) para explicar a organização e rebater possíveis críticas.

Um dos argumentos do governo mais presentes na cobertura foi que “para a gestão Alckmin, deixar os colégios com só um ciclo de ensino facilita a gestão das unidades” (FOLHA DE S.PAULO, 30/10/2015). No dia do anúncio (23/09/2015) essa justificativa também apareceu: “Segundo Voorwald, a reorganização vai permitir uma gestão melhor”. Dito de outra forma, no dia 27 de outubro, o argumento reaparece sem que seja vinculado ao governo do Estado de São Paulo mas que serviu para corroborar com ele: “O Ministério da Educação também já divulgou estudo apontando que colégio

com várias etapas tem maior ‘complexidade de gestão’” (FOLHA DE S.PAULO, 27/10/2015).

Esse argumento de teor burocrático não leva em consideração a complexidade de forçar a troca de escola dos alunos de uma vez, sem haver diálogo ou, no mínimo, um período de transição para tais mudanças.

De maneira geral, a posição contrária à reorganização foi relegada à Apeoesp, sendo pouco escutados os alunos, pais ou professores afetados pela mudança, como já pontuado. No dia 24 de setembro, por exemplo, a notícia com a chamada “Mudança em escola de SP será ‘bagunça’ diz Sindicato”, apresentou como única fonte contrária à reformulação escolar a presidenta da Apeoesp, Maria Izabel Noronha. Já o governo de São Paulo e a diretora e psicóloga da ONG Parceiros da Educação, Lúcia Favero, apareceram como as fontes favoráveis. Em outro momento, no dia 10 de outubro, a notícia era sobre protestos “de alunos e pais contra a medida” que vinham se multiplicando nos últimos dias, como dizia a reportagem; mesmo assim, a fonte “contrária” escutada foi, novamente, a Apeoesp. Isso significa que não houve uma pluralidade de vozes.

Diante disso, percebe-se que o oficialismo predominou. É possível dizer que o debate foi pouco aprofundado uma vez que a explicação de maior destaque foi a do governo, ou seja, daquele que justamente visava implantar a medida. Houve uma subtração das complexidades e problemas que a reforma poderia causar e que os envolvidos alegavam.

Outro aspecto da cobertura foi que as constatações da Apeoesp, contrárias à reorganização, eram frequentemente rebatidas no decorrer da matéria com a posição do governo. Como mostra essa passagem em matéria do dia 07 de outubro:

A Apeoesp afirma que 86 escolas no Estado já foram avisadas sobre o fechamento. “A nossa estimativa é que 1.200 escolas serão fechadas”,

afirma Maria Izabel Azevedo Noronha, presidente do sindicato. (..)

Padula refuta a estimativa da Apeoesp. Há uma enorme boataria. Ouvi falar de fechar 30%. É inimaginável um cenário desses. Se houver disponibilização de escolas (fechamento), será uma exceção (FOLHA DE S.PAULO, 07.10.2015).

Em outro momento a oposição da Apeoesp também foi rebatida com argumentos oficiais:

Os professores, transferidos na marra, terão de disputar disciplinas com aqueles já lotados nessas escolas. Ganha quem tiver mais tempo de serviço. Quem não conseguir manter sua carga horária, terá seu salário reduzido”, disse a presidente da entidade, Maria Izabel Noronha.

A Secretaria afirma que a carga de trabalho dos docentes efetivos está garantida. O que pode haver é a diminuição da necessidade de temporários na rede de ensino, diz (FOLHA DE S.PAULO, 27.10.2015).

Essa refutação em específico, no entanto, foi pouco explicada, uma vez que a Secretaria usou um argumento que poderia, inclusive, corroborar com a Apeoesp visto que alguns professores temporários poderiam ser demitidos por conta da “diminuição da necessidade” destes.

Embora em alguns momentos a *Folha* tenha apresentado possíveis problemas da reorganização (principalmente por meio de aspas da Apeoesp), apenas em três matérias a própria *Folha* sinalizou alguns problemas que seriam causados pela reorganização. Mais do que dar voz às pessoas que não apoiam, o jornal deveria investigar e anunciar as falhas (ou melhorias) da proposta que iria afetar mais de 300 mil alunos do estado.

A primeira, no dia 31 de outubro, a *Folha* denunciou que a distância entre duas escolas seria maior que 1,5 km, medida que o governo alegava que não iria ultrapassar para os alunos transferidos. Outra, de 4 de novembro, relatava que duas escolas de COHABs da Zona Leste iriam fechar. Por fim, no dia 5 de novembro, uma notícia com a chamada “59% rejeitam plano que fecha escolas de SP”, alertava sobre o caso da escola Professor João Nogueira Lotufo, da região de Pirituba, que mesmo já sendo de ciclo único e com notas acima da média do Estado estava na lista das escolas que iriam fechar.

A partir do dia 10 de novembro, as notícias sobre as primeiras escolas ocupadas começaram a surgir. A pioneira foi a escola E.E. Diadema, de cidade homônima. Logo em seguida, foi a vez da E.E. Fernão Dias Paes, localizada em Pinheiros, na capital paulista.

Após essas, alunos de outras escolas seguiram o mesmo caminho: “ocupar e resistir”, lema dos estudantes secundaristas. Houve, então, uma explosão de ocupações estudantis, chegando ao número de mais de 200 escolas. Com esse “boom”, a *Folha de S.Paulo* passou a dedicar mais espaço de seu jornal ao tema. Somente no jornal impresso temas sobre as ocupações e a reorganização escolar foram noticiadas em 39 dias dentre os 60 dias de análise (11 de novembro a 10 de janeiro), isto é, em 2/3 do período. Um aumento considerável em relação ao período pré-ocupações.

No início das ocupações, a *Folha* utilizou algumas vezes a palavra “invasão” para designar o movimento de ‘tomada’ das escolas, como no dia 10/11/2015, na matéria “Estudantes invadem e trancam escola em ato contra fechamento em SP” e no dia seguinte, no site, com a notícia “Aluno ‘linha de frente’ do Passe Livre é porta-voz de invasão em escola de SP” (diferentemente do jornal impresso que preferiu a palavra ocupação com a matéria de mesmo conteúdo). Dia 17 de novembro, a *Folha* voltou a usar o termo pejorativo: “Invasão de 25 escolas estaduais atinge ao menos 26 mil alunos em SP”. No entanto,

no decorrer das ocupações o jornal passou a utilizar ‘ocupação’ ao invés de ‘invasão’.

A cobertura da *Folha* conseguiu acompanhar a evolução das ocupações, os ganhos e perdas dos secundaristas. No dia 19 de novembro, em “Gestão Alckmin faz proposta para alunos desocuparem escolas”, por exemplo consta a seguinte afirmação “o secretário afirma que não existe possibilidade de a reorganização ser revogada”. Menos de um mês depois, a notícia é a seguinte “Sob protestos, Alckmin suspende plano de reorganização de escolas”, apontando recuo do governo do PSDB.

A maioria das matérias, nesta fase, teve como plano de fundo as ocupações e a reorganização das escolas do Estado de São Paulo. A rotina dos secundaristas, as consequências da ocupação (como perda de aulas), número de escolas que aderiram, reintegração de posse e reações do governo Alckmin eram os assuntos mais tratados. Consequentemente, os alunos, protagonistas desse movimento, passaram a ser mais escutados do que na primeira fase da pesquisa bem como seus familiares.

Logo na primeira matéria é possível notar o protagonismo que os secundaristas teriam neste momento da cobertura. A notícia, intitulada “Escola ocupada. Em protesto contra as mudanças da rede estadual de ensino, alunos trancam as portas de colégio com cadeado e se recusam a ir embora”, contou com a fala de uma estudante que resumiu bem o que aconteceu neste processo de cobertura da *Folha*, em que os estudantes foram praticamente ignorados como fontes. “Queremos ser ouvidos, e esse foi o jeito que conseguimos. Ninguém ouve a gente porque somos adolescentes”, disse Lizantra Lima, 15, do primeiro ano do ensino médio”.

Já no dia seguinte, a notícia era exclusivamente sobre um aluno da escola Fernão Dias: “Aluno linha de frente do passe livre é porta-voz de ocupação em escola em SP”. Além do perfil do estudante Heudes

Cássio Oliveira, a matéria também tratou sobre o próprio movimento estudantil: “Apesar de terem eleito Oliveira como porta-voz, os alunos afirmaram que não tem um líder, numa organização horizontal que lembra à do próprio Passe-Livre”.

Outro ponto percebido na cobertura foi o destaque na escola Fernão Dias Paes, de Pinheiros, capital paulista. Essa ocupação foi a que mais apareceu no noticiário da *Folha*, sendo chamada pelo jornal de “quartel-general das ocupações” e “símbolo das ocupações”. Outras ocupações também apareceram nas matérias, no entanto, consideravelmente menos que a escola de Pinheiros, zona nobre de São Paulo. As unidades ocupadas longe do centro ou na periferia da capital e aquelas do resto do estado apareceram raríssimas vezes. O que indica uma pouca diversidade nas vozes dos alunos que apareceram na cobertura, concentrada em uma escola central. Segundo a própria *Folha*, o seu público leitor é composto em sua maioria por homens e mulheres da classe média⁷⁹, o que contribui para a tese de que o colégio de Pinheiros interessaria mais ao seu público do que as escolas da periferia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o foco nos secundaristas, houve uma mudança na postura da escolha de fontes contra a reforma escolar. A Apeoesp, que era praticamente a única fonte contrária à reorganização consultada pela *Folha*, apareceu em raras ocasiões nesta fase de ocupações. Já as diversas fontes do governo do estado continuaram sendo consultadas como anteriormente. Por conta dessas duas alterações na cobertura, o teor oficial das matérias também foi amenizado.

Ainda assim, a reorganização escolar proposta pelo governo do Estado de São Paulo foi pouca discutida. Os argumentos prós e

⁷⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2016.

contras eram repetidos à exaustão sem uma análise ou averiguação mais profunda.

O aumento do número de matérias sobre o assunto pode ser entendido pela lógica de mercado. Como disse Otávio Frias em entrevista a Cripa, como já mencionamos, o assunto das ocupações permitiu certa “trepidação jornalística”. Além disso, também gerou curiosidade no público dos jornais, principalmente, por conta das redes sociais, em que o as ocupações estavam em destaque. Isso acarretou em mais matérias para alimentar esta demanda dos leitores da *Folha*.

REFERÊNCIAS

BUITONI, Dulcilia. Papel, paredes, telas e redes: comunicação, jornalismo e educação. In: NOVAES, Cláudio; KÜNSCH, Dimas; MENEZES, José Eugenio de O. (Orgs.). **Jornalismo e contemporaneidade: um olhar crítico**. São Paulo: Plêiade, 2015, p. 93-105.

DEBORD, Guy. **Sociedade do Espetáculo. Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

CRIPA, Marcos Luiz. **A cobertura do jornal Folha de S.Paulo: uma análise comparativa dos anos 1973 e 2002**. 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FOLHA DE S.PAULO. **Manual de redação: Folha de S. Paulo**. 17 ed. São Paulo: Publifolha, 2011.

PEREIRA, Francisca R. **Jornalismo e educação: um estudo sobre a cobertura da Folha de S.Paulo sobre a educação no Brasil**. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2009.

RAMONET, Ignacio. O poder midiático. In: MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 243-252.

RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo na era digital. In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascoal (Orgs.). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da comunicação**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 85-102.

CAPÍTULO 15.

AS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS PÚBLICAS: ESTUDANTES SECUNDARISTAS NA DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Rosemary Segurado⁸⁰

As ocupações dos estudantes secundaristas nas escolas públicas de São Paulo ocorridas no final de 2015 podem ser consideradas um acontecimento social e político, com diversos desdobramentos, entre eles, destacaremos o processo de organização dos estudantes na dinâmica das ocupações e a ampliação do debate na sociedade civil sobre a importância da defesa da escola pública de qualidade. Os protestos dos estudantes secundaristas, expressam o crescimento do protagonismo juvenil e estão em consonância com a dinâmica dos protestos globais ocorridas a partir de 2010, expressando a emergência e expressam a construção de novas práticas políticas.

Em setembro de 2015 o governo do Estado de São Paulo anuncia a reorganização das escolas públicas que consistia no remanejamento de 331 mil estudantes, a partir do fechamento de 94 escolas. Embora não houvesse discussão com a sociedade sobre a necessidade de tal mudança, a Secretaria de Estado da Educação afirmava que medida visava melhorar a qualidade de ensino, considerando que as escolas passariam a ser organizadas por ciclos (ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio) e evitaria a convivência entre estudantes de faixas etárias diferentes, o que contribuiria para a melhoria do processo de aprendizagem.

⁸⁰ Cientista Política, professora da PUC/SP e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC/SP (NEAMP) e integrante do Comitê de Mães e Pais em Luta (CMPL).

O projeto governamental não teve nenhum tipo de discussão com a comunidade escolar (professores, pais e estudantes) que organizou diversas manifestações para abrir um processo de negociação com o governo do Estado de São Paulo. O argumento apresentado pela Secretaria foi contestado por diversos educadores por considerarem positiva convivência entre diferentes faixas etárias de estudantes na mesma unidade escolar, o que tornava o modelo proposto, não consensual entre pedagogos. Também foi rebatido pelas famílias, pois no Brasil é comum que irmãos mais velhos acompanhem os mais novos na ida à escola e a reestruturação alterava esse importante arranjo social pois muitos pais alegavam que crianças menores não teriam como frequentar a escola, uma vez que não seriam levadas pelos irmãos. Outra crítica por parte dos estudantes dizia respeito à ausência deles no processo que decidiu as alterações, considerando que seriam os mais interessados nas mudanças. Essa queixa se transformou no grande acontecimento que analisamos aqui.

Ocorreram várias manifestações de rua organizadas por estudantes, pais e professores em diversas regiões da cidade de São Paulo, mas sem nenhuma sinalização de negociação por parte das autoridades públicas. A estratégia do Governo do Estado foi deixar o movimento se enfraquecer, numa postura de ignorar a legitimidade das reivindicações dos estudantes e o estabelecimento de diálogo. Sem respostas os estudantes secundaristas organizaram as ocupações das escolas públicas com o intuito de demonstrar que a discussão sobre a educação de qualidade não pode ser feita sem a participação da comunidade escolar.

A primeira escola foi ocupada no dia 09/11/15 em Diadema, mas a ocupação ganhou visibilidade a partir da segunda ocupação, na Escola Estadual Fernão Dias, no dia 10/11/15, por ser localizada em bairro nobre de São Paulo. Em assembleia, que contou com a participação de aproximadamente 200 estudantes, a ocupação da escola

foi deliberada, sendo que a reivindicação central era a revogação do *Decreto* da reorganização das escolas públicas. Era o início da *Primavera dos Secundaristas*.

COMO OCUPAR UMA ESCOLA? MANUAL DAS OCUPAÇÕES

Alguns dos estudantes paulistas conheciam as ocupações realizadas em escolas chilenas em 2006 e 2011, movimento que ficou conhecido como a *Revolta dos Pinguins*, termo utilizado como referência ao uniforme escolar utilizado no Chile. O movimento chileno ocupou cerca de 700 escolas reivindicando melhoria da qualidade do ensino público. Para a organização das ocupações produziram um manual que serviu de inspiração para o movimento dos estudantes paulistanos. A circulação deste manual ganhou visibilidade e foi compartilhado com diversos estudantes e funcionava como uma espécie de guia com orientações sobre ações e procedimentos nas ocupações.

O manual *Como ocupar uma escola*⁸¹ foi fundamental para a preparação das ocupações por estar baseado na experiência concreta dos estudantes chilenos e era sabido que um conjunto de questões deveria estar de acordo com a realidade brasileira. Apesar das especificidades de cada país, alguns passos do processo foram importantes não somente para o êxito das ocupações, mas também pelo aprendizado político dos estudantes.

A *Organização da Ocupação*, um dos itens do manual, está dividido nos seguintes subitens: *comida, segurança, imprensa, informação, limpeza e relações externas*. Em primeiro lugar, é importante destacar a sofisticação do planejamento das ocupações, demonstrando o nível de organização dos estudantes na elaboração das táticas e estratégias de luta do movimento. Para o encaminhamento dos itens

⁸¹ Todas as citações deste *Manual* feitas neste trabalho podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico: <https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colic3a9gio.pdf>. Último acesso em: 07/09/2016.

mencionados foram criadas comissões, cuja composição não possuíam caráter permanente para evitar formas de burocratização do processo, distanciando-se das dinâmicas de representação, características de movimentos sociais tradicionais. Buscava-se também não hierarquizar o papel das comissões, significa dizer todas as comissões tinham a mesma importância e, por exemplo, que a comissão de limpeza desempenha atividade tão relevante na ocupação quanto a da imprensa ou de relações exteriores.

O *Manual* procurava dar algumas dicas e diretrizes sobre os processos de ocupação. Assim, na *Introdução* é possível encontrar referência às ocupações realizadas na Argentina e no Chile além de abordar as semelhanças dos problemas vividos pelos estudantes nesses países na defesa da educação pública de qualidade. É importante ressaltar que esse aspecto expressa a relação das políticas governamentais para a educação nos países latinoamericanos que precarizam a escola pública provocando impactos na qualidade do ensino. Embora não sejam ações coordenadas pelos governos desses países, elas seguem um modelo de educação deficitário e excludente, promovendo a desvalorização da educação pública. Ainda na introdução temos a convocação para as ocupações: “Já pensou se fizéssemos o mesmo em São Paulo?”.

O *Manual* também é composto de um *Plano de Ação e da Organização da Ocupação*. No primeiro item os organizadores abordam a ocupação como uma ferramenta dentro da estratégia de defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Esse aspecto é importante e a partir dele pode ser identificado o processo de organização dos estudantes que protagonizaram as ocupações.

A diferenciação entre a estratégia e as ferramentas para alcançá-las está explicitada no manual e demonstra que a decisão de ocupar as escolas ocorreu a partir de um processo de discussão e do esgotamento de outras formas de mobilização para impedir que a reorgani-

zação proposta pelo governo fosse implantada. Nota-se uma clareza nos objetivos das ocupações, segundo o *Manual*⁸²:

O objetivo desse texto é explicar o plano de ação escolhido para a luta dos secundaristas em nossa cidade. Nossa estratégia deve nos permitir vencer a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade. As ocupações massivas de colégios são ferramentas dentro desta estratégia.

Em outro trecho do *Plano de Ação*, é possível identificar mais claramente como os estudantes pensavam o papel das ocupações dentro de uma estratégia mais ampla de atuação:

Uma ocupação é sempre o último recurso, depois que todos os canais de diálogo e as outras formas de luta tiverem esgotado. Não é nenhuma festa ter que dormir todos os dias no colégio, suportando as mentiras do governo e dos meios de comunicação que nos apresentam como vagabundos que não querem estudar (...) A ocupação não é um fim em si mesma, é só uma ferramenta a mais dentro de um plano de luta maior. O nosso objetivo final é frear o avanço governamental sobre nossa educação, não ocupar por ocupar⁸³.

Ainda no *Plano de Ação*, o documento define o papel das assembleias dentro do movimento: “A assembleia é o órgão mais importante durante uma ocupação. As decisões mais importantes devem passar por ela e serem discutidas nela”⁸⁴, retomando a mesma caracte-

⁸² Idem.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Ibidem.

terística dos diversos movimentos de ocupação ao redor do mundo, como foi muito observado no movimento dos *Indignados* na Espanha, o 15M⁸⁵. Nesse item também sugere que se organizem os tempos de intervenção dos participantes, que se tenha dois moderadores e que se faça uma ata para registrar a discussão e as deliberações, além de sugerir que essas atividades sejam rotativas. A assembleia é considerada uma instância fundamental para o processo decisório, à medida que garante a participação nas discussões e decisões.

O último item do *Plano de Ação* diz respeito às atividades realizadas durante as ocupações. Verifica-se o chamado aos professores, pais e apoiadores das diversas ocupações a participarem da ação estudantil, que podem ser “recreativas ou de formação: podem ser conversas sobre algum tema de interesse ou também pintar cartazes, murais, paredes, grafittis, oficinas de desenho, o que se desejar”⁸⁶. Nota-se que a ocupação é vista como espaço de abertura da escola à comunidade e que muitas atividades podem ser realizadas tornando a escola um espaço de todos e para diversas atividades, trata-se portanto, de uma ressignificação do espaço de de sua apropriação por parte da sociedade. Essas práticas políticas de ocupação acabam por produzir novas subjetividades políticas em todos os envolvidos no processo e não apenas nos estudantes. Esse envolvimento pressupõe pensar a educação como uma experiência democrática, capaz de incluir a sociedade no processo educacional, conforme podemos observar na reflexão de Paulo Freire:

⁸⁵ O Movimento 15M é uma referência à data do início da ocupação da Porta do Sol, praça localizada no centro de Madrid. Em 15 de Maio de 2011, um movimento de cidadãos espanhóis afetados pelos perversos efeitos da crise econômica internacional de 2008 decidiu organizar uma manifestação para demonstrar sua indignação às precárias condições de vida que atravessavam. A manifestação, inicialmente, tinha dois eixos: a denúncia da influência dos bancos na economia e a falta de legitimidade das instituições para conduzir o país em uma conjuntura econômica adversa, afirmando que esadocracia não representava o povo. Uma das expressões mais utilizadas pelos ativistas era: *Non somos mercaderia nas mãos de políticos e banqueiros*.

⁸⁶ *Ibidem*.

Interessou-nos sempre, e desde logo, a experiência democrática através da educação. Educação da criança e do adulto. Educação democrática que fosse, portanto, um trabalho do homem com o homem e nunca um trabalho verticalmente do homem sobre o homem ou assistencialistamente do homem para o homem, sem ele. (FREIRE, 2001, p. 70).

O terceiro item, *Organização da Ocupação*, está dividido nos seguintes subitens: *comida, segurança, imprensa, informação, limpeza e relações externas*. Em primeiro lugar, é importante destacar o planejamento da ocupação, demonstrando o nível de organização dos estudantes na elaboração da estratégia e das táticas de luta do movimento. No próprio *Manual* ressaltam que a importância da rotatividade como, por exemplo, na limpeza considerada “como é tarefa que a maioria não quer fazer, o melhor é incentivar a rotatividade de integrantes nessa comissão.”⁸⁷

A horizontalidade vivenciada nas ocupações era uma forma de evitar a busca da personalização tão frequente na política contemporânea. As comissões, como dito antes, buscavam manter a organização cotidiana das ocupações e nenhuma comissão era vista como mais importante que outra, conforme mencionado anteriormente. Essa prática materializava a horizontalidade para evitar processos de burocratização e verticalização criticados nas entidades estudantis.

Naturalmente, esses movimentos compartilham diversas características; a mais óbvia delas é a estratégia de acampamento ou ocupação. Há uma década, os movimentos por uma globalização alternativa eram nômades. Migravam de uma reu-

⁸⁷ Ibidem.

nião de cúpula para outra, expondo as injustiças e a natureza antidemocrática de diversas instituições-chave do sistema de poder global: a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e os líderes nacionais do G8, entre outras. O ciclo de lutas iniciado em 2011, em contraste, é sedentário. Em vez de perambular de acordo com o calendário das reuniões de cúpula, esses movimentos permanecem num lugar e, em verdade, recusam-se a se mover. Até certo ponto, a imobilidade deve-se ao fato de que estão profundamente enraizados nas questões sociais locais e nacionais (HARDT E NEGRI, 2014, p.13-14).

Por exemplo, a comissão de informação tinha o papel de disseminar os informes no interior das ocupações, desde as decisões tomadas em assembleias até mesmo questões externas que tivessem alguma importância para a ocupação. O objetivo era ampliar o acesso à informação para garantir que o processo fosse democrático e igualitário, portanto, nenhum ocupante poderia ter informações privilegiadas. A comissão de imprensa deveria se encarregar do contato com os meios de comunicação, considerada atividade fundamental para a visibilidade das reivindicações dos estudantes. Ela também ficaria encarregada de elaborar e divulgar notas oficiais das deliberações das assembleias, além de elaborar cartazes com informações do movimento para serem afixados na parte externa da escola.

Uma preocupação expressa no manual é a relação com o público externo para evitar que organizações e grupos ou partidos se apropriem da luta, passando por cima da decisão dos estudantes. É necessário proibir práticas que só tenham como objetivo ‘ganhar ibope’ à custa do movimento ou

o movimento pode perder sua legitimidade e se esvaziar ao tentarem impor uma bandeira externa⁸⁸.

Aqui também se revela uma importante característica destes movimentos contemporâneos, a preocupação com a comunicação e informação. Nesse sentido, as novas ferramentas tecnológicas - TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) – foram fundamentais para produzir contra-informações daquilo que era apresentado pelo Governo de São Paulo, rompendo também com processos comunicacionais verticalizados, onde a emissão da notícia parte de um único lugar para atingir diversos receptores. Aqui, se observa que o polo produtor de informações também parte diretamente dos estudantes, desenvolvendo novas formas de produção de informação.

Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um do componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva. As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. Mas o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se [...]. Além disso, há uma conexão fundamental, mais profunda, entre a internet e os movimentos sociais em rede: eles comungam de uma cultura específica, a cultura da autonomia, a matriz cultural básica da sociedade contemporânea (CASTELLS, 2013, p.167).

⁸⁸ Ibidem.

A valorização da experiência e do processo de autonomia foi fundamental para a dinâmica do conhecimento. Parte dos períodos das ocupações era reservado para leituras de obras que contribuíssem com a formação política, à medida que sentiam necessidade de compreender o movimento dentro de um processo histórico mais amplo.

Durante o processo, é comum ouvir da boca dos ocupantes que “aprendemos mais aqui do que em um semestre letivo”. Com a auto-gestão das escolas, os alunos passaram a construir coletivamente um espaço educacional onde poderiam opinar sobre que tipo de atividade gostariam de participar. Desta forma, e com o apoio da comunidade escolar, as ocupações receberam oficinas de teatro e música, leituras conjuntas de clássicos da literatura, filosofia e sociologia, aulas alternativas de matemática e física, exibições de filmes seguidas de debates, rodas de conversa sobre feminismo, cultura indígena e política. Foram dezenas de peças de teatro, rodas de capoeira e samba, oficinas de artesanato, aulas de revisão para o vestibular e até mesmo uma Virada Cultural nas ocupações. Sob a gestão de alunos e da comunidade, a escola se mostrou ser um espaço de aprendizagem coletiva, um local aberto a todo tipo de manifestação cultural (FRARE, 2015)⁸⁹.

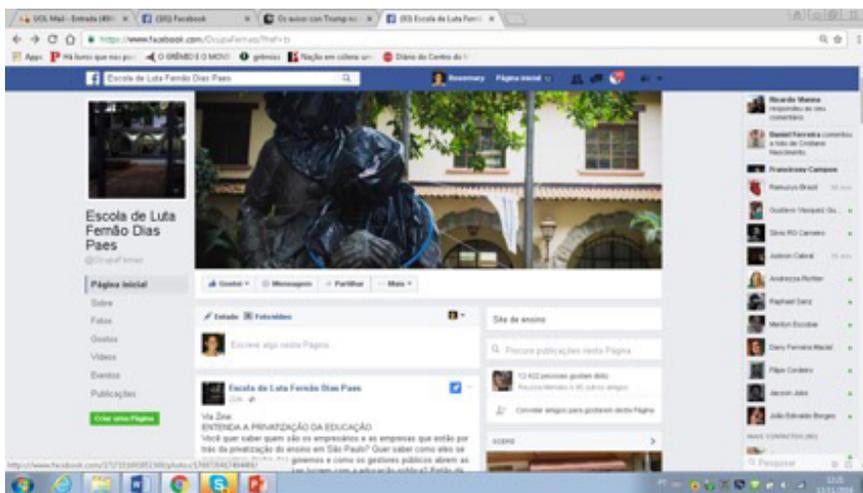
SOCIEDADE CIVIL EM DEFESA DAS OCUPAÇÕES

As mídias digitais foram muito importantes para o processo de disseminação de informações durante as ocupações. Assim, foram criados perfis no Facebook das escolas ocupadas e embora nem todas

⁸⁹ Disponível em: <<http://neteducacao.com.br/noticias/home/as-ocupacoes-e-o-aprendizado>>. Último acesso em: 19/05/2016.

tenham conseguido um processo de atualização constante é inegável que eram espaço importante para compartilhamento de informações sobre o movimento.

Também foram criados grupos no *Whatsapp* que falicitavam a comunicação entre os estudantes de diversas escolas. As mídias digitais foram ferramentas fundamentais para o exercício da horizontalidade, considerando a estrutura da rede, sem centro e o caráter exponencial de suas publicações. Para Manuel Castells, as práticas sociais e políticas na rede cada vez mais se misturam e se manifestam no espaço urbano, gerando o que o autor denomina espaço da autonomia, os espaços de fluxos. É importante destacar que, além da relação entre online e offline, o uso das redes também nos coloca em simultaneidade, em diálogo constante com o ativismo de várias partes e isso foi fundamental no período das ocupações.



Reprodução de Facebook. Fonte: <https://www.facebook.com/OcupaFernaov/?fref=ts>

Além destes perfis criados pelos ocupantes, a sociedade civil também organizou diversas iniciativas, constituindo-se em um movimento de apoiadores que exerceram um papel fundamental durante todo o processo. A forma ágil, viralizadora das redes facilitava muito circulação de informações entre os estudantes das escolas.



Reprodução de Facebook. Fonte: <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/?fref=ts>

Essas iniciativas também expressam a adesão ao movimento por parte de diversos setores da sociedade que viram na luta dos estudantes uma energia social transformadora.

Entre as iniciativas da sociedade civil como apoio às escolas ocupadas podem ser destacados: (i) presença física de simpatizantes como forma de auxiliar na manutenção de vigílias em frente à escola para impedir violência contra os estudantes, por parte das forças policiais; (ii) doação de alimentos, roupas, entre outros; (iii) *doe uma aula* - era uma iniciativa para manter a escola com atividades diversas e abertas à comunidade. Poderiam ser desde aulas de conteúdo das disciplinas do currículo escolar, ou oficinas de artes, por exemplo. Aqui é interessante verificar o expressivo número de pessoas que se ofereceram a compartilhar algum tipo de conhecimento para a realização das atividades, demonstrando grande interesse de participação da sociedade civil na escola.

Também houve forte a presença de comitês da sociedade civil que podem ser classificadas como “pró escolas ocupadas” que buscavam as necessidades de cada escola e articulavam grupos da sociedade civil que pudessem atender às demandas estudantis. Outro acontecimento

importante foi a *Virada da Ocupação* que foi planejada por uma organização não governamental que reuniu diversos artistas, como Chico César, Arnaldo Antunes e Criolo entre outros, que participaram de shows em diversas escolas de São Paulo. Apoio fundamental ao movimento foi de advogados que defenderam as ocupações estudantis e os alunos que eram vítimas de prisões e acusações apresentadas pelo Governo e também das ações repressivas ao movimento.

EDUCAÇÃO NÃO COMBINA COM REPRESSÃO: VIVAM OS ESPÍRITOS LIVRES

Outro ponto de grande importância foi o embate entre as forças de repressão do Estado, especificamente, a atuação da Polícia Militar durante todo processo das ocupações, marcada por episódios de violência física e moral. Desde o início, policiais militares fortemente armados cercavam as escolas, ameaçavam estudantes e apoiadores do movimento, efetuavam prisões indevidas de menores de idade, entre outras agressões. A intimidação policial não foi suficiente para impedir o crescimento do movimento que funcionou como um rastro de pólvora pelo Estado.

Os estudantes demonstraram a coragem daqueles que sabem que estão buscando a justiça social, daqueles que sabem que se acovardar frente à truculência do Estado é assujeitar-se e subjugar-se. A atuação policial expressa a falta de diálogo por parte do governo paulista. Houve a tentativa de fichar os estudantes como criminosos, contrariando o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), além da constante criminalização do movimento juvenil.

A grande visibilidade do movimento pode ser encontrada nas capas de jornais e reportagens nas principais redes de rádio e televisão e ainda assim o governo do Estado atuava como se nada estivesse acontecendo e insistia em não abrir um canal de diálogo com os estudantes que, mais uma vez, resolveram tomar a iniciativa e partiram para as ruas para chamar a atenção da população.

Assim, o fechamento de ruas ocorreu em pontos de grande circulação de pessoas e, foi realizado com as carteiras das escolas, criando um símbolo para o movimento e a ideia: “Hoje a aula é na rua”. As aulas públicas explicavam as críticas que tinham à proposta de reorganização das escolas. Aqui se nota uma nova forma ocupação do espaço público, não mais a escola, mas sim as ruas e estações de transporte público, provocando na população um outro olhar para esses espaços.

A repressão policial se intensificou e além de diversos menores de idade presos, contava com grande contingente policial em todas as atividades realizadas pelo movimento. O uso de cassetetes, balas de borracha, spray de pimenta, bombas, entre outras armas foi desproporcional à ação pacífica dos estudantes que apenas reivindicavam uma escola pública de qualidade, demonstrando uma prática cidadã que não era vista pelas autoridades públicas.

No final de 2015, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, suspendeu o Decreto da reorganização escolar que ele próprio havia proposto. Ao mesmo tempo, o Secretário de Educação que se recusou a conversar com os estudantes para discutir a proposta foi afastado do cargo e substituído por um assessor. Após a suspensão do decreto os estudantes começam a realizar a desocupação das escolas.

Em dezembro de 2015, durante as ocupações, foi criado o Comitê de Mães e Pais em luta (CMPL), grupo de apoio à luta dos secundaristas. O CMPL se constituiu a partir do convívio entre mães, pais e apoiadores que se concentravam em torno das escolas ocupadas, constituindo uma rede de mobilização para suprir as necessidades do movimento, para impedir que a força policial agredisse os estudantes e para ajudar na organização das atividades culturais e artísticas ocorridas nas escolas durante as ocupações.

O Comitê organizou um dossiê com denúncias sobre a repressão policial e encaminhou à Comissão Interamericana de Direitos Huma-

nos, com sede em Washington DC (EUA). A Corte acatou a denúncia e chamou representação dos estudantes secundaristas e do governo do Estado para debater a denúncia apresentada.

Em abril de 2016, a Comissão considerou desmedida a ação do governo do Estado, tendo em vista o “*uso excessivo de força policial na repressão aos estudantes*” e vem dando continuidade ao processo de investigação dos abusos da conduta policial, reconhecendo a importância da luta dos secundaristas pelo acesso à educação como direito humano fundamental.

Esse reconhecimento é prova do avanço da luta dos estudantes que conseguiram que suas reivindicações saíssem das ruas e chegasse aos gabinetes institucionais, mostrando que o Estado, mesmo contra sua vontade inicial, deve se tornar mais permeável ao debate democrático. Foi a aula de cidadania mais importante da história política recente do país.

No final de janeiro de 2016, a Polícia Civil e o Ministério Público divulgaram investigação sobre desvio de verbas da merenda em São Paulo. O esquema de corrupção, conhecido como Máfia da Merenda, envolveu lideranças políticas importantes como o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. As investigações realizadas indicavam que o governo do Estado pagou aproximadamente 11 milhões de reais à cooperativas, em 2015, apontando um crescimento de aproximadamente 4.500% em relação ao ano anterior, configurando o superfaturamento nas compras realizadas.

A denúncia mobilizou os estudantes secundaristas que iniciaram manifestações públicas solicitando esclarecimento por parte das autoridades governamentais e exigindo a merenda escolar nas escolas técnicas. Os estudantes tentaram diálogo com a diretora-superintendente do Centro Paula Souza (CPS), autarquia do governo do Estado, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI) responsável pela administração

de aproximadamente 220 Escolas Técnicas Estaduais (ETECS) e 66 Faculdades de Tecnologia (FATECs), reunido por volta de 290 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e superior, conforme informações fornecidas pela própria instituição.

Após um ato público ocorrido no dia 28.04.16 que terminou em frente ao Centro Paula Souza (CPS), os estudantes reunidos em assembleia decidiram ocupar o prédio como forma de pressionar pela abertura de negociação. Foi o primeiro momento da ação policial que tentou impedir a entrada dos estudantes usando spray de pimenta, cassetetes, bombas, entre outros armamentos.

No dia 02.05.2016 a Justiça determinou a reintegração de posse do Centro Paula Souza e os estudantes em assembleia decidiram manter a ocupação até o atendimento da reivindicação. No mesmo dia a Polícia Militar fechou as ruas no entorno do CPS alegando fazer parte da estratégia de diálogo com os estudantes e o Secretário da Segurança Pública esteve pessoalmente no local para dar instruções à Polícia Militar.

Após a saída do Secretário da Segurança Pública a Polícia Militar e o Batalhão de Choque invadiram o CPS com aproximadamente 50 policiais, antes que o oficial de justiça entregasse o mandado de reintegração de posse. A Defensoria Pública do Estado suspendeu o pedido de reintegração provando que a invasão por parte da PM era ilegal e que eles deveriam desocupar o prédio.

Nesse mesmo dia outras escolas foram ocupadas, o movimento estava crescendo e, um grupo de aproximadamente 70 estudantes ocuparam o plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para pressionar a instalação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar o favorecimento ilícito de empresas na compra da merenda escolar, conhecida como “Máfia da Merenda”.

No dia seguinte os estudantes receberam uma liminar expedida por um desembargador da 1ª. Câmara de Direito Público do Tribunal

de Justiça de São Paulo determinou a reintegração de posse do CPS. Nesse despacho o juiz dispensa a presença do secretário da Segurança Pública para acompanhar o processo e deixa nas mãos do comandante da Polícia Militar a decisão de utilizar da força para a desocupação, mas não poderiam usar nenhum tipo de arma, conforme também havia sido acordado na reunião de conciliação realizada no dia anterior, além disso deveriam ser acompanhados pelo Conselho Tutelar. Outras instâncias jurídicas se manifestaram no momento e a disputa era se a reintegração poderia ser realizada com violência policial ou não.

A Polícia Militar cumpriu a reintegração de posse e retirou os estudantes que ocupavam o CPS. Aproximadamente cem policiais armados com metralhadoras, cassetetes, bombas e spray de pimenta retiraram os estudantes arrastados, alguns foram agredidos com socos e empurrões.

Um dos membros do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CONDEPE) e um grupo de advogados se manifestaram contrários à ação policial, considerando que não havia garantido o direito dos estudantes, em sua maioria menores de idade que deveriam ser acompanhados por um representante do Conselho Tutelar. A ação policial para esses advogados descumpriu com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), à medida que estavam desacompanhados de seus pais ou de responsável do Conselho Tutelar. Alves ainda afirmou que a forma como a PM arrastou os estudantes para fora do prédio também feriu o ECA e pode ser configurado como abuso de autoridade.

O que se nota nos episódios acima elencados é que o patamar da repressão policial está se intensificando, o desrespeito aos procedimentos legais por parte das autoridades do Estado é cada vez maior, mas o movimento dos estudantes secundaristas continua organizando seu processo de resistência e reafirmando sua bandeira: Não tem Arrego!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os protestos dos estudantes secundaristas acompanham a dinâmica dos protestos globais ocorridas a partir de 2010. Hardt e Negri (2014) apontam a importância de se observar as novas práticas políticas a partir da *Primavera Árabe*. Para os autores, no entanto, há uma mudança na forma da ação política. Se antes, os jovens seguiam algumas reuniões internacionais para protestarem, agora eles protestam nos próprios locais onde vivem.

Em sintonia com os protestos globais, o Brasil em 2013 também foi palco de manifestações multitudinárias, conhecida como *Jornadas de Junho*. Inicialmente os protestos foram convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento de 20 centavos das passagens de ônibus, trens e metrô na região metropolitana de São Paulo e pela implementação do passe livre. Rapidamente outras demandas levaram multidões às ruas, com pautas distintas e expressando grande insatisfação em relação aos partidos políticos e ao sistema político brasileiro.

O movimento de *ocupação das escolas* pode ser considerado como desdobramento dos protestos de 2013 e estão em consonância com ações políticas que dialogam com as *Jornadas de Junho*, enfatizando a defesa dos espaços públicos e coletivos, geridos de forma autônoma e comunitária.

No final de 2015, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, revogou o *Decreto* da reorganização escolar que ele próprio havia proposto. Ao mesmo tempo, o Secretário de Educação que se recusou a conversar com os estudantes para discutir a proposta, caiu. Em seguida, seu sucessor, garantiu que qualquer reestruturação escolar iria ocorrer com diálogo e participação dos estudantes envolvidos na discussão, ampliando a participação dos cidadãos na discussão sobre educação pública.

Esse reconhecimento é prova do avanço da luta dos estudantes que conseguiram que suas contestações e, mais ainda, reivindicações

sáíssem das ruas e chegasse aos gabinetes institucionais, mostrando que o Estado, mesmo contra sua vontade inicial, deve se tornar mais permeável ao debate democrático.

A violência policial foi marcante durante as ocupações, mas os estudantes demonstraram a coragem daqueles que sabem que estão buscando a justiça social, daqueles que sabem que se acovardar frente à truculência do Estado é assujeitar-se e subjugar-se. A atuação policial expressa a falta de diálogo por parte do governo paulista. Desde o início, policiais militares fortemente armados cercavam as escolas, ameaçavam estudantes e apoiadores do movimento, efetuavam prisões indevidas de menores de idade, entre outras agressões

No final das ocupações, o *Comitê de Mães e Pais em Luta* (CMPL), criado durante o processo, composto por mães, pais e demais apoiadores, se constituiu enquanto um grupo durante as ocupações para atender as necessidades dos estudantes, ajudar nas gestões com as autoridades públicas, considerando que parte expressiva dos ocupantes eram menores de idade, além darealização de outras atividades. Inicialmente, o comitê era composto por poucas pessoas e aos poucos apresentou um crescimento no número de participantes, dinamizando uma rede de apoiadores conectados pelas ocupações, mas que continuaram desenvolvendo um conjunto de ações em apoio à luta dos secundaristas.

O CMPL organizou um dossiê com denúncias sobre a repressão policial e encaminhou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com sede em Washington DC (EUA)⁹⁰. Em abril de 2016, a Corte condenou o governo do Estado por “*uso excessivo de força policial na repressão aos estudantes*” e vem dando continuidade ao processo de investigação dos abusos da ação policial.

⁹⁰ Disponível em: <<http://www.oas.org/en/iachr/default.asp>>.Último acesso em: 20 jun. 2016.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo** - ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRARE, Laura. As ocupações e o aprendizado. **Instituto Net Claro Embratel**. 17 dez. 2015. Disponível em: <<http://neteducacao.com.br/noticias/home/as-ocupacoes-e-o-aprendizado>>

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez, 2001

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 2009.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Declaração – Isto não é um manifesto**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-88668-03-4



9 788588 668034